

NELSON MAURILIO COELHO JUNIOR

**ENTRE A CANETA DO LEGISLADOR E A VIGILÂNCIA DO INSPETOR: AS
CORRESPONDÊNCIAS DE ELPÍDIO BARBOSA NO ARQUIVO DO COLÉGIO
CORAÇÃO DE JESUS (FLORIANÓPOLIS, 1939/1949)**

**Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em
Educação - PPGE, na Faculdade de Educação –
FAED, da Universidade do Estado de Santa Catarina
– UDESC, como requisito parcial para obtenção do
grau de Doutor em Educação.**

Orientadora: Dra. Maria Teresa Santos Cunha

**Florianópolis, SC
2018**

C672e Coelho Junior, Nelson Maurilio

Entre a caneta do legislador e a vigilância do inspetor: as correspondências de Elpídio Barbosa no arquivo do Colégio Coração de Jesus (Florianópolis, 1939/1949) / Nelson Maurilio Coelho Junior. - 2018.

250 p. il.; 29 cm

Orientadora: Maria Teresa Santos Cunha

Bibliografia: p. 235-250

Tese (Doutorado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2018.

1. Educação - História. 2. Arquivos - Florianópolis. 3. Inspeção escolar. 4. Elpídio Barbosa. I. Cunha, Maria Teresa Santos. II. Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDD: 370.9 - 20.ed.

FOLHA DE APROVAÇÃO
NELSON MAURILIO COELHO JUNIOR

ENTRE A CANETA DO LEGISLADOR E A VIGILÂNCIA DO INSPETOR: AS
CORRESPONDÊNCIAS DE ELPÍDIO BARBOSA NO ARQUIVO DO COLÉGIO
CORAÇÃO DE JESUS (FLORIANÓPOLIS, 1939/1949).

**Tese apresentada ao Curso de Pós-
Graduação em Educação - PPGE, na
Faculdade de Educação – FAED, da
Universidade do Estado de Santa Catarina –
UDESC, como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor em Educação.**

Banca Examinadora

Orientadora:

Prof^a. Dra. Maria Teresa Santos Cunha
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE

Membro:

Prof^a Dra. Maria Helena Camara Bastos
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS
Faculdade de Educação, Departamento de Pós-Graduação em Educação

Membro:

Prof^a Dra. Elizabeth Farias da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Departamento de Sociologia e Ciência Política

Membro:

Prof^a Dra. Vera Lucia Gaspar da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE

Membro:

Prof^a Dra. Maria Celi Chaves Vasconcelos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
Faculdade de Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação

Florianópolis, SC, 01/08/2018

A Jaqueline, por seu companheirismo, amor,
infinita paciência e inspiração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Universidade do Estado de Santa Catarina pela oportunidade de aperfeiçoamento em uma instituição pública de excelência; aos Programas de Pós-Graduação em Educação e Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação da UDESC, que não pouparam esforços para a realização deste trabalho.

Manifesto aqui minha gratidão a banca de qualificação composta pelas Prof^ª Dra. Maria Helena Camara Bastos, Prof^ª Dra. Elizabeth Farias da Silva, Prof^ª Dra. Vera Lucia Gaspar da Silva e Prof^ª Dra. Maria Celi Chaves Vasconcelos, por suas criteriosas considerações e sugestões imprescindíveis para o desenvolvimento e aprimoramento da tese.

Em especial gostaria de agradecer a professora orientadora Dra. Maria Teresa Santos Cunha, por suas precisas orientações, sempre norteadas pelo rigor científico e pelo exemplo da busca incessante por refinamento intelectual.

Estendo meus agradecimentos, ao Colégio Bom Jesus - Coração de Jesus, por abrir as portas do arquivo escolar e permitir o livre acesso aos documentos. Em especial cito, representando todas as irmãs da Província da Divina Providência, a Ir. Maria Schulz, que contribuiu intensamente para a formação de uma verdadeira rede de solidariedade e colaboração.

Aos meus pais, por sempre acreditarem no valor do conhecimento e da educação e a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta tese.

Aos professores e colegas do doutorado, pelos momentos divididos juntos. Obrigado por dividirem comigo as aflições e conquistas dessa jornada de estudos. Construir uma tese é um desafio guiado por dúvidas, tentativas, erros e acertos. Um conjunto de páginas em branco, que lentamente foram preenchidas por palavras entremeadas por pontos, vírgulas, generosidades, angústias e muita dedicação.

RESUMO

Os arquivos são uma presença constante no ofício do historiador, pois neles estão uma de suas matérias primas mais requisitadas. Mesmo com a ampliação do conceito de fontes, a partir dos desdobramentos da Nova História Cultural, os documentos escritos, ainda figuram como fundamentos de muitas pesquisas. O arquivo escolar se constitui como uma possibilidade de investigação e problematização da História da Educação, através dos documentos resultantes da escrituração escolar, que pode ser problematizada como fonte de informação sobre o processo de institucionalização de um sistema escolar e seu funcionamento e, igualmente, como fonte de informação sobre a história de uma escola em particular. Para tanto, propõe-se fazendo uso das correspondências administrativas recebidas pela instituição, dos relatórios de inspeção e outros documentos arquivados, pelo Colégio Coração de Jesus, entre os anos de 1939 e 1949, rastrear o alcance da adesão, da instituição escolar, aos regulamentos estatais. Entre as correspondências administrativas enviadas ao colégio, as circulares enviadas por Elpídio Barbosa, ocupante de cargos diretivos do Departamento de Educação, se destacaram numericamente e foram acionadas como umas das principais fontes documentais da pesquisa. Trata-se de um percurso de pesquisa que buscou nuançar os estudos, que investigaram os processos de constituição dos arquivos escolares em outras instituições de ensino, a escrituração escolar que lhes preencheu com documentos diversos, destinados aos trabalhos administrativos, pedagógicos, bem como o percurso histórico trilhado pelo serviço de inspeção escolar, no Estado de Santa Catarina. Dessa maneira pretendeu-se acionar o *corpus* documental, na busca de indícios sobre como se dava o processo de prescrição estatal que fluía para a inspeção escolar. Nos seis capítulos, os documentos serão perquiridos pela análise historiográfica, para rastrear adesões e desvios decorrentes das interações entre atos de prescrição estatal, inspeção escolar e práticas da instituição de ensino. O arquivo escolar guardou uma parcela desses documentos e oferece ao historiador do presente uma oportunidade de investigação de um tempo distante, que insiste em continuar passando. Para longe de qualquer pretensão totalizante, a análise das correspondências enviadas pelo Departamento de Educação e os registros dos inspetores nos relatórios oferecem apenas alguns interstícios dos mecanismos, que moviam o processo de escolarização catarinense nas primeiras décadas do século XX. A análise dos documentos mobilizados nesta Tese exigiram diálogos teórico-metodológicos atinentes ao campo da História da Educação, da História Cultural e das questões concernentes ao Patrimônio Histórico - Educativo pela via dos arquivos escolares, em consonância com a própria História de Santa Catarina sempre tendo por horizonte que o historiador pertence ao ...

tempo e lugar e, a interpretação dos dados levantados, se delinea em torno das possíveis intenções de verdade que deles puder extrair.

Palavras chave: História da Educação. Arquivo escolar. Inspeção escolar. Elpídio Barbosa. Colégio Coração de Jesus. Relatórios de inspeção escolar.

ABSTRACT

The archives are a constant presence in the office of the historian, because in them they are one of its most requested raw materials. Even with the expansion of the concept of sources, from the unfolding of the New Cultural History, the written documents still stand as the basis of much research. The school archives constitute a possibility of investigation and problematization of the History of Education, through the documents resulting from school books, which can be problematized as a source of information about the process of institutionalization of a school system and its functioning and, as well as source of information about the history of a particular school. To do so, it is proposed to use the administrative correspondences received by the institution, the inspection reports and other documents filed by the Heart of Jesus College, between the years of 1939 and 1949, to trace the reach of the school institution to the regulations the state. Among the administrative correspondence sent to the college, the circulars sent by Elpídio Barbosa, occupying managerial positions of the Department of Education, stood out numerically and were triggered as one of the main documentary sources of the research. It is a research course that sought to nuanced the studies, which investigated the processes of constitution of school archives in other educational institutions, the school bookkeeping that filled them with various documents, intended for administrative and pedagogical work, as well as the course tracked by the school inspection service, in the State of Santa Catarina. In this way it was tried to activate the documentary corpus, in the search for clues about how the process of state prescription that flowed for the school inspection occurred. In the six chapters, the documents will be asked by the historiographical analysis, to track accessions and deviations resulting from the interactions between state prescription acts, school inspection and practices of the educational institution. The school archive has retained a portion of these documents and offers the present historian an opportunity to investigate a distant time, which insists on continuing to pass. Far from any totalizing pretension, the analysis of the correspondence sent by the Department of Education and the records of the inspectors in the reports offer only a few interstices of the mechanisms that moved the process of schooling in Santa Catarina in the first decades of the twentieth century. The analysis of the documents mobilized in this thesis required theoretical and methodological dialogues related to the field of History of Education, Cultural History and issues related to Historical and Educational Heritage through the school archives, in keeping with the History of Santa Catarina itself. horizon that the historian belongs to his time and place

and, the interpretation of the data collected, is drawn around the possible intentions of truth that can extract them.

Keywords: History of Education. School archive. School inspection. Elpídio Barbosa. College Heart of Jesus. School inspection reports.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Planta Baixa do Arquivo do CCJ	34
Figura 2 - O complexo de edifícios que compunham o CCJ, durante a década de 1930.....	35
Figura 3 – Planta Baixa e fotos da disposição do mobiliário nos arquivos do CCJ.....	36
Figura 4 - Armário de documentos do Arquivo do CCJ.....	37
Figura 5 - Livro de matrícula de 1912	38
Figura 6 - Fachada do CCJ, 1940/41.....	88
Figura 7 – Montagem gráfica, a partir de fotografia aérea da região central de Florianópolis, década de 1940.....	89
Figura 8 – Planta Baixa do CCJ.....	91
Figura 9 – Biblioteca Maria Desidéria – 1941	95
Figura 10 - Lavanderia do CCJ, 1940/41	98
Figura 11 – Auditório do CCJ, 1940/41.....	99
Figura 12 - Montagem feita pelo autor, através de fotografias das Salas de aula do CCJ, 1940/41.....	100
Figura 13 – Sala de aula do CCJ, 1940/41	101
Figura 14 - Ginásio para prática de ginástica, 1940.....	105
Figura 15 – Aula de Educação Física do CCJ, final da década de 1930 início da década de 1940.....	106
Figura 16 – Grupo Escolar Lauro Müller em 1932.....	107
Figura 17 - Regulamento do CCJ, 1941.....	110
Figura 18 - Programa resumido do desfile cívico: “Parada da Juventude Brasileira”, 1941 .	124
Figura 19 – Vista parcial do centro de Florianópolis, década de 1940.....	132
Figura 20 – Desfile Cívico das Alunas do CCJ, 1945	142
Figura 21 – Desfile Cívico das Alunas do CCJ, 1945	143
Figura 22 - Inspetor Otavio da Silveira Filho na Secretaria do CCJ, em 1940.....	169
Figura 23 – Foto das alunas do curso ginasial de 1945	183
Figura 24 - Exemplos da Revista Pétalas (1940 – 1945)	191
Figura 25 – Montagem, a partir de amostras do jornal Pétalas (suplemento infantil)	193
Figura 26 – Fotografia da sala de trabalhos manuais do CCJ, em 1941	209
Figura 27 - Manuais de trabalho com agulha.....	210

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estatística de aproveitamento ginásio feminino CCJ de 1939 a 1942.....	164
Tabela 2 – Número de alunas por série no ginásio feminino CCJ de 1939 a 1942.....	174
Tabela 3– Estatística de aproveitamento ginásio feminino CCJ de 1943 a 1944.....	175
Tabela 4 – Estatística de aproveitamento ginásio feminino CCJ de 1945 a 1949.....	178
Tabela 5 – Promoção de alunas e médias ginásio feminino CCJ de 1943 a 1949.....	178
Tabela 6 – Estatística de aproveitamento científico CCJ de 1947 a 1949.....	179
Tabela 7 – Evolução do número de alunas no curso ginásio CCJ de 1939 a 1949	180
Tabela 8 - Evolução do número de alunas no curso científico CCJ de 1947 a 1949	181
Tabela 9 – Índice de reprovação curso ginásio CCJ de 1939 a 1949	186
Tabela 10 – Índice de reprovação curso científico CCJ de 1947 a 1949.....	187

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Correspondências recebidas pelo CCJ - Regimentos/Programas/ Modelos/ Determinações/ Escrituração Escolar.....	24
Quadro 2 - Quadro das profissões dos pais das alunas do Primeiro Ano Normal (1940-1948)	58
Quadro 3 – Incidência dos temas referentes as festividades no conjunto das correspondências recebidas pelo CCJ entre 1939-1949	114
Quadro 4 – Relação professor-disciplina em 1941	169
Quadro 5 - Exemplos do periódico semestral Pétalas localizados	190
Quadro 6 – Exemplos do periódico mensal Pétalas (suplemento infantil) 1945-1948	192

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do número de alunas no curso ginásio CCJ de 1939 a 1949.....	180
Gráfico 2 - Evolução do número de alunas no curso científico CCJ de 1947 a 1949	181
Gráfico 3 - Índice de reprovação curso ginásio CCJ de 1939 a 1949	186

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: UM ARQUIVO PARA HISTORAR A INSPEÇÃO ESCOLAR....	15
2 NO UMBRAL DO ARQUIVO: PELO IMPERATIVO DE TESTEMUNHAR	29
2.1 OS FUNDAMENTOS DO ARQUIVO E A ESCRITURAÇÃO DO COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS.....	33
2.2 A PRESENÇA VIGILANTE DOS INSPETORES E AS ESCRITAS OBRIGATÓRIAS DEIXADAS.....	48
2.3 PALCOS PARA INSPEÇÃO ESCOLAR: UM PASSADO QUE HABITA O PRESENTE NO COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS.....	63
3 VISITAS DO SENHOR INSPETOR ESCOLAR: ESPAÇO FÍSICO, PRESCRIÇÕES E PROCESSOS DE ARQUIVAMENTO	83
3.1 DOS DOCUMENTOS DO ARQUIVO AOS CORREDORES DO COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS.....	97
3.2 A CULTURA MATERIAL ESCOLAR REVISITADA	100
4 COMEMORAR É PRECISO: A INSPEÇÃO ESCOLAR ARQUIVADA ENTRE PRESCRIÇÕES E COMEMORAÇÕES.....	113
4.1 AS TÁTICAS DO CCJ NOS HIATOS DOS RELATÓRIOS DE INSPEÇÃO.....	114
4.2 O CCJ E A JUVENTUDE BRASILEIRA	120
4.3 AS FOTOGRAFIAS CRISTALIZAM O DESFILE CIVICO.....	139
4.4 OS DESAFIOS IMAGÉTICOS NO ARQUIVO.....	149
4.5 PERTURBAÇÕES NA ADESÃO DO COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS	155
5 O ARQUIVO QUADRO A QUADRO: A PRESENÇA DO ENSINO CONFSSIONAL NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS	163
5.1 PRIMEIRO QUADRO: PERÍODO: 1939 A 1942	164
5.2 SEGUNDO QUADRO: PERÍODO: 1943 A 1944	175
5.3 TERCEIRO QUADRO: PERÍODO: 1945 A 1949.....	177
6 UM OLHAR GUIADO PELAS NOTÍCIAS NA REVISTA PÉTALAS	189
6.1 OS JORNAIS ESCOLARES COMO ALVOS DAS ASSOCIAÇÕES AUXILIARES	197
6.2 Em Pétalas: UMA EXPOSIÇÃO ESCOLAR DIGNA DE VISITA.....	203
6.3 “MÚSICA... FLORES... POESIA”: Saudações aos inspetores	219
7 EM BUSCA DE TESTEMUNHOS DE UM MUNDO DESFEITO: (IN)CONCLUSÕES 227	
REFERÊNCIAS	235

1 INTRODUÇÃO: UM ARQUIVO PARA HISTORAR A INSPEÇÃO ESCOLAR

O ano de 2005, o autor desse constructo foi contratado como professor de história do Ensino Médio do Colégio Coração de Jesus – CCJ¹, localizado na região central da cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina. O CCJ, instituição confessional católica de ensino privado fundada no final do século XIX, se firmou como referência no campo educacional catarinense, pela trajetória sedimentada em torno da formação de alunos e professores. Entre os diversos autores que desenvolveram trabalhos sobre o colégio, Bopré², realizou pesquisas que resultaram em uma biografia da instituição, que foi publicada no ano do centenário do colégio. Neste trabalho, a autora buscou apresentar fatos marcantes, no decorrer do século XX, quando o CCJ se consolidou no campo educacional, como um centro de formação de normalistas e restrito às famílias abastadas que podiam pagar pelo ensino diferenciado. Sobre o centenário da instituição, o trabalho de Andrade (2013) apresenta uma análise dos eventos comemorativos desenvolvidos no CCJ entre 1988 e 1998. Fundado em 1898 pelas irmãs da Congregação da Divina Providência, provenientes da Alemanha, o colégio emergiu em um período de perturbações políticas e sociais, que reverberaram no campo educacional. O edifício escolar, se espalhou em um espaço, que atualmente ocupa uma das áreas mais valorizadas do centro da cidade³.

Como professor, entre as idas e vindas pelos corredores da instituição, a afinidade com os professores de educação artística foi imediata e, através destes, foi possível conhecer o depósito de materiais, móveis e objetos – alguns deles centenários – localizado no sótão do prédio. A maioria dos objetos escolares carecia⁴ de identificação, datação e problematização que, lhes devolvesse um pouco de ressonância⁵ no tempo presente. A falta de conhecimento especializado sobre o tema motivou, em 2011, o retorno à Universidade do Estado de Santa

¹ Em 2006, o CCJ passou a ser administrado pela Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus - AFESBJ e passou a se chamar Colégio Bom Jesus - CBJ.

² BOPPRÉ, Maria Regina. O Colégio Coração de Jesus na educação catarinense (1898- 1988). Florianópolis: Lunardelli, 1989.

³ LEAL, Elisabeth Juchen Machado e CUNHA, Maria Teresa Santos. Pesquisando o cotidiano de um colégio religioso feminino. Relatório de Pesquisa. INEP, mimeo. 1990.

⁴ Grande parte dos objetos ainda permanece silenciada no depósito do colégio. O acervo permite várias inserções de pesquisa e pode contribuir para ampliar os estudos sobre cultura material da escola.

⁵ Neste trabalho este conceito será utilizado na perspectiva de GREENBLATT, Stephen. **O novo historicismo:** ressonância e encantamento. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol 4, n.8. 1991.p.244-261. Segundo este autor por ressonância “entendo o poder do objeto exibido alcançar um mundo maior, além de seus limites formais, de evocar e quem os vê as forças culturais complexas e dinâmicas das quais emergiu (...)” p.250

Catarina – UDESC, como aluno especial, no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE⁶. Em 2013, o empreendimento intelectual resultou em uma defesa de dissertação de mestrado⁷

A possibilidade de conhecer e investigar o acervo de objetos do colégio, desde o ano de 2005 colaborou para estreitar laços com a direção do Colégio Bom Jesus – CBJ, que em 2014 decidiu ampliar as possibilidades de investigação e autorizou a pesquisa no arquivo de documentos do colégio localizado exatamente no andar inferior. Apesar de separados por espessas tábuas de madeira de lei, os dois espaços são, do ponto de vista teórico, muito próximos. Neste constructo, a fotografia será mobilizada, a partir da perspectiva de complemento da narrativa escrita, atuando como ilustração de uma descrição, bem como documentos portadores de sentidos forjados em um determinado tempo e lugar. Cumprem aqui, as funções de prova e problematização, pois não podem ser desprezadas como elementos estruturantes e estruturados, resultantes de um jogo envolvendo lembrança e esquecimento. As fotografias escolares, nesta perspectiva permitem, a partir do cruzamento de documentos, investigar os indícios de um trabalho que envolve a construção de memórias individuais e profissionais, consagrar trajetórias e dar visibilidade a seus criadores e atores⁸.

Do conjunto de documentos disponíveis, a opção foi trabalhar com aqueles referentes à inspeção escolar efetuada e preservada no arquivo colégio e as prescrições governamentais, enviadas ao CCJ por Elpídio Barbosa, através de correspondências administrativas provenientes do Departamento de Educação, entre os anos de 1939 e 1949. A inspeção escolar consiste em um sistema de “fiscalização” dos estabelecimentos de ensino, utilizado desde os tempos do Império, tendo em vista que a educação oferecida pela iniciativa privada particular, comunitária ou confessional, era e é, até os dias atuais, vista como uma concessão estatal para garantir o direito de opção das famílias. Foi a necessidade de deixar a documentação das escolas

⁶ Referente a disciplina intitulada “História da Profissão Docente”, ministrada pela Professora Dra. Vera Lúcia Gaspar da Silva. Durante o curso foram apresentadas diversas entradas de investigação histórica, através dos estudos da cultura material escolar.

⁷ COELHO JUNIOR, Nelson Maurilio. Relicários de um tempo: os quadros de formatura do Colégio Coração de Jesus 1922-1929 (contribuições para o estudo da História da Educação em Santa Catarina. 2013, 160 p. Dissertação de Mestrado – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Dissertação orientada pela Professora Maria Teresa Santos Cunha

⁸ De acordo com a perspectiva de Burke (2004), Barthes (1984), Bencosta (2011), Kossoy (1998), Prates e Teive (2015), Pozo Andres e Romero (2012) e Velasco Mailló (2011), a análise iconográfica não pode ser desprezada e deve ser explorada, através de análise mais detida sobre as forças que as constituíram. Neste trabalho são elementos pictóricos que precisam ser investigados utilizados, por meio do cruzamento de fontes, a fim de, trazer à luz, os mecanismos que os produziram, colocaram em circulação e consumiram.

disponível, organizada e o mais completa possível, que, fez emergirem os arquivos escolares como estruturas delineadas para a averiguação das “autoridades” educacionais, tratando-se do “lugar” privilegiado para as verificações *in loco* realizadas pelos agentes do Estado, a fim de credenciar, autorizar e supervisionar os estabelecimentos de ensino. Nessa lógica de criação prescrita, os arquivos foram constituídos, inicialmente, pelos documentos a serem examinados pela inspeção escolar. Suas funções específicas, por efeito da acumulação e pela expansão das exigências burocráticas, fazem com que estes espaços se expandam em volume e significado. O arquivamento recebeu os demais registros escritos e iconográficos do cotidiano das instituições e nessa perspectiva, o acúmulo de correspondências, fotografias, registros de efemeridades, cadernos, trabalhos de alunos, e outros acontecimentos, podem ser problematizados como desdobramentos de uma vontade de comprovação, através do arquivamento das evidências de uma educação efetivada. O arquivo, além de obedecer às formalidades burocráticas via registro escrito, também servia para demonstrar, que a instituição atendia às exigências, quando da visita dos inspetores escolares. As visitas dos inspetores eram guiadas pelas legislações e variavam, de acordo com as disposições regionais que regiam cada um dos sistemas de ensino da federação.

Dentre os trabalhos desenvolvidos sobre o tema, um vigoroso estudo realizado por Santos (2017), sobre a Inspeção da Instrução na Província do Rio de Janeiro (1850-1889), confirma esta função e também traz à tona, aspectos desta prática em que estão narrados e analisados através de leis e ações que evidenciavam neste trabalho, as condições conjecturadas para um maior controle e direção da rede escolar em formação (op. cit. p.6). O prefácio deste livro, escrito pela orientadora do trabalho, Prof^a Dra. Maria Celi Chaves Vasconcelos, sinaliza o papel do inspetor e sua relação com os regulamentos, as incumbências, as tensões e os conflitos que envolviam esta prática “(...) tão evidente no século XIX, que atravessa o século XX, como uma figura presente e controversa nos meios educacionais (op. cit. p. 19).

Assim pode-se perceber a ação da inspeção escolar, presente no ensino elementar e secundário, desde o período imperial que também mereceu alentado estudo de Teixeira (2006) que, ao analisar esta presença em Santa Catarina, neste período, ponderou:

... A Inspetoria Geral agia sobre o ensino escolar (...) passando a ser vista como um campo de importância dentro das necessidades do país que se pretendia civilizado (...) a ação da Inspetoria Geral visava dirigir, observar, analisar, controlar, fiscalizar, administrar recursos, reparar erros e indicar possíveis soluções para o ensino.

Todas estas leituras, acrescidas do alcance de documentos presentes no acervo do CCJ, foram instigantes para o empreendimento desta pesquisa sobre alguns aspectos do Inspeção Escolar, em um tempo mais avançado no que os anteriores, ou seja, entre os anos de 1939 a 1949, privilegiando as correspondências administrativas enviadas por Elpídio Barbosa e arquivadas pelo colégio. Essas correspondências⁹ e os relatórios de inspeção escolar do Curso Ginásial, despertaram curiosidade por sua proximidade, tanto física – livros pretos de capa dura acomodados, nas prateleiras de um armário envidraçado, na entrada da sala –, quanto funcional, ao facilitarem o acesso dos responsáveis pela fiscalização estatal.

O princípio de “fiscalização” existente em cada Estado, parece explicar, numa primeira análise, uma fração das forças, que promoveram o acúmulo e a guarda dos documentos considerados como decisórios, para a manutenção da instituição em funcionamento. Nesses relatórios, geralmente estão presentes as dimensões que eram priorizadas, bem como, as que eram secundarizadas, de acordo com a normatização vigente, de maneira especial, envolvendo descrições minuciosas como os aspectos físicos, pedagógicos e relativos ao corpo docente. Na dimensão física, geralmente descrevem as condições das instalações físicas: laboratórios, bibliotecas, salas de aula, paisagismo, condições sanitárias, refeitórios, pátios externos e internos, iluminação, etc. No que concerne à dimensão pedagógica eram priorizados os registros do regimento do colégio e documentos complementares a esse, tal como as matrizes curriculares, o sistema de avaliação, estatísticas, resultados dos exames, a carga horária, os programas e sua disposição no cotidiano da escola, além do número de matrículas e sua distribuição pelos cursos e séries ofertadas. Quanto ao corpo docente, a titulação dos professores era detalhadamente verificada, confrontando as competências legitimadas por licenças, diplomas e certificados e as práticas docentes que exerciam.

Cabe buscar as circunstâncias em que ocorria esse processo de inspeção registrado por agentes do Estado, observando aquilo que era priorizado nas visitas e aquilo que era secundarizado, examinando entre os documentos arquivados essa categoria de “Relatórios” que se constituía na base regimental para que o colégio pudesse continuar em funcionamento.

Devido aos limites impostos pelo prazo de elaboração da tese e dimensão do próprio acervo de correspondências do CCJ, optou-se pela análise dos relatórios de inspeção do Ginásio

⁹ Documentos variados, majoritariamente compostos por circulares enviadas pelo Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina.

Feminino¹⁰, guiados pelas correspondências administrativas remetidas por Elpídio Barbosa¹¹, entre os anos de 1939 e 1949. Trata-se de uma escolha pautada na possibilidade de acionar esta documentação, para investigar como se dava a normatização e como o colégio respondia através da materialidade do arquivo administrativo. A pesquisa proposta aqui, parte da problematização de que os Relatórios de Inspeção¹², construídos sob as resoluções estatais, guardam uma

¹⁰ O Ginásio Feminino foi concedido por despacho federal enviado ao Ministério da Educação e Saúde Pública, no ano de 1935. O curso abrangia, além do Curso Ginásial de cinco anos (equivalente aos cinco anos ou séries do segundo ciclo do curso fundamental atual estabelecido pela Lei Ordinária 11274/2006), o de admissão ou pré-ginásial. Parte do processo de concessão foi registrado no relatório do exercício de 1934, nele os registros permitem constatar, que todo o processo de reconhecimento dependia dos pareceres e registros elaborados pelos inspetores de educação. Para facilitar a compreensão da dinâmica da instituição, vale destacar a descrição, elaborada pelos inspetores sobre a disposição dos cursos no CCJ: Jardim de Infância (dividido em 1ª, 2ª e 3ª séries), para crianças de 4 a 7 anos e de ambos os sexos; Curso Primário (dividido em 1ª, 2ª e 3ª e 4ª séries); Fundamental Estadual (dividido em 1ª, 2ª e 3ª, 4ª e 5ª séries); Normal (dividido em 1ª e 2ª séries); O Ginásio Feminino, que abrangia, além do Curso Ginásial de cinco anos, o de admissão ou pré-ginásial; e o Ensino Particular conferido às alunas do estabelecimento independentes das aulas obrigatórias (música instrumental, pintura, escultura, pirogravura, trabalhos de agulha e datilografia) As alunas se dividiam nos regimes de internato, semi-internato e externato.

¹¹ Elpídio Barbosa (1909-1966). Na perspectiva de Fiori (1991), nasceu em Florianópolis e iniciou seus estudos no Colégio Coração de Jesus, no ano de 1916. No ano de 1922 realizou exames de admissão no Colégio Catarinense, curso que concluiu em 1928, obtendo, na época, condições de exercer o magistério e lhe proporcionando condições de cursar o ensino superior. O Curso de Direito inicia na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, quando exercia as suas funções de magistério na região nortecatarinense, prestando os então chamados "exames vagos" (realizados no período de férias escolares). Em 1935 ao ser convidado para ocupar o cargo técnico no Departamento de Educação do Estado matricula-se na Faculdade de Direito de Santa Catarina, onde, em 1938 obtém o título de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Tendo em mãos o título de estudos superiores, de grande valia na "República dos Bacharéis" que era, à época, o Brasil, prosseguiu seus trabalhos no campo educacional. Atuou, na década de 1930, em diversos cargos nas hierarquias institucionais da educação, fora: professor do CCJ, inspetor escolar, redator da Revista de Educação e Diretor do Departamento de Educação. Entretanto, o recorte desse constructo circunscreve a época em que fora Sub-Diretor Técnico do Departamento de Educação (1935-1939) e Diretor do Departamento de Educação (1939-1951). Através do Decreto nº 713 (SANTA CATARINA, 1935), foi empreendida a Reforma Trindade por Luiz Sanchez Bezerra da Trindade, indicado pelo governador Aristiliano Ramos para dirigir o Departamento de Educação, subordinado à Secretaria de Interior e Justiça. Juntamente com Trindade também atuaram na Reforma Elpídio Barbosa (Subdiretor técnico) e João dos Santos Areão (Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas e Nacionalização do ensino). Após o período em que esteve a frente do Departamento de Educação foi eleito deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina na 2ª legislatura (1951 — 1955). Durante o mandato do governador Celso Ramos foi nomeado Secretário de Estado da Educação e Cultura (1961-1965). Na Faculdade de Ciências Econômicas exerceu a chefia do Departamento de Ciências Jurídicas. Sua contribuição ao ensino Catarinense se faz presente na estruturação da Fundação Universidade de Santa Catarina. Com o advento da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - UDESC, fruto de estudos do Conselho Estadual de Educação, que presidia, aprovada pelo Decreto n. 2.802, de 20 de maio de 1965, implantou-a e foi o seu primeiro Reitor, cargo que ocupava ao falecer em outubro de 1966.

¹² Pretende-se analisar os onze livros de inspeção federal do "Ginásio Feminino" do CCJ elaborados entre os anos de 1939 e 1949. O "Ginásio Feminino" do CCJ, pois haviam outros seis ginásios reconhecidos pelo governo, através da reforma do ensino secundário chefiada pelo então Ministro da Educação e Saúde Pública Francisco Campos, oficializada pelo Decreto 19.890 de 8 de abril de 1931. Em 1935 havia, em Santa Catarina, sete ginásios reconhecidos pelo governo – isto é, equiparados ao Colégio Pedro II – no território catarinense: o Ginásio Catarinense (Florianópolis), Ginásio Aurora (Caçador), Ginásio Bom Pastor (Joinville), Ginásio Santo Antônio (Blumenau), Ginásio Diocesano (Lages), e o Ginásio Lagunense (Laguna). Das sete instituições, apenas o CCJ, seguindo as determinações da Encíclica "*Divini Illius Magistri*" – publicada por Pio XI em 31 de dezembro de 1929 – oferecia o curso ginásial exclusivamente para moças. Estas instituições estavam sujeitas a inspeção federal, que se organizava em torno de inspetorias regionais, que deveriam distribuir, orientar e coletar dados provenientes

memória selecionada, classificada e organizada, de modo a comprovar uma adesão, assim como, para sustentar, instituir e distinguir uma biografia de sucesso institucional. Como memória, o arquivo institucional é entendido como espaço construído sob o imperativo de testemunhar, uma forma de manifestação física de uma adesão ampla e disposta a lembrar e esquecer um pouco.

Considerando, no arquivo de correspondências administrativas do CCJ, os diversos documentos enviados pelo Departamento de Educação através de Elpídio Barbosa – quando ocupante dos cargos de subdiretor técnico e diretor do Departamento de Educação – entre os anos de 1939 a 1949, onde se destacam, numericamente, as circulares, esta Tese pretende rastrear a abrangência da adesão desta instituição escolar, a tais regulamentos estatais. Nesta perspectiva, tal empreendimento busca perceber nos relatórios de inspeção, todos guardados no Arquivo Escolar, se estas normativas atuaram/representaram efetivamente uma forma de adesão do CCJ às prescrições governamentais, ligadas ao projeto republicano de educação posto em vigor no Estado de Santa Catarina.

A constituição do arquivo se deu em torno da acumulação de documentos, em grande parte, ligados a legislação vigente, que fazia uso das correspondências oficiais para informar o colégio, sobre as prescrições governamentais. Estas prescrições foram responsáveis pelo preenchimento do arquivo institucional ao longo do tempo. Os inspetores escolares produziram relatórios de inspeção, que somados as correspondências oficiais, foram guardados e preservados no arquivo do CCJ. Estes documentos serão acionados neste constructo, a partir de uma perspectiva de análise centrada na historicidade dos processos de produção, acumulação e transmissão documental. Dessa maneira, a operação historiográfica buscará compreender como esses documentos foram selecionados, construídos e preservados no interior da escola e investigar como, no caso específico, o inspetor Elpídio Barbosa registrou a dinâmica das interações entre o colégio e o Estado. De um modo geral pretende-se criar um quadro representativo de tais processos alargando estudos sobre a escolarização em Santa Catarina na primeira metade do século XX.

Os relatórios, assim como as correspondências serão problematizados como parte da memória institucional, que a conservou por imperativos legais e memorialísticos. Trata-se de

do serviço de inspeção de cada estabelecimento. Cada estabelecimento de ensino, com mais de 400 alunos, seria fiscalizado por um inspetor especializado e, em cada inspetoria regional, deveria haver uma equitativa distribuição dos inspetores das diversas seções didáticas. Além dos inspetores de estabelecimento a legislação prescrevia que, em cada inspetoria regional deveria haver um inspetor regional, especializado em uma das seções didáticas, e quatro inspetores-assistentes, especializados em cada uma das demais seções.

evidenciar/ rastrear a concordância com a legislação e legitimar o colégio no tempo presente, através dos vestígios acumulados. Convém salientar que, neste trabalho, a memória será compreendida na perspectiva de Halbwachs (2006), que a compreende como uma dimensão que ultrapassa o individual e jamais apartada da sociedade. Segundo o autor, as memórias são construções dos grupos sociais que determinam o que é memorável e os lugares de sua preservação. A concepção de memória, que emerge em um tempo e lugar, movida pela dinâmica social resultante da interação entre individual e social é compartilhada por Ricoeur (2007), que a compreende como força vibrante e aderida à História. A memória e a História convivem em um fluxo contínuo de trocas e sustentação. A História por sua proximidade enreda-se na memória, que lhe dá acesso ao passado “e funciona como uma primeira aproximação à História” (op. cit., p.241), através do reconhecimento do que passou como digno de validação, pelo que ainda está passando já que “a ambição de fidelidade da memória antecederia a ambição de verdade da história” (op.cit., p.241). O historiador faz a reapropriação do passado e transmuta em conhecimento histórico, os resíduos da passagem do tempo transmitidos e reconhecidos pela memória.

As diferentes maneiras de interação do CCJ frente às inspeções serão mediadas pelos conceitos de “tática” e “estratégia” desenvolvidas por De Certeau (1994), que, busca explicitar as combinatórias operações (de caça não autorizada) ou esquemas de ação individual movidos pela relação “sempre social”, e que muitas vezes gera uma pluralidade de desdobramentos incoerentes e muitas vezes contraditórios. Dessa maneira, o autor descreve o cotidiano como ação que “se inventa com mil maneiras de caça não autorizada”. Esta relação sempre social é resultante de atos que o autor define que estratégias e táticas fazem parte de uma relação social, ambas são interdependentes, pois as “estratégias apontam para a resistência que o estabelecimento de um lugar oferece ao gasto do tempo; as táticas apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder” (DE CERTEAU, 1994, p. 102)

Como parâmetro de ação de pesquisa, a construção desta tese também será balizada como uma “Operação Historiográfica”, termo conceitual desenvolvido por De Certeau (1982), que descreve o trabalho do historiador como uma atividade vinculada a limites. Estes limites são impostos por inúmeras variáveis, pois o trabalho parte de um lugar social – instituição histórica – e estabelece constantes diálogos com outras instituições científicas, acionando múltiplos saberes para criticá-los, experimentá-los, a fim de controlar coerências e equívocos.

Ao mergulhar no passado, o pesquisador deve desmembrá-lo, no intuito de afastar qualquer sombra totalizante e afirmar-se no particular ou diferença. Assim, este trabalho permite colocar em perspectiva as escrituras mais ordinárias, as expressões construídas, os clichês e as formas originais, presentes no âmago das correspondências escritas e enviadas pelo Insetor Elpidio Barbosa e salvaguardadas no arquivo do CCJ, independente dos critérios estéticos. Além das variações expressivas, o ato epistolar, consiste em uma comunicação por escrito, uma construção de si em relação ao outro ausente. Os modos de apropriação presentes nas correspondências administrativas analisadas aqui, não escapam dos marcadores sociais e estão repletos de simbolismos. O trabalho sobre os limites também significa que o historiador se depara com um corpo de fragmentos resultante de um conjunto complexo de ações que produziram uma série de circulares, normativas, telegramas, e outros documentos administrativos recebidas pelo CCJ.

O arquivo institucional será estudado através da análise de uma pequena parcela de seu conteúdo. Os relatórios de inspeção do Ginásio Feminino do CCJ elaborados entre os anos de 1939 e 1949, bem como as correspondências administrativas remetidas por Elpidio Barbosa, serão acionados como amostras indissociáveis de um fundo documental que irão orientar as leituras, os questionamentos, as interpretações e a narração de suas particularidades. Longe de serem interpretados como fontes incontestes, os estudos realizados no arquivo do CCJ, devem ser entendidos como uma possibilidade de problematização, entre tantas outras. A opção por este trajeto, visa encontrar pistas sobre o passado e, por tanto, desenhar alguns cenários possíveis. Ao pesquisador resta a resignação diante de um passado que ainda passa e se esquia nas sombras das prateleiras e caixas empoeiradas. É possível senti-lo, revisitá-lo, problematizá-lo, explica-lo, mas não revivê-lo como tal.

O recorte temporal corresponde ao limite imposto pela materialidade oferecida pela documentação. O limite do recorte temporal não implica propriamente em um recorte estático de uma parte do arquivo, pois é difícil de conceber estes documentos como unidades desconectadas do todo. As correspondências, bem como os relatórios de inspeção serão problematizadas como parte integrante do arquivo e do grupo social que os materializou e preservou. Todo o empreendimento de análise, desde o começo, esteve pautado em uma escolha pessoal e arbitrária, posto que perquirir a totalidade do arquivo demandaria um trabalho para décadas de pesquisa.

Diferente do que acontece com pesquisadores que penam diante da escassez documental, o arquivo do CCJ, da mesma maneira que tantos outros, disponibiliza uma profusão aparentemente infinita de documentação e, conseqüentemente de problematizações.

O excesso de informação também pode ser um obstáculo, pois gera inicialmente, um sentimento de perda, que foi descrito com maestria por Farge (2009). Para a autora, que ao longo de sua trajetória como pesquisadora, se deparou com arquivos dos mais variados tipos, o encontro com a abundância de documentação desperta um misto de euforia e desalento. Após a sensação de conquista inicial do encontro, segue-se a sombra da derrota pelo soterramento. A contradição sentida, diante da profusão documental pode ser respondida por um procedimento de análise, pautado na interação entre os mesmos, em um uso complementar, contrastado e controlado. Como trabalhar com tantos documentos sem sucumbir a sua esmagadora presença? Esta é uma questão que não demora a surgir e exige trabalho constante e muita paciência, pois cada arquivo ou documento exige um olhar e um procedimento, que muitas vezes podem ameaçar a continuidade da investigação. Diante deste desafio se fez necessário a criação de uma metodologia de análise específica visando facilitar a ordenação da informação, através de critérios de seleção e classificação das correspondências recebidas pelo CCJ.

Como guias para a análise dos relatórios de inspeção, as correspondências administrativas remetidas por Elpídio Barbosa, foram selecionadas e classificadas em quadros (quadro 1), através de categorias de análise provenientes da temática recorrente nos documentos como: regimentos, programas, modelos, determinações e escrituração escolar; nomeações e comunicados; decretos e leis estaduais; agradecimentos e festividades escolares; correspondências federais; e documentos inusitados ou curiosos. Após a categorização da temática, se fez necessário registrá-las mediante critérios presentes nos documentos como data; órgão ou instituição remetente, receptor do documento, assunto, autor(es); e marginalias. Estes critérios derivam da estrutura predominante nas correspondências e, por sua recorrência nos documentos analisados.

Quadro 1 - Correspondências recebidas pelo CCJ - Regimentos/Programas/ Modelos/ Determinações/ Escrituração Escolar

CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS REGIMENTOS/PROGRAMAS/ MODELOS/ DETERMINAÇÕES/ ESCRITURAÇÃO ESCOLAR				
DATA	ÓRGÃO/ INSTITUIÇÃO REMETENTE	ENDEREÇADO	ASSUNTO	AUTOR
07/10/39	Estado de Santa Catarina Secretaria do Interior e Justiça Departamento de Educação	Irmã Bernarda Michele, Diretora do CCJ	Envio dos modelos de uma coleção de seis quadros para preencher e devolver logo após os exames finais.	Elpidio Barbosa Superintendente Geral Interin do Ensino
31/01/41	Estado de Santa Catarina Secretaria do Interior e Justiça Departamento de Educação	Irmã Bernarda Michele, Diretora do CCJ	Envio dos modelos de exames de admissão para o Curso Fundamental (modelos completos) do CCJ, contendo o Ditado, um texto para interpretação e questões com problemas de matemática.	Elpidio Barbosa Superintendente Geral Interin do Ensino
26/09/41	Estado de Santa Catarina Secretaria do Interior e Justiça Departamento de Educação	Irmã Bernarda Michele, Diretora do CCJ	Remete os pontos para os exames de admissão, de acordo com o § 2º, do art. 1º do Decreto Lei nº 306 (uma folha e meia contendo as questões que devem ser aplicadas as alunas)	Elpidio Barbosa Diretor Interino
20/01/43	Estado de Santa Catarina Secretaria do Interior e Justiça Departamento de Educação	Irmã Bernarda Michele, Diretora do CCJ	Remete os pontos para os exames de admissão do Curso Fundamental. (quatro folhas contendo as questões que devem ser aplicadas as alunas)	Elpidio Barbosa Diretor Interino
02/04/43	Estado de Santa Catarina Secretaria do Interior e Justiça Departamento de Educação	Irmã Bernarda Michele, Diretora do CCJ	Portaria sobre escrituração escolar. Endereçada aos inspetores escolares e diretores de estabelecimentos particulares de ensino. Assunto: Escrituração escolar. Associações auxiliares de Escola. Reuniões pedagógicas. Livros de escrituração para grupos escolares e cursos complementares: a) Os livros de escrituração escolar para os grupos escolares e cursos complementares são os seguintes: 1 matrícula para cada seção 1 chamada para cada classe 1 registro de lições – cada classe 1 termos visita de autoridades 1 visitantes.	Elpidio Barbosa Diretor do Departamento de Educação

Fonte: Dados extraídos do Arquivo do Colégio Bom Jesus Coração de Jesus

O período de elaboração dos quadros (Apêndice), que demandou muitas horas de leitura e digitação possibilitou verificar que as correspondências ofereceram um volume de dados que impossibilitariam a análise de sua totalidade. Mediante a esta limitação, foi preciso traçar uma nova estratégia de análise, que optou pela exploração de três categorias. Destas escolhas emergiram as questões norteadoras da análise e que estão divididas em sete capítulos precedidos por esta Introdução, considerada metodologicamente como um **Primeiro Capítulo** e encerrados com algumas considerações finais) determinados pelo fluxo de eventos que levaram ao encontro com o objeto de pesquisa. Trata-se de uma dinâmica que envolveu o contato com arquivo de documentos do colégio e a problematização de sua narrativa.

No segundo capítulo, No umbral do Arquivo: Pelo imperativo de testemunhar, o arquivo do CCJ será apresentado para o leitor, de modo que, possa ter acesso ao objeto de pesquisa, a partir da descrição do arquivo institucional. Nesse capítulo serão discutidos os processos de constituição dos arquivos escolares como uma ação intimamente ligada à escrituração escolar. Escrituração é responsável pela produção dos documentos de secretaria e guarda, para efeitos de comprovação, consulta, fiscalização, entre outras funções desenvolvidas, nos trabalhos administrativos e pedagógicos. As correspondências serão apresentadas em um primeiro exercício de problematização a fim de apresentar o CCJ, em um momento de conquista institucional. O arquivo institucional será apresentado como elemento integrante e inseparável do CCJ, pois sua constituição foi determinada pela dinâmica de forças

que convergiram na existência de ambos. O arquivamento do processo de escrituração, por vezes figura, segundo os estudos de Ludke e André (1986); Solis (1992), Vidal (2000); e Menezes e Teixeira (2005) como um obstáculo, pois nem sempre estes espaços se encontram em bom estado. Os estudos de Vasconcellos (1999); Bonato (2002); Morais (2012); Ferronato (2010); Balassiano (2012); Vanzella (2009); Portilho (2006); Ramos (2008); Mashio (2015); Gil e Hawat (2015); dedicam-se a problematizar arquivos de instituições de ensino e descrevem como estes espaços foram mobilizados para sustentar, legitimar e possibilitar a existência dessas instituições ao longo do tempo. Para tanto, se faz necessário revisitar a legislação específica, que regia autorizações, funcionamento e a fiscalização das escolas. Integra, ainda, esta parte um breve histórico da Inspeção Escolar em Santa Catarina como forma de situar o leitor na problemática.

No terceiro capítulo, *Visitas do Senhor Inspetor Escolar: Espaço físico, prescrições e processos de arquivamento.* Toda problematização gira em torno do processo de inspeção, guiada por Elpídio Barbosa, através das correspondências administrativas remetidas ao colégio e armazenadas no arquivo. Buscar-se-á, a partir de uma perspectiva de análise centrada na historicidade dos procedimentos de produção, acumulação e transmissão documental, compreender como esses documentos foram selecionados, construídos e preservados no interior da escola e investigar como registraram a dinâmica das interações entre o Inspetor, o Colégio e o Estado com o objetivo de situar estes agentes estatais, no processo de escolarização. Dessa maneira pretende-se acionar o *corpus* documental, na busca de indícios sobre como se dava o processo de prescrição estatal que fluía para a inspeção escolar. Em quais circunstâncias ocorriam as inspeções no CCJ? Como as correspondências administrativas enviadas por Elpídio Barborsa podem oferecer pistas sobre os procedimentos do trabalho de inspeção? O que era priorizado e secundarizado nos relatórios dos inspetores? Quais as mudanças registradas nos relatórios, na passagem do tempo? Essas questões exigem a organização dos documentos analisados em categorias de análise, indicativas da configuração do próprio acervo, tomado como fonte. Tomando a narrativa como resultado da intersecção das correspondências administrativas enviadas por Elpídio Barbosa, que visava prescrever a legislação vigente, com os relatórios de inspeção, confeccionados pelos inspetores designados pelo Departamento de Educação é possível fazer uma visita guiada pelas instalações físicas do CCJ. Os registros permitem uma apreciação parcial da estrutura física do colégio

No quarto capítulo, *Comemorar é preciso: a inspeção escolar arquivada entre prescrições e comemorações*, a inspeção será analisada via documentação que apresenta como o CCJ respondia às exigências da lei registradas nas correspondências referentes à Legislação Federal e Estadual e como se adequou à equiparação, ao nacionalismo e as demandas do Estado. Buscar-se-á, através do cruzamento de dados obtidos em outros documentos compreender como as correspondências administrativas enviadas por Elpídio Barbosa e os relatórios de inspeção registraram as comemorações escolares e os desfiles cívicos propagados pela nacionalização do ensino. Os relatórios de inspeção confeccionados entre 1939 e 1949 cristalizaram, em suas páginas, testemunhos textuais e imagéticos de adesões e desvios. Aparentemente desprovidas de funções pedagógicas, as comemorações agem como dispositivos acionadores de crenças, emoções, comportamentos, atitudes e controles, que tendem a internalizar e perpetuar-se. Os documentos do arquivo, quando cruzados com jornais de circulação local apontam para uma relação que não se restringia ao espaço institucional. As festividades e desfiles cívicos, apresentados pelos jornais da época serão acionados para demonstrar alguns dos mecanismos de controle do Estado autoritário.

O quinto capítulo, *O Arquivo Quadro a Quadro: a presença do ensino confessional na cidade de Florianópolis*, emergiu da profusão numérica e estatística registrada nos livros de inspeção. A reunião de documentos analisados aqui suscita, em decorrência de seu manuseio, a necessidade de analisá-los de maneira quantitativa. Os relatórios de inspeção, confeccionados sob o imperativo da lei, perenizaram dados estatísticos variados. As condições materiais desses papéis parecem mostrar uma intenção classificatória de seus idealizadores, construtores e arquivadores. Entretanto, mesmo previamente forjado, ou parcialmente prescrito por seus idealizadores que detêm o poder de arquivar foi possível, a partir desse arranjo documental, elaborar questões que permitam extrapolá-lo e buscar explicações além da tessitura aparente, que pretende produzir uma memória testemunhal. Longe de pretender reviver o passado como tal, a confecção desses instrumentos de análise visa oferecer quadros que possam quem sabe, colaborar para clarear algumas explicações sobre a escolarização catarinense entre as décadas de 1930 e 1940. Os critérios utilizados para efetuar a estatística de aproveitamento do curso ginásio feminino do CCJ sofreram alterações ao longo do tempo. Dessa maneira, para fins de análise, este estudo agrupou períodos cujos critérios foram adotados pela inspeção de Elpídio Barbosa. O agrupamento dos dados resultou em três períodos distintos: de 1939 a 1942, o segundo de 1943 a 1944, e o terceiro de 1945 a 1949. Os recortes temporais resultantes se desdobraram em três quadros, onde os dados coletados apontam para acontecimentos evidenciados pelos gráficos, quadros e tabelas, que demonstram a expansão do número de

alunos; os resultados positivos, quando considerado a formação escolar, ainda distante do idealizado pela propaganda republicana; e o fracasso merecedor do esquecimento dissimulado nas correspondências e relatórios de inspeção. As informações analisadas não passam de números e estatísticas, que aparentemente, não eram questionadas – ao menos oficialmente – ou compartilhadas pela instituição ou órgãos estatais. As reprovações eram, na concepção da época e do senso comum atual, fruto da incapacidade individual e, jamais relacionadas a falhas no sistema educacional posto. Ao Estado e instituições de ensino era transferido o mérito da aprovação, que era celebrada, divulgada e tornada digna de ser memorável.

O sexto capítulo, *Um olhar guiado pelas notícias na Revista Pétalas*, parte do questionamento sobre a possibilidade de analisar a inspeção escolar, a partir da perspectiva das alunas e seus registros perenizados pelos jornais escolares, *Pétalas* (supostamente produzido pelas alunas do curso ginásial) e *Pétalas* (suplemento infantil). Serão analisados neste capítulo, seis exemplares da revista *Pétalas*, publicados entre 1939 e 1945 e vinte encartes de *Pétalas* (suplemento infantil) publicados entre os anos de 1945 e 1948. Estas últimas, não são publicações do curso ginásial, mas oferecem em seus registros, algumas nuances do serviço de inspeção, a partir da perspectiva das alunas menores. Os registros deixados nesses periódicos serão acionados, no intuito de apresentar as visitas de inspeção, a partir da concepção das alunas do CCJ. A revista *Pétalas*, publicação de caráter religioso-pedagógico tinha como objetivo, de acordo com a Irmã Benwarda, diretora do Colégio, “depor uma pétala de alegria nos corações de minhas alunas e ex-alunas” (...) para que “prossigam no trilho sacrossanto do cumprimento do dever” (...) “para desempenhar fielmente o papel proeminente da mulher cristã e educadora” (*Pétalas* 1, 1933 apud Cunha, 2002, p. 72). Os jornais escolares serão acionados como documentos de análise para a história da educação de Santa Catarina oferecem oportunidades de investigação para o historiador do presente. Nesses manuscritos do cotidiano escolar serão analisadas as diferentes maneiras de como os periódicos construídos pelas alunas registraram parte da memória institucional, que os forjou e tornou público, obedecendo, quase sempre as prescrições estatais (por exemplo, a presença das associações auxiliares da escola) vigentes no período estudado. Esses manuscritos escolares podem revelar uma memória da escola construída conforme a lei, onde os jornais dão a ver a intervenção de professoras, professores, diretores e inspetores atentos para apresentar, provar e perenizar a ação de adesão aos preceitos do Estado.

Nos seis capítulos, os documentos serão perquiridos pela análise historiográfica, para rastrear adesões e desvios decorrentes das interações entre atos de prescrição estatal, inspeção escolar e práticas da instituição de ensino. O arquivo escolar guardou uma parcela desses documentos e oferece ao historiador do presente uma oportunidade de investigação de um tempo distante, que insiste em continuar passando.

Para longe de qualquer pretensão totalizante, a análise das correspondências enviadas pelo Departamento de Educação e os registros dos inspetores nos relatórios oferecem apenas alguns interstícios dos mecanismos, que moviam o processo de escolarização catarinense nas primeiras décadas do século XX. A análise dos documentos mobilizados nesta Tese exige diálogos teórico-metodológicos atinentes ao campo da História da Educação, da História Cultural e das questões atinentes ao Patrimônio Histórico - Educativo pela via dos arquivos escolares, em consonância com a própria História de Santa Catarina sempre tendo por horizonte que o historiador pertence ao seu tempo e lugar e, a interpretação dos dados levantados, se delinea em torno das possíveis intenções de verdade que deles puder extrair.

2 NO UMBRAL DO ARQUIVO: PELO IMPERATIVO DE TESTEMUNHAR

Nas prateleiras do arquivo, pastas e caixas contendo documentos administrativos do CCJ deixam ver, uma fração dos testemunhos da instituição de ensino, que buscou ao longo de sua trajetória, a ampliação do número de alunos, o reconhecimento e afirmação como instituição de referência, no ensino feminino em Santa Catarina. Em torno do seu arquivo escolar, se constitui a problematização que envolve a emergência e legitimação do colégio até os dias atuais. O arquivo será apresentado, neste capítulo, a partir da perspectiva de uma vitrine disposta à inspeção escolar. Para tanto, se faz necessário nuançar os estudos, que investigaram os processos de constituição dos arquivos escolares em outras instituições de ensino, a escrituração escolar que lhes preencheu com documentos diversos, destinados aos trabalhos administrativos, pedagógicos, bem como o percurso histórico trilhado pelo serviço de inspeção escolar, no Estado de Santa Catarina.

O arquivo de correspondências administrativas do CCJ, onde se encontram prescrições via circulares, avisos, convites, decretos, entre outros, será apresentado em um primeiro exercício de problematização a fim de apresentar o CCJ, em um momento de conquista institucional. O arquivo institucional será apresentado como seu elemento integrante e inseparável, pois sua constituição foi determinada pela dinâmica de forças que convergiram na existência de ambos. A legislação da época será revisitada e acionada para buscar possíveis explicações sobre as possíveis intenções que regiam as autorizações, trâmites de funcionamento e a fiscalização das escolas. Dessa maneira, pretende-se rastrear o aparato sobre o qual, se ancorava a interferência estatal.

Os arquivos são uma presença constante no ofício do historiador, pois neles estão uma de suas matérias primas mais requisitadas. Mesmo com a ampliação do conceito de fontes, a partir dos desdobramentos da Nova História Cultural, os documentos escritos, ainda figuram como fundamentos de muitas pesquisas. Durante muito tempo, os documentos escritos reinaram como principais testemunhas ou provas de um acontecimento. Os estudos de Delmas (2010, p. 21), revelam que, inicialmente preservados nos arquivos como testemunhos incontestes de uma ação efetivada, os documentos foram sacralizados e conservados para a presente e o futuro. Para o autor, “os documentos conservados eram documentos de arquivo porque probatórios, e não o contrário”. O autor entende os arquivos, como um produto social, que visa, entre outras coisas testemunhar e justificar o grupo ou sociedade que o materializou. Esta materialização varia para

mais ou para menos, de acordo com a dimensão e a complexidade da organização de seus criadores. A diversificação das sociedades humanas exige o registro de suas ações em documentos que garantam a continuidade das mesmas. Como os arquivos operam neste processo? Estas instâncias de custódia guardam quatro forças constituintes: probatória, lembrança, compreensão e identificação. A função probatória está vinculada às questões jurídicas, pois desde a constituição do Estado de Direito, durante os séculos XVIII e XIX, o documento passa a ganhar importância e atenção. Os documentos podem provar uma ação ou omissão, garantir direitos ou excluí-los, condenar ou absolver, testemunhar o acatamento de uma prescrição, ou o contrário. A função de lembrar, garante que o grupo constituinte do arquivo pode acioná-lo para registrar sua trajetória e acumular resultados. A função de compreender pretende afirmar como se deu a trajetória do grupo que materializou o arquivo. O arquivo atua neste caso, como um acionador de uma memória, capaz de atravessar o tempo e justificar a existência de um determinado grupo ou sociedade.

Numa interpretação ainda mais detida, os documentos do arquivo precisam ser problematizados historicamente como entidades adormecidas, e que podem ser requisitadas a qualquer momento, pois resguardam em seus suportes, memórias de um determinado grupo social, situada em um determinado tempo e lugar. Sua aparente veracidade ou imparcialidade encobre um movimento eterno petrificado, em uma lógica que, na ótica de (LE GOFF, 2003, p. 536), remete a antiga prática de construção dos monumentos, pois “o monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos”. Quando analisados como monumentos, os documentos do arquivo podem ser estudados como objetos de rememoração do passado, por um grupo social ou historiador imersos, na dinâmica das forças sociais de seu tempo. Podem ainda, agregar a função de identificação, em que as instituições de guarda dos arquivos os adicionam como instrumentos de identificação, dentro do processo de reconhecimento e promoção das relações sociais identitárias, que podem ser familiares, institucionais, individuais, de modo a sustentar uma memória coletiva.

Desde sua fundação, no final do século XIX, o CCJ reservou em seu acervo de objetos e arquivos documentais alguns fragmentos de sua trajetória, que por motivos ainda não investigados de maneira mais aprofundada escaparam do descarte. Tudo indica que, ao arquivar seus objetos e documentos, a instituição era movida por intenções mais objetivas, como atender as prescrições estatais, demandas administrativas internas, além de intenções mais abstratas como apoiar-se na trajetória progressiva para justificar a existência no presente bem como deixar

rastros de uma trajetória legal e exitosa que serviriam de propaganda futura. Essa vontade institucional análoga ao jogo de lembrar e esquecer presente na memória suscita debates entre as fronteiras da memória e da história.

A memória habita segundo por Halbwachs (2006), em uma dimensão de trocas entre indivíduo, o qual extrapola, e sociedade, de onde emana continuamente. Os lugares são considerados memoráveis, a partir de uma deliberação das memórias construídas pela coletividade. Esta, por seu turno, valida a memória individual. Este fluxo constante de trocas exige que as memórias individuais se constituam fazendo uso da memória dos outros e “que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum” (HALBWACHS, 2006, p. 39). Duas memórias em uma ou múltiplas em uma, pois “na base de qualquer lembrança haveria o chamamento a um estado de consciência puramente individual” (HALBWACHS, 2006, p. 42) que possibilita o acesso ao passado de maneira particularizada nas lembranças individuais. Se isto não fosse possível o indivíduo encontraria dificuldade de se distinguir do todo social, em que está inserido. Por outro lado, a rememoração só se dá em um contexto de reconhecimento mútuo, que o autor nomeou como “quadros sociais de memória”, pois a força da memória está diretamente relacionada com a intensidade de inserção do indivíduo em um determinado grupo. Quanto maior a importância do grupo em um determinado contexto social, mais intensas serão as recordações e perpetuações de suas memórias.

A memória emerge de um fluxo de trocas entre o individual e a coletividade da qual faz parte. Se dá em meio a uma relação de poder, que opera entre a lembrança e o esquecimento. Não se trata de algo estanque, é antes de um tudo um processo que envolve reconhecimento, rememoração e ressignificação. A memória é plural, emerge do grupo social, que a forja como cola que o sustenta como tal. Ao ser problematizada pelo historiador, a partir de uma metodologia que buscará destituí-la de qualquer sombra de sacralidade, a memória no ponto de vista de Nora (1993, p. 19), será “sempre suspeita para a História, cuja verdadeira missão consiste em destruí-la e recalca-la”. O método histórico exige uma certa alforria via distanciamento do historiador, em relação ao seu objeto de estudo. Isso se faz necessário, porque o historiador também pode estar enredado na memória, que precisa libertar. Não se trata de uma operação simples, pois “fazer história era libertar-se da memória, ordenar suas lembranças, reposicioná-las em encadeamentos e regularidades, explicá-las e compreendê-las, transformar uma vivência efetiva e emocional em algo pensado” (PROST, 2012, p. 267).

Ao reconhecer a materialidade do arquivo, como fruto de uma necessidade administrativa e como construção de uma memória institucional subjetivada é possível aqui, fazer uso da apropriação do conceito de “dispositivo” elaborado por Agambem, que, a partir de uma reconfiguração das ideias em torno do conceito de “positividade” cunhado por Foucault desenvolve uma linha de raciocínio mais ampla a respeito do processo de subjetivação. Para o autor, dispositivo pode ser compreendido como

qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fabricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc, cuja conexão com o poder e em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e - porque não - a linguagem mesma, que e talvez o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata - provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam - teve a inconsciência de se deixar capturar. (AGAMBEM, 2005, p. 13)

O conceito de “positividade”, foi utilizado primeiramente por Hegel, que o engendra como algo imposto pelo exterior e que escapa ao controle do indivíduo. Uma ação social e histórica, que conforma crenças, ritos, pensamentos e comportamentos. Logo a positividade embaça a percepção da razão humana imersa no elemento histórico. Por outro lado, o autor procura conciliar a prática humana (para atender uma urgência ou produzir um efeito) como derivada de uma perda do caráter abstrato da razão pura (razão e divino), no processo de conciliação com a positividade (divino manipulado). Foucault, ao se apropriar do conceito de positividade hegeliano, o coloca na perspectiva de como os indivíduos se relacionam com o histórico (entendendo com este termo o conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e das regras em que se concretizam as relações de poder). Agambem (2005), ao analisar esta interação “seres viventes ou substância” e “dispositivo” proposta por Foucault descreve a existência de um ou mais processos de subjetivação do “sujeito” (terceiro elemento resultante desta interação). Um mesmo sujeito pode passar por vários processos de subjetivação, onde recorrentemente é separado de si mesmo (o autor faz uso do conceito de “oikonomia” cunhado pela teologia para explicar a trindade divina: Deus (essência/ser) age por meio de uma oikonomia (administração da casa), ao delegar ao seu filho, Jesus, a ação de gerir a humanidade.

Todo dispositivo implica, com efeito, um processo de subjetivação, sem o qual o dispositivo não pode funcionar como dispositivo de governo, mas se reduz a um mero exercício de violência. Foucault assim mostrou, como, em uma sociedade disciplinar, os dispositivos visam através de uma série de práticas e de discursos, de saberes e de exercícios, a criação de corpos dóceis, mas livres, que assumem a sua identidade e a

sua "liberdade" enquanto sujeitos no processo mesmo do seu assujeitamento. O dispositivo é, na realidade, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações, e só enquanto tal é uma máquina de governo. (AGAMBEM, 2005, p. 14)

Para o autor, “dispositivo” é a coisa em si e a rede que a envolve; é movido por uma função estratégica concreta inscrita em uma relação de poder; e algo de geral (um *reseau*, uma "rede") porque inclui em si a episteme, que para Foucault é aquilo que, em uma certa sociedade permite distinguir o que é aceito como um enunciado científico, daquilo que não é científico. O dispositivo, ao interagir com o “ser vivente”, lhe transfere – através de perda de uma suposta essência – a condição de sujeito subjetivado, que se confunde com o dispositivo que opera e reproduz. O sujeito é o ser vivente aderido ao dispositivo¹³, que lhe toma parcialmente a existência e condiciona comportamentos, atos e ações. Uma ação dirigida e condicionada por consentimento e reconhecimento.

Antes de dar continuidade à estas reflexões, urge questionar se a sala, onde estão resguardados os documentos do colégio pode ser considerada de fato um arquivo. De acordo com o Dicionário de Terminologia Arquivística (2004, p. 27) "arquivo é o conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, independente da natureza do suporte". O termo é um desdobramento do grego *archeion* composto por dois elementos: *arkhaios*, antigo e *epo*, dispor, ter cuidado, e deu origem em latim *archivum*. O conceito de arquivo significaria, portanto, a arrumação de coisas antigas e que pode ser entendido como um espaço composto por um agregado ou conjunto de documentos com finalidades comuns. O arquivo é uma instituição ou serviço, que tem por objetivo principal preservar, oferecer custódia, organizar e oferecer, através de processamento técnico o acesso à pesquisa. Logo, o CCJ possui um arquivo destinado especificamente à guarda de documentos administrativos, que são organizados, preservados e disponibilizados para a pesquisa.

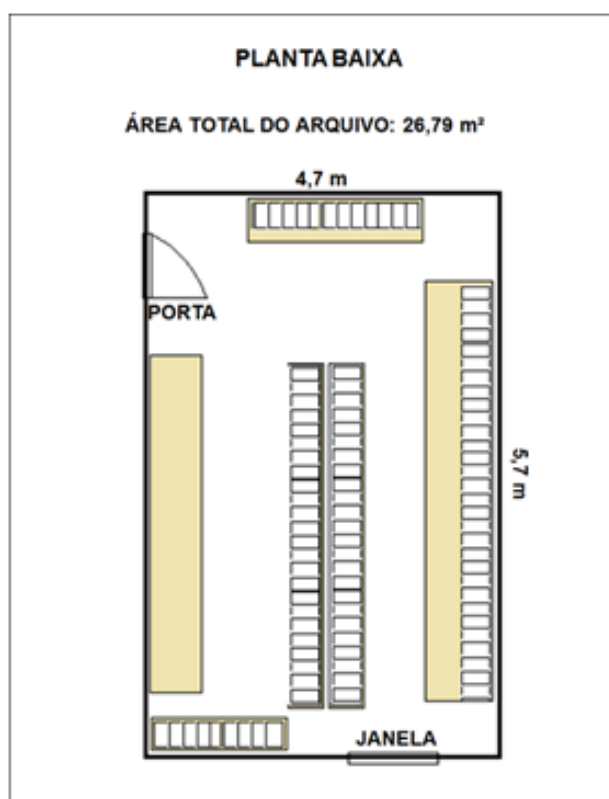
2.1 OS FUNDAMENTOS DO ARQUIVO E A ESCRITURAÇÃO DO COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS

O arquivo do CCJ, conforme a planta baixa (Figura 1), localiza-se no segundo andar do edifício, em uma sala de acesso restrito (pouco conhecida por alunos, funcionários e

¹³ Para o autor não é mais a essência, pois esta, se perdeu no processo de subjetivação.

professores), pois fica em uma ala desativada do edifício antigo. Esta ala distribui-se por uma área de aproximadamente 500 m² constituída por diversas salas de aula, banheiros, depósitos, escadarias e outros espaços. Medindo 26,79m², o corredor que se avista ao cruzar a divisória é vazio e mal iluminado. Sobre o assoalho de madeira a poeira testemunha um tempo que passa sem muitas perturbações.

Figura 1 - Planta Baixa do Arquivo do CCJ



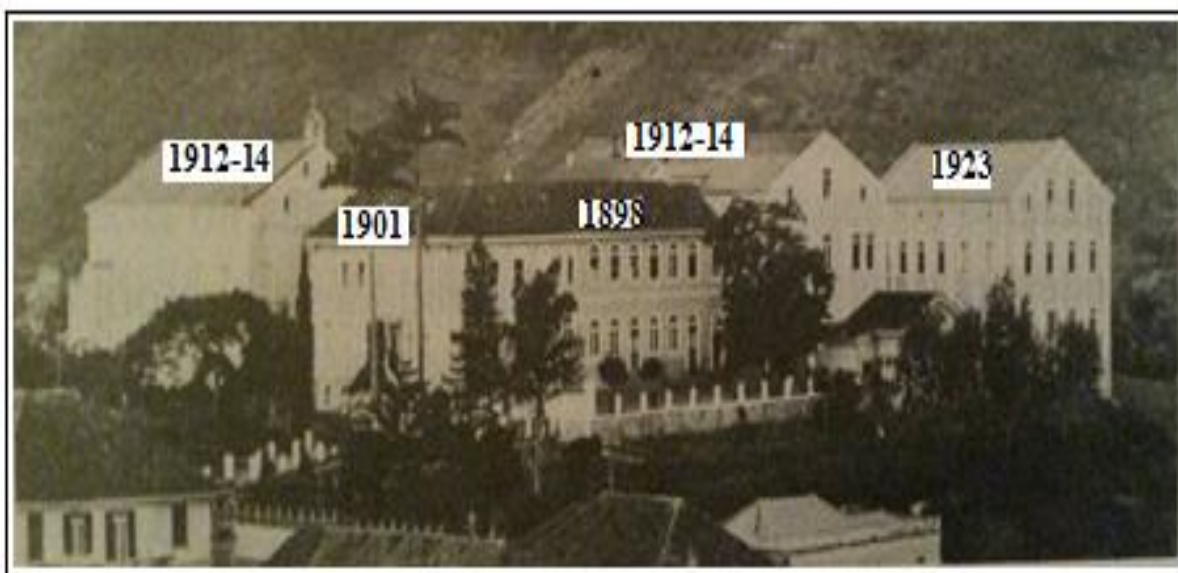
Fonte: Arquivo do Colégio Bom Jesus Coração de Jesus

O arquivo institucional é a primeira sala de uma rede de corredores, onde jazem salas desativadas do CCJ¹⁴. O Edifício escolar, é formado pela soma de várias edificações (Figura 2) construídas ao longo dos anos. Em todo lugar, mesmo nos mais recônditos, o edifício escolar guarda as marcas do tempo em corredores vazios e distantes do burburinho dos alunos. O arquivo se localiza na edificação construída entre os anos de 1912 e 1914. No momento de sua construção servia para dar continuidade ao processo de expansão, que forçou a instituição a investir na materialização de espaços destinados às atividades ligadas ao regime de externato e

¹⁴ Estas salas encontram-se desativadas e isoladas por divisórias do restante do edifício. O edifício é formado por uma série de edifícios, que foram agregados ao original, para atender as necessidades decorrentes da expansão do número de alunos e das exigências legais.

internato. Hoje, essa edificação se encontra isolada do restante do espaço escolar em uso, por meio de divisórias, que lhe obliteram completamente a existência. A maioria dos alunos, não se dá conta da existência de um edifício além das paredes que os separa deste ambiente. Ao entrar neste espaço provisoriamente desativado¹⁵, a porta do arquivo é a primeira de uma dezena de outras que margeiam o corredor labiríntico. Localiza-se no lado esquerdo e, assim como as outras portas, chama a atenção, pelas dimensões de quatro metros de altura e um metro de largura. As fechaduras são antigas e o metal, oxidado dificulta o manuseio. Ao abrir a porta pela primeira vez, o ranger das dobradiças denunciam, que ali repousam testemunhos, alguns há muito tempo, silenciados pela passagem do tempo.

Figura 2 - O complexo de edifícios que compunham o CCJ, durante a década de 1930



Fonte: Arquivo do Colégio Bom Jesus Coração de Jesus

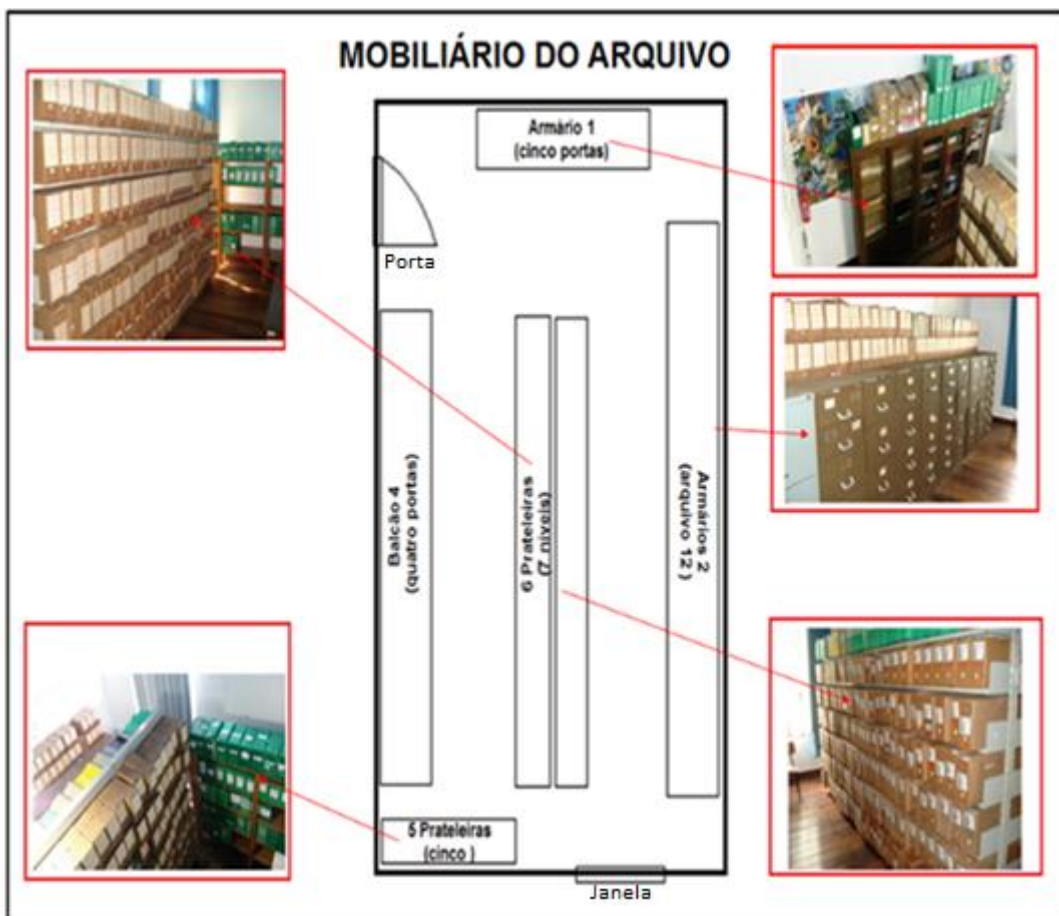
No intuito de auxiliar o leitor na visualização da disposição física do arquivo escolar, foi confeccionada uma planta baixa, onde pode-se observar a disposição de seu mobiliário, complementada por fotografias (Figura 3). A massa documental é constituída majoritariamente por documentos de uso administrativo produzidos principalmente no trabalho da secretaria do colégio. Nesses documentos adormecem os registros da trajetória pregressa da instituição. Trata-se de um processo análogo ao que ocorre, no acúmulo de sedimentos ao longo do tempo

¹⁵ Em novembro de 2017, o CBJ retomou os estudos para a reativação desse espaço. De acordo com o projeto, previsto para entrega em 2018, a atual sala do arquivo escolar será ocupada pela biblioteca, as salas de aula do prédio construído no início do século XX – entre os anos de 1912 e 1914 – serão reformadas, para atender a demanda crescente de alunos e o arquivo, até o momento permanece encaixotado e sem destino certo.

e que proporciona aos arqueólogos, o estudo do passado através de lâminas fossilizadas. Nada além de um apanhado parcelar do passado, analisado na perspectiva do agora. Trata-se de um processo que ainda está em vigor, pois o colégio continua em atividade e as prateleiras centrais do arquivo continuam sendo usadas para arquivar documentos administrativos atuais.

O arquivo é, quase sempre, um local silencioso, pois não raro é tomado pela a agitação do horário do recreio, que invade a única janela localizada nos fundos da sala. A sala destinada ao arquivo, de formato retangular é um pouco escura e, o frio – mais intenso nos meses de inverno – é acentuado pelas paredes pintadas com tinta azul clara. A iluminação da sala deriva de duas fontes: da luminária com duas lâmpadas fluorescentes, que pende do teto e da janela ao fundo medindo 2 metros de altura por 1 metro de largura e protegida por venezianas de madeira. Todo o ambiente mede 5,7 metros de comprimento, 4,7 metros de largura e 4,9 metros de altura.

Figura 3 – Planta Baixa e fotos da disposição do mobiliário nos arquivos do CCJ



Fonte: Arquivo do Colégio Bom Jesus Coração de Jesus

O mobiliário, onde repousam os documentos é composto por um armário de madeira com cinco portas envidraçadas (Figura 4), sob o qual se acomodam vinte e três caixas arquivo de papelão; um conjunto de onze de arquivos metálicos de diferentes formatos e cores que somam cinquenta e uma gavetas, sobre estes arquivos encontram-se sessenta e oito caixas arquivo de papelão; um balcão de madeira com quatro portas; dois conjuntos centrais de prateleiras de madeira com trezentos e noventa e dois arquivos de papelão; armário com cinco prateleiras contendo cinquenta e uma caixas arquivo de plástico; e algumas caixas de papelão nos cantos da sala onde estão guardados documentos em branco.

Figura 4 - Armário de documentos do Arquivo do CCJ



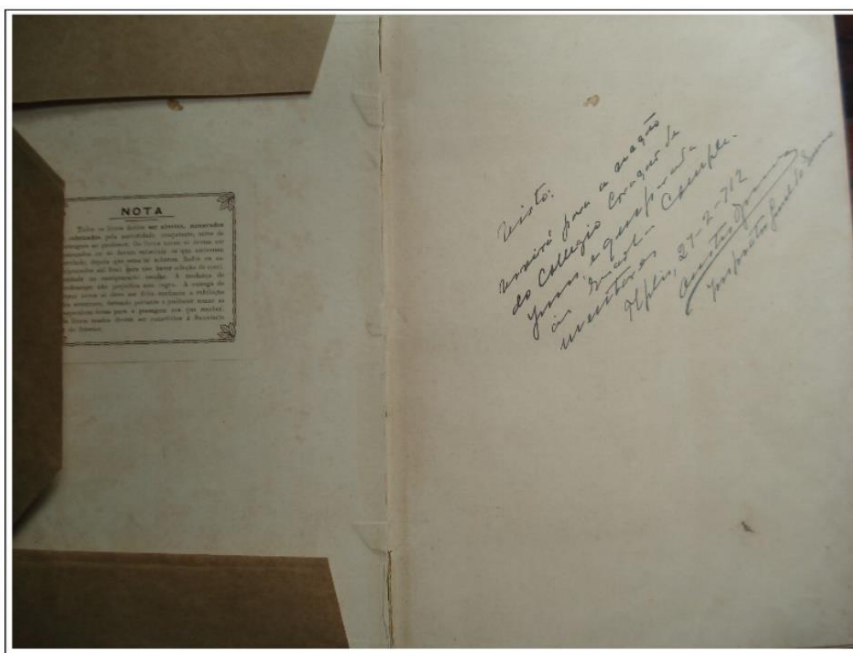
Fonte: Arquivo do Colégio Bom Jesus Coração de Jesus

A profusão documental, ainda não estudada, permite entre outras entradas de pesquisa, o acesso a informações referentes ao processo de instalação do colégio no final do século XIX; aos regimentos internos, legislação, subvenções e bolsas de estudo; as inscrições para seleção de alunas contendo nomes, data, local de nascimento, filiação, profissão do pai, endereço, periodicidade das inscrições, causas das eliminações nos exames; matrículas para os exames de admissão, listas detalhadas de matrícula, documentação das alunas e familiares; relatórios de inspeção; anuários, planos de aula, relatórios de vida escolar; currículos; livros de atas das reuniões pedagógicas; livros de atas dos exames finais; correspondência oficial; plantas do colégio, livros de visitas de inspetores e familiares; documentação do internato; álbuns de fotografias; balancetes; correspondência interna e externa; certificados de conclusão de curso;

além de outras formas de registros do cotidiano escolar, que podem ser utilizadas na análise dos mecanismos que atuavam no processo de formação das normalistas.

Até o momento, não foi encontrado um documento, que possa ser apontado como fundador definitivo do arquivo, muito menos uma explicação objetiva, para a não existência de documentos anteriores a década de 1910. O documento mais antigo encontrado no arquivo institucional é um livro manuscrito com os registros das matrículas do Curso Complementar realizadas em 1912 (Figura 5).

Figura 5 - Livro de matrícula de 1912



Fonte: Arquivo do Colégio Bom Jesus Coração de Jesus

Na primeira página deste livro de registros é possível ler a inscrição: “servira para a criação do Colégio Coração de Jesus equiparado as escolas complementares Florianópolis, 27 – 3 – 912 Inspetor Geral do Ensino Orestes Guimarães”. Trata-se de um registro, que marca formalmente o reconhecimento estatal e a autorização para o funcionamento da instituição de ensino. As atividades educacionais estavam entre os objetivos das irmãs que fundaram o CCJ, em 15 de janeiro de 1898, e desde o início demonstraram este interesse, que foi paulatinamente reconhecido pelo governo do Estado de Santa Catarina, por meio de ações legais. O registro encontrado não representa a primeira conquista das irmãs, mas figura entre os que testemunham a emergência de uma instituição reconhecida e legitimada. Em 1908, a instituição que emergia,

na capital do Estado conquistou, através do Decreto n. 348¹⁶, expedido pelo governador Gustavo Richard, a autorização para a abertura de um curso preparatório para alunas, que desejavam ingressar na Escola Normal; em 1911 foi autorizado, durante o mandato do governador Vidal Ramos, a abertura de uma escola complementar, por meio do Decreto Estadual n. 604¹⁷. A assinatura de Orestes Guimarães, no livro de matrículas do CCJ, assinala a presença do primeiro reformador da educação catarinense e o reconhecimento, através do imperativo legal, dos trabalhos do colégio. Junto à administração do colégio não foram encontradas informações precisas sobre a existência de documentação mais antiga. Tudo indica que os primeiros documentos foram transferidos e preservados em outro arquivo que, provavelmente, permanece sob a guarda da Província do Coração de Jesus¹⁸. Os rumores que circulam pelos corredores da instituição giram em torno de um *resgate* realizado pelas irmãs da Congregação da Divina Providência, quando ocorreu a confirmação da transferência da administração do colégio, pela Associação do Senhor Bom Jesus. Vale lembrar que não há confirmação de *resgate* de documentos administrativos, mas apenas, de parte do acervo da cultura material da instituição¹⁹. Por enquanto, a única certeza paira sobre o *resgate* de itens que compõem o acervo de objetos guardados. Quando interrogadas sobre o possível paradeiro desses documentos, as irmãs afirmam, que não os possuem, e que, por sua antiguidade, foram extraviados ou destruídos. Uma possível explicação para este vácuo documental, talvez se justifique pela informalidade dos primeiros tempos da administração e pela ausência de prescrição de arquivamento de documentos, em uma instituição não formalmente reconhecida e legalizada pelo Estado. Esta explicação abre o questionamento sobre os procedimentos desenvolvidos pelas irmãs fundadoras do colégio, para obterem a permissão estatal para atuarem no campo educacional. Também é preciso frisar, que seria impossível preservar integralmente a documentação de mais de um século de atividade e talvez estes documentos ainda venham à tona em futuras pesquisas. Mas, se o arquivo pode ser acionado, como base de

¹⁶ SANTA CATARINA, Decreto Legislativo n° 384, de 1908. Expede regulamento para a instrução pública do estado de Santa Catarina.

¹⁷ SANTA CATARINA, Decreto Legislativo n° 604, de 11 de julho de 1912, que trata da equiparação da Colégio Coração de Jesus com a Escola Complementar.

¹⁸ Fundada em 1906, pelas Irmãs da Divina Providência e conhecida como Província Mãe, a Província do Coração de Jesus foi a primeira Província brasileira e dela surgiram outras províncias, mantidas pela Congregação da Divina Providência no Brasil. Atualmente constitui, junto com todas as organizações que dirige, a denominada Sociedade da Divina Providência. O edifício da Província, se localiza ao lado do atual CBJ e funciona como sede administrativa, claustro e residência de algumas irmãs.

¹⁹ Parte do acervo da cultura material escolar foi transferido para o Colégio Bom Jesus de Blumenau.

apoio para o próximo degrau na trajetória de conquistas institucionais, fica a pergunta se, este espaço de custódia é fruto de uma contingência ou uma prescrição. Tudo leva a crer que o arquivo do CCJ foi constituído como espaço amalgamado por uma conjunção de imperativos derivados da prescrição estatal; prática administrativa, que necessita organizar, arquivar e salvaguardar testemunhos de trajetórias de formação escolar e de construção de memória capaz de sustentar a instituição no presente. Grosso modo, a emergência do arquivo escolar parece ter sido guiada por um processo de escolhas, geralmente guiado por questões de interesse particular e legais, que determinaram, o que de fato é importante ou necessário guardar. Antes de prosseguir, faz-se obrigatório discutir sobre a nomenclatura mais apropriada para a documentação encontrada no CCJ.

Os indícios levam a crer que, o CCJ construiu seu arquivo movido por forças que, de alguma maneira, exigiam a preservação dos documentos escritos. Depois da autorização para o funcionamento, como instituição de ensino reconhecida pelo Estado, o arquivo deveria ser organizado com o propósito de possibilitar o processo de fiscalização. Dentre as diversas incumbências prescritas aos inspetores escolares, pode-se destacar a Lei estadual n. 967, de 22 de agosto de 1913, no seu parágrafo 8, item a) do artigo 27, do capítulo VI, que determina aos inspetores escolares: “observar a escrituração”²⁰. Como pré-requisito para a existência da instituição de ensino, a escrituração escolar, já era prescrita um ano depois do colégio receber a concessão da autorização de abrir a Escola Complementar. Em 1911, o governador Vidal Ramos²¹, através do artigo 91, do Decreto estadual n. 640/11, de 1911²², autorizou a equiparação de escolas complementares pertencentes aos estabelecimentos particulares, que apresentassem os requisitos necessários. Dentre os requisitos constava a organização da escrituração escolar, para fins de inspeção. Se for levado em consideração, que nesta data, as irmãs da Divina Providência já haviam aberto o internato (1899); uma escola para meninos e uma escola – chamada de São Vicente de Paula – de caráter gratuito, que contava com noventa meninas carentes²³; e o asilo de órfãos (1904); é possível deduzir, que o arquivo de documentos

²⁰ SANTA CATARINA, Lei n. 967, de 22 de agosto de 1913, que trata da revisão dos regulamentos da Instrução Pública no Estado de Santa Catarina. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

²¹ De acordo com os arquivos do CPDOC, Vidal Ramos, jornalista de formação, governou o Estado de Santa Catarina entre os anos de 1902 e 1905. Em 1906 foi eleito deputado federal, cargo que ocupou até 1910, quando foi eleito para o segundo mandato de governador (1910-1914). Como governador realizou a primeira grande reforma do ensino no estado e estimulou os padres jesuítas a desenvolverem o ensino médio na capital. Ainda ocupou os cargos de senador (1914-1927), deputado federal (1927-1929) e senador (1935-1937).

²² SANTA CATARINA, Decreto n. 640/11, de 1911, que trata das equiparações da escola complementar. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

²³ Livro de Crônicas: dezembro de 1914 – Arquivo da Província da Divina Providência.

era indispensável, tanto para a organização e administração realizada pelo serviço de secretaria, quanto para os órgãos fiscalizadores estatais.

O documento mais antigo encontrado no arquivo de correspondências administrativas é uma cópia do Decreto n. 1945, de 1926²⁴, remetida pelo Coronel Antônio Pereira da Silva e Oliveira, vice-governador em exercício. Este documento prescreve os procedimentos para o ensino de língua estrangeira no Ensino Normal e distribui as disciplinas que devem ser oferecidas em cada ano do curso. Não se trata de um documento que determina diretamente a constituição de um arquivo escolar, mas aponta para a necessidade de organização e guarda, proveniente das trocas administrativas entre a instituição e o Estado. Guardar o documento recebido em uma pasta de correspondências administrativas facilitaria as próprias consultas, tanto pelo arquivador, quanto por eventuais visitas de fiscalização. É esta ação de acumular documentos probatórios de ações pedagógicas realizadas que permite a problematização dos arquivos escolares e a visita breve a alguns acontecimentos da história da educação.

Ao analisar o acúmulo de documentos nos arquivos escolares, das escolas paulistas, Zaia (2010, p. 53) os define como “dispositivo administrativo que organiza, direciona, normatiza, regulamenta, ordena e controla as atividades escolares”. A escrituração é interpretada como um suporte para dois tipos de investigação histórica: como fonte de informação sobre o processo de institucionalização de um sistema escolar e seu funcionamento e, igualmente, como fonte de informação sobre a história de uma escola em particular. Porém, estes espaços, nem sempre estão em boas condições de conservação e muitas escolas descartam estes documentos. Ao analisar as condições de arquivamento escolar no Brasil, autores como Bastos (2015), Ludke e André (1986), Solis (1992), Vidal (2000); e Menezes e Teixeira (2005) constatam que a preocupação das escolas em manter e preservar seus registros documentais é pouco expressiva. Na maioria dos casos examinados os arquivos são relegados a espaços apertados, pouco ventilados e com iluminação deficiente. Os documentos se decompõem lentamente no silêncio do esquecimento. Em casos mais graves, as escolas não mantêm registro de suas atividades, das experiências feitas e dos resultados obtidos. Quando existe algum material escrito, ele é esparso e conseqüentemente pouco representativo do que se passa no seu cotidiano. É evidente que esse

²⁴ SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça, Diretoria da Instrução Pública, Cópia do Decreto n. 1945. Florianópolis, 4 de março de 1926.

fato também é um dado do contexto escolar e deve ser levado em conta quando se procura estudá-lo.

Nos primeiros anos da República, a escrituração ganhou corpo e passou a compor paulatinamente o currículo para a formação masculina. Partindo do pressuposto de que a partir da descrição e caracterização da escrituração escolar, hoje em repouso nos porões e nos arquivos escolares é possível rastrear uma parcela da trama que corroborou para o funcionamento da maquinaria do sistema de ensino. O arquivo de documentos do CCJ não é o único, outros arquivos escolares foram constituídos, no mesmo período. Alguns chegaram ao presente em boas condições, como é o caso do arquivo explorado neste construto outros não sobreviveram às vicissitudes do tempo ou quase desapareceram por completo. A desintegração física desses espaços²⁵ retira de cena a oportunidade de interrogar estes fundos documentais e as diversas entradas de pesquisa sobre os rumos da educação na passagem do tempo. A preservação desses espaços pode, na perspectiva de Bastos, (2015, p. 21) oferecer ao historiador da educação, a interpretação dos mesmos, como parte de uma “intenção precípua de construir e preservar memórias têm sempre um caráter político, uma vez que a memória é instrumento capaz de criar identificações, produzir um discurso sobre o passado e projetar expectativas para o futuro”. A problematização da escrituração escolar cria condições para investigar as formas de produção de hierarquias, instituição de funções que foram responsáveis pela produção de lugares de poder e de autoridade, estruturação de espaços administrativo que homogeneizaram, não raro, práticas, pois esta produção não foi feita para ser obliterada como nos outros documentos da escrita escolar.

Na operação historiográfica, os documentos dos arquivos assumem a condição de irradiadores de testemunhos repletos de significação, podendo ser investigados como relíquias dotadas de singularidade e força. Estes aspectos são decisivos para que sejam estudados não apenas como produtos de efeitos de significação dentro dos sistemas, mas também como propriedade daqueles que detêm o poder para produzir e conservar esses sistemas. O arquivo, nessa perspectiva, apresenta uma ruptura pois permite o aprofundamento histórico de sua emergência. Uma emergência profundamente arraigada às prerrogativas estatais de organizar a escrituração escolar. Uma ação do CCJ prescrita pelo Estado, já que, a primeira decorre da

²⁵ Entendendo o espaço como um lugar geográfico onde ocorrem as práticas sociais, De Certeau (1994) discute as concepções ocidentais sobre lugar e espaço como entidades conectadas, mas pertencentes a dimensões distintas. O autor afirma que o espaço pode ser entendido no sentido absoluto, onde ocorrem as interações históricas com o meio – lugar – ou as relações com o mundo. Espaço é movimento da ação humana no lugar geográfico, e como ação vive, luta, pulsa, “em suma o espaço é o lugar praticado” (CERTEAU, 1994, p. 202).

segunda, tanto no que concerne as medidas legais de institucionalização e reorganização das escolas, quanto nas normatizações via legislação, que regularam o trabalho registro e arquivamento dos documentos na instituição. Sobre a escrituração, o Regulamento do CCJ²⁶, datado de 1928, determina no Art. 7 que a “escrituração do Colégio será feita nos seguintes livros: a) de inscrição para os exames de admissão e finais; de matrícula; de chamada; de registro de sabatinas; de correspondência oficial; de registro de diplomas; e de visitas”.

As correspondências administrativas e os relatórios de visita de inspeção, focos desse constructo, fazem parte de uma escolha de análise – já mencionada anteriormente –, que preteriu outros documentos da totalidade do arquivo. Parte-se, nesse estudo, da premissa que estes suportes fazem parte do sistema de exigências estatais que necessitavam de arquivamento passível de fiscalização. Resta saber como o CCJ lidou como esses intercâmbios e de que maneira assimilou, obedeceu/aderiu e/ou subverteu as prescrições impostas pelo Estado. As pesquisas de Martin (2006) revelam a escola como um micro espaço social construído como uma cultura própria. Esta cultura própria, segundo o autor, composta de uma trama de normas, saberes teóricos e práticas pedagógicas inter-relacionadas entre si, pode ser entendida como cultura escolar. Compreender esta trama contribui para conhecer a “escuela por dentro”, assim como suas resistências, aspirações, trocas com o mundo exterior, apresentam-se como desafios aos historiadores da educação. Dentro desta perspectiva de investigação, elementos materiais- como os arquivos escolares - têm despertado profundo interesse de pesquisa.

Ao problematizar os arquivos presentes em várias instituições como receptáculos de memória, Vasconcellos (1999), os diferencia das coleções, pois os arquivos podem ser caracterizados como um "conjunto de documentos organicamente acumulados, cujas informações permitem acompanhar a trajetória de vida de seu titular". A nomenclatura dada aos arquivos varia e muitas vezes cria confusão nos leitores, que se defrontam com termos como “acervos escolares”, “arquivo morto”, “fundos arquivísticos”, entre outros. No que se refere a nomenclatura, Bonato (2002, p.3), afirma que os arquivos escolares comportam, em seu interior inumeráveis suportes documentais que podem ser acionados como fontes de pesquisa: "São espaços de memória, depositários de fontes produzidas e acumuladas na trajetória do fazer pensar o pedagógico no cotidiano das escolas".

²⁶ Regulamento Para o Colégio Coração de Jesus. Arquivo do Colégio Bom Jesus/ Coração de Jesus. Florianópolis, 1928.

Outra questão a ser considerada reside no ato de preservar. O colégio constituiu um espaço forjado com documentos selecionados e arquivados de maneira intencional. Entretanto, mesmo o arquivo estando previamente forjado por seus idealizadores ou parcialmente prescrito pelo aparato estatal é possível, a partir desse arranjo, elaborar questões que permitam extrapolá-lo e buscar explicações além da tessitura aparente que pretende produzir o simples acúmulo documental para apoiar as demandas administrativas, atender as exigências legais e alicerçar as ações no campo educacional da instituição no tempo presente. A operação historiográfica, nos relatórios de inspeção e correspondências administrativas coloca estes documentos em cena, sob a perspectiva de uma análise que parte do agora, sobre um passado, do qual restam alguns fragmentos. É claro que, a operação historiográfica está envolta em riscos, pois busca tirar do silêncio, documentos, que serão impregnados de vozes, que não fazem mais parte do contexto em que foram produzidos.

Ao colocar em cena o trabalho com documentos arquivados, Farge (2009, p. 14) afirma que “o arquivo é uma brecha no tecido dos dias[...]. Nele, tudo se focaliza em alguns instantes da vida de personagens comuns, raramente visitados pela histórica, a não ser que um dia decidam se unir em massa e construir aquilo que mais tarde se chamará história”. Para a autora, os documentos oficiais, preferidos pelos historiadores, que os utilizam na maioria das vezes como testemunhas de uma tese que se pretende comprovar são tratados de maneira superficial. É preciso manter-se longe do “arquivo-reflexo” onde se colhem apenas informações e analisar os documentos com mais profundidade. Além dos problemas relacionados à conservação dos arquivos verifica-se a presença de poucos estudos que se propõem analisar arquivos de uma maneira mais ampliada como forma de contemplar uma massa documental mais significativa, não se restringindo apenas a personagens específicos, não são muito comuns e apenas nas últimas décadas ganharam volume.

A análise de Salomon (2010) aponta para uma tradição de pesquisa que produziu uma verdadeira profusão de monografias sobre epistolário desta ou daquela personagem, mas não há trabalhos que se dediquem à análise de arquivos, que tomem amplos conjuntos de correspondências, independente dos missivistas e dos seus círculos de inter-relação, e os analisem a partir da historicidade que os constituiu. Não há uma arquivologia das correspondências. Para o autor, a preocupação historiográfica centrou-se na maioria das vezes, em personagens consagrados, com habilidade de escrita e bem posicionados socialmente. A maioria dos estudos sobre arquivos concentra-se nos personagens com biografia reconhecida, relegando os homens e mulheres comuns ao esquecimento. De acordo com o autor é necessário fugir da acomodação da “ilusão biográfica” e trilhar por terrenos mais instáveis da escrita

ordinária e propõe uma arquivologia que “trata das cartas em sua materialidade própria. É a história da constituição dos arquivos ou dos conjuntos de correspondências, dos planos exteriores que eles instauram” (SALOMON, 2010, p.4).

Seguindo esta postura heurística, Dauphin (2002), descreve um abalo nas fronteiras da hierarquia das fontes que separam as correspondências ordinárias e consagradas. Nos últimos anos, a presença de personagens “ordinários”, que gradualmente povoam o mercado editorial sinaliza para um novo olhar historiográfico sobre outras formas de práticas culturais. O cotidiano entra em cena na pesquisa acadêmica e já não é possível afirmar que existem personagens mais ou menos dignos de interesse. Ao percorrer e inquirir uma correspondência, o historiador penetra em um território delicado que analisará os acontecimentos, na perspectiva da prática e posição dos atores no seu tempo. Consiste também em questionar sua singularidade no contexto preciso da história e da cultura epistolar, em relação ao processo de alfabetização, aos modismos, ao gosto, a difusão de modelos de cartas manuscritas, aos modelos de aprendizagem e de incucação da carta como um modo de vida, como moral social, entre outros.

Entre pesquisadores e pesquisadoras da História da Educação a emergência e a pesquisa dos/nos arquivos escolares propiciou profundas reflexões e alentados trabalhos que colocaram em cena novos e outros autores, objetos e fontes presentes nestes locais de salvaguarda e conservação e, nesse sentido, este trabalho se ancora em tais fontes para melhor iluminar seu objeto/tema.

Sobre a pesquisa e a preservação dos arquivos institucionais, Morais (2012) relata sua experiência em um projeto de extensão no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ). Trata-se de um projeto registrado na UERJ desde 2007 e possui como ações a identificação, manutenção e preservação da história desta instituição de formação. O trabalho se concentra em levantar e organizar o acervo escolar com vistas à consolidação de seu Centro de Memória. Entre outros objetivos, a pesquisa visa contribuir para a preservação do patrimônio material e imaterial desta instituição de ensino. Além disso, a autora busca, através do aprofundamento do debate sobre os arquivos institucionais, não permitir que a experiência dos sujeitos que constroem cotidianamente a escola, se apague na falta de registro e preservação da história. O historiador da educação tem o compromisso ético e epistemológico com a construção de uma escola que se perceba como lócus de história e de memória. O arquivo está povoado de testemunhos residuais do tempo que revelam uma vida pulsante, dormente pronta para ser acionada pela pesquisa histórica.

Os estudos de Ferronato (2010) interrogam sobre as possibilidades de utilização dos arquivos escolares no estudo das instituições educativas, tendo como objeto o “Lyceu Parahybano”. Trabalho que, segundo o autor, exige reflexão aprofundada sobre os fundamentos teóricos e metodológicos que implicam no tratamento dos fundos arquivísticos institucionais. A responsabilidade do pesquisador nos arquivos pesa sobre as possibilidades de enriquecer a pesquisa histórico-educacional e a organização e preservação dos arquivos e fontes. Os arquivos escolares podem contribuir significativamente para as pesquisas em História da Educação, por sua acessibilidade, diversidade e tipos de informações. Outro entendimento explorado é a concepção do arquivo como um lugar da memória escolar e de pesquisa histórica.

As pesquisas de Balassiano (2012), buscam compreender o processo de constituição, criação e consolidação do *Lycée Français* (também conhecido como Colégio Franco Brasileiro) no recorte temporal entre 1915 e 1965. Os arquivos institucionais brasileiros e franceses foram mobilizados para contar com um repertório diversificado de documentos. A construção deste repertório apontou que o objeto de pesquisa deveria ser focalizado sob três temporalidades distintas: *Lycée Français*, Liceu Franco-Brasileiro, e Colégio Franco-Brasileiro, a partir de uma história institucional articulada em torno de três personagens centrais: Claude Alexandre Brigole, Georges Dumas e Renato Almeida. A Constituição do arquivo, mais do que por documentos que acumula é o pano de fundo na problematização da existência da instituição escolar situada nos contextos franceses e brasileiros ao longo do período analisado, acionando uma perspectiva de análise, que opta para compreender o processo no movimento de escala macro e micro das relações entre educação e história franco-brasileira.

O arquivo parece apresentar o encontro de personagens que deram vida à instituição e a tornaram possível em seu tempo. O encontro com personagens ordinários permeia os estudos de Santos (2007), que enfocam na trajetória e perfil de um grupo de alunos da Escola Normal Carlos Gomes, no município de Campinas, São Paulo. O arquivo institucional possibilitou o levantamento de informações, através de documentos diversos registrados ao longo do período histórico conhecido como Estado Novo (1937-1945). A mobilização destes documentos permitiu cotejá-los com outros produzidos a partir do Convênio para o aperfeiçoamento e uniformização das estatísticas educacionais e conexas, assinado em 1931, e que teve Teixeira de Freitas como personagem emblemático.

Através da análise dos documentos Portilho (2006), buscou desenvolver um estudo acerca do modo de inserção do Centro de Ensino Fundamental Pípiripau II, escola situada na periferia rural de Planaltina no Distrito Federal, na realidade em que atua, e compreender a forma como os docentes interpretam a realidade da escola do campo, de seus habitantes locais,

e das questões emergenciais que pontuam o cotidiano desta comunidade. A autora conta com diversos documentos provenientes dos “registros de memória”: lembranças que marcaram a história (ao longo de dez anos) da pesquisadora nesta comunidade escolar; fotografias e documentos do arquivo escolar.

A pesquisa de Ramos (2008) analisa o processo de construção de uma instituição educacional particular de Porto Alegre-Escola Projeto (1988-2008). Esta escola atua desde a sua fundação com Educação Infantil e objetiva a formação continuada de seus docentes. Outro objetivo da instituição é a construção de propostas pedagógicas, visando implementar metodologias de trabalho diferenciadas. Os pressupostos que fundamentam as práticas da Escola Projeto estão baseados nos autores e teóricos que utilizam as linhas cognitivistas como premissa. A pesquisa se debruça sobre os documentos pedagógicos encontrados no arquivo escolar e depoimentos de sujeitos que, de alguma forma, participaram do processo de construção da escola. O estudo analisa as práticas educativas e sua abrangência em termos de formação contínua. Segundo a autora, a possibilidade de acesso aos documentos do arquivo institucional (atas de reunião, textos elaborados por professores, fotos, materiais elaborados pela coordenação da escola, cronogramas ou outros que possibilitaram a explicitação de diferentes etapas de construção do projeto político-pedagógico da escola) oferece múltiplas entradas de pesquisa que permitem problematizar historicamente as práticas escolares diante das prescrições estatais. A pesquisa também tangencia algumas perspectivas de estudo presentes no ambiente escolar e aponta para novos caminhos de pesquisa no que se refere à formação continuada no trabalho pedagógico.

O artigo de Mashio (2015) propõe analisar o trabalho de escrituração escolar das colônias italianas da cidade de Curitiba como lugares indiciários dos modos de representar a infância. Busca, por meio da investigação dos mapas de frequência, identificar as categorias que ordenaram a infância na perspectiva comunitária étnica e escolar. A demanda pela formação de arquivos escolares é concebida como prática administrativa que buscou institucionalizar o fazer docente. Essa prática, no universo escolar das colônias de imigrantes possibilitou nomear crianças, classificar os diferentes perfis infantis que frequentavam as escolas coloniais e mensurar a cadência dos ritmos de ensino e aprendizagem. Como instrumento legal, os mapas de frequência sinalizavam o quanto a escola seria capaz de ordenar a infância, escolarizando os sujeitos sociais e transformando-os em sujeitos escolares.

Na esteira dos estudos sobre a escrituração escolar, Gil e Hawat (2015) analisam um conjunto de livros de matrícula, produzidos no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1895 e 1919, buscando compreender, pelos dados de preenchimento e pelas categorias adotadas para a identificação dos inscritos, a trajetória escolar dos alunos, as idades de ingresso e frequência e o tempo de permanência na escola. As autoras se dedicam a articular as disposições dos decretos relativos à instrução pública com os registros na documentação estudada. Intencionou-se, também, em alguma medida, colaborar na reflexão sobre as potencialidades e os limites da escrituração escolar como fontes que podem contribuir para a compreensão de aspectos da prática escolar e a experiência dos alunos no período indicado.

No que se refere às diversas maneiras de interrogar os documentos dos arquivos, Bastos; Jacques e Almeida (2015) organizam uma coletânea de artigos, frutos de pesquisa acadêmica, que busca problematizar e refletir sobre os diversos elementos que constituem o Colégio Farroupilha, no Rio Grande do Sul, no recorte temporal de 1858 até 2008. O trabalho é norteado pelo arquivo do Memorial da instituição. E a pesquisa neste espaço ofertou um leque de possibilidades como arquitetura escolar, constituição de arquivos, associações beneficentes, objetos escolares, atuação de inspetores, métodos de ensino, entre outros.

No caso do CCJ, o arquivo era prescrito e obedecia a protocolos de organização que se ampliaram na passagem do tempo. Como já foi mencionado anteriormente, a organização de documentos administrativos atendia as exigências estatais e outras demandas da própria instituição. A documentação arquivada de maneira adequada era entendida pelos inspetores como a total observância da lei e sinal de saúde da instituição.

2.2 A PRESENÇA VIGILANTE DOS INSPETORES E AS ESCRITAS OBRIGATÓRIAS DEIXADAS

Em 1939, data inicial do recorte temporal aqui analisado, a legislação vigente era pautada pelo Decreto Federal nº 21.241²⁷, que entrou em vigência durante a administração do Ministro Francisco Campos. Segundo o texto da lei, o serviço de Inspeção aos estabelecimentos de ensino secundário foi mantido, sob a responsabilidade do Departamento Nacional do Ensino. Os estabelecimentos de ensino secundário deveriam ser classificados ou “agrupados” de acordo com o número de alunos matriculados e com as distâncias e facilidades de comunicação entre

²⁷ BRASIL. Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932, que consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências

eles, constituindo inspetorias regionais. Ao serviço de inspeção caberia a transmissão de informações precisas para que o Departamento Nacional do Ensino pudesse criar novas inspetorias regionais e distribuir estabelecimentos de ensino sob a responsabilidade das mesmas. A legislação aponta para uma hierarquia centralizada no Ministério da Educação e Saúde Pública, que controlava os trabalhos do Departamento Nacional de Educação, responsável pelas Inspetorias Regionais. Cada inspetoria regional era comandada por um inspetor regional responsável pela fiscalização e orientação dos inspetores de estabelecimento de sua circunscrição; manter a ordem burocrática e administrativa; cooperar com os inspetores para facilitar o serviço de inspeção; julgar provas parciais das disciplinas da respectiva secção didática²⁸, realizadas nos estabelecimentos da inspetoria regional; visitar os estabelecimentos da inspetoria regional, realizando conferências sobre assuntos de ensino relativos às disciplinas da respectiva secção didática e remeter relatórios mensais que deveriam ser enviados ao Departamento Nacional de Ensino. Além do inspetor regional, cada inspetoria deveria contar com quatro inspetores assistentes especializados nas quatro secções didáticas restantes. Estes inspetores deveriam promover a adaptação dos programas das disciplinas, de acordo com a necessidade e condições dos estabelecimentos; organizar os testes para medir o aproveitamento escolar; fiscalizar e promover melhorias no andamento dos trabalhos didáticos das instituições. O trabalho realizado pelo corpo técnico da inspetoria regional deveria proporcionar fruição ao trabalho dos inspetores de estabelecimento. Aos inspetores dos estabelecimentos de ensino cabia um ofício reconhecido pela lei, que, além de manter este profissional em atividade, ampliou suas responsabilidades no campo educacional. Um ofício permeado de trâmites burocráticos e legais exigia uma mão de obra especializada. Aos inspetores de estabelecimento de ensino cabia seguir a orientação do inspetor regional, no trabalho fiscalizar mais de uma escola, desde que o número de matriculados em cada uma delas não superasse quatrocentos; manter a vigilância sobre o cumprimento ou não da lei; contribuir para aperfeiçoar o desempenho dos estabelecimentos inspecionados; fomentar o aperfeiçoamento do ensino, em particular, das disciplinas da respectiva secção didática no estabelecimento para o qual for designado; rever provas parciais; superintender a aplicação das provas parciais; apresentar relatórios mensais.

²⁸ BRASIL. Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932. De acordo com o Art. 74, desse artigo, a distribuição das disciplinas se configuraria em cinco secções didáticas: Secção A) Português e Latim; Secção B) Francês e Inglês ou Alemão; Secção C) História da civilização e Geografia; Secção D) Matemática e Desenho; Secção E) Ciências físicas e naturais, Física, Química e História Natural.

Os inspetores deveriam ser contratados mediante concurso público em que deveriam comprovar conhecimento em uma das secções didáticas, dispostas em lei, de maneira a demonstrar que sobre a sua secção possuía domínio sobre as disciplinas que a compunham e a respectiva metodologia de cada uma; conhecer os princípios que regiam a organização da educação secundária; e conhecimento sobre psicologia aplicada à educação. Os requisitos para preencher o cargo exigiam ser brasileiro; ter idade mínima de 21 anos; possuir sanidade mental; contar com idoneidade moral; pagamento de taxa de inscrição; poder comparecer três vezes por semana, nos estabelecimentos sob sua responsabilidade; e não lecionar nos estabelecimentos sob o regime de inspeção, sem prévia permissão do Departamento Nacional de Ensino. O trabalho era remunerado e sujeito a gratificação por qualquer acréscimo de estabelecimentos, além do previsto em lei. O custeio dos serviços de inspeção era bancado por um fundo especial proveniente dos seguintes serviços: quotas de inspeção; taxas de revisão de provas parciais; taxas relacionadas a expedição de certificados; taxas provenientes de guias de transferência; e outros recursos previstos em lei.

O ensino secundário, conforme o disposto na reforma Francisco Campos se dividia em Fundamental e Complementar. O Curso Fundamental era composto por cinco séries:

1ª série: Português, Francês, História da Civilização, Geografia, Matemática, Ciências físicas e naturais, Desenho, Música (canto orfeônico); 2ª série: Português, Francês, Inglês, História da Civilização, Geografia, Matemática, Ciências físicas e naturais, Desenho, Música (canto orfeônico); 3ª série: Português, Francês, Inglês, História da Civilização, Geografia, Matemática, Física, Química, História Natural, Desenho, Música (canto orfeônico); 4ª série: Português, Francês, Inglês, Latim, Alemão (facultativo), História da Civilização, Geografia, Matemática, Física, Química, História Natural, Desenho; e 5ª série: Português, Latim, Alemão (facultativo), História da Civilização, Geografia, Matemática, Física, Química, História Natural e Desenho. (BRASIL, DECRETO Nº 21.241, 1932)

O Curso Complementar era composto por dois anos, que consistiam no estudo preparatório para os alunos que almejavam o ensino superior. Se dividia em áreas do conhecimento da seguinte maneira:

Art. 5º Para os candidatos à matrícula no curso jurídico são disciplinas obrigatórias: 1ª série: Latim, Literatura, História da Civilização, Noções de Economia e Estatística - Biologia Geral, Psicologia e Lógica.; e 2ª série: Latim, Literatura, Geografia, Higiene, Sociologia, História da Filosofia. Art. 6º Para os candidatos à matrícula nos cursos de medicina, farmácia e odontologia são disciplinas obrigatórias: 1ª série: Alemão ou Inglês, Matemática, Física, Química, História Natural, Psicologia e Lógica; 2ª série: Alemão ou Inglês, Física, Química, História Natural, Sociologia - Desenho. Art. 7º Para os candidatos à matrícula nos cursos de engenharia ou de arquitetura são disciplinas obrigatórias: 1ª. série: Matemática, Física, Química, História Natural, Geofísica, Cosmografia, Psicologia e Lógica; 2ª série: Matemática, Física, Química, História Natural, Sociologia e Desenho. Art. 8º O regulamento da Faculdade de Educação, Ciências e Letras discriminará quais as disciplinas do curso

complementar que serão exigidas para a matrícula em seus cursos. (BRASIL, DECRETO Nº 21.241, 1932)

A distribuição das disciplinas, nas cinco seriações do fundamental e nos dois anos do Curso Complementar, alvo da inspeção escolar, apresentam uma configuração enciclopédica e propedêutica, que será abordada em capítulos posteriores. Em uma primeira análise, aponta para uma educação distante da realidade econômica e cultural da maioria da população pertencente as camadas menos abastadas da sociedade da época.

Em 1941, por exemplo, na circular²⁹ endereçada à Irmã Benwarda Michele, Diretora do CCJ, pelo Superintendente Geral Interino do Ensino, Elpídio Barbosa, foram anexados modelos de exames de admissão para o Curso Fundamental (modelos completos) do CCJ, contendo o Ditado, um texto para interpretação e questões com problemas de matemática. Conforme previsto no Decreto n. 21.241/32, os exames de admissão eram obrigatórios para os candidatos que pretendiam se matricular na 1ª série de estabelecimento de ensino secundário e eram realizados na segunda quinzena de fevereiro. O envio da circular cumpre procedimentos previstos nos Art. 24 e 25 do Decreto Federal e o Art. 17 do Decreto Estadual, nº 306³⁰, expedido pelo governo do Estado de Santa Catarina. Tanto no Decreto Federal, quanto no Estadual fica determinado, que “o exame de admissão constará de provas escritas, uma de português, (redação e ditado) e outras de aritmética (cálculo elementar), e de provas orais sobre elementos dessas disciplinas e mais sobre rudimentos de Geografia, História do Brasil e Ciências Naturais”. Além disso, a lei determinava que o Superintendente Geral do Departamentos de Educação ou membros de seu corpo técnico deveriam enviar as questões, que deveriam ser aplicadas por três professores da instituição, assistidos pelo inspetor responsável. A inspeção que ocorria no Ginásio Feminino do CCJ era federal e de acordo com a legislação vigente, deveria ser mediada pelo Departamento de Educação estadual.

Estes modelos de exames foram, juntamente com a ata da realização dos mesmos, encadernados e arquivados no arquivo institucional. São documentos de uso administrativo, que visavam preservar a memória das atividades realizadas, fato este que facilitava o controle e a consulta, tanto da equipe responsável pelos trabalhos de secretaria, quanto pelos fiscais, que

²⁹ SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça. Departamento de Educação, Circular 0866, de 31 de jan. 1941.

³⁰ SANTA CATARINA. Decreto nº 306, que reorganiza os Institutos de Educação em Santa Catarina. Florianópolis, 02 de março de 1939.

eventualmente visitavam o CCJ. No relatório de inspeção de 1941³¹, os inspetores federais Antenor Moraes, Rafael G. Cruz Lima e Octavio da Silveira Filho, registraram que seus nomes se amparam nas designações previstas pela portaria federal 490³² e que, a inspeção deve trazer nas páginas de seu relatório, informações precisas sobre a administração da instituição, didática aplicada em sala de aula, material de ensino, corpo docente, saúde financeira do estabelecimento, e condições físicas do edifício escolar. Neste ano o CCJ, contava com 1081 alunos matriculados, dos quais 86 frequentavam o Curso de Admissão, no período vespertino. No Ginásio Feminino, de acordo com o referido relatório estavam matriculadas 195 alunas.

O relatório de inspeção elaborado em 1941³³, pelo inspetor federal Octávio Silveira Filho oferece alguns indícios, que podem colaborar para explicar algumas questões sobre o trabalho de escrituração escolar, que alimentava o arquivo do CCJ. Elaborado pelos inspetores: Antenor Moais, Rafael G. Cruz Lima e Octávio da Silveira Filho, o relatório traz entre seus diversos registros, o reconhecimento do trabalho institucional no que alude a observância da escrituração escolar

Os registros escolares, que se iniciam pelos requerimentos de matrícula, passando-se para a vida escolar, são feitos com obediência a todas as determinações da Divisão do Ensino Secundário. Os livros de registro, como de matrícula, atas de exames de admissão, exames orais, termos de promoção, livro de atas, livro de protocolo, foram examinados com cuidado e atenção e observamos, sem rasuras, nem emendas, achando-se em perfeita ordem e em dia. Ao examinarmos os trabalhos de secretaria em tudo que esta compreende – quer no tocante a serviços quer no tocante a ordem escrupulosa em que são feitos – quer na disposição dos assuntos no arquivo – são merecedores dos maiores aplausos, pois a prática de observação adquirida é nos bastante para afirmar: que poucos são os estabelecimentos que possuem tal organização (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO DO GINÁSIO FEMININO DO CCJ, 1941)

A organização dos livros de matrícula, atas, relatórios, diários de classe, documentação dos professores, certificados, relatórios de inspeção obedece a um método que proporciona ao inspetor ou autoridade estatal o acesso rápido e prático. Tudo está catalogado por temas e datas, de maneira que é possível acompanhar a passagem do tempo e o trabalho desempenhado na formação escolar de uma instituição religiosa germânica predominantemente feminina, formando professoras imersas em um Estado masculino de tendência centralizadora e nacionalista. O CCJ é, antes de tudo, uma instituição pertencente a Ordem da Divina

³¹ RELATÓRIO DE INSPEÇÃO. Arquivo do Colégio Bom Jesus/Coração de Jesus. Florianópolis, set. de 1941.

³² Brasil. Portaria nº 490, que autoriza o Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação designar os inspetores escolares. Rio de Janeiro, 14 de ago. 1941

³³ RELATÓRIO DE INSPEÇÃO DO GINÁSIO FEMININO DO COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS. Arquivo do Colégio Bom Jesus/ Coração de Jesus, 1941.

Providência, que juntamente com outras instituições católicas buscava fazer frente aos ideais disseminados pelo movimento republicano e laico. Como instituição religiosa, o colégio se dedicou ao trabalho de formar, no ensino secundário, normalistas que, através de suas ações pessoais e profissionais poderiam difundir os valores e crenças ligados ao catolicismo. Ao fazer uma análise da religião como incapaz de ultrapassar a dimensão cultural da mesma, Geertz (2008), concebe o termo cultura em uma existência multifacetada, mas o aciona em seus estudos no sentido de

um padrão de significados transmitido historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida. (GEERTZ, 2008, p. 66)

O autor, em diálogo com a antropologia, nos apresenta um modelo conceitual sobre a religião e estabelece dois conceitos como base para a sua teoria – *Ethos* e “visão de mundo” -, este modelo descreve que os símbolos sagrados funcionam para sintetizar o *ethos* de um povo e sua visão de mundo mais ampla sobre a ordenação da existência. Os símbolos religiosos funcionam como fundadores de uma harmonia entre um estilo de vida particular (*ethos*) e uma metafísica específica (visão de mundo). A religião age no sentido de ajustar as ações humanas a uma ordem cósmica e projeta imagens desta ordem cósmica no plano da experiência humana, o que ocorre no cotidiano de cada sociedade. Para o autor, esta função mediadora da religião possibilita a conciliação entre a experiência vivida e a imaginada.

o *ethos* torna-se intelectualmente razoável porque é levado a representar um tipo de vida implícito no estado de coisas real que a visão de mundo descreve, e a visão de mundo torna-se emocionalmente aceitável por se apresentar como imagem de um verdadeiro estado de coisas do qual esse tipo de vida é expressão autêntica. (GEERTZ, 2008, p. 93)

A interação entre *ethos* e metafísica se dá, necessariamente, em um contexto de materializações de símbolos religiosos, que atuam como portadores materiais capazes de acionar uma ordem idealizada no cotidiano de determinado grupo social. Os símbolos armazenam significados normativos, que podem colaborar para encantar a existência e salvá-la do lugar comum, pois a “moralidade tem assim a aparência de um realismo simples, de uma sabedoria prática; a religião apoia uma conduta satisfatória retratando um mundo no qual essa conduta é apenas o senso comum” (GEERTZ, 2008, p. 96). Para o autor, a interação entre *ethos* e visão de mundo, transpõe a interpretação dos acontecimentos com mera casualidade, pois os

acontecimentos, dentro desta lógica de pensamento e ação estão permeados de significados e são ao mesmo tempo, frutos desses significados. A interpretação do mundo passa a se guiar por uma interação entre “uma ontologia e uma cosmologia com uma estética e uma moralidade”.

A grande maioria dos gestores e funcionários estatais, com quem a instituição se corresponde e relaciona são homens que exigem a observância das prescrições e cumprimento da lei. É evidente que o arquivo foi organizado para ser visto e visitado por um grupo seleto de pessoas quais sejam, funcionários do CCJ, secretários, diretores, algumas irmãs, inspetores e outros agentes estatais, que no desempenho de suas atividades profissionais contribuíram para perenizar fisicamente no arquivo, uma fração do cotidiano escolar. Um cotidiano prescrito e, segundo os registros nos relatórios e pareceres dos inspetores, praticado. Talvez mais instituinte do que instituído, pois se o objetivo é atender a regulamentações estatais, nem tudo necessitava ser registrado, muito menos arquivado. O que ficou de fora? O arquivo parece valorizar uma memória selecionada e permeada além de observância à legislação vigente. Os fracassos foram evitados e não encontrados com facilidade na maioria dos documentos analisados. Nos registros do relatório de 1941 descansa a memória de uma instituição merecedora dos “maiores aplausos”. Não se pretende discutir o merecimento do colégio, pois esta não é a ideia da tese. O que se pretende levantar é se os aplausos não se estendiam também aos inspetores. Aparentemente, a instituição se organizava para atender as prescrições, pois tudo estava previamente montado à espera de suas visitas de inspeção. Por outro lado, a visita de inspeção também seguia prescrições e fiscalizações, que deveriam ser atendidas e informadas adequadamente. O sucesso da instituição de ensino inspecionada, no que diz respeito ao cumprimento da lei, também se estende aos funcionários do Estado, que precisavam demonstrar o dever cumprido com maestria. As inspeções surpresa aconteciam sem sombra de dúvida, mas o que os documentos do arquivo escolar relegaram ao tempo presente, são relatos de visitas previstas pela lei e que ocorriam em períodos predeterminados. Quando os inspetores registram que “a prática de observação adquirida é nos bastante para afirmar: que poucos são os estabelecimentos que possuem tal organização”, aparentam transferir parte do mérito para si, pois pressupõem-se dotados de experiência e autoridade, para classificar e hierarquizar as instituições visitadas, que movidas pela legislação e fiscalização dos inspetores procuravam implementar o prescrito: uma prescrição mediada pelo Departamento de Educação e aderida pelo colégio e confirmada pela inspeção escolar. Os aplausos precisam ser compartilhados em larga escola, quem sabe estendidas ao Superintendente Geral do Ensino e seu corpo técnico.

Ao se debruçarem sobre a dinâmica que sustenta a materialização dos lugares de guarda de documentos Camargo e Bellotto (1996, p. 5) pontuam que o “arquivo é o conjunto de

documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas” O arquivo guarda uma profusão de documentos, que não fariam sentido, se utilizados separadamente. É o conjunto que lhes dá coesão e sentido, pois reúnem registros da trajetória institucional e seu funcionamento no exercício de suas funções. São documentos, que sobreviveram ao ritual do uso e do descarte. A escrituração escolar se constituiu ao longo do tempo, como as lâminas de sedimentos petrificadas e encontradas pelos arqueólogos. Em várias correspondências recebidas pelo CCJ, há indícios de uma prescrição que orientou a organização e arquivamento. Convém registrar que já em circular³⁴ enviada, no ano de 1937 à Direção do colégio, Elpídio Barbosa, Superintendente Geral Interino do Ensino, remete uma portaria que define as regras para a escrituração escolar:

as Escolas Normais equiparadas as congêneres do Estado devem fazer a sua escrituração do movimento mensal, organizado, em duas vias. Os boletins de movimento de classe e as folhas de movimento, usadas nos estabelecimentos oficiais, remetendo a 1ª. via ao Departamento de Educação e arquivando a segunda no estabelecimento, usando também as fichas para registro de lições e notas mensais.

Dessa maneira os documentos foram preservados e disponibilizados atualmente para pesquisa. Os documentos analisados neste trabalho, bem como a maior parte da massa documental que compõem o arquivo, não cumprem mais a função de atender as solicitações, inspeções e outros tipos de vigilância estatal. Então cabe questionar, por que ainda estão arquivados ou não foram destruídos? Ao que indicam as evidências, um dos caminhos que explicam esta preservação seja função de prova de longa duração, pois a instituição de ensino ainda mantém suas atividades e é reconhecida socialmente por sua larga experiência e tradição no ensino. O conjunto do arquivo, ainda preserva, a organização descrita pelos inspetores em 1941. O arquivo relegou ao presente documentos repletos de aplausos que vibram em suas prateleiras e armários envidraçados. Uma justificativa que continua passando nas margens erodidas pelas crises do presente cujos vestígios que podem colaborar para explicar o processo que engendrou a guarda e preservação dos documentos no arquivo do colégio saltam das pastas de correspondências. Da mesma maneira que já havia feito anteriormente, Elpídio Barbosa, em

³⁴ SANTA CATARINA, Secretaria do Interior e Justiça, Departamento de Educação, que trata da portaria n. 14, que se refere a escrituração escolar das Escolas Normais, Florianópolis, 7 de outubro de 1939.

1943, agora investido do cargo de Diretor do Departamento de Educação envia nova portaria³⁵, contendo diretrizes para a escrituração de documentos escolares

livros de escrituração para grupos escolares e cursos complementares: os livros de escrituração escolar para os grupos escolares e cursos complementares são os seguintes: matrícula para cada secção; chamada para cada classe; registro de lições – cada classe; termos visita de autoridades; visitantes; ata associações; reunião pedagógica; registro quitação escolar; correspondência expedida; atas de exame do grupo escolar e do curso complementar; e registro de diplomas de complementaristas.

O presente se justifica por um passado, que merece ou precisa ser acumulado. O acúmulo de documentos no arquivo do CCJ revela a narrativa física de uma trajetória por meio de várias categorias documentais, estipuladas pelas gradações da representatividade jurídica dos conteúdos dos documentos que nelas se enquadram. “Nesse sentido, os documentos públicos e os notariais, no que couber, podem ser: dispositivos, testemunhais e informativos” (BELLOTTO, 1991, p. 7). Estas três categorias documentais, foram preservadas no arquivo do CCJ sob o título de correspondências recebidas e englobam documentos dispositivos (documentos normativos, de ajuste e de correspondência); testemunhais, que registram o cumprimento ou não de uma prescrição, relatórios de inspeção e de visita, atestados, certidões, traslados e cópias certificadas e por fim, os documentos informativos, que respondem questionamentos emitidos em outros documentos, cujo conteúdo vai fundamentar uma resolução: pareceres, informações, relatórios, votos e despachos interlocutórios.

Os arquivos, apesar das prescrições sobre sua composição, organização e manutenção, nem sempre atendiam as expectativas estatais, o que pode ser constatado em uma circular³⁶ enviada, por Elpídio Barbosa, em que consta um breve resumo da situação desses espaços em algumas instituições de ensino no Estado. O documento enviado em dezembro de 1942, descreve que

em todos os estabelecimentos sob minha jurisdição encontrei o arquivo escolar desorganizado e alguns, até, com falta de documentos. Muitos livros, etc. achavam-se jogados nos porões à mercê dos ratos, baratas, etc. Sendo, como é, de máxima utilidade a existência de tais documentos, que constituem, não só o histórico do educandário, mas também, para expedição de certificados aos que frequentaram o estabelecimento, não se pode justificar que diretores tenham desleixado a ordem e a guarda do arquivo, uma vez que não só o antigo regimento interno (art. 65-66 e § único), como também os artigos 19 e 20 do decreto n. 1015, de 20 de setembro de

³⁵ SANTA CATARINA, Secretaria do Interior e Justiça, Departamento de Educação, que trata da portaria n. 19, que se refere a escrituração escolar das Escolas Normais, Florianópolis, 2 de abril de 1943.

³⁶ SANTA CATARINA, Secretaria da Justiça, Educação e Saúde, Departamento de Educação. Circular, n. 106, de 5 de dezembro de 1942.

1941, já exigiam a existência de arquivos organizados. Deixei em todos os estabelecimentos, o arquivo em completa ordem com todos os documentos numerados e catalogados em livro especial. Bom seria que mantivessem aquela ordem e zelassem mais pelos arquivos escolares.

Quando reunidos, estes documentos, à primeira vista, independentes entre si buscam dar sentido a uma narrativa institucional balizada em um fluxo de interações entre forças que se chocam e complementam. De um lado o *ethos* pautado na experiência cotidiana de um grupo de religiosas pertencentes a Congregação da Divina Providência, sediada na Alemanha, e orientadas por uma visão de mundo fundamentada nos valores do catolicismo. Do outro, as prescrições do Estado Republicano, que se esforça para se afirmar e legitimar em uma sociedade que anseia por modernidade. Os estudos de Cunha (2003, p. 203) anunciam uma instituição de ensino pautada em uma expertise que não demorou a chamar a atenção na cidade. Segundo a autora, as “irmãs traziam da Alemanha uma vasta experiência na educação de jovens e de meninas e devido às precárias condições de educação na ilha, elas foram rapidamente ganhando destaque na educação catarinense”. O CCJ, desfrutava de um orçamento próprio, proveniente, das alunas, cujas famílias podiam pagar. Quando os inspetores mencionam as condições dos arquivos e dos trabalhos de secretaria em outras instituições inspecionadas, não fazem menção a este detalhe. Claro que em tempo de ditadura Vargas (1937-1945), as manifestações, em forma de crítica, nem sempre eram toleradas ou aceitas.

Ao estudar os centros de formação docente, o pesquisador português Nóvoa (1991) conclui que a passagem do século XIX para o século XX, demarca expansão dos centros de formação em um processo de transição do antigo para o novo, do mestre-escola para o professor primário. No universo dos centros de formação de professores, o Colégio Coração de Jesus buscou oferecer um ensino diferenciado e que despertasse o desejo das famílias com um pouco mais de recursos materiais. Nos livros de matrícula do CCJ é possível verificar a procedência econômica das alunas do Curso Normal.

Os livros de matrícula permitem elaborar um quadro das profissões dos pais das alunas do CCJ (quadro 2). Neste quadro verifica-se o predomínio das atividades urbanas influenciadas pela burocracia estatal que sinaliza para a expansão da cidade, que passou a atrair profissionais liberais e pretendentes de cargos públicos. Também é possível verificar que esta inserção percentual tomando como referência o quadro de profissões é possível verificar que a extração social dos pais das alunas não sofreu grandes alterações. O CCJ registrou vestígios desta inserção social e consequente urbanização em seus livros de matrícula e se firmou referência

na formação das filhas das famílias que conseguiam prosperar neste ambiente de transição. Os estudos de Corrêa (2005, p.134) demonstram as transformações urbanas durante a década de 40. Para o autor “o aumento das funções administrativas, principalmente de ordem federal, a cidade, paulatinamente, tornava-se um centro de funcionários públicos, sem que estivesse preparada para tal”, pois faltavam infraestrutura e mão de obra especializada para exercer as funções burocráticas.

Quadro 2 - Quadro das profissões dos pais das alunas do Primeiro Ano Normal (1940-1948)

Profissão dos Pais	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	Total
Advogado		1				1	1		1	4
Agrônomo							1		1	2
Alfaiate		1	1	1			1		1	5
Aposentado				1		1	1			3
Bancário			1	1				1		3
Barbeiro								1	1	2
Carpinteiro								1		1
Chofer							1			1
Comerciante	8	10	5	12	15	10	10	8	9	87
Construtor					1		3	1	1	6
Contador							1			1
Desembargador		1							1	2
Despachante								1		1
Empregado do comércio	1					1				2
Empresário	1	1								2
Escrevente								1		1
Escriturário						1				1
Escrivão	1	2	2	1			1	1	1	9
Exportador	1	1								2
Farmacêutico							1			1
Fazendeiros	2	1						1	1	5
Fiscal	1	1	1		2	1				6
Fotógrafo						1				1
Funcionário Público	1	4	5	11	18	19	11	10	16	95
Guarda Livros	1	2		1	1			1	2	8
Industrial				1	2	2		1	1	7
Inspetor escolar	1	1					1	1		4
Juízes					1					1
Lavrador	1	1	1	2	1	1		1	2	10
Médico			1	1	1	1	1			5
Militar	1	2	1	3		1	2	2	2	14
Negociante	3	2	2	3	2	6	4	1	3	26
Operário	3	2	1		1		2		1	10
Pescador				1						1
Prefeito	1			1		1				3
Professor									1	1
Proprietário	1	2								3
Representante					1	1	1	1		4
Secretário										0
Serrador								1	1	2
Tabelião		1		1						2
Técnico Industrial								1		1
Telegrafista	2	2	2	3	1	1	2			13
Tesoureiro					2					2
Viajante		1							1	2

Fonte: Arquivo do Colégio Bom Jesus – Livros de matrícula do CCJ

O CCJ, não era o único a oferecer a educação feminina, outros colégios, também ofereciam os mesmos cursos gratuitamente, mas as famílias das alunas pareciam movidas por uma crença na educação religiosa paga e, portanto, acessível à poucas famílias. Os estudos de Martini (2011) apontam para uma “cultura escolar católica, feminina e burguesa aplicada pela instituição”. O colégio, no decorrer dos trabalhos desenvolvidos no início do século XX agregou uma aura de excelência na formação de mulher católica recatada e preparada para desempenhar tarefas domésticas, bem como profissão de professora normalista, ainda entendida, de acordo com Cunha (1999), como uma forma de maternagem simbólica. A preservação dos documentos aponta para uma intenção de reforçar a crença na trajetória dedicada a atender os anseios de uma sociedade em uma incômoda transição. De um lado, os valores tradicionais herdados do século XIX, do outro, as dificuldades de implantar as inovações pregadas pela modernidade. Contraditoriamente, pode-se considerar que o CCJ formava a mulher idealizada pelos princípios cristãos, para desempenhar atividades pedagógicas propagandeadas pelo Regime Republicano, em seus inícios.

Através dos estudos da arquivologia de Carucci (1994) é possível classificar os documentos do arquivo do CCJ, utilizados nesta análise como documentos da segunda idade, ou de valor secundário, pois atravessaram as etapas de produção, tramitação e vigência (valor primário, valor de prova), e foram agregados ao arquivo permanente, passando a ter um valor residual podendo ser acionados como testemunho ou como informação. É o seu valor secundário que permite que compoñham o fundo arquivístico do colégio e, a sua utilização como matéria prima no trabalho historiográfico. As acumulações arquivísticas evidenciam uma instituição, que se justifica no agora, através das unidades documentais que testemunham uma trajetória formada por décadas de investimentos na formação de professores. Assim como acontece na geologia, cada documento funciona, como parte integrante de uma espessa camada de sedimentos que na sua totalidade sustentam e dão forma ao CCJ como centro de formação legítima e investido de uma aura de tradição. O arquivo aparentemente imóvel guarda os resíduos de uma relação de retroalimentação entre o passado e o presente, pois a instituição busca se firmar no campo educacional como a detentora de uma trajetória de formação escolar marcada pela tradição, experiência e bons resultados. É a partir do passado, que o presente se legitima e se projeta o futuro. Os documentos do arquivo materializam uma fração do jogo de forças que constituíam a formação de normalistas no início do século XX. O todo nas partes e

as partes no todo. Cada documento faz parte de um mecanismo de autopreservação e legitimação social. Como componentes de uma complexa engrenagem, estas unidades “formam parte do fluxo burocrático de um determinado ato administrativo. Tem, portanto, a ver com os objetivos, as funções e a estrutura interna da entidade produtora” (CARUCCI, 1994, p.54).

Em correspondência endereçada a diretora do CCJ, irmã Bernwarda Michele³⁷, em julho de 1942³⁸, Elpídio Barbosa, Diretor Interino do Departamento de Educação envia um telegrama relatando o recebimento do relatório de inspeção e congratulando, o CCJ e, respectivamente as Irmãs da Divina Providência “pelos esforços em oferecer uma educação de qualidade e patriótica aos alunos”. No verso do telegrama, há um rascunho escrito à lápis com o seguinte texto: “Profundamente, grandemente sensibilizadas pelo gentilíssimo telegrama de ontem, venho externar-lhe os nossos agradecimentos pelas expressões atenciosíssimas nele inseridas”. É possível perceber um fluxo de trocas entre o colégio e o Departamento de Ensino. O relatório atesta que o colégio está em sintonia com as demandas legais prescritas e recebe um sinal afirmativo do Estado. Receber um telegrama do Departamento de Educação, com gratulações, em um período de acirramento de posições políticas e ideológicas, aponta para uma perspectiva de sobrevivência da instituição de ligada a uma congregação fundada, em sua origem, em solo Alemão³⁹.

Foram produzidos 11 relatórios de inspeção do Ginásio Feminino, do CCJ, que serão analisados nesta tese, são frutos da ação dos inspetores entre os anos de 1939 e 1949, cujo serviço de inspeção era regulamentado por leis e decretos instituídos no âmbito federal e estadual. O ensino primário era gerido principalmente pela legislação estadual, como é possível verificar no Decreto-Lei estadual n. 88/38⁴⁰, que determinava ao inspetor escolar fiscalizar o ensino primário nas escolas particulares e repassar ao Departamento de Educação as informações recolhidas e propor providências. Além disso, o inspetor deveria, conforme o 1º e 2º parágrafos, enviar pareceres sobre abertura e fechamento de escolas particulares, bem como cumprir os dispositivos previstos no decreto. Destaca-se nesse período, a vigência do autoritarismo infligido pelo governo do Estado Novo (1937-1945), que sob a égide de Getúlio Vargas, buscava legislar em prol da consolidação do que se pode convencionar como uma

³⁷ A Irmã Bernwarda Michele foi a terceira diretora geral do CCJ e administrou o colégio entre os anos de 1921 e 1946. O período estudado (1939-1949), também englobará a administração da Irmã Marilza (1947-1951).

³⁸ Santa Catarina, Secretaria do Interior e Justiça, Departamento de Educação. telegrama s/n, de 19 de julho, de 1942.

³⁹ MONTEIRO, Jaecyr. Nacionalização do Ensino. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

⁴⁰ SANTA CATARINA. Decreto Lei 88, de 31 de março de 1938. Estabelece normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares no Estado de Santa Catarina. Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 1938. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

identidade nacional. Assim como em outros estados da federação, Santa Catarina seguia governada pelo interventor Nereu de Oliveira Ramos⁴¹, que encontrou resistência a seu governo e foi

estigmatizado como inimigo dos imigrantes e dos seus descendentes em virtude de cinco decretos que assinou entre janeiro de 1938 e fevereiro de 1939, instituindo novas normas relativas ao ensino primário e à nacionalização do sistema escolar. Seu pai realizara a primeira reforma do ensino em Santa Catarina. Nereu fez a segunda, desenvolvendo intensa atividade na área da educação pública durante sua interventoria. Entre outras medidas, criou a Inspetoria Geral das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino, instituiu a obrigatoriedade da educação primária para as crianças de oito a 14 anos e proibiu que sedes municipais, novos núcleos de população e estabelecimentos escolares sustentados total ou parcialmente pelo Estado ou pelos municípios recebessem nomes estrangeiros. (MALIN, 2017)

Este estigma foi reforçado pelas ações de cunho nacionalistas empreendidas, no período analisado, quando Nereu Ramos – filho do governador Vidal Ramos, responsável pela primeira reforma do ensino catarinense, realizada em 1911 – dedicou-se ao processo de nacionalização dos estrangeiros (em especial alemães e italianos), que habitavam áreas de colonização, no interior do estado. À escola foi delegada a tarefa de socializar os descendentes de imigrantes. A partir de 1938, foram decretadas as proibições, que afetaram diretamente as comunidades de imigrantes, como por exemplo o Decreto-Lei estadual n. 35⁴², que prescrevia a proibição de nomes estrangeiros em localidades, escolas ou qualquer outra instituição, que recebesse auxílio financeiro do Estado. O Decreto Federal n. 85⁴³, que proibia o uso de língua estrangeira nas instituições de ensino, que recebiam auxílios financeiros do Estado. Ainda em 1938, foi criada a Superintendência Geral das Escolas Particulares e Nacionalização do ensino. Nereu aplicava

⁴¹ De acordo com (Malin, 2017), Nereu de Oliveira Ramos nasceu em Santa Catarina, em 1888. Filho de Vidal Ramos, que governou Santa Catarina em dois mandatos (1902 a 1905 e de 1910 a 1914), se formou em Direito em 1909 e Deputado Estadual em 1910. Em 1912, para poder cumprir as funções de secretário da delegação brasileira, que participou das conferências internacionais de Direito Marítimo e Letras de Câmbio, realizadas em Bruxelas e Haia, renunciou ao cargo legislativo. Atuou na cidade de Florianópolis, jornalista e fundou o Jornal A República em 1921. Também lecionou na Faculdade de Direito – instituição que, junto com outras figuras proeminentes, colaborou para fundar em 1932 –. Em 1930 foi eleito Deputado Federal e participou ativamente da Revolução, que levou Getúlio Vargas ao poder. Após disputas políticas com a Oligarquia Konder, rival política dos Ramos, Nereu ascendeu ao cargo de governador de Santa Catarina. Em 1937 foi nomeado interventor pelo Presidente Getúlio Vargas, cargo que ocupou até 1945. Participou da Constituinte de 1946 e ocupou os cargos de Senador (1946-1951), Vice-Presidente da República (1946-1951), Deputado Federal SC (1951-1955), Senador (1955), Presidente da República. 1955-1956, Ministro da Justiça (1956-1957), Ministro da Educação 1956, e Senador (1957-1958).

⁴² SANTA CATARINA. Decreto-Lei n. 35, de 13 de janeiro de 1938, que proíbe o uso de nomes estrangeiros em sedes ou núcleos, de populações ou vilas; escolas; e outros estabelecimentos que recebam auxílio do estatal. Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 1938. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

⁴³ SANTA CATARINA. Decreto-Lei n. 406, de 4 de maio de 1938, que proíbe o uso de idiomas estrangeiros em todas as escolas do país. Decreta que somente a língua portuguesa será utilizada nas escolas. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

uma legislação em consonância com as determinações federais e durante uma visita a Santa Catarina, o Presidente Getúlio Vargas, em um pronunciamento oficial

evidenciou que as questões relacionadas à educação, aos olhos do governo, não desvinculavam-se de preocupações com a construção da nacionalidade e preparação de catarinenses para atender exigências do processo produtivo. A grande campanha de nacionalização do ensino foi referenciada como ação do poder público de importância singular para a constituição do sentimento de brasilidade e consolidação de noções de trabalho nos indivíduos (CAMPOS, 1999, p. 153).

A sombra do Estado sobre as instituições foi alargada, fato que também se manifestou sobre as instituições de ensino. Ao governo federal cabia a inspeção do ensino ginásial, fato que foi registrado nos relatórios. As ações do CCJ, mediadas pelas prescrições estatais foram cristalizadas parcialmente, nos pareceres dos inspetores. A estes foi atribuída a função de extensão do poder estatal no interior das escolas. A leitura e análise dos conteúdos relatados oferecem, após a tabulação dos dados e comparação do conjunto, algumas questões para a problematização histórica. Durante a análise do conjunto, os relatórios apresentaram uma intrigante semelhança relacionada aos comentários descritos pelos inspetores, no que se refere ao edifício escolar. São sempre menções apologéticas congratulando as irmãs da Divina Providência, pelas excelentes condições das instalações físicas da instituição, o que garantia o funcionamento da instituição, conforme o art. 53, do Decreto Federal n. 21.241. O decreto buscava garantir, que as instituições de ensino não tomassem caminhos tortuosos em suas práticas pedagógicas, e para isso, o governo se aparelhou de um arcabouço legal capaz de sustentar suas proposições. Algumas dessas determinações legais haviam entrado em vigor no início da década de 1930, como era caso do Decreto que reajustava e oficializava a Reforma Francisco Campos de 1932⁴⁴. Esta legislação reorganizou oficialmente, em nível nacional, o ensino secundário no Brasil.

Dentre as medidas, já mencionadas anteriormente, destacam-se a ampliação de cinco para sete anos, o tempo de permanência no ensino médio, dividido em dois ciclos (fundamental e complementar); a seriação do currículo, a obrigatoriedade da frequência, o detalhamento de um modelo de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal.

⁴⁴ A reforma do ensino secundário foi oficializada pelo Decreto nº 18.890, de 18 de abril de 1932, sendo ajustada e consolidada pelo Decreto nº 21.2141, de 4 de abril de 1932 (BICUDO, 1942, p. 9-51; MORAES, 2000, p. 216-232).

2.3 PALCOS PARA INSPEÇÃO ESCOLAR: UM PASSADO QUE HABITA O PRESENTE NO COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS

O CCJ, nas primeiras décadas do século XX, concentrou seus investimentos na instrução primária, alcançando sua primeira equiparação com as escolas complementares estaduais, no ano de 1911⁴⁵. Através do Decreto n.1253, expedido pelo governo do Estado de Santa Catarina, em setembro de 1919⁴⁶, o Curso Complementar foi transformado em Curso Normal. Por força da reforma do Ensino no Estado de Santa Catarina, em 1934, o colégio foi equiparado ao Instituto de Educação, mantido pelo governo do Estado e autorizado a manter os cursos, pré-primário, primário, fundamental e normal. Em 1935, ano da criação da secção do Ginásio Feminino foi concedida a inspeção preliminar por despacho federal enviado pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, datado de 24 de dezembro do mesmo ano. Junto ao relatório de inspeção redigido pelo inspetor Octavio da Silveira Filho⁴⁷, foi apresentada a Divisão do Ensino Secundário, a ficha de revisão de classificação, que após o processo de avaliação foi aprovada, classificando o estabelecimento com o conceito “bom”⁴⁸. A pontuação alcançada somava 8.896 pontos obtidos conforme os pré-requisitos previstos em lei. Dessa maneira, no CCJ, onde antes funcionavam os cursos primário e normal, foi acrescido, através de concessão estatal, o curso fundamental do ensino secundário feminino. O Curso Secundário Científico será oferecido somente a partir de 1947, para mulheres que pretendiam cursar o ensino superior.

Parte do processo de concessão foi registrado no relatório do exercício de 1938⁴⁹, nele os registros permitem constatar, que os inspetores responsáveis pela comissão verificadora: Antenor Moraes, Rafael G. da Cruz Lima e Octavio da Silveira Filho, percorreram entre os meses de setembro e outubro as dependências do colégio para conferência dos pré-requisitos

⁴⁵ LIVRO DE MATRÍCULAS. Colégio Coração de Jesus, 1911. De acordo com o Livro de Matrículas, o CCJ contava, no ano de 1911 com 150 alunos. Arquivo do Colégio Bom Jesus/Coração de Jesus.

⁴⁶ LIVRO DE MATRÍCULAS. Colégio Coração de Jesus, 1919. De acordo com o Livro de Matrículas, o CCJ contava, no ano de 1919 com 500 alunos. Arquivo do Colégio Bom Jesus/Coração de Jesus.

⁴⁷ RELATÓRIO DE INSPEÇÃO (1934 – 1935). Arquivo do Colégio Bom Jesus/Coração de Jesus.

⁴⁸ BRASIL. Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932, que consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. Conforme o estabelecido no parágrafo 3º desse decreto, as exigências constantes da alínea I deste artigo que forem satisfeitas, serão estabelecimentos, para os efeitos da concessão da inspeção preliminar, classificados nas seguintes categorias: a) deficientes; b) sofríveis; c) regulares; d) bons; e) excelentes.

⁴⁹ SANTA CATARINA. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Dr. Nereu Ramos, interventor federal no Estado de Santa Catarina – Exercício de 1938. Florianópolis, 1939.

previstos no Decreto Federal n. 21.241/32⁵⁰. De acordo com o documento de verificação, o CCI cumpria todas as prescrições presentes nos artigos 51⁵¹ e 53⁵². O trabalho do inspetor também era fiscalizado pelo Departamento de Educação e a legislação guiava todo o processo.

A legislação prevista, na reestruturação do serviço de inspeção, instituído por este Decreto previa que as instituições de ensino poderiam requerer a concessão para o ensino para o curso fundamental ou para ambos os cursos fundamental e complementar, satisfeitas, neste caso, as condições do art. 11⁵³, que previa a verificação de uma estrutura física específica e a contratação de técnico adequado. A inspeção do ensino secundário, deveria de acordo com o Art. 65, ser exercida por um “inspetor especializado e, em cada inspetoria regional, deveria haver uma equitativa distribuição dos inspetores das diversas secções didáticas”.

O Decreto demonstra que as condições de trabalho eram mais atraentes, fato que fica evidente quando o decreto federal, descreve as condições de contratação desses profissionais via concurso público e apresentação de documentação. As provas eram distribuídas por secções didáticas referentes as disciplinas de Português e Latim (Secção A); Francês e Inglês ou Alemão (Secção B); História da civilização e Geografia (Secção C); Matemática e Desenho (Secção D); e Ciências físicas e naturais, Física, Química e História Natural (Secção E). Do candidato eram cobrados conhecimentos referentes as disciplinas da secção e respectiva metodologia; domínio dos princípios e organização da educação secundária; relacionar conceitos de psicologia

⁵⁰ BRASIL. Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932, que consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências.

⁵¹ BRASIL. Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932. No seu Art. 11, o referido decreto determina que O Artigo 51, do Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932, tratava da estrutura física, financeira e profissional da instituição como: edifício escolar, instalações e material didático prescrito pelo Departamento Nacional do Ensino e aprovadas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, corpo docente devidamente registrado, corpo diretivo naturalizado brasileiro e dotado de “notória competência e irrepreensível conduta moral”, organização didática e regime escolar estabelecidos no decreto e oferecer garantias financeiras suficientes para comprovar a continuidade dos trabalhos pelos próximos dois anos.

⁵² BRASIL. Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932. No artigo 53, são cobrados itens como: eficiência do ensino ministrado nos termos deste decreto; II. idoneidade dos professores no exercício do magistério; III. admissão progressiva de professores por concurso ou mediante contrato com remuneração adequada; IV. aperfeiçoamento das condições exigidas para os efeitos da classificação; V. observância dos preceitos de estrita moralidade por parte dos corpos docente, administrativo e discente; VI. execução dos dispositivos do regulamento apresentado à aprovação do Departamento Nacional do Ensino; VII. limitação das matrículas, de acordo com as condições e a capacidade do edifício e das instalações, verificadas pelo Departamento Nacional do Ensino; VIII. sub-divisão dos alunos por turmas que não compreendam mais de 50 alunos para o ensino de qualquer disciplina.

⁵³ BRASIL. Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932. No seu Art. 11, o referido decreto determina que “O curso complementar poderá ser organizado no Colégio Pedro II e, também, a juízo do Conselho Nacional de Educação e mediante inspeção especial, nos estabelecimentos de ensino secundário equiparados ou livres, que oferecerem quer em instalações quer na constituição do corpo docente, garantias bastantes à eficiência do seu funcionamento” (Brasil. Decreto n. 21.241 - de 4 de abril de 1932)

aplicada à educação. Era necessário ainda comprovar a naturalidade brasileira; ter acima de 21 anos; Laudos que atestassem a sanidade mental; atestado de idoneidade moral; e pagamento de taxa de inscrição. O recrudescimento das exigências para a contratação dos inspetores aponta para uma tendência republicana em direção ao aprimoramento da vigilância sobre as instituições de ensino. Vale lembrar o serviço de inspeção sofreu alterações desde seus primeiros registros em território catarinense e os primeiros ensaios de vigilância podem ser detectados muito antes da instalação do Regime Republicano.

O CCJ emergiu na cidade de Florianópolis, em meio a um processo de idas e vindas, no que se refere às tentativas de instituição do ensino público abrangente. Durante o Império, ao contrário do que se alardeava e ainda ecoa nos dias atuais, havia – apesar dos resultados pouco vistosos –, a intenção de implantação de um modelo de ensino público, que pudesse atender a população em geral. Ao estudar a organização e as diferentes maneiras de movimentação dos documentos administrativos entre a Diretoria Geral da Instrução Pública e as Escolas do Estado de São Paulo, no período de 1893 a 1920, Zaia e Carvalho (2011), inquiriram sobre o processo de constituição da escrituração do ensino nas últimas décadas do Segundo Reinado, e levantam dados que contribuem para derrubar o mito da falta de investimentos em educação no período imperial brasileiro. Para as autoras, estes documentos oferecem informações que podem colaborar para a compreensão da administração como meio de controle e organização de um aparato educacional estatal e aprofundar a discussão das questões relacionadas à materialidade do documento, no que concerne sua seleção e construção simultaneamente a montagem do sistema de ensino estatal, nas primeiras décadas do regime republicano.

No que alude a inspeção escolar no território catarinense, alguns estudos conseguiram fazer um recuo ainda maior de tempo, e permitem vislumbrar as primeiras ações do aparato de controle estatal sobre as instituições de ensino. De acordo com estes estudos, na primeira metade do século XIX, os inspetores escolares atuavam – mesmo que de maneira incipiente – como a extensão dos olhos do Estado, na fiscalização das prescrições referentes ao ensino, mas durante a constituição do regime republicano, o papel desses profissionais gradativamente ganha corpo e passa a configurar, como um dos pilares de sustentação da execução de um projeto de estado, que articulava o ensino primário como um espaço de formação do cidadão. Os estudos de Gonçalves (2004) descrevem as fragilidades dessa atividade profissional, que precisava lidar com um modelo de instrução embrionário. Em 1835, o governo da província

ensaiou uma tentativa fracassada de implantar uma Escola Normal, na cidade de Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis), capital da Província. A falta de quadros habilitados para lecionar, de acordo com os relatórios dos presidentes de província dificultava a implantação de escolas no Estado. De acordo com a autora, as escolas funcionavam precariamente e as falas registradas nos documentos oficiais revelam o anseio por um projeto nacional capaz de garantir

um ensino uniforme, professores habilitados e provimentos definidos para o magistério, entre outros, foram sendo derivados para a inspeção escolar. Os dirigentes locais delegaram à inspeção a responsabilidade de resolver muitas dessas questões como se, a um só golpe, a inspeção pudesse impulsionar o seu esforço de instruir o povo. (GONÇALVES, 2004, p. 9)

As referências recorrentes sobre a inspeção escolar descritas nos relatórios de governo e outros documentos apontam para a necessidade de reforçar a presença do Estado nas questões relacionadas a instrução primária. Desde 1830, as tentativas de criação das primeiras escolas públicas catarinenses esbarravam na falta de quadros habilitados para lecionar e na atuação de professores leigos em sala de aula, pouco empenho das famílias e falta de um projeto de estado que pudesse nortear ações educacionais. Para os presidentes de província do período, uma inspeção mais rigorosa poderia contribuir para solucionar parte desses problemas. Em 1848, a legislação determinava que

cabia aos encarregados da inspeção escolar dar aos professores todas as instruções (...) que necessitassem para o desempenho de suas funções, como também propor os métodos de ensino, (...) o regimen e disciplina a ser adotada nas escolas. No mesmo sentido, em 1854, com a promulgação da lei que criava a Diretoria de Instrução Pública entre as competências do Diretor Geral, estava relacionada em primeiro lugar a tarefa de fornecer explicações aos professores sobre o método de ensino a ser adotado e sobre os exemplares dos cadernos utilizados pelos alunos. (GONÇALVES, 2004, p. 15)

As primeiras tentativas de implementação de uma educação pública elementar em Santa Catarina revelam que a inspeção era indissociável do processo, pois possibilitaria a presença do Estado, na conferência e aprimoramento dos trabalhos desenvolvidos nas localidades mais distantes, bem como o maior controle e comando da rede escolar em vias de constituição. Os discursos apresentavam uma intenção, mas na prática, poucos resultados foram alcançados no campo educacional. Os estudos sobre inspeção escolar efetuados por Barbosa (1997, p 67-68) revelam que estes profissionais realizavam a tarefa de estender os olhos e ouvidos do Estado para dentro do serviço de instrução. Conferiam e deferiam sobre a habilidade dos professores em sala de aula, estrutura material da escola, resolução de problemas e prescrição de métodos

e procedimentos. Na perspectiva de De Grouwe (2003); Si Moussa (2000); a inspeção escolar mantém uma relação muito próxima do Estado. Por essa razão, os inspetores eram interpretados, como componentes das engrenagens de controle estatal, daí o seu caráter, não raro, impopular

Ao estudar o serviço de inspeção escolar entre os anos de 1859 e 1874, Teixeira (2006) descreve que o ensino público elementar era incipiente e oferecido a um número reduzido de cidadãos (excluindo ainda, negros, índios, a maioria dos brancos pobres e portadores de doenças contagiosas) e o ensino secundário se restringia às poucas famílias abastadas que aspiravam enviar seus filhos para continuar seus estudos na capital do império e no exterior. O decreto nº 382 de 1854 criava o cargo de Diretor da Instrução Pública Primária e Secundária, que foi ocupado efetivamente em 1858. Este decreto estabeleceu uma diretoria dividida e determinava que a inspeção era de responsabilidade do diretor do ensino primário e secundário e dos respectivos subdiretores, que deveriam fiscalizar o desenvolvimento das atividades educacionais. De acordo com a autora, uma das reclamações mais frequentes era a ausência de remuneração para os subdiretores, que exerciam outras funções profissionais e deixavam várias lacunas no que se refere aos compromissos ligados a inspeção escolar. A falta de profissionais habilitados para a função de inspecionar escolas, a ausência de remuneração e a pouca abrangência do ensino público estão entre os motivadores da criação da Lei de nº 600 de 13 de abril de 1868 (muito parecida com a Lei 1.331A, adotada no Rio de Janeiro em 1854) que procurava aproximar as ações legislativas entre as províncias e o governo imperial. Esta lei, além de ampliar o quadro de funcionários, centralizava a inspeção dos ensinos primário e secundário (público e privado), substituía o cargo de Diretor Geral pelo de Inspetor Geral e os Subdiretores passaram a ser designados como Inspetores de Distrito. Dessa maneira o governo provincial poderia alcançar maior eficácia no controle da educação, pois

ao direcionar o ensino escolar, o Inspetor Geral continuou a ser responsável por funções consideradas desde a criação da Diretoria Geral, em 1854, como tarefas de cunho moral, visando controlar e punir o professorado e todos os outros envolvidos com o ensino escolar, bem como, representar o Presidente contra o professorado e relatar sobre o andamento do ensino público primário e secundário na Província, dando conta de informá-lo sobre a condição física das escolas (número de escolas, alunos e professores, aproveitamento, comportamento dos envolvidos, situação da arquitetura do prédio escolar, frequência dos alunos e professores, utilização do material escolar, quantidade de alunos considerados pobres, entre outros) e indicar sugestões para seu melhoramento. (TEIXEIRA, 2006, p.99)

Os inspetores de distrito, assim como seus antecessores não recebiam remuneração pelo trabalho realizado nas escolas. Continuavam a exercer outras funções profissionais e o trabalho

lhes transferia reconhecimento na comunidade. Com os incrementos concedidos através da lei, os inspetores gerais ampliaram sua atuação profissional criando regimentos e prescrições, com por exemplo a publicação do Regimento Interno para as escolas, que atribuía poderes até o ano de 1868, restritas ao Presidente da Província. Alegando problemas de ordem econômica o governo provincial extinguiu a inspetoria entre os anos de 1872 e 1874 e a função de inspetor escolar passou a ser exercida por cidadão voluntários e autorizados pelo governo. O cargo de Inspetor Geral foi reintroduzido no quadro do funcionalismo público, através da Lei nº 669 de 2 de abril, de 1874, que entre outras determinações estabelecia a obrigatoriedade do ensino. O inspetor e seu secretário exerciam funções remuneradas e eram responsáveis pela

formulação de uma tabela contendo o valor que o governo provincial pagaria pelo aluguel das casas em que funcionavam as aulas; a escolher aqueles que iriam ser Inspectores Municipais e Paroquiais; a elaborar e promover exame de capacidade para o magistério, a elaborar o concurso para o magistério, escolhendo dentre os candidatos aqueles que poderiam assumir o cargo de professor, julgar as infrações disciplinares a que forem impostas as penas de admoestações, reprehensão ou multas, elaborar o orçamento annual de despesas com a instrução a seu cargo, especificamente cada uma das respectivas verbas, elaborar o regulamento interno das escolas e outros estabelecimentos públicos de instrução primária e secundária, o qual trataria o horário de funcionamento das aulas, do método de ensino, das regras de conduta, dos livros a serem utilizados, dentre outros. (TEIXEIRA, 2006, p. 132)

Além dessas funções, que deveriam ser exercidas nas 103 escolas públicas, das quais apenas 63 encontravam-se em funcionamento, o Inspetor deveria gerir o Conselho Municipal, os Inspectores Municipais (que totalizavam sete, um para cada município (Desterro, Laguna, São José, São Francisco, Itajaí, Tijuca Grande e São Miguel) e, por fim, os Inspectores Paroquiais. As mudanças não representavam algo novo e a atuação do inspetor na perspectiva de (TEIXEIRA, 2006, p. 133) visava a

... a busca da legitimidade das ideias daqueles que estavam no poder que era de levar a população do país a ter uma memória, uma cultura, uma identidade a partir dos interesses dessa elite, que caminhava na direção de rejeitar os hábitos do passado, incorporar novos hábitos no presente, inspirados nos países considerados mais civilizados, para que, no futuro, se instalasse no país um estado de progresso, de urbanidade e civilidade, sem abalar a estabilidade da hierarquia vigente. A escola seria, então, o grande caminho para se chegar a este estado de civilidade e progresso e a Inspetoria Geral o grande condutor para levar os envolvidos com a instrução a exercê-la e recebê-la dentro de uma ordem, de uma organização bem quista pelos agentes do poder.

A obrigatoriedade do ensino não foi suficiente para que fossem matriculados o número de alunos conforme as exigências legais tanto no ensino público, quanto no ensino particular. As contradições entre discursos e práticas levantam questionamentos referentes à ênfase do

governo na expansão do ensino em Santa Catarina. Os problemas econômicos geralmente refletiam em ações imediatas de cortes no orçamento da educação pública. Se a educação pública era uma prioridade estatal como pode ser a primeira da lista dos cortes orçamentários? Até que ponto o discurso reflete uma prática efetiva? É possível perceber o empenho dos detentores do poder para “educar” e “instruir” todos os cidadãos ou apenas uma pequena parcela que não figura como pobre, negra, indígena e doente?

Ao se debruçar sobre estas questões, (MARCÍLIO, 2006, p.38) afirma que

... o discurso dos Presidentes não condizia com a prática vivenciada na Província, não por falta de consciência desses governantes. Antes, porque para se constituir uma nação rica, na concepção brasileira, os indivíduos não precisavam da escola, já que os maiores responsáveis pela produção da riqueza do país - os escravos - estavam excluídos dos bancos escolares. A produção da riqueza prescindia da escolarização, pois o trabalho cativo não carecia de uma só letra para ser realizado, mas de força física.

De acordo com a autora, as concepções de desenvolvimento econômico estavam distantes da equidade no acesso à educação. Um país agrário e escravocrata, não apresentava as mesmas demandas dos países industrializados e a educação não figurava como uma peça chave para o enriquecimento da nação. Na contramão das alegações registradas nos documentos oficiais culpabilizando as famílias pelo vazio das escolas, os abaixo assinados elaborados nas comunidades revelam escolas precárias e professores sem formação. Os documentos oficiais apresentam um inspetor responsável por mais de sessenta escolas e sobrecarregado, que contava com poucos profissionais habilitados para lhe auxiliar na tarefa de fiscalizar as escolas espalhadas pelo estado. O cargo de Secretário da Instrução Pública, foi instituído por meio da Lei nº 776 de 21 de maio de 1875, que lançava a reforma da Instrução Pública Primária da Província de Santa Catarina. Esta lei previa que o Inspetor Geral do Ensino, poderia nomear professores adjuntos com remuneração anual, para escolas com mais de 60 alunos. O adjunto só poderia assumir se apresentasse habilitação necessária e se fosse aceito em comum acordo pelo inspetor distrital e pelo professor da disciplina. O Ato de 29 de novembro de 1879 instituído pelo governo provincial manteve a mesma estrutura anterior e conservado o serviço de inspeção nas escolas sem remuneração e efetivo suficiente. Para (MARCÍLIO, 2006, p.158) Essa legislação

reuniu o que já estava estabelecido sobre os órgãos responsáveis pela fiscalização do ensino, deliberando-lhes as atribuições. A inspeção, no nível escolar, continuou a ser realizada pelos inspetores municipais e paroquiais, que continuavam a servir gratuitamente e a não desempenhar satisfatoriamente suas funções.

Apesar das várias investidas estatais, a expansão da educação em Santa Catarina esbarrou em questões básicas como investimento maciço no projeto, falta de quadros habilitados, amadorismo administrativo, ausência de modelos mais padronizados e abrangentes de avaliação no âmbito nacional, que somados a outras fragilidades propiciou as acusações de omissão e morosidade alardeada pelo Partido Republicano.

O contexto da emergência do CCJ, aponta para uma dificuldade estatal, em solucionar os problemas que gessavam a expansão da escolarização no Estado de Santa Catarina. Sobre a instituição pairava a sombra da alternativa privada para expandir a escolarização. Os registros preservados nos relatórios de inspeção do século XIX, acenam para a precariedade das escolas públicas e na improvisação do serviço de inspeção escolar. Após a fundação em 15 de janeiro de 1898, pelas irmãs da congregação da Divina Providência provenientes da Alemanha, a instituição não parou de se expandir até a crise, que quase fechou a instituição no início dos anos 2000. Atualmente a instituição atravessa um processo de recuperação econômica, após a fusão em 2006, quando o CCJ passou a ser administrado, pela Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus e passou a se chamar Colégio Bom Jesus/Coração de Jesus.

As primeiras décadas, após a fundação da instituição exibem um contexto mais promissor, quando comparado ao do século anterior, no que diz respeito, aos investimentos estatais na escolarização e inspeção. O processo de ampliação da educação básica em países da Europa Ocidental, no início do século XX, exigiu a busca por modelos mais padronizados e abrangentes de avaliação no âmbito nacional. Estes modelos se baseavam em um sistema de ensino capaz de verificar a aprendizagem por meio de sabatinas e exames de conclusão do ensino secundário que pudessem selecionar aos melhores alunos. Os exames deveriam seguir critérios rígidos de controle e vigilância, e, para tanto contavam com a participação de juízes e professores para garantir aos mais aptos a continuação nos estudos nas universidades e na vida profissional (SCHWARTZMAN, 2011, p.17). No Estado de Santa Catarina, os anos que sucederam a reforma de 1911, configuram uma tendência de “modernizar” e propagar o civismo patriótico e nacionalista. Os inspetores eram guiados por uma cultura cívica e seu trabalho era verificar como as escolas contribuíam para “inscrever nos corpos (e mentes) o sentimento de pertencimento a uma Nação, a transfiguração da Pátria em corpo” (VAGO, 2002, p. 125).

Doze anos após o CCJ ter aberto o internato, a reforma do ensino público em 1911, no Estado de Santa Catarina traçou os rumos do serviço de inspeção escolar, tendo como base, o modelo adotado pelo Estado de São Paulo em 1893, durante o governo Bernardino Campos. Para encabeçar o projeto, em 1906, o governador Vidal Ramos, chamou o professor paulista

Orestes de Oliveira Guimarães⁵⁴, para assumir a direção do Colégio Público de Joinville entre os anos de 1907 e 1908, onde fez as primeiras experiências da proposta em solo catarinense. De acordo com Scheibe e Darós (2002), o diretor contratado nasceu em Taubaté, no ano de 1871. Formou-se professor pela Escola Normal de São Paulo e foi diretor de grupos escolares naquele Estado. Em 1911, após os bons resultados alcançados na cidade de Joinville, foi contratado pelo governo de Santa Catarina para a função de Inspetor Geral da Instrução no Estado. Em seus estudos sobre a atuação do diretor paulista em Santa Catarina, Fiori (1991), conclui que o trabalho iniciado e desenvolvido por Orestes Guimarães no Colégio Público de Joinville, foi o ensaio para a reforma estadual do ensino alguns anos mais tarde.

Seguindo o exemplo de outros estados da federação, o governo catarinense optou por implantar um modelo semelhante ao implemento paulista de escolarização. Para isso contratou o professor Orestes Guimarães, que ao chegar no estado de Santa Catarina se deparou com algumas famílias de poder aquisitivo mais elevado e ansiosas por modernização e progresso. Ao estudar o assunto, Bencostta (2005), descreve que a iniciativa paulista de organização do ensino elementar público, através dos grupos escolares, a partir dos fins do século XIX, foi chamando a atenção das demais unidades da federação republicana em adotar, em níveis diferenciados, a experiência desse tipo de escola em seus Estados.

Os estudos de Auras (2007), sobre a reforma curricular na escola normal catarinense, assinalam para uma abertura da sociedade aos investimentos em educação. O governo do estado delegou a tarefa de amenizar as frustrações derivadas das mazelas que afligiam a escolarização, ao professor Orestes Guimarães. O professor Orestes recebeu a missão de “modernizar o arcaico sistema de ensino catarinense, de modo a extinguir ‘velhos hábitos coloniais’ e assim colocar Santa Catarina na rota da civilização e do progresso” (AURAS, 2007, p.1). A República havia se apresentado como uma novidade e as propostas inovadoras criam expectativas e ansiedades, que exigem medidas de impacto social visíveis e o modelo proposto em São Paulo oferecia, segundo os estudos de Silva e Teive (2009), um universo de possibilidades materiais, palpáveis.

⁵⁴ De acordo com as pesquisas de Teive (2008), Orestes Guimarães, nasceu em 1871, na cidade de Taubaté, São Paulo. Estudou na Escola Normal, da capital Paulista e foi professor na sua cidade de origem. Exerceu a função de diretor de grupos escolares, em Taubaté, Ribeirão Preto, Botucatu e São Paulo capital, entre os anos de 1890 e 1906. Sua experiência profissional como membro das “Missões de professores paulistas”, lhe habilitou, no ano de 1910, a receber o convite do governo do Estado de Santa Catarina, para modernizar instrução pública nos moldes da reforma empreendida, no Estado de São Paulo, em 1891. Sua trajetória em Santa Catarina, a partir de seu desempenho como reformador e diretor do Colégio Municipal de Joinville (1906-1909), reformador da instrução pública catarinense e inspetor geral do ensino (1910-1918) e Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas pela União/escolas estrangeiras (1918-1932). Faleceu em 1931.

Não se tratava de uma aventura, pois os grupos escolares catarinenses foram criados a partir do modelo paulista, consubstanciado na reforma da instrução pública de 1891, capitaneada por Caetano de Campos. Com esta reforma, o Estado de São Paulo mostrara a toda a nação o caminho para a construção de uma escola popular e “emprestara” seus professores para espargir pelo País o fermento simbólico da modernização do ensino: o método intuitivo ou lições de coisas, o qual, dizia-se, vinha em toda a parte transformando o destino das sociedades. “Popularizado pelas lições de coisas – lições pelas coisas, pelos olhos, pelos ouvidos, pelo tato, pelo cheiro e pelo gosto –, este método se constituía no carro-chefe do modelo de escolarização em massa que vinha sendo implementado nos Estados Unidos e nos principais países da Europa”. (SILVA E TEIVE, 2009, p.44). Sua proposta reunia conceitos como brasilidade, cultura nacional e mudanças didático pedagógicas, além da divisão do ensino em quatro anos e a integração de antigas e novas disciplinas. Inspirado no modelo utilizado nas escolas norte-americanas, o trabalho em Joinville se estendeu até 1909 e se estendeu para todo o Estado, a partir de 1911, quando, o professor paulista foi contratado pelo então governador do Estado, Vidal José de Oliveira Ramos Junior, para ocupar o cargo de Inspetor Geral do Ensino.

A reforma pretendia criar um sistema de ensino estadual e estabeleceu as condições necessárias para o desempenho da função de inspetor geral do ensino. Orestes Guimarães, assumiu esta função e tornou-se responsável pela inspeção e fiscalização superior de todas as escolas do município em que se achar”, onde deveria analisar e aconselhar sobre obras didáticas, emitir parecer sempre que solicitado pelo governo e “exercer por si e por intermédio de seus imediatos auxiliares, os inspetores escolares, a inspeção e fiscalização do ensino” (REGULAMENTO..., 1911, artigos 4, 6 e 7 das Disposições Transitórias). Exercendo funções burocráticas ligadas ao cotidiano escolar, os inspetores escolares e chefe escolares eram os responsáveis pela vigilância das prescrições estatais nas escolas e eram diretamente subordinados, dentro do quadro de funções exercidas na direção da instrução pública estadual, ao secretário geral do Estado, na condição de supervisor e auxiliar direto do governador, e do diretor de instrução pública, a quem cabia a direção imediata de todo o sistema.

Os inspetores escolares atuavam na fiscalização de uma rede de escolas primárias, que se alicerçavam no modelo estabelecido pelos grupos escolares que, de acordo com a reforma deveriam se disseminar pelo estado, e um conjunto de estabelecimentos, em maior número e que atendiam a população no meio rural e nas proximidades dos poucos núcleos urbanos, constituídos por escolas complementares e isoladas, as últimas classificadas em categorias de acordo com a titulação do docente, como preliminares, no caso de normalistas, intermédias as

“regidas por professores vitalícios ou effectivos” não normalistas, e provisórias no caso de professores nomeados (REGULAMENTO..., 1911, Capítulo I).

A obrigatoriedade do ensino para crianças dos sete aos quatorze anos, criava uma demanda de construção de escolas e formação de quadros profissionais habilitados a “dar à mocidade um professorado cheio de emulação”, além disso pretendia “estabelecer uma fiscalização técnica e administrativa real e constante do ensino” (MENSAGEM..., 1911, p. 28). A proliferação dos grupos escolares, a necessidade de formar professores no “método intuitivo” e a fiscalização rigorosa das atividades desses professores, se constituíam nos mecanismos através dos quais o Estado pretendia “republicanizar” o Brasil e fundamentaram os objetivos políticos estabelecidos para a educação. O sucesso dependia diretamente da ação conjunta do sistema de ensino, cabendo aos inspetores a garantia de que o método e a formação cívica e patriótica fossem aplicadas no trabalho pedagógico em sala de aula. Esta função de vigilância, fruto das prescrições da reforma de 1911, não estão muito distantes das práticas anteriores de inspeção. A principal diferença reside na amplitude da fiscalização, pois tanto no Império, quanto nos primeiros anos do governo republicano, este trabalho era organizado em torno da atuação dos chefes de distrito e delegados escolares, articulados a partir da esfera municipal, sem uma articulação mais centrada no poder estadual, o que dificultava ao governo do Estado exercer uma fiscalização mais eficiente e próxima de seus interesses.

A fiscalização do ensino é completamente nulla. Os chefes de districtos e delegados escolares – quase sempre homens sem a necessária instrução – não sendo remunerados, limitam, em regra, as suas funções a attestação, muitas vezes falsa, do exercício dos professores e da frequência da escola – que nunca visitaram e que talvez nem saibam onde funciona” (MENSAGEM..., 1903, p. 21).

Apesar da ineficácia do trabalho de inspeção escolar, como atesta a mensagem, o trabalho não possuía um centro de controle na esfera estadual. Aos municípios cabia a tarefa de organizar e gerenciar estes funcionários que trabalhavam em condições precárias. Os estudos de Dorval (2010, p. 136), descrevem estes profissionais como

leais às autoridades municipais que os haviam indicado à função, os chefes e delegados não atendiam aos interesses do governo estadual, mas eram tolerados em vista das dificuldades financeiras e da letargia a que era submetido o ensino primário. Entretanto, na primeira década do século XX a necessidade de uma reforma do ensino era constantemente reafirmada nos documentos oficiais, quase sempre associada à precária formação dos professores e a falta de uma fiscalização eficaz.

Diante destas falhas no controle do ensino, algumas manifestações buscavam chamar a atenção para a necessidade de reorientar os trabalhos de inspeção e retirados na situação de “nulidade”. Em 1905 foi proposto no Congresso Representativo de 1905, a divisão do Estado em “três circumscrições, pelo menos, e nomear para cada uma um Inspector de Ensino, que poderá ser tirado do quadro do professorado público, arbitrando-se-lhe uma gratificação razoável” (MENSAGEM..., 1905, p. 12). O trabalho remunerado de inspeção escolar foi registrado na Mensagem (1909), onde o Coronel Gustavo Richard, Governador do Estado, na 3ª Sessão da 7ª Legislatura do Congresso Representativo relata a presença de “um só empregado, que no referido anno [1908] inspeccionou as escolas públicas de 14 municípios”. Neste mesmo documento é possível verificar que os inspetores escolares contavam com pouca informação sobre a situação das escolas catarinenses, fato este que foi novamente registrado em 1915

Infelizmente, a estatística referente às escolas isoladas é, entre nós, muito defeituosa. A Directoria de Instrucção, dispondo apenas de 2 empregados não poude, até 1914, organizar um trabalho exacto da estatística escolar. Os boletins mensaes eram guardados taes como vinham e aos professores que não os remetiam nunca se lhes exigia o cumprimento dessa obrigação. Convencido de que uma rigorosa organização, tendente a verificar e confrontar os boletins mensalmente enviados pelas escolas, será um forte elemento de fiscalisação e que sem a estatística resultante desse trabalho não poderá nunca, nem o Governo nem o povo, estar a par da situação, do progresso, das falhas e das inconveniências do ensino, tenho dado, no corrente anno, constantes e rigorosas ordens à Directoria para regularisar esse serviço (...)” (RELATÓRIO..., 1915, p. 64).

Neste momento, o Estado de Santa Catarina amargava dificuldades financeiras agravadas pelos conflitos que ficaram conhecidos mais tarde como a “Guerra do Contestado” (1912-1916), que consumiram recursos e milhares de vidas no interior do Estado. Apesar das dificuldades orçamentárias e carências de pessoal para o trabalho, a reforma iniciada em 1911 articulou o serviço de inspeção do ensino primário tendo como instrumento a estatística escolar, os chefes escolares e, principalmente, os inspetores. Como já havia sido proposto anteriormente, a reforma dividiu o Estado em três distritos escolares: Vale do Itajaí e norte do Estado; Arredores da capital (Biguaçu, São José e Palhoça) e planalto serrano; sul do Estado (REGULAMENTO..., 1911, artigo 15). De acordo com este documento, as escolas da capital ficavam a cargo do diretor de instrução pública (artigo 17). Aos inspetores, que residiam na capital do Estado, os distritos para fiscalizar poderiam variar conforme as determinações do inspetor geral ou diretor de instrução pública (artigo 16). Não havia seleção prévia e a função de inspetor era de nomeação do governador do Estado, recaindo sobre diplomados pelas escolas superiores, ginásios ou escolas normais do país (artigo 14). Seus vencimentos eram equiparados

aos dos diretores de Grupo Escolar, abaixo apenas do diretor de instrução pública. Para que ficassem a par de todas as demandas da reforma eram obrigados a frequentar, por dois meses após a nomeação, as aulas do primeiro grupo escolar da capital “acompanhando sua organização, método e processo de ensino” (artigo 21). Além disso, e de frequentarem o máximo possível “o ensino ministrado nos grupos escolares” quando de sua estada na capital, deveriam também

acompanhar o inspetor geral das escolas isoladas da capital, afim de observarem a reforma do ensino nas mesmas” (artigo 22). Em vista de sua função de garantir a aplicação dos princípios da reforma nos grupos escolares e, principalmente, escolas isoladas, recaía sobre os inspetores a obrigação de conhecerem com profundidade a reforma e o método de ensino que implementava.

O Regulamento da Instrução Pública de 1911, determinava que os inspetores eram responsáveis pela fiscalização da escrituração da escola visitada, dos materiais escolares e, principalmente, do ensino ministrado pelos professores atendia as prescrições legais. A visita à escola deveria ter a duração de um dia, para que fosse possível acompanhar o andamento das atividades cotidianas. Algumas visitas de inspeção podiam durar até cinco dias, conforme atesta, Auras, (2006), o inspetor Orestes Guimarães fazia as visitas de inspeção pessoalmente. Pedia para estacionar o automóvel longe da escola, para que ele pudesse chegar de surpresa e acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos sem alterações, que pudessem comprometer o cotidiano escolar. Assistir aulas e ministrar aulas práticas para aprimorar a capacitação dos professores. A Inspetoria Geral da Instrução Pública,

órgão diretamente subordinado à Secretaria Geral do Estado, e ao governador, Orestes Guimarães modificou radicalmente a forma de intervenção do Estado na gestão escolar, inaugurando uma forma inédita de relação social e de relação de poder entre a instituição escolar e o governo. Sob a sua batuta, como Inspetor Geral da Instrução Pública, a Inspetoria passou a normatizar cada detalhe do cotidiano das escolas públicas catarinenses, por meio de uma série de documentos, regulamentos, pareceres e programas, os quais deveriam ser seguidos à risca (AURAS, 2006, p. 3794).

Entre seus instrumentos de controle e execução do trabalho figuram os termos de visita e os relatórios encaminhados ao diretor da instrução pública ao final do itinerário de inspeção em escolas e grupos escolares. Nestes documentos o leitor pode ter acesso aos relatos de suas impressões, julgamentos e recomendações, principalmente no que se refere ao trabalho pedagógico em sala de aula. Os inspetores podiam repreender, criticar e alertar diretores de grupos escolares e professores de escolas isoladas, bem como sugerir ao diretor da instrução

pública a promoção, suspensão ou demissão dos mesmos (REGULAMENTO..., 1911, artigo 30). A rigidez da inspeção provocava desconfortos, pois,

a inspeção séria e os constrangimentos a que os professores e professoras passaram a ser submetidos pela inspetoria/inspetores, apesar de terem provocado, de início, um certo pânico entre o professorado catarinense, não acostumado com esse tipo de prática, eram considerados a pedra de toque para o projeto de modificar radicalmente a escola pública catarinense (AURAS, 2006, p. 3795).

A Lei estadual n. 967, de 22 de agosto de 1913, permite a revisão do Regulamento da Instrução Pública de 1911, fruto da reforma de 1910, com a autorização de fazer as modificações que o Poder Executivo julgasse conveniente. Depois de quase oito meses, o governador Coronel Vidal Ramos baixa o Decreto estadual n. 794, de 2 de maio de 1914 (SANTA CATHARINA, 1914), que resolve: “[...] aprovar e mandar adaptar o Regulamento da Instrução Pública [...]”, de 1914.

Ao investigar o trabalho realizado pelos inspetores escolares no estado de Santa Catarina no início do século XX, Nascimento, (2010), apresenta um corpo de fiscalizadores estatais, que atuavam em razão de um projeto de Estado que concebia as escolas primárias como espaços de fundamental importância para a formação do cidadão republicano em um contexto de desencantamento com os resultados do Regime recém instalado. Para o autor, o Regulamento da Instrução Pública de 1914, pouco alterou a função dos inspetores.

Pelo conjunto de suas competências e instrumentos de que dispunham para fazer cumprir suas recomendações, o Regulamento da Instrução Pública não fez alterações nas atribuições, mas acrescentou poderes aos inspetores como por exemplo, a autorização para expulsar alunos de escolas isoladas denominados de “incuráveis”. Toda a estrutura da reforma foi preservada mantendo os inspetores como peças chave no processo de salvaguardar e fiscalizar

exerciam um papel fundamental no sistema de ensino implantado pela reforma de 1911, aquele de garantir o controle dos processos pedagógicos existentes nas inúmeras escolas de cidades e localidades do Estado (NASCIMENTO, 2010, p. 370).

Os inspetores escolares atuavam como olhos e ouvidos do Estado movidos pela missão de fomentar os ideais republicanos no cotidiano da escola. Estes profissionais eram responsáveis pela tarefa de verificação da adesão das escolas às prescrições estatais. A eclosão da Primeira Guerra Mundial acirrou as preocupações em torno das populações de imigrantes e seus descendentes. Desta monta, a inspetoria era responsável pela cobrança em loco das

determinações das autoridades estaduais quanto ao método e organização do ensino, por um lado, enquanto obrigavam os agentes escolares a exercitarem e fazerem exercitar o amor à pátria por meio das disciplinas cívicas, festas escolares e respeito aos símbolos nacionais (NASCIMENTO, 2010, p. 375).

As preocupações com as populações estrangeiras e com a inspeção escolar ficam explícitas também no Decreto Federal nº 13.014, de 4 de maio de 1918, que atribuía a União a incumbência de subvencionar as escolas estrangeiras nos três estados do Sul. Surpreendentemente, em meio a este clima de desconfiança, em relação aos estrangeiros, o CCJ, fundado por irmãs provenientes da Alemanha continua expandindo suas atividades, instalando o Jardim de Infância em 1914. Após vinte anos de formação educacional, foi agraciado com a equiparação de seus Cursos à Escola Normal Catarinense através da aprovação da Lei nº 1253 de 1º de setembro, de 1919, a que se refere o Decreto nº 1.340, de 20 de fevereiro. A conquista do reconhecimento político e social por desempenhar a tarefa de formar professoras e contribuir para a expansão da escolarização no Estado de Santa Catarina. Para Leal e Cunha (1991), o colégio emergiu na cidade de Florianópolis, no período de transição do século XIX para o século XX e representou uma possível solução para as defasagens educacionais da época. A instituição pretendia preencher uma lacuna no processo de formação das meninas das famílias que podiam pagar pela educação. De acordo com as autoras, o colégio se propunha a formar as filhas de uma “classe média que passava a ocupar postos, seja na burocracia federal ou estatal que se formava, seja no comércio ou em outras atividades econômicas que aos poucos se diversificavam, colocavam necessidades novas, como as relacionadas a educação dos filhos” (LEAL e CUNHA, 1991, p. 37). O colégio ocupava um nicho de mercado criado, entre outros fatores, pela pouca habilidade estatal em suprir as deficiências que envolviam a instrução.

A presença e consolidação do CCJ pode ser interpretada como uma alternativa de formação privada frente à precariedade das escolas públicas e na improvisação dos professores. As dificuldades educacionais, nas primeiras décadas do século XX, são descritas por Prochnow (2009), que verificou o desconforto do governo republicano envolto nas permanências do modelo de ensino do império. Para a autora, a educação catarinense no início do século XX enfrentava problemas para se desvencilhar de situações como: superlotação das salas, a falta de higiene, de ventilação, a inexistência de mobílias e materiais pedagógicos adaptados ao ensino, denunciavam a precariedade geral das escolas catarinenses e exigiam especial atenção dos governos. O problema educacional, além das instalações prediais, passava pelas ultrapassadas

e defasadas metodologias, bem como pela falta de pessoal habilitado para um ensino eficiente (PROCHNOW, 2009, p.3)

Além disso, Decreto Federal nº 13.014, de 4 de maio de 1918 também criava o cargo de inspetor das escolas subvencionadas pela União, delegando-lhe o trabalho de as controlar/fiscalizar, assim como de realizar a Conferência Interestadual de Ensino Primário, convocada pelo Presidente da República em 1921. O ensino primário deveria ser difundido, como também os ideais de nacionalização. Os estudos de Teive, (2010) concluem que o governo da Primeira República não teve dificuldades em perceber a importância da educação para promover o desenvolvimento econômico e social, mas não foi hábil em implementar os projetos, que na maioria das vezes não passou de mais um plano não executado, como a

Reforma João Luiz Alves, de 1925 - que incorporava as principais resoluções desta conferência, tal como a necessidade da intervenção da União na escola primária, a decretação da obrigatoriedade do ensino, a organização de escolas noturnas para adultos, a obrigação das indústrias de oferecer ensino de primeiras letras para empregados menores de 10 a 16 anos, a criação do Departamento de Educação e do Conselho Nacional de Educação, dentre outras - não fora implementada, pois não obtivera dotação orçamentária do Congresso Nacional. (TEIVE, 2010, p. 235)

Durante os anos de 1920, as tentativas de reformas na educação foram acompanhadas das reformas urbanas, que transformavam o espaço urbano submetiam a população pobre a um processo de exclusão e expulsão do centro da cidade de Florianópolis. Aos poucos os morros próximos ao centro foram ocupados pelos habitantes que tiveram suas casas demolidas para que a cidade gradativamente respirasse os ares burgueses provenientes das reformas urbanas da capital federal e da cidade de Paris. Uma nova cidade precisava de novos cidadãos e a escolarização era entendida como um caminho necessário para se formar o novo cidadão republicano. As tentativas governamentais procuravam solucionar essa deficiência através da contratação de um corpo técnico capaz de introduzir modelos educacionais que pudessem ampliar o processo de escolarização no estado. A necessidade de suprir as demandas profissionais no serviço burocrático e comercial, além dos novos eleitores alfabetizados como determinava a constituição republicana direcionou as ações políticas para a “produção, via instituição escolar, do novo homem, para a nova era, do progresso e da ordem, não qualquer homem, mas uma espécie muito particular: o cidadão republicano” (TEIVE, 2003, p.228) Durante os anos de 1920, os gastos com construção de grupos escolares e escolas isoladas nas comunidades mais afastadas do estado, são de acordo com Nascimento (2009), extremamente onerosas para o estado dificultando o processo de escolarização proposto. Além disso, havia os problemas enfrentados diante da dificuldade de preencher os quadros profissionais com

professores habilitados. Esses profissionais teriam que enfrentar obstáculos técnicos, logísticos e econômicos, pois precisavam dominar conhecimentos e habilidades que lhes possibilitasse ministrar o novo método de ensino; cruzar longas distâncias em uma infraestrutura precária e os salários insuficientes que infringia aos mestres duras condições de vida e sacrifícios pessoais.

A nacionalização da educação não pode ser interpretada como uma proposta que emergiu na década de 1930. Sua presença pode ser detectada na primeira grande reforma do ensino catarinense, que já abrigava em seu âmago, as inquietações governamentais diante do isolamento, e conseqüente distanciamento – no sentido físico e cultural – dos povoados e cidades, que se desdobraram em torno dos núcleos de imigração e colonização europeia. O distanciamento era recíproco e o isolamento se deu mais pela negligência estatal, no que compete a integração – via extensão de direitos –, do que pela ação sectária desses grupos. Os ecos desse processo reverberavam durante o primeiro governo Vargas (1930-1945), que intensificou o processo de nacionalização e constituição de uma “identidade” nacional.

A partir de 1930, o Estado pretendia centralizar e padronizar as ações governamentais. A criação do Ministério da Educação e de Saúde Pública regulamenta o trabalho dos inspetores escolares, que assumem a tarefa de estender os olhos e ouvidos do Estado para dentro da escola. Estes profissionais, agora responsáveis por conferir e aferir os trabalhos pedagógicos se estabelecem como representantes de controle do Estado, no âmbito ideológico. Para Ribeiro (2012, p.112), “controle, fiscalização e até punição, sempre estiveram atrelados, ao longo da história educacional, à inspeção escolar”, especialmente se tratando da nacionalização. Nacionalização esta, que não era novidade no campo educacional, pois já figurava no ideário político, desde o início do século XX.

Nos anos de 1930, a escola incorporou, mais uma vez, o papel central de formação da sociedade, que agora centrava seus interesses na constituição da identidade do Estado-Nação. Na concepção de GERTZ, (1994); SCHWARTZMAN, (1983); e SEYFERTH, (1999), a instituição escolar poderia, de acordo com a concepção nacionalista, formar a nova geração comprometida com a identidade da sociedade e, conseqüentemente reduzir naturalmente o risco de inserção de ideais contrários ao projeto político vigente. No decorrer das primeiras décadas do século XX, o discurso de nação única, que congrega mesmos sentimentos e valores, se confrontava com a realidade de algumas regiões. Comunidades formadas majoritariamente por imigrantes europeus eram entendidas como obstáculos para a instauração de uma identidade nacional. Por isso, o período foi marcado pelo empenho estatal, sobretudo durante o Estado

Novo (1937-1945), de impor o ideário nacionalista. Às escolas foi delegada a função de formar um novo cidadão capaz de sentir-se integrado e capaz de colocar em prática os princípios do pertencimento e comunhão ideológica. A educação segue como depositária das expectativas que a interpretavam como capaz de traduzir em manifestações cívicas, brincadeiras e práticas esportivas a devoção patriótica, o progresso intelectual e o vigor físico que o Estado Novo pretendia imprimir, nos hábitos diários da população brasileira. “A educação de jovens estava associada ao civismo e à preocupação de imunizá-los contra influências exógenas”. (D’ARAÚJO, 2000, p.35). A nacionalização do ensino empreendida nos anos 1938 e 1939, capitaneada pelo interventor Nereu Ramos foi o motor que impulsionava, as ações de governo nessa direção. Ele governou Santa Catarina a partir de 1935, e atuou como interventor entre os anos 1937-1945. Em sua gestão houve um movimento nacionalista ímpar na história catarinense. Este político priorizou a escola, no processo nacionalizador. Nesse período, a boa educação e um corpo saudável foram tomados como requisitos básicos para a formação da nacionalidade brasileira.

Ao analisar a inspeção escolar durante o Estado Novo em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, Santos (2008), verificou que, algumas cidades fundadas por imigrantes,

criaram, mantiveram e recriaram aspectos de sua cultura como o uso de língua estrangeira, as práticas religiosas protestantes, além de hábitos e costumes importados que lhes permitiram criar uma identidade própria; nesse processo, as instituições educacionais comunitárias, conhecidas como escolas alemãs – *deutsche schulen* – foram fundamentais na perpetuação étnica da herança cultural trazida. Essas escolas constituíam locais privilegiados de elaboração de conteúdos étnicos e o seu papel educativo foi estratégico, sendo que, na visão que permeou a campanha de nacionalização, as aproximadamente 1 500 escolas alemãs espalhadas pelos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. (SANTOS, 2008, p. 230)

Diante disto, a educação passa a ocupar um lugar de destaque no contexto de exacerbação patriótica, pois seria responsável pela gestação embrionária do sentimento de brasilidade. As escolas alemãs, por terem sido constituídas em um contexto de isolamento geográfico e social, se dedicavam, na maioria das vezes, segundo as pesquisas de SHADEN, (1963), ao ensino primário. Fundadas e mantidas pelos próprios imigrantes, e nas primeiras décadas do século XX, sofreram alterações ou foram substituídas, devido a interferência de ações governamentais e da expansão da rede de ensino público. Existiam dentro de um contexto de ambiguidades, pois precisavam integrar-se ao país e ao mesmo tempo transmitiam valores e aspectos culturais de caráter exógeno. O isolamento geográfico de muitas destas comunidades, não proporcionou uma integração entre elas, permanecendo voltadas para os problemas mais próximos de sua realidade cotidiana.

Entre os educadores e políticos catarinenses, coadjuvantes do interventor Nereu Ramos, no processo nacionalizador via educação destaca-se o intelectual e político Ivo D'Aquino que atuou à frente da Secretaria do Interior, Justiça Educação e Saúde de Santa Catarina, à qual estava vinculado o Departamento de Educação Estadual. Porém, este Departamento, órgão máximo responsável pela orientação e administração do ensino público estadual, foi liderado pelos inspetores escolares João dos Santos Areão (Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas), Luiz Sanches Bezerra da Trindade (Inspetor Geral das Escolas Particulares e Nacionalização) e Elpídio Barbosa (Inspetor Escolar). O escalão superior da instrução pública era constituído por esses inspetores escolares. Devido à atuação conjunta e permanente desses três educadores, tornaram-se conhecidos como a “santíssima trindade da educação catarinense”. (DALLABRIDA, 2001, p. 250).

O projeto de nacionalização do ensino já estava em curso em Santa Catarina e estes inspetores já estavam inseridos no processo, nas décadas que antecederam o Golpe do Estado Novo. Luiz Sanches Bezerra da Trindade, Elpídio Barbosa e João dos Santos Areão, atuaram como inspetores e trabalharam com Orestes Guimarães, o idealizador e implantador da primeira campanha de nacionalização do Estado. Também integraram o corpo técnico que trabalhou na implementação da reorganização do ensino, dirigida por este educador. A parceria com Orestes, lhes proporcionou o estabelecimento de uma rede de sociabilidade, que mais tarde se tornou estratégica nas conquistas profissionais e políticas. No centro irradiador das prescrições no campo educacional foram movidos por suas convicções e ações pedagógicas nacionalistas. Trindade e Elpídio Barbosa eram catarinenses e João dos Santos Areão, afilhado de Orestes Guimarães, era um professor paulista, que chegou a Santa Catarina, a convite de seu padrinho, logo após concluir seu Curso Normal, em São Paulo, em 1912. Desempenhou várias atribuições no ensino e no ano de 1933, assumiu o cargo de Inspetor Geral das Escolas Subvencionadas pela União, após o falecimento do ocupante da cadeira, Orestes Guimarães. Na cadeira era encarregado de fiscalizar as escolas primárias, em âmbito estadual, que tinham sua população estrangeira. A partir do golpe do Estado Novo, essa nomenclatura foi alterada para ‘Inspetor das Escolas Subvencionadas pelo Governo Federal e Nacionalização do Ensino’. “Mais que a mudança de nome, este assunto passou a ser orientado, em linhas gerais por um plano federal de nacionalização do ensino, comum para o sul do país”. (FIORI, 2003, p. 124).

A função de inspecionar exigia o deslocamento até as escolas e a verificação das práticas escolares. As prescrições estatais eram conferidas e aferidas pelas autoridades do Departamento de Educação. Ao estudar a atuação do inspetor Areão, Unglaub, (2008), constatou que os professores, bem como a escola deveriam estar em sintonia com os discursos políticos reinantes, mas os relatórios registram a constatação de um fazer pedagógico imerso em contextos de

escassez, desinformação e resistência. Ideal e realidade se tencionam e se desdobram em descrições, que relatam mais uma tentativa, do que uma realização de fato.

Esses inspetores definiam a escola como o local onde se preparavam os novos brasileiros dentro do verdadeiro espírito de nacionalidade, através de professores orientados para este fim. Para eles a escola teria que ser uma oficina de caracteres adaptáveis ao regime político brasileiro. Coerente com essa visão, as inspeções focavam a parte pedagógica de acordo com a o pensamento político-pedagógico nacionalista. Verificava-se a capacidade do professor com o domínio da língua vernácula, o conhecimento dos hinos pátrios, dos heróis da nossa história bem como a atenção com o culto às autoridades. (UNGLAUB, 2008, p.4)

O ideário nacionalista, presente desde o início do século, ganha força no período. O Estado buscará intensificar a sua presença e o serviço de inspeção irá atuar como ponto central das ações do Estado na escola. Em meio a estes acontecimentos, o CCJ por força da reforma do Ensino no Estado de Santa Catarina, em 1934, foi equiparado ao Instituto de Educação – instituição de caráter público – e autorizado a manter os cursos, pré-primário, primário, fundamental e normal.

A conquista da autorização para a abertura do Curso Secundário Científico, em 1947 sinaliza para a conquista do reconhecimento estatal, que aferiu a concordância do CCJ às prescrições estatais. O sucesso da instituição de ensino estendia-se aos membros da cúpula do campo educacional catarinense, movidos pelas convicções e ações pedagógicas nacionalistas. Elpídio Barbosa, emerge desse contexto de reafirmação nacionalista, e parte de sua ação, como responsável pela prescrição e aferição da legislação vigente ficou perenizada no arquivo do CCJ.

3 VISITAS DO SENHOR INSPETOR ESCOLAR: ESPAÇO FÍSICO, PRESCRIÇÕES E PROCESSOS DE ARQUIVAMENTO

Armários escuros feitos de madeira maciça cercam o visitante e, para os recém-chegados, o cheiro de mofo causa ardência nos olhos e garganta. Ao fechar a porta, a impressão de soterramento é imediata, diante do acúmulo de documentos administrativos, que foram preservados na passagem do tempo. Este processo cumulativo de guardar, preservar e descartar oferece ao pesquisador oportunidades de investigação da materialidade sedimentada no colégio através do tempo. Em quais circunstâncias ocorriam as inspeções no CCJ? Como as correspondências podem oferecer pistas dos procedimentos do trabalho de inspeção? O que era priorizado e secundarizado nos relatórios dos inspetores? Quais as mudanças registradas nos relatórios, na passagem do tempo? Essas questões exigem a organização dos documentos analisados categorias de análise, indicativas da configuração do próprio acervo, tomado como fonte. O arquivo escolar, na concepção de (SOUZA, 2007, p. 170) permite que seja analisado sob o ângulo de componente da cultura material do CCJ. De acordo com a autora, a cultura material escolar é composta por

artefatos e contextos materiais relacionados à educação escolarizada, a expressão não apenas amplia o seu significado reinserindo as edificações, mobiliário, os materiais didáticos, os recursos audiovisuais, e até mesmo as chamadas novas tecnologias do ensino, como também remete à intrínseca relação que os objetos guardam com a produção de sentidos e com a problemática da produção e reprodução social.

A autora concebe a cultura material como componente indissociável da coletividade que a produziu, colocou em circulação, consumiu e a forjou memórias a partir desse processo. A cultura material abriga as memórias coletivas da escola, pois sua presença física aciona a propriedade de perenizar “tradições, sedimentação de práticas, ideias, modos de fazer e pensar que governam o ensino, que perduram ao longo do tempo sobrevivendo às reformas e inovações” (SOUZA, 2009, p. 17). Mas é preciso ter claro também que a perenização é um processo que sofre perturbações e alterações, pois a cultura não é estática e está em constante movimento e transformação na passagem do tempo.

Ao considerar o acervo epistolar referente às comunicações, majoritariamente de caráter administrativo e relacionadas a assuntos educacionais alguns missivistas são recorrentes e dependendo da intensidade um deles se destaca. Entre os missivistas mais atuantes na totalidade das correspondências analisadas no arquivo encontra-se Elpídio Barbosa, Inspetor Escolar,

Subdiretor Técnico do Departamento de Educação do Estado e Diretor de Educação. O arquivo do CCJ registrou a troca de correspondências (263 do montante do arquivo) com esta autoridade entre os anos de 1939 e 1949. A primeira correspondência recebida pelo colégio data de 18 de dezembro de 1939, na qual, Elpídio Barbosa acusa o recebimento do relatório do colégio, referente ao decorrente ano. Outras correspondências aparecem portando conteúdos variáveis como: agradecimento por colaboração no festival de benefícios das crianças pobres do Grupo Escolar Silveira de Sousa; vários modelos e regras que deveriam ser aplicadas nos ditados escolares; pedido de vaga no internato (despachada pelo interventor federal) subsidiada para filhas de amigos; prescrição dos pontos que deverão ser cobrados nos exames de admissão do curso fundamental; correspondências parabenizando o colégio por homenagens cívicas realizadas; prescrição de desfiles cívicos e homenagens ao Governador Nereu Ramos, nas comemorações do dia do trabalho; aprovação dos pontos cobrados nas provas parciais do curso fundamental; permissão do diretor para a matrícula da filha de um comandante de corveta da Marinha do Brasil; convites para reuniões na secretaria através de telegrama; aprovação dos itinerários de desfiles cívicos; telegramas agradecendo ao colégio pela contribuição financeira para os “Lazaros e filhos de Lazaros”; agradecimento da arrecadação dinheiro feita para os alunos em prol dos Lazaros; prescrição de homenagens aos heróis que tomaram no combate contra a “Intentona Comunista”; decretos do governo do Estado; ordem enviada para fiscalizar o colégio, entre outros.

As correspondências do arquivo institucional emergem no tempo presente como textos que apresentam nuances de fragmentos esparsos de corpos submersos e arredios à constatação do que passou. Sobre os limites impostos no trabalho com história cultural, Chartier (2009) buscou clarear a questão, a partir de duas classes de significados presentes na história dos textos, das obras e das práticas culturais. Na primeira classe de significados o autor investiga o processo pelo qual os leitores, os espectadores ou os ouvintes dão sentido aos textos dos quais se apropriam. Entende que a leitura também tem uma história e que o significado dos textos depende do lugar social que ocupam. Resta ainda pensar como, no lugar social, se tecem as relações complexas entre os discursos e as práticas. Segundo o autor, sempre existe uma brecha entre o imposto e o executado. Como representação a História interfere na maneira como os indivíduos percebem a si mesmos e o mundo que os envolve. A representação não se reduz às imagens, verdadeiras ou falsas de uma realidade que lhe seria externa, ela possui uma força própria que leva os indivíduos a crerem que o mundo ou o passado é, efetivamente, o que dizem que é. Dessa forma, o autor amplia os caminhos de investigação e acredita que conduzir a história da cultura escrita dando-lhe como alicerce a “história das representações é, pois,

vincular o poder dos escritos ao das imagens que permitem lê-los, escutá-los ou vê-los, com as categorias mentais, socialmente diferenciadas, que são as matrizes das classificações dos julgamentos” (CHARTIER, 2009, p.52).

O fato não é dado. Não está perdido em algum lugar do passado para que possa ser salvo do esquecimento por algum herói mitológico. Sua emergência depende de um trabalho de construção e esse trabalho, segundo Chartier (1991), remete ao conceito de representações sob a ótica de que são frutos de um processo de construção da realidade social por um determinado grupo, obedecendo a critérios de classificações, divisões e delimitações. Esses critérios estão ligados a esquemas intelectuais, que através de suas criações e composições dotam o presente de sentido. O objeto fundamental de uma história que se propõe reconhecer a maneira como os atores sociais dão sentido a suas práticas e a seus enunciados se situa, portanto, na tensão entre, por um lado, as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e, por outro, as restrições e as convenções que limitam - de maneira mais ou menos clara conforme a posição que ocupam nas relações de dominação - o que lhes é possível pensar, dizer, fazer. [...] essa noção [a de representação] permite vincular estreitamente as posições e as relações sociais com a maneira como os indivíduos e os grupos se percebem e percebem os demais. (CHARTIER, 1991, p.49)

A História Cultural não é universal e oferece, como caminho de pesquisa, uma alternativa de interpretação da realidade. No campo da historiografia está posicionada entre as diversas possibilidades que a escrita da história tomou nas últimas décadas do século ampliando as possibilidades dos estudos históricos neste momento. Não se deve esquecer a dificuldade de desprendimento pessoal do autor, ele próprio um dos principais representantes, na defesa desse caminho de pesquisa. Porém não se pode ignorar a contribuição de seus estudos sobre o assunto e a clareza com que articula os estudos de autores de diferentes áreas referentes aos processos de construção e interpretação da realidade. A questão da realidade, nessa perspectiva de pesquisa deve ser entendida como uma trama de infinitas possibilidades permeadas de “regimes de verdade e não certezas absolutas” (PESAVENTO, 2005, p. 51).

A proposta de investigação do arquivo do Colégio Coração de Jesus oferece algumas opções de entrada e análise histórica. No campo da educação encontra-se um horizonte de pesquisa capaz de ampliar os atuais limites e revisar os estudos sobre história da educação entendida por Stephanou e Bastos (2005), não como uma ciência isolada ou como um campo analítico exclusivo e sim como um espaço fronteiro, de pesquisa que se situa entre a História

e a educação. Na concepção de pesquisadores como Mignot (2002), as fontes, podem ser entendidas como detentoras de subjetividade, [...] não são testemunhos incontestes. São pistas de formas de ver o mundo [...] apontam para um processo resultante de interações entre diferentes universos, pontuado por incertezas, balizado por diversos contextos sociais, exigindo alinhar múltiplos espaços de vida. (MIGNOT, 2002 p. 62).

As correspondências são portadoras de uma memória imersa em um processo de perturbações e sujeitos a interferências de um tempo que “já não está lá, mas esteve” e que pode ser reapropriada historicamente. Dessa maneira é possível investigar esses documentos sob a perspectiva de trocas constantes entre a memória socialmente construída e arquivada em armários que lhe dão visibilidade, bem como, o esquecimento que envolve as sombras do arquivo institucional. Há uma memória que se dá a ver e outras que se perderam nos esquecimentos, descartes, destruições, dissimulações, pois nem tudo merece ser lembrado, principalmente quando se trata dos fracassos. Nas correspondências do arquivo do CCJ habita uma memória selecionada, classificada e organizada de modo a sustentar, instituir e distinguir uma biografia de sucesso institucional.

Uma memória qualificada e distinta, que pode ser acionada a qualquer momento e que, talvez, possa auxiliar o atual proprietário (Associação do Senhor Bom Jesus), a compreender a reverberação que o nome “Coração de Jesus” preserva na memória dos florianopolitanos. Trata-se de uma memória aparentemente adormecida, que conseguiu atravessar aos tempos de descartes e inovações. Por motivos ainda nebulosos, os documentos foram preservados e chegaram ao tempo presente, através da conservação institucional. Da condição de registros variados e insígnias de sucesso escolar, os documentos do arquivo atuam como parte dos alicerces da edificação da escola até os dias atuais. Muito se perdeu e o pouco que resta desafia os limites impostos ao ofício do historiador, sujeito as sobreposições de tempos e espaços, pois “se somos incapazes de lembrar de tudo, somos ainda mais incapazes de tudo narrar” (RICOEUR, 2003, p. 7).

Os onze relatórios de inspeção analisados aqui, fazem parte de um conjunto de 18 relatórios, que registraram as inspeções realizadas entre 1938 e 1965. Infelizmente não há uma explicação para o desaparecimento de alguns relatórios. Como já mencionado no capítulo anterior, o arquivo escolar encontra-se limitado, entre outras dinâmicas de forças, por uma impossibilidade física, pois como seria possível arquivar todos os documentos produzidos por mais de um século? O processo de escolhas, que levou ao descarte inevitável, produziu por outro lado, a quebra de uma sequência. Os relatórios oferecem informações referentes a identificação da escola; dos inspetores; do corpo administrativo; descrição física do edifício

escolar e seus equipamentos destinados ao trabalho pedagógico e administrativo; notas dos alunos; exames de arguição; exames de admissão; resultados das provas parciais; boletins anuais por matrículas; boletins Gerais organizados por série; médias condicionais; resultados das provas orais; resultados dos exames de segunda época; matérias lecionadas; pontos para provas parciais; mapas de frequência e aula dadas; informações diversas; relação dos professores; relação dos livros didáticos; quadro de horários; estatísticas de aproveitamento; quadros de matrícula; transferências; taxa de inscrição relação das obras executadas; exposição das metas de ensino.

Tomando a narrativa como resultado da intersecção das correspondências administrativas enviadas por Elpídio Barbosa, que visava prescrever a legislação vigente, com os relatórios de inspeção, confeccionados pelos inspetores designados pelo Departamento de Educação é possível fazer uma visita guiada pelas instalações físicas do CCJ. Os registros permitem uma apreciação parcial da estrutura física do colégio. Trata-se de um edifício imponente composto pela soma de vários edifícios, que foram sendo construídos conforme a expansão do número de alunos. A Circular n. 7⁵⁵ remetida por Elpídio Barbosa a direção do colégio e inspetores escolares, exige que nos relatórios de inspeção constem informações referentes a:

I – Caracterização do estabelecimento

1. Entidade mantenedora
2. Ensino ministrado
3. Número de professores, discriminando o sexo
4. Nome do diretor
5. Regime escolar: (internato, externato)
6. Sexo dos alunos
7. Número de alunos matriculados.

II – Caracterização do Prédio

1. Localização (rua e número, distrito)
2. Proprietário
3. Número de andares
4. Material de construção
5. Área total em m², inclusive campos, etc.
6. Área edificada, em metros quadrados
7. Espécie de iluminação
8. Instalação sanitária: número de banheiros e mictórios
9. Abastecimento de água
10. Possui ou não cozinha instalada

⁵⁵ SANTA CATARINA, Secretaria do Interior e Justiça, Departamento de Educação. Ofício s/n, de 5 de setembro, de 1940. Arquivo do Colégio Bom Jesus/Coração de Jesus.

O fim do ano de 1941 se aproxima na cidade de Florianópolis. A fachada do colégio (Figura 6), nessa data era guarnecida por jardins – que, acrescido aos pátios externos somavam 2.885 m² - eram emoldurados por árvores e flores de diversas espécies.

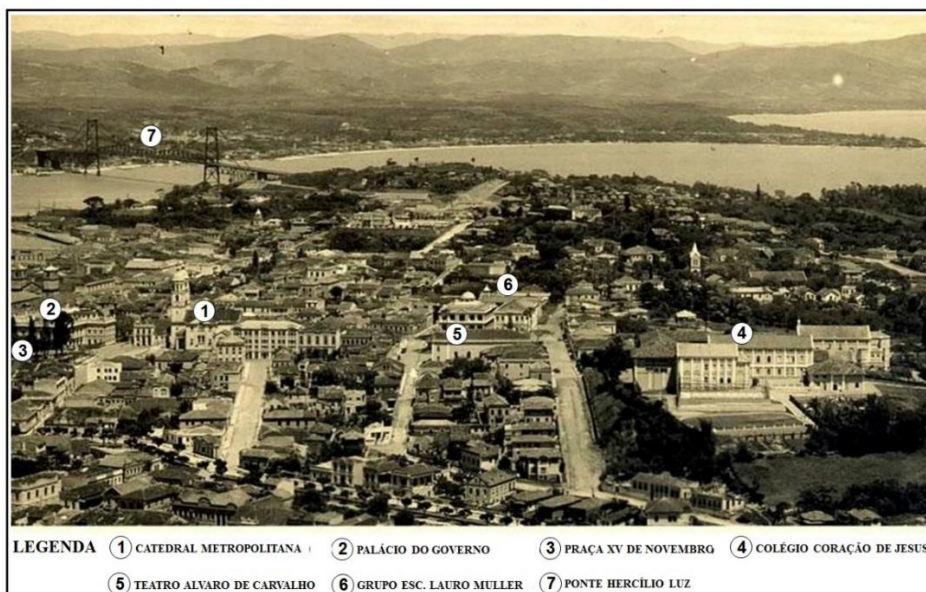
Figura 6 - Fachada do CCJ, 1940/41



Fonte: Relatório de Inspeção de 1941 – Arquivo do Colégio Bom Jesus Coração de Jesus

O edifício escolar, ao longo do tempo sofreu intervenções de adequação à legislação e a necessidade de acomodar o crescente número de alunos que se matriculavam. Dessa maneira, o edifício escolar era constituído de um complexo de prédios, que foram construídos desde sua fundação, no final do século XIX. Essas construções se espalhavam sobre uma das colinas, na região central da cidade (Figura 7) e podiam ser avistadas de longe, pois suas dimensões avantajadas e a cor branca as destacavam na paisagem urbana, que teimava continuar horizontal.

Figura 7 – Montagem gráfica, a partir de fotografia aérea da região central de Florianópolis, década de 1940



Fonte: Arquivo de fotografias da Casa da Memória, Florianópolis.

O relatório de inspeção registrou parcialmente, alguns detalhes externos do edifício escolar e seu entorno. Segundo o documento, as características da edificação eram descritas tendo como base três elementos de análise, que deveriam dar conta de descrever a localização da edificação e seu entorno; os elementos paisagísticos e as condições de salubridade; e por fim, os princípios de segurança e o devido isolamento do ambiente escolar, em relação aos perigos urbanos que poderiam colocar em risco os estudantes:

Elemento 1 – O estabelecimento se acha localizado em uma aprazível colina, na parte mais elevada da cidade de Florianópolis, a uns dez metros do nível da rua e 35 a 40 metros do nível do mar. 2 – Já pelo magnífico local em que se acha localizado e pela privilegiada situação em se encontra, cercado de frondosas árvores, aprazíveis jardins e campos gramados que circulam o estabelecimento, oferece ele as melhores condições de salubridade, amplamente arejado e isento de poeiras. Elemento 3 – O Colégio ocupa um quarteirão inteiro e o movimento da rua, limita-se quase exclusivamente, ao trânsito eliminando assim, o perigo que poderia ocasionar uma rua movimentada. (SANTA CATARINA, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO DE 1941, p. 30).

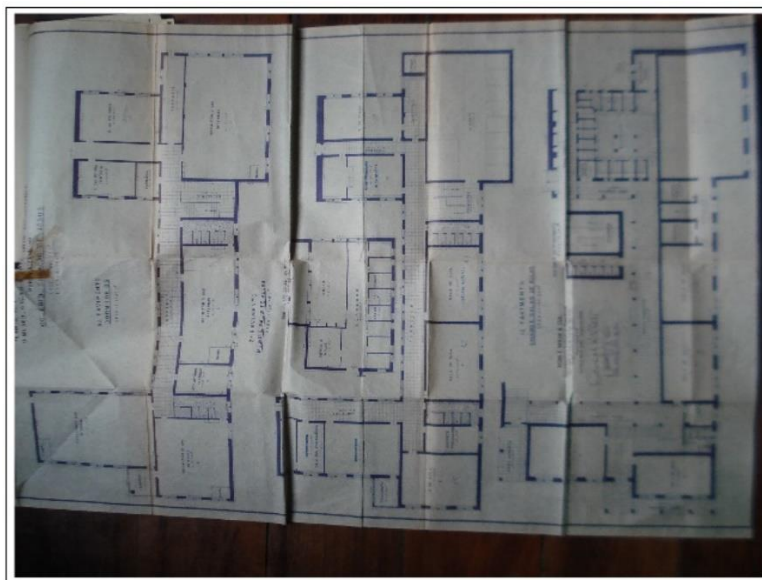
No andar térreo as alunas podiam contar com um grande pátio central e retangular circundado por três salas de aula, duas medindo 70 m² e uma com 48 m²; um ginásio de 120 m², três banheiros coletivos e um banheiro com chuveiros; um vestiário, uma área destinada a clausura, além de dispensas e depósitos.

O terreno em que está situado o colégio, é virgem porquanto sei, ele é a primeira construção. A vista panorâmica que se descortina do estabelecimento é belíssima, ambas as baías Norte e Sul são avistadas em toda a sua amplitude. (SANTA CATARINA, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO DE 1942, p. 12)

As disposições sobre os edifícios escolares figuravam entre os critérios para a concessão do ensino primário em instituições de ensino particular. O Decreto-Lei n. 88⁵⁶ estabelecia, que as instituições deveriam informar no processo de classificação as condições físicas de seus estabelecimentos de ensino. No item 9 do artigo 4º, torna obrigatório a anexação ao processo de concessão, “a fotografia da planta baixa do prédio e de seus compartimentos”. A presença de plantas baixas do CCJ foi anexada ao relatório de inspeção de 1941 (Figura 8). Tal fato só se repete no relatório de 1946. Estes registros chamam a atenção, pelo fato de não ser obrigatório anexar plantas nos relatórios de inspeção, pois o Departamento de Educação já os possuía, por serem exigência para a concessão de funcionamento dos cursos. Uma possível explicação talvez resida nas datas desses relatórios. No ano de 1941, o CCJ, da mesma maneira que já havia feito em 1938, enviou junto com o relatório de inspeção, a ficha de revisão de classificação e que julgada e aprovada pela Divisão do Ensino Secundário foi classificado com quinto colocado geral. Como já foi dito anteriormente, o ensino secundário correspondia ao fundamental, pois o científico permaneceu restrito ao Ginásio Catarinense, até o ano de 1947. Em 1946, o colégio, repete o mesmo procedimento realizado em 1941, só que desta vez, a intenção era a aprovação do curso de ensino médio científico, que se concretiza em 1947.

⁵⁶ Estado de Santa Catarina, Decreto-lei n. 88, de 31 de março, de 1938. Estabelece normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares, no Estado. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Figura 8 – Planta Baixa do CCJ



Fonte: Relatório de Inspeção de 1941 – Arquivo do Colégio Bom Jesus/Coração de Jesus, 2016

Os relatórios dos exercícios de 1941 e 1946, permitem verificar as exigências para a manutenção e classificação do ensino secundário, no CCJ, mas cabe lembrar, que em Santa Catarina, outras instituições de ensino também alcançaram este reconhecimento. Os estudos sobre a implantação do ensino secundário em Santa Catarina, desenvolvidos por Dallabrida; Soares e Tripadalli (2006) escrevem oito instituições que ministravam o ensino secundário oficializados pelo Governo Federal e equiparadas ao Colégio Pedro II. Quatro dessas escolas eram exclusivamente masculinas: Ginásio Diocesano (Lages), Ginásio Aurora (Caçador), Colégio Santo Antônio (Blumenau) e Ginásio Catarinense⁵⁷ (Florianópolis). Três funcionavam no regime de co-educação: Ginásio Barão de Antonina (Mafra), Ginásio Bom Jesus (Joinville) e Ginásio Lagunense (Laguna). Apenas o CCJ era exclusivamente feminino. A pretensão da expansão foi inócua do ponto de vista social mais abrangente, pois atendia poucos catarinenses, ficando este nível de ensino, na maioria das vezes, restrito aos jovens, brancos, do sexo masculino pertencentes as famílias mais abastadas, que podiam pagar pela educação. Como eram, majoritariamente instituições privadas,

o ensino secundário em Santa Catarina continuou atendendo a uma parcela muito restrita da população escolar entre 11 e 18 anos. Como era oferecido somente por instituições de ensino pagas pelos pais dos alunos, esse nível de escolarização ficou restrito aos filhos das elites e partes das emergentes classes médias, que ingressavam

⁵⁷ Atual Colégio Catarinense, fundado e administrado pelos padres da Companhia de Jesus.

nos cursos superiores e tinham grandes vantagens na disputa profissional. Pelo fato de alguns filhos de camponeses serem inseridos no ensino secundário nos seminários religiosos, os principais excluídos nesse nível de escolarização eram as classes populares urbanas, notadamente os afrodescendentes. As mulheres foram preteridas nas redes de ensino secundário, pois havia somente três colégios que praticavam a co-educação e apenas um curso fundamental direcionado para moças. Por ser pago, esse educandário selecionava aquelas moças dos estratos privilegiados da sociedade catarinense. (DALABRIDA; SOARES; E TRIDAPALLI 2006, p. 4175)

De caráter elitista, a educação secundária em Santa Catarina, direcionava o ensino para uma parcela seleta da sociedade, perpetuando a reserva de mercado dos altos postos do serviço público e privado, aos homens brancos e provenientes das classes com poder aquisitivo maior. Às mulheres provenientes destes grupos privilegiados era oferecido a formação no curso de normalista, onde recebiam instrução, que lhes permitia, o desempenho do trabalho pedagógico, como também a instrumentação para as tarefas domésticas. Ao estudar os livros presentes nas estantes das Bibliotecas das Escolas Normais, entre as décadas de 1930 e 1960, Cunha (2009) expõe que, entre livros adotados na Escola Normal, alguns títulos podem ser lidos como manuais de civilidade. Apesar de não apresentarem especificamente esta nomenclatura em suas capas, continham ensinamentos que pretendiam internalizar maneiras de comportamento social e moral

Nas décadas entre 1930 e 1960, manuais de civilidade e etiqueta começam a figurar com bastante frequência nas estantes de bibliotecas das Escolas Normais. Na maior parte das vezes estes livros compunham o material didático utilizado em aulas de de variadas disciplinas, como Educação Moral e Cívica, Economia Doméstica, Higiene, Literatura e Didática que eram ministradas como parte dos currículos oficiais para a formação de professoras e professores do chamado Ensino Primário. Assim, inculcar formas civilizadas de conduta pessoal e moral e desfilar suas próprias marcas de etiqueta social eram aspectos desenvolvidos como um saber escolar, e como tal, estavam preocupados em definir regras para o controle e a contenção de sentimentos e sensações e, ao mesmo tempo, investir na formação de sensibilidades recatadas, civilizadas, consideradas indispensáveis como signos de refinamento. (CUNHA, 2009, p. 352-353)

Além das aulas previstas pela legislação, as alunas do colégio também tinham acesso a aulas complementares de etiqueta e preparação para os afazeres domésticos. No universo dos centros de formação de professores, o CCJ buscou oferecer um ensino diferenciado e que despertasse o desejo das famílias com um pouco mais de recursos materiais. Equiparada a Escola Normal, o colégio tinha que obedecer a base curricular prescrita pelo governo do Estado, mas não era impedido de acrescentar disciplinas complementares. Desta feita, o colégio desenvolvia um currículo próprio alicerçado na moral católica e no controle rígido de condutas e comportamentos. A vigilância era constante e as alunas eram submetidas a um processo de

formação que lhes impregnava os poros e as mentes a fim de uniformizar suas atitudes de acordo com as normas da instituição. A maternagem também era, segundo (CUNHA, 2003, p. 205), um dos objetivos formadores das alunas. Para essa autora o “Colégio Coração de Jesus, tinha como função essencial a formação da ‘mulher de bem’, calcada nos princípios da moral católica, onde ser aluna desse Colégio representava um meio tradicional de preparo dessas moças para assumirem as funções de esposa, dona de casa e mãe que lhes estavam reservadas e, no limite, exercerem o magistério como sacerdócio e como uma forma de maternagem simbólica”. Esta preocupação, que escapa da formação meramente profissional foi registrada no (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1941, p. 65), nele o inspetor descreve que a sala de trabalho manual “é uma sala de 4 m x 7,5 m e destina-se a trabalhos manuais como costura, bordado, pintura de agulha. Para as aulas de pintura estão disponibilizadas mesas, estantes, esculturas em madeira, pirogravura e trabalhos em relevo, e outras diversas máquinas”.

As bibliotecas das escolas normais traziam em suas prateleiras títulos autorizados e fiscalizados pelo serviço de inspeção, de acordo com a legislação estadual⁵⁸. De acordo com as prescrições, no inciso 11º, do artigo 7º, as escolas privadas, licenciadas pelo Estado para ministrar o ensino primário deveriam, sob a pena de terem suas atividades canceladas temporária ou definitivamente “organizar uma biblioteca de obras nacionais, para os alunos”. Os inspetores escolares deveriam visitar as instituições de ensino, conferir, e relatar em seus relatórios sobre a observância ou não das prescrições estatais. Era um trabalho de vigilância, que se organizava em torno de prescrição, fiscalização, execução, deferimento, indeferimento, concessão e punição. Do trabalho dos inspetores dependia o sucesso do empreendimento estatal e requeria uma engrenagem capaz de colocar em funcionamento o projeto educacional prescrito. Vale lembrar, que os tempos eram de nacionalização e a atenção do colégio e dos inspetores estava, provavelmente, centrada em deixar claro a observância da lei que estabelecia, de acordo com o artigo sexto, que a direção do colégio era composta por diretor e professores aprovados pelas autoridades representantes do Estado. Segundo a legislação da época, o critério de escolha vinculava-se a prerrogativa do “Governo do Estado, a seu exclusivo juízo, não reputar idônea, sobretudo em relação aos objetivos da propaganda dos sentimentos de

⁵⁸ SANTA CATARINA. Decreto-lei n. 88, de 31 de março de 1938, que estabelece normas relativas ao ensino primário em escolas particulares. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

brasilidade e de educação moral e cívica”. No Artigo sétimo, os estabelecimentos de ensino primário eram obrigados, como descreve o Inciso primeiro, a ministrar as aulas em língua portuguesa, salvo quando se tratava de ensino de idiomas, deveriam obrigatoriamente ser ministradas em português. O inciso terceiro obriga que toda a comunicação deveria ser em língua vernácula, “quer na respectiva escrituração, quer em taboletas, placas, cartazes, avisos, instruções ou dísticos, na parte interna ou externa do prédio escolar”. Os livros didáticos indicados e aprovados pelo Estado estão definidos no Inciso quarto. Os Incisos quinto, sexto e sétimo prescreve respectivamente o ensaio de hinos oficiais, a homenagens à bandeira aos sábados e o respeito aos “feriados nacionais, comemorando-os condignamente”. O CCJ, de acordo com o Relatório de Inspeção (1941) possuía três bibliotecas que eram organizadas da seguinte maneira:

A biblioteca sob o nome de “Maria Desidéria” está instalada em um salão com as dimensões de 7 x 10 x 4,20 m com 2 janelas envidraçadas de 8 m² cada uma, tendo suas paredes guarnecidas de 5 armários envernizados, com portas envidraçadas e possuindo mesas, cadeiras, poltronas e sofás. Esta biblioteca conta com 2.600 volumes, além de centenas de revistas. Nela existe uma galeria de quadros de vultos célebres da nossa História e Literatura. Além desta, que é a principal, existem mais 3 bibliotecas circulantes que são: Biblioteca “Ancila Domini”, fundada a 4 anos pela 5^a série, com 444 livros, dos quais 69 instrutivos e 375 recreativos. Biblioteca “Olavo Billac”, com 137 volumes; Biblioteca “Tristão de Ataíde”, com 170 volumes e inúmeras revistas. O total de livros existentes nas bibliotecas acima é de 3.350, acrescido de outros 2.000, que constituem uma biblioteca privada das professoras, que se acham na respectiva sala, laboratórios e gabinetes. (SANTA CATARINA, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO DE 1941, p. 30)

Além da quantidade dos livros presentes nas três bibliotecas, o relatório de 1946 permite visualizar a principal delas por meio de uma fotografia (Figura 9) encontrar a descrição de parte do acervo da biblioteca, pois entre os vários registros foram destacados os livros mais consultados pelas alunas. O relatório sugere, que os mais lidos são os livros escritos em português, latim, alemão, francês e inglês, sendo que a maioria dos livros consultados pertencem a literatura brasileira. Outras áreas do conhecimento também são citadas como: Pedagogia, Psicologia, Sociologia, História, Biologia, Química, Geografia, Física e Química. O inspetor faz ainda referência ao “considerável número de revistas que completam as diversas bibliotecas”.

Figura 9 – Biblioteca Maria Desidéria – 1941



Fonte: Relatório de Inspeção de 1946 – Arquivo do Colégio Bom Jesus Coração de Jesus

As fotografias dos relatórios de 1941 e 1946 somam cinquenta imagens, que foram usadas intensamente como provas da descrição. Em todas as composições ficou registrada a intenção de testemunhar o patrimônio do colégio, como também o trabalho de inspeção. A fotografia neste período carregava o peso de atestar um acontecimento, como mostra a cena – provavelmente montada para o registro – das alunas, todas uniformizadas, lendo na biblioteca. Esta imagem foge à regra, das demais imagens anexadas nos dois relatórios de inspeção. A biblioteca está habitada, por alunas concentradas em suas leituras, nem o fotógrafo conseguiu lhes tirar a atenção. Aparentemente a imagem pretende demonstrar que a biblioteca era um lugar praticado. A prática da leitura foi comprovada, aprovada, preservada através do arquivamento e agora problematizada pela “operação historiográfica”. A leitura intensa de livros dos mais variados temas e idiomas demonstra o sucesso e o empenho institucional na formação de normalistas. Afinal, o que esperar de uma escola que forma professoras? O que se questiona aqui, não é o fato da biblioteca ser utilizada ou não, e sim o enfoque dado a prática da leitura, nas páginas centrais dos dois relatórios. Vale lembrar também que esse trabalho de posicionamento dos atores sociais na cena montada faz parte de uma tradição herdada de outras práticas. Delory-Momberger (2010), ao analisar os usos da fotografia a partir de meados do século XIX pela sociedade burguesa enumera uma série de usos e expectativas depositados sobre esse suporte de representação, que foi bastante reverenciado pela inovação tecnológica que representava e pela capacidade atribuída de transmitir a realidade. Para a autora,

a sociedade burguesa, cujo poder econômico, se afirma, ao longo do século, é uma sociedade de representação tanto social quanto pessoal. O senso de individualidade no século 19 foi acompanhado e reforçado por um conjunto de práticas simbólicas que são consistentes com a identificação social do ser: em uma sociedade dominada pela burguesia, onde o indivíduo é definido pela primeira vez pela atividade que exerce status pessoal e status social tendem a se fundir. A fotografia ao serviço das necessidades de representação da sociedade burguesa vai desenvolver uma arte de fixação onde a auto-imagem revela o sucesso pessoal e social. (DELORY-MOMBERGER, 2010, p. 97)

As primeiras décadas do século XX marcam uma transição guiada pelos discursos modernizadores. A fotografia avançava como um ícone de representação permeado de crenças e expectativas, pois parecia cumprir a promessa de expressão da realidade. Esse papel de reproduzir um acontecimento como tal, fez da fotografia um veículo de comunicação social investido da tarefa de revelar, expor, mostrar, reproduzir, perenizar o sucesso pessoal e social. Tanto o CCJ, quanto os inspetores parecem movidos por esta crença e confiam às fotografias anexadas aos relatórios a condição de pertencerem a uma coleção e serem portadoras de uma narrativa, ambas ligadas à memória que, pela interpretação se faz História. O ato de fixar as fotografias como testemunhos, aponta, na concepção de Possamai (2004), para a emergência de um produtor e leitor (consumidor) de imagens visuais. Do ponto de vista técnico, a fotografia por muito tempo foi interpretada como testemunho cabal da história, resguardando-se das inúmeras possibilidades de interpretação comuns à narrativa, mas por tratar-se de um fragmento, de um breve instante congelado no tempo, a imagem fotográfica necessita de uma referência textual para que possa ser decifrada. De acordo com a autora,

a fotografia, assim concebida e utilizada, opera na construção de memórias na modernidade, substituindo formas convencionais que se ancoravam nas trocas de experiências interpessoais. Sendo seletiva, tal como a memória, opera com a trama do lembrar e esquecer. Ao jogar o enquadramento sobre um pedaço do real, o que fica no interior deste é tido como memória, confundindo-se com o próprio passado, enquanto o que ficou de fora poderia ser concebido como esquecimento e, por isso, mais levado em conta. (POSSAMAI, 2004, P. 59)

Tudo leva a crer, que através da fotografia das alunas lendo na biblioteca, os inspetores pretendiam representar a uma narrativa imagética de veracidade. Estivemos lá e presenciamos um lugar eficaz no que diz respeito, a formação de normalistas. Normalistas que recebem uma educação sólida, que valoriza a mulher casta, pura, inocente, segundo os padrões de pudor estabelecidos na sociedade da época. A postura corporal adequada era uma das exigências do colégio, segundo os estudos de (CUNHA, 1991, p. 66),

a postura do corpo era objeto de vigilância constante das freiras, que exigiam, por exemplo, que, sentadas durante as aulas, as alunas jamais cruzassem as pernas,

mantivessem as mãos corretamente sobre as carteiras e as costas perfeitamente eretas. Ao descer uma escada, nunca apoiassem a mão sobre o corrimão; se isso acontecesse, a aluna deveria voltar a subir a escada para descê-la novamente de modo correto.

Rostos sérios distantes de comportamentos lascivos e censuráveis. As normalistas eram profissionais vinculadas ao ideal de mulher puritana e religiosa. As freiras formavam alunas habilidosas na arte de dissimular qualquer expressão de sensualidade mundana. O que foi omitido e dissimulado tem muito mais a dizer do que o representado. A ausência revela uma presença que ficou indiretamente registrada na representação

3.1 DOS DOCUMENTOS DO ARQUIVO AOS CORREDORES DO COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS

Continuando o passeio pelo CCJ, o relatório de 1941 descreve que, ao chegar no primeiro pavimento existiam dois corredores. Seguindo o corredor a esquerda era possível observar do lado esquerdo um banheiro coletivo, duas salas de aula de 70 m², um outro banheiro e mais duas salas de aula de 70 m², uma delas destinada à biblioteca. Seguindo em frente encontrava-se a secretaria e a direção do colégio (ambas as salas com 22,4 m²). Seguindo o corredor a direita estavam a sala de visita (lado direito do corredor) gabinete e locutório⁵⁹. No lado direito do corredor existiam mais dois locutórios e no final do corredor encontravam-se o refeitório medindo 195 m². Continuando pelo corredor que segue em direção a esquerda um pátio coberto dava acesso ao lado da capela à cozinha medindo 140 m², padaria e ao refeitório. Um outro pátio, localizado nos fundos da padaria e da cozinha dava acesso a lavanderia (ver Figura 11).

⁵⁹ Compartimento dividido por grades, através das quais falam, nos mosteiros, as monjas com as pessoas que as visitam.

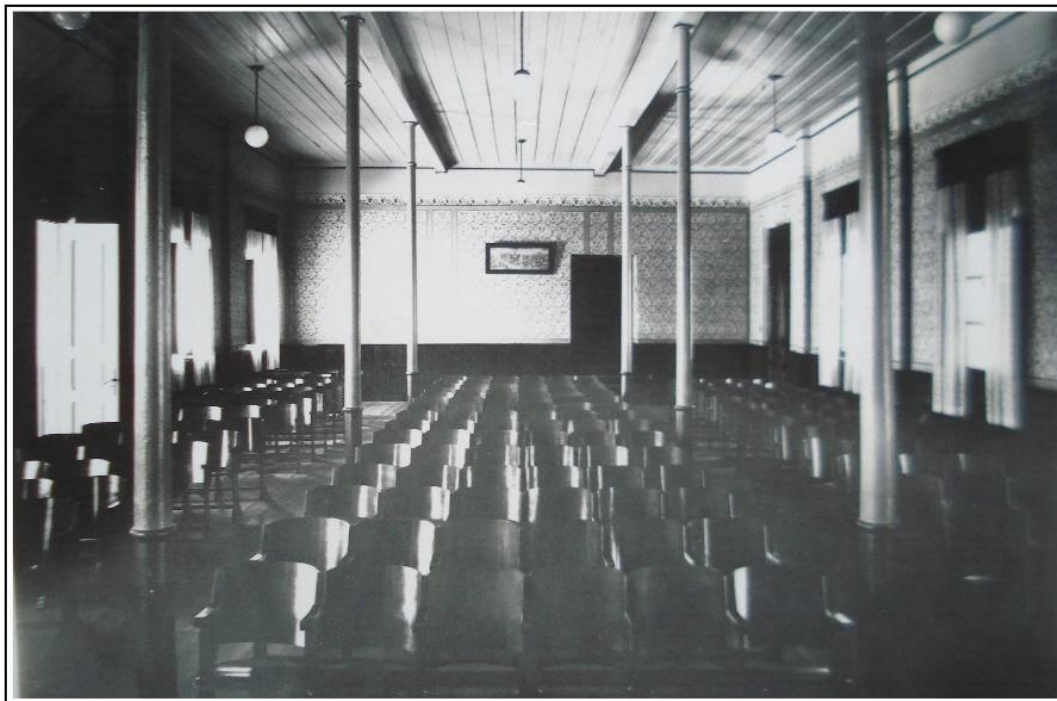
Figura 10 - Lavanderia do CCJ, 1940/41



Fonte: Relatório de 1941 - Arquivo do Colégio Bom Jesus Coração de Jesus

O corredor em frente a este pátio era longo e passava em frente ao auditório ou salão nobre (Figura 12), que de acordo com o (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1941, p. 35) possuía uma “área de 264 m², excetuando o palco de 8 metros que é desmontável e possui diversos cenários completos. Este salão é provido de um piano para concertos e guarnecido de poltronas”.

Figura 11 – Auditório do CCJ, 1940/41



Fonte: relatório de inspeção de 1941 - Arquivo do Colégio Bom Jesus Coração de Jesus

Seguindo pelo lado direito do corredor é possível encontrar a sala de ciências com 44 m² e do lado esquerdo pela sala de trabalhos manuais (66 m²) e laboratório com 44 m². No final deste mesmo corredor, encontrava-se um ginásio de 240 m² e mais três salas de aula de 70 m² e uma sala destinada a uma biblioteca com três mil volumes distribuídos em um espaço de 52,2 m². Para chegar ao terceiro pavimento era necessário subir dois lanços de escada. Na parte intermediária desta escadaria existia uma sala construída sobre o ginásio. Este espaço é destinado aos pianos e ao museu escolar.

No terceiro pavimento os corredores seguiam em duas direções e eram idênticos à planta inferior. Como muitas alunas dormiam no colégio existia uma área destinada ao internato com dois dormitórios medindo juntos 620 m². O maior deles mede 540 m² e se estendia por um longo salão localizado no sótão do edifício. Dele é possível observar alguns pátios internos e uma boa parte da cidade através das vinte quatro janelas de 2,4 m² de área que o iluminam. No interior deste espaço encontravam-se sessenta camas de ferro, equipadas com colchões de palha, travesseiros de penas, acompanhadas de armários e lavatórios individuais. O outro dormitório, localizado do outro lado da escadaria que dá acesso ao sótão, media 80 m² e conta com 8 camas, 3 janelas com as mesmas dimensões do dormitório maior.

Duas salas ladeavam os dormitórios: a rouparia ficava a esquerda e a farmácia à direita. O corredor que levava ao dormitório abrigava do lado direito quatro salas de aula medindo respectivamente 65 m², 50,7 m², 32,5 m² (onde hoje se localiza o arquivo de documentos) e 55,9 m². No final deste corredor se encontrava a enfermaria. No lado esquerdo deste corredor era possível encontrar quartos, uma sala de aula, um laboratório – ambos com de 40 m² -e o gabinete biométrico medindo 38,5 m biométrico. Existia ainda um corredor que se estendia para um anexo do edifício e que comportava quatro quartos, uma sala de aula de 48 m² e uma sala de desenho medindo 93,5 m². Voltando às escadarias um corredor se estende por entre vários dormitórios e quartos seguidos de um laboratório didático e uma sala de costura. Além disso o CCJ dispunha de uma área coberta destinada ao de jardim de infância medindo 65 m², onde as crianças podiam fazer recreio em um pátio central de 195 m² e uma gruta de 92 m².

3.2 A CULTURA MATERIAL ESCOLAR REVISITADA

De acordo com o relatório de inspeção, as alunas podiam contar com dezesseis salas de aula (Figuras 12 e 13), duas salas para trabalhos manuais e pintura, um salão para ginástica e festas escolares, gabinetes de física, geografia e química, aparelhos de projeção fixo e móvel, epidiascópio para ensino intuitivo e biblioteca.

Figura 12 - Montagem feita pelo autor, através de fotografias das Salas de aula do CCJ, 1940/41



Fonte: Relatório de Inspeção de 1941 - Arquivo do Colégio Bom Jesus Coração de Jesus

Figura 13 – Sala de aula do CCJ, 1940/41



Fonte: Relatório de Inspeção de 1941 - Arquivo do Colégio Bom Jesus Coração de Jesus

Todas as salas de aula descritas apresentavam as medidas de “7m x 10m = 70 m²”, com paredes de tijolos duplos e perfeito isolamento acústico.

A pintura das paredes eram de cor verde claro e a iluminação estava de acordo com as prescrições estatais. As janelas estavam posicionadas do lado esquerdo das salas, com “parapeitos a um metro de altura e estão providas de janelas basculantes, sendo em número de duas nas salas da 1^a, 2^a, 3^a e 4^a séries e de 3 na 5^a série com as dimensões de 2,25 m x 2,50 m. As carteiras usadas no estabelecimento são de dois tipos, carteiras individuais, com gaveta e de diversas alturas, com cadeira, e carteiras duplas, cômodas envernizadas e com ótimo estado de conservação. Os quadros negros são embutidos nas paredes, no lado da cátedra e feitos de material apropriado de cor verde, em número de 2 em cada classe e tendo as dimensões de 3m x 1,20 m cada. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1941)

De acordo com o relatório de inspeção (1941, p. 60) o colégio possuía instalações para a prática da Educação Física. “O ginásio está instalado em uma sala de 20 x 12 m com 7,50 m de altura, com 4 janelas de 5.50 m de altura por 1,50 m, sendo assim amplamente arejado”. No relatório de 1946, foi anexada uma fotografia (Figura 11) apresentando o ginásio, onde é possível observar vários equipamentos, destinados a prática de vários exercícios. Os relatórios de 1941 e 1946 trazem descrições detalhadas de todas os equipamentos pedagógicos utilizados. Trata-se de uma profusão de objetos e materiais construídos para a utilização no trabalho pedagógico. Esta entrada de objetos aponta para uma época de circulação de mercadorias

pedagógicas desenvolvidas durante a Segunda Revolução Industrial. As feiras universais e outros eventos de exposição das novidades desenvolvidas pela indústria, apresentavam uma inumerável gama de objetos, que entre outras coisas, prometiam tornar a vida mais confortável e prática. A escola foi um dos alvos desta indústria crescente, que não poupava esforços para divulgar seus lançamentos voltados para a eficácia pedagógica. Estudos médicos levaram ao desenvolvimento de mobiliários e materiais didáticos, que fomentaram o surgimento de novos negócios e a ampliação do consumo.

O uso frequente destes materiais, no ambiente escolar auxiliou na emergência de uma cultura própria da escola, também conhecida como cultura material escolar. Para Souza, (2009), o conceito de cultura material é amplo, pois abarca a materialidade da escola, desde o edifício até os objetos mais simples de uso cotidiano como giz e guarda-pó. Para ela não existe uma hierarquia dos objetos, o que importa na análise são as relações antropogênicas estabelecidas com os objetos, no que remete a produção de sentidos e com as questões que giram em torno da produção e reprodução social. Uma parcela desses objetos ainda está preservada no CCJ, e recentemente foram espalhados pelos corredores e salas da instituição. Tudo aponta para uma ação de retorno intencional desses materiais pedagógicos, há muito abandonados no sótão. Em um momento de crise extrema, que quase levou ao fechamento do colégio, a cultura material foi mobilizada pelos gestores. A busca pelos objetos antigos parece buscar uma justificativa que reforce ou legitime a existência atual da instituição, através de testemunhos de sua trajetória ao longo do século XX. Colocados em exposição como peças de museu, as curiosidades são apresentadas como testemunhos incólumes de uma trajetória de sucesso na cidade de Florianópolis.

A cultura material guarda em sua materialidade as marcas de usos e desusos, que estão relacionados com a ampliação das possibilidades de investigação do fazer pedagógico na passagem do tempo. A autora concebe a cultura material como componente indissociável da coletividade que a produziu, colocou em circulação, consumiu e a forjou memórias a partir desse processo. A cultura material conserva as memórias construídas entre a escola e a coletividade em que estava inserida. Trata-se de uma força capaz de acionar a propriedade de perenizar “tradições, sedimentar práticas, fomentar ideias, modos de fazer e pensar que governam o ensino e que perduram ao longo do tempo sobrevivendo às reformas e inovações” (SOUZA, 2009, p. 17).

Segundo Gonçalves (2009), os objetos materiais não são apenas uma contingência da História, muito menos desempenham uma mera função simbólica e sua existência vai muito além das demarcações de mobilidades sociais. De acordo com o autor, “os objetos materiais

desempenham função constitutiva, dando forma e materialidade à nossa autoconsciência individual e coletiva” (GONÇALVES, 2009, p. 66). Vistos desse modo, os objetos encontram-se em uma dimensão que transpõe a condição de suporte das trocas sociais ou suportes materiais de relações simbólicas. Os objetos, nessa perspectiva assumem uma função além, exercendo forte influência sobre os indivíduos e seu contexto e por isso podem ser analisados como entidades dotadas de força e vontade. São materialidades físicas que assumem a condição de extensões dos corpos dos usuários ou até mesmo, relíquias que, ao serem construídas, desejadas e colecionadas fundem-se ao imaginário dos mesmos. O autor dialoga com diversos antropólogos sobre as significações que os objetos assumem no cotidiano das sociedades e conclui que os objetos portam uma conexão entre as diversas dimensões temporais, pois é relevante compreender “os objetos materiais enquanto pontes entre o passado, o presente e o futuro. Em outras palavras, no trabalho de formação dessas subjetividades, o vínculo com o tempo é fundamental” (GONÇALVES, 2009, p. 68).

Os objetos usados na escola pertencem a um grupo de coisas utilizadas ou comparadas para este fim, que por algum motivo foram eleitas para serem guardadas, mas não descartadas. Essas eleições passaram por um processo de escolhas de preservação pautadas, entre outros critérios, talvez na força de sua representação para a instituição escolar como parte de sua consciência individual e coletiva na cidade de Florianópolis em um momento de afirmação institucional.

Transformam-se em “objetos-relíquia”⁶⁰ que constituem um corpo material e imaterial que contribuem para sustentar ou justificar a existência do colégio até os dias atuais. De alguma forma os objetos do acervo possuem e despertam sentidos que se coadunam com as crenças e valores ainda presentes na instituição. Sentidos que provavelmente estão vinculados à capacidade de acionarem memórias e provocarem o reconhecimento de uma longa jornada de trabalho de formação pedagógica. O CCJ, por sua trajetória – de mais de um século – habita, o imaginário de alguns catarinenses, que de alguma maneira estão vinculados à memória da instituição. Um processo de retroalimentação, em que as memórias individuais se constituem, são acionadas e dão sustentação a instituição por meio do reconhecimento. O arquivo aqui

⁶⁰ Esse termo foi cunhado por Ranun (1991, p. 215), para quem “as intimidades transitam sob três rubricas: os lugares privilegiados, adequados às relações com o outro; os objetos-relíquias, capazes de fazer lembrar alguém pelo qual se nutriu ou nutre algum sentimento; e os registros da existência íntima, conservados pela imagem ou pela escrita”

analisado registrou pequenos lances de luz, que podem ser captados nas frestas do tempo, fazendo uso do trabalho da operação historiográfica. Uma memória revisitada, e ressignificada pelas lentes do método que deve vigiar constantemente para se desvencilhar de qualquer calor do momento.

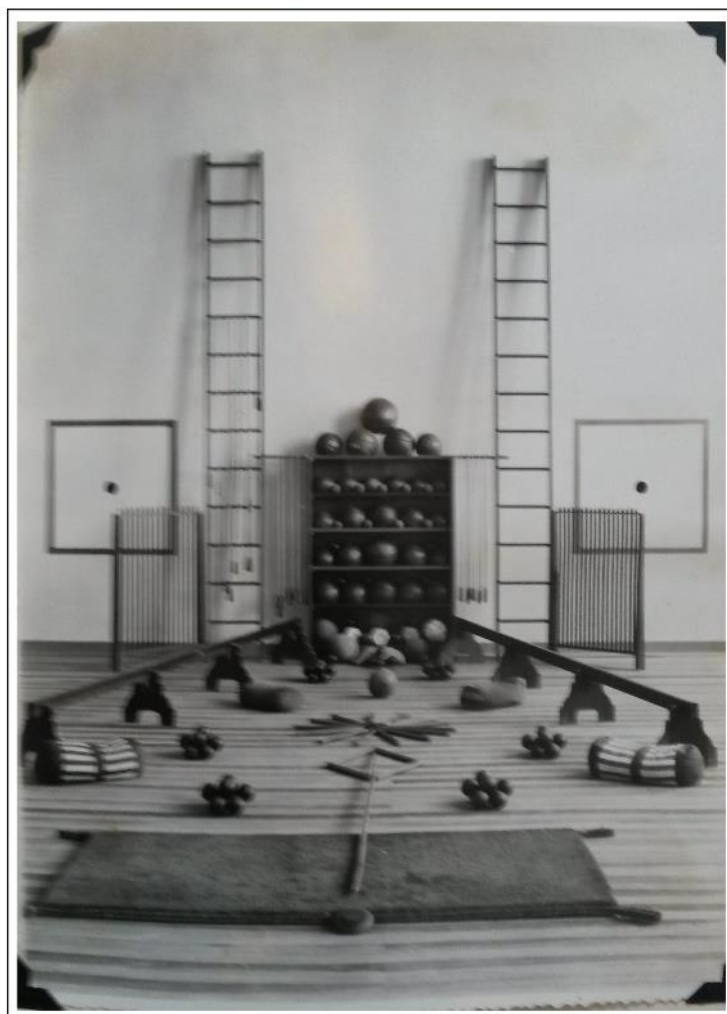
Os inspetores escolares, de acordo com Decreto Federal nº 19.890⁶¹, no Art. n. 57 deveriam “fiscalizar os exercícios de educação física e as aulas de música, bem como verificar as condições das instalações materiais e didáticas do estabelecimento”. De acordo com o Decreto-lei Federal nº 4.244⁶², no Art. 19 fica determinado que “a educação física constituirá, nos estabelecimentos de ensino secundário, uma prática educativa obrigatória para todos os alunos, até a idade de vinte e um anos”. Nos relatórios de inspeção do curso ginásial, a descrição dos equipamentos, algumas vezes acompanhadas por fotografias (Figura 14), são recorrentes. O governo Vargas fomentava a preparação física dos estudantes, para que o país pudesse contar com jovens preparados para os desafios impostos pela modernidade. Mão de obra saudável, bem como jovens aptos aos exercícios militares. O Decreto Lei Estadual n. 125⁶³ criou, em 1938, a inspetoria de Educação Física, considerando o artigo 131 da Constituição, que estabelecia a obrigatoriedade dessa disciplina nas escolas primárias, normais e secundárias, “não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência”. A inspetoria foi criada para atender as novas exigências da lei e substituiu a Sub-diretoria de Educação Física, Recreação e Jogos, prevista no Decreto 713, de janeiro de 1935. Possuir espaços adequados e equipados para o desenvolvimento das atividades desportivas, bem como professores especializados e autorizados pelo Estado aferiam à instituição créditos e reconhecimento, que dependendo das exigências legais, poderiam serem utilizados para reforçar o caráter de adesão do colégio às determinações do Estado.

⁶¹ BRASIL, Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, que dispõe sobre a organização do ensino secundário

⁶² BRASIL, Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, que determina o funcionamento do ensino secundário.

⁶³SANTA CATARINA, Decreto Lei n. 125, de 18 de junho de 1938, que cria a inspetoria de Educação Física.

Figura 14 - Ginásio para prática de ginástica, 1940



Fonte: Relatório de Inspeção de 1941 - Arquivo do Colégio Bom Jesus Coração de Jesus

Das salas de aula localizadas na fachada leste (fundos) do edifício escolar, os alunos podiam contemplar os jardins do colégio, os casarios das avenidas Hercílio Luz e a Rua das Olarias (atual Avenida Mauro Ramos) e, ao fundo a paisagem verdejante do Morro da Cruz pontilhado por pequenas casas da população mais humilde expulsa, das proximidades do centro da cidade, pelas reformas urbanas das primeiras décadas do século XX. Das janelas laterais localizadas na fachada norte era possível contemplar a Praça 17 de Novembro (atual Praça Getúlio Vargas), fruto de uma doação feita pelo Capitão Paulino de parte de seu terreno para a criação dos jardins e canteiros. Da fachada frontal do edifício era possível contemplar de suas grandes janelas, o jardim do colégio, a área comercial da cidade e alguns prédios como o Teatro Álvares de Carvalho, o antigo edifício da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (destruído posteriormente em um incêndio), entre outros. Desta elevação arejada, conforme exigências sanitárias da época era possível apreciar boa parte da zona urbana. Do campo, onde

eram desenvolvidas as atividades de Educação Física (Figura 15), onde eram realizadas as aulas de ginástica, as alunas podiam contemplar o Morro da Cruz; a região portuária, localizada na Baía Sul; a Avenida Hercílio Luz, que margeava o Rio da Bulha; a Avenida Mauro Ramos, onde se localizavam a Escola Técnica e o Instituto Estadual de Educação, as edificações da zona urbana entre outras.

Figura 15 – Aula de Educação Física do CCJ, final da década de 1930 início da década de 1940



Fonte: Relatório de Inspeção de 1941 - Arquivo do Colégio Bom Jesus Coração de Jesus

No relatório de 1941, para o registro de uma expansão física do CCJ, segundo o inspetor escolar,

no ano letivo de 1940 foi construído, conforme as prescrições da respectiva inspetoria, um campo para as aulas de educação física, contendo, além de área gramada e pistas, trave de equilíbrio, caixa de salto e barra dupla. Para completar o material já existente, adquiriram-se mais algumas bolas de wolley, cordas para saltitar, estafetas e sacos de areia.

Um edifício imponente e a vista de quem passava pela região central da capital do Estado. Ainda hoje, o colégio impressiona por suas dimensões, marcadas pela arquitetura

eclética e pela localização em área valorizada comercialmente. A arquitetura surpreende os que se aventuram pela primeira vez, por seus amplos corredores e incontáveis salas. O CCJ não estava só. Outros edifícios escolares podiam ser encontrados nas suas proximidades, como por exemplo o Grupo Escolar Lauro Muller (Figura 16), de caráter público, distante apenas quatrocentos metros ou o Instituto Estadual de Educação, instituição pública que também formava normalistas e localizada a novecentos metros do colégio. Seria quase impossível caminhar pelo centro da cidade de Florianópolis, na década de 1940 e não reparar os edifícios escolares públicos. Ao estudar o processo de emergências dos grupos escolares em Santa Catarina, durante o início do século XX, (SILVA, 2006, p. 344) conclui que o governo republicano fez uso da arquitetura escolar como, parte de um esquema de instrução imagética, que carrega em sua materialidade discursos e valores ligados a ideais de modernidade e progresso. Deveriam ser construídos em lugares de visibilidade para que funcionassem como “como vitrines que expunham um produto que não estava à venda: deveria ser reverenciado, admirado, mas estava disponível para poucos”.

Figura 16 – Grupo Escolar Lauro Müller em 1932



Fonte: Acervo Casa da Memória (2015)

Os edifícios escolares traziam implicitamente em suas estruturas palacianas visíveis uma ação pedagógica de propagar, convencer, persuadir, produzir e reproduzir comportamentos e crenças. Ao estudar os prédios escolares e suas representações, Arruda, (2008) descreve que

a arquitetura educacional vem, desde o início do século XX, experimentando constantes modificações no Brasil. Em algumas cidades mais antigas, os edifícios públicos escolares estavam presentes no contexto urbano, ocupando sempre espaços centrais, privilegiados, ao lado da praça principal, dotados de uma arquitetura imponente, resultado do padrão social da classe dirigente.

A arquitetura deve conformar, reformar e formar. O edifício escolar é citado por vários autores como um dos primeiros elementos de estudo da cultura material escolar. Dentre as inúmeras definições de cultura material escolar vale citar a contribuição de (MARTIN, 2006, p. 425), que destaca o interesse e análise dos elementos materiais, conformados basicamente por três variáveis fundamentais: “el edificio, el mobiliário y material de enseñanza”. Dentre as possibilidades de investigação sobre a cultura material escolar, o edifício pode oferecer inúmeras oportunidades de pesquisa e o número de trabalhos dedicados a esta temática atestam, que é um dos aspectos mais pesquisados.

Apesar da tentativa de padronizar, os edifícios escolares apresentavam diferenças, pois empregavam diferentes técnicas de construção (estilo predominante eclético), engenheiros, arquitetos, signos, símbolos e inúmeras variáveis de manifestações imagéticas, que podiam ser alteradas conforme as diferentes demandas e interações. Para (VIÑAO FRAGO E ESCOLANO, 2001, p.61), a análise da interação entre espaço e tempo escolares, como dimensões constitutivas da cultura escolar, colabora para a percepção de que, ambas agem como forças de homogeneização, apropriadas de maneira particular pelos diferentes grupos de professores e alunos, em diferentes instituições de ensino. Para esses autores, a educação possui uma dimensão espacial e temporal próprias e que ambas devem ser entendidas, como elementos básicos constitutivos da atividade educativa”. O projeto do edifício escolar ganha vida, por meio das vivências e convivências mediadas por interações pedagógicas, tornando-se suporte estruturante e estruturado por essas interações. A comunidade escolar constrói no espaço um lugar praticado pela educação com tempos e ritmos, que lhes atribui funções e significações próprias. São vários tempos em um, pois paralelo ao tempo quantificado e medido por relógios, sinais elétricos e manuais, existe um tempo particular individual, que segue lógica própria. A interação entre os vários tempos se consubstancia em tempo coletivo escolarizado, que se manifesta como componente de uma cultura escolar. Uma cultura escolar em movimento e passível de alterações, que no período estudado tendia para a expansão da escolarização. Sobre

as alterações no campo pedagógico movidas por essa tendência de expansão e pela expansão urbana, (SOUZA, 1998, p. 48-49) descreve o início do século XX como tempo marcado por um novo tipo de escola que

trazia todos os princípios fundamentais que propiciaram as mudanças no ensino primário: a racionalização do ensino, a divisão do trabalho docente, a classificação dos alunos, o estabelecimento de exames, a necessidade de prédios próprios com a conseqüente constituição da escola como lugar, o estabelecimento de programas amplos e enciclopédicos, a profissionalização do magistério, novos procedimentos de ensino, ou seja, uma nova cultura escolar.

Acessível a uma pequena fração da sociedade que podia pagar pela educação, as famílias que buscavam o CCJ desejavam algo mais do que a preparação profissional de suas filhas. Ao analisar o cotidiano escolar das alunas do CCJ, os estudos de Cunha (1991), demonstram que, o colégio, exercia sobre as alunas, um rigoroso controle comportamental e corporal derivado do modelo de internato e de convento. A sexualidade era colocada em segundo plano e a fiscalização das prescrições era realizada com tanta rigidez que condicionava o surgimento de uma espécie de disciplina corporal que acompanhava essas alunas por toda a vida. Além da formação para o trabalho como normalista, o colégio, também formava mulheres, esposas e futuras mães de família dentro de uma sólida orientação católica. Os trabalhos com agulha seguiam em paralelo aos estudos científicos e religiosos. O colégio recebia moças provenientes de todo o estado e por isso também funcionava no regime de internato. No relatório de inspeção de 1941, os inspetores anexaram, como previsto pela legislação o regulamento (figura 17) do Colégio, nele estão expostas informações sobre a organização dos cursos oferecidos e detalhes sobre os regimes de internato e externato existentes no colégio. O externato, semi-internato e internato. O internato era destinado às meninas provenientes de outras cidades de Santa Catarina ou de outras unidades da federação.

Figura 17 - Regulamento do CCJ, 1941

Tabelas de Preços			
Sempensão por mês	70\$000	Permanência no estudo por mês	10\$000
Almoço por mês	40\$000	Lanche por mês	20\$000
Mensalidades dos diversos cursos			
Jardim da Infância	5\$000	Curso de Admissão	10\$000
Curso Primário 1º. ano	6\$000	Curso ginásial 1ª. série	30\$000
2º. ano	7\$000	2ª. série	35\$000
3º. ano	8\$000	3ª. série	35\$000
4º. ano	9\$000	4ª. série	40\$000
Curso Fundamental 1º. ano	12\$000	5ª. série	45\$000
2º. ano	12\$000	Taquigrafia, 3 aulas semanais	30\$000
3º. ano	15\$000	Datilografia, estudo diário	20\$000
4º. ano	15\$000	Música instrumental	30\$000
5º. ano	15\$000	Uso do instrumento	10\$000
Curso Normal 1º. ano	20\$000		
2º. ano	20\$000		
Trabalho de agulha: para alunas do estabelecimento, 4 horas por semana			10\$000
para outras pessoas, 6 horas por semana			20\$000
Pintura, Escultura, Pirogravura, por lição			5\$000
As externas e semi-externas pagarão sua mensalidade na primeira quinzena do respectivo mês.			
Taxa de matrícula e exames correspondente à prescrita pelos decretos referentes ao ensino secundário e pelas Leis do Estado.			
Internato			
Pensão por trimestre		500\$000 (2ª. irmã 10%, 3ª. irmã 20% de abatimento)	
Lavação da roupa		35\$000	
Aulas: mensalidade dos respectivos cursos que a aluna frequentar;			

Fonte: Relatório de Inspeção de 1941 - Arquivo do Colégio Bom Jesus Coração de Jesus

No regulamento são apresentadas as listas de enxovais necessários, e os investimentos financeiros. Além disso, o colégio expõe as exigências sobre a conduta das internas:

é vedado o uso de peças do enxoval que não estiverem em conformidade com as determinações do prospeto, a não ser uma capa de borracha. Calçado e meias que, durante o ano, chegarem a faltar, assim como sabonetes finos, pasta de dente são fornecidos pelos pais da aluna. Todos os objetos devem trazer o número indicado pelo Colégio, n..... marcado a vermelho. É proibido o uso de joias, pintura, blusa e meias de seda e calçado de salto alto, isto é, de mais de 2 cm pelo que se pede o obséquio de não trazer tais objetos. O Colégio visando substituir o lar paterno, dispensa às alunas carinhoso tratamento, proporcionando-lhes boa educação intelectual, religiosa, cívica e física, baseada na prática da doutrina cristã. Não admite aluna que, por qualquer motivo não possa tomar parte em todos os exercícios previstos pelo horário do internato. Mal procedimento, indocilidade, faltas graves de respeito ou falta habitual de aplicação aos estudos são motivos de eliminação.

Os casos de doença ou problemas dentários seriam tratados na instituição. As visitas eram programadas pelo colégio e aconteceriam somente aos domingos. Sair da instituição, somente em companhia dos pais ou religiosas. Todas as correspondências passavam pelas mãos da diretora. Em seus estudos sobre a educação da mulher ministrada pelo CCJ (CUNHA, 1991, p.65), afirma que

uma das dimensões desse ideal de mulher referia-se à aparência que toda 'moça fina' ou de 'boa família' deveria ter. É preciso não esquecer a importância que, nessa época (primeira metade do século), era conferida às aparências. A observância das aparências era decisiva, especialmente para uma classe média ascendente, numa cidade como Florianópolis, cujo perfil interiorano, ainda que capital, favorecia o

exercício de um intenso controle social, de modo particular sobre as mulheres, indivíduos destinados ‘naturalmente’ à esfera do privado e cuja aparição no espaço público – ainda mais se tratasse de mulher solteira – era cercada de múltiplas precauções: quanto ao traje, penteado, uso de cosméticos, etc..

Para a autora existia um grande olho vigilante sobre as mulheres, de modo a conferir a observância dos regulamentos socialmente tolerados. A equiparação através da legislação estadual abriu novas possibilidades para o CCJ e para as famílias com renda suficiente bancarem as mensalidades e oferecer às suas filhas, um ensino diferenciado, calcado nos princípios do catolicismo e nos padrões europeus. As alunas do externato e “semi-externato” também estavam sujeitas a regras como estar no colégio sempre dez minutos antes do início das atividades; saídas somente com autorização dos pais; as semi-pensionistas deveriam permanecer na instituição das oito até às dezesseis horas; não era permitido entrar nas aulas sem o uniforme; e não era permitido portar revistas, jornais e livros “estranhos ao estudo”. Embora a direção declinasse de toda a responsabilidade sobre as alunas externas ou semi-externas, pois um aviso no regulamento deixa claro que

quando fora do estabelecimento, reserva-se contudo, o direito de zelar pelo bom nome do Colégio, podendo assim eliminar a aluna que seja de desdouro para o mesmo, por causa de seu procedimento censurável. (REGULAMENTO DO COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS, 1941)

As regras do colégio eram explícitas e as alunas, assim como as famílias deveriam se adequar às imposições. Os documentos aqui analisados revelam uma adesão das famílias a um programa de ensino alicerçado nas prescrições legais, nos princípios que regiam a moral católica e nos valores sociais, que circulavam no período e moviam expectativas de um modelo feminino idealizado. O cruzamento de informações registradas, nos relatórios de inspeção permitem a elaboração de explicações prováveis para um cenário desfeito. Estar no colégio fazia parte de uma possibilidade remota para a maioria das meninas da época, pois a tabela de preços⁶⁴ torna a matrícula proibitiva às famílias menos abastadas. Há uma relação de

⁶⁴ De acordo com o Decreto-Lei 2162, de 1940, o salário mínimo era de 240 mil réis. É quase impossível converter para valores atuais, mas segundo o Cálculo Retroativo do ICV - DIEESE: estima que o valor do salário mínimo nesta época equivaleria a R\$ 1.275,69. Criado em 1940 pelo governo Getúlio Vargas, o salário mínimo permitia que o trabalhador brasileiro comprasse os elementos essenciais para sua vida. Para definir o valor desse primeiro salário mínimo, na mesma época, foi criada a cesta básica de alimentos, que, com a moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, indicava a remuneração mínima que o brasileiro deveria receber. Os tabela de preços do CCJ, apresenta no ginásio, mensalidades que variam dos 30 mil réis aos 45 mil réis mensais, correspondendo no último caso a quase 20% do salário da época. Ao considerar, que

reciprocidade entre os envolvidos. A adesão das famílias sugere a concordância de pessoas, que reconheçam os valores e condutas propagados pela instituição e pelo Estado. Como na memória, o reconhecimento da instituição pela coletividade, estendia a primeira, a sustentação e legitimação dos serviços educacionais oferecidos. O Estado reconhecia a importância do colégio na formação de novos quadros profissionais, apesar de nem todas as normalistas que saíam da instituição se dedicarem ao magistério. Os pais encontravam na proposta de ensino do colégio a garantia de que suas filhas sairiam preparadas para serem normalistas ou mães recatadas, femininas e católicas. As alunas reconheciam-se como corpo homogêneo e formado em uma instituição, que lhes conferia distinção social e profissional.

Os documentos ao constatarem a adesão do CCJ às prescrições enviadas por Elpídio Barbosa, revelam a constituição de uma memória forjada e registrada nas páginas dos relatórios de inspeção aqui dados a ver. A adesão foi perenizada e guiada por dispositivos, que também contribuíram para obscurecer os desvios do CCJ. A cultura escolar se dá nas interações sociais, que nem sempre são aleatórias. Emerge na dinâmica das escolhas deliberadamente prescritas por um corpo dirigente e docente, que nem tudo mostra e nem tudo pode esconder. Habitam em uma zona distante da imparcialidade, que para Chartier (1990, p. 17) torna embaçada a percepção do mundo social, pois “não são de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitima um projeto ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”.

além da mensalidade os pais optariam por aulas extras como música instrumental (30 mil réis), trabalho de agulha (10 mil réis), datilografia (20 mil réis) o valor poderia ultrapassar os 100 mil réis mensais.

4 COMEMORAR É PRECISO: A INSPEÇÃO ESCOLAR ARQUIVADA ENTRE PRESCRIÇÕES E COMEMORAÇÕES

O trabalho historiográfico, na interação com suas variadas fontes remete o espectador á inúmeros desafios na busca por respostas que não passam de frestas na penumbra do tempo. No contexto do processo de ampliação de fontes desde as propostas veiculadas por historiadores franceses na revista *Annales*, (1929) houve a incorporação de novas formas de fontes. Além das fontes escritas e, igualmente, proporcionado pelas recentes abordagens da História Cultural, a fotografia tem ganhado espaço na pesquisa histórica, mas seu uso ainda assinala para a necessidade do domínio de alguns conhecimentos e técnicas específicas que precisam ser acionadas no fazer historiográfico. Neste capítulo, pretende-se analisar como as correspondências administrativas enviadas por Elpídio Barbosa e os Relatórios de Inspeção registraram as comemorações escolares e os desfiles cívicos propagados pela nacionalização do ensino. Buscar-se-á, através do cruzamento de dados obtidos em outros documentos compreender como o colégio registrou e testemunhou, fazendo uso de suportes textuais e imagéticos, a sua adesão às prescrições estatais relacionadas aos desfiles cívicos da década de 1940.

A opção pela abordagem das comemorações, homenagens, desfiles cívicos e festivais foi guiada pela incidência desses temas no arquivo de correspondências (ver Quadro). Estes eventos faziam parte da cultura escolar e, muitos deles seguiam prescrições rigorosas das instituições estatais. O Estado Novo intensifica estes fatos, que eram desenvolvidos na escola e fora dela. No período estudado aqui, Elpídio Barbosa, na função de Diretor do Departamento de Educação atua como principal agente prescritor, fomentador, organizador, fiscalizador e muitas vezes expectador. Aparentemente desprovidas de funções pedagógicas, as comemorações agem como dispositivos acionadores de crenças, emoções, comportamentos, atitudes e controles, que tendem a internalizar e perpetuar-se.

Quadro 3 – Incidência dos temas referentes as festividades no conjunto das correspondências recebidas pelo CCJ entre 1939-1949

INCIDÊNCIA DOS TEMAS REFERENTES AS FESTIVIDADES NAS CORRESPONDÊNCIAS 1939-1949											
Evento	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49
Festival beneficente	1	1									
Desfile cívico	1	1	1	2	2	1	2	1	1	1	1
Homenagens a personagens célebres		1	3			2	2				
Comemorações cívicas internas		1	1	1	2		1	1	3	1	1
Comemorações cívicas externas		1			1		1		1	1	
Homenagens ao governo				1			2				

Fonte: Relatórios de Inspeção de 1939 a 1949 - Arquivo do Colégio Bom Jesus Coração de Jesus - Elaborado pelo autor

4.1 AS TÁTICAS DO CCJ NOS HIATOS DOS RELATÓRIOS DE INSPEÇÃO

A legislação estadual corrente no ano de 1939⁶⁵, de cunho nacionalista e autoritária, seguia as determinações federais e estabelecia entre outras prescrições, obrigações como as definidas no artigo décimo oitavo, que previa o fechamento temporário da instituição de ensino primário, enquanto persistissem as irregularidades ligadas ao definido no: inciso segundo, em que o emprego de estrangeiros na equipe diretiva ou docente e arbitrariedades, no que se refere ao ensino em língua portuguesa, “história da civilização e do Brasil, geografia, educação moral e cívica e os cursos de jardim de infância e de escolas maternas” (SANTA CATARINA, DECRETO LEI N. 88, 1938, ART. 18); no inciso terceiro, que proibia a adoção de livros em língua estrangeira, sem aprovação do Departamento de Educação; o inciso sexto adverte que serão punidas toda instituição de ensino que, “não tomar parte nas comemorações cívicas promovidas na localidade, ou deixar de comemorar os dias de festa nacional recomendados pelo Departamento de Educação” (SANTA CATARINA, DECRETO LEI N. 88, 1938, ART. 18).

⁶⁵ SANTA CATARINA, Decreto Lei n. 88, de 31 de março de 1938, que estabelece normas relativas ao ensino primário em Santa Catarina. No corpo do decreto, no artigo 18, por exemplo, são especificados os critérios, que se não fossem obedecidos poderiam justificar o fechamento da instituição de ensino: 1º - não ministrar todo ensino em língua nacional, exceto o de idioma estrangeiro; 2º - não houver cometido a brasileiro nato o ensino da língua nacional, história da civilização do Brasil, geografia, educação moral e cívica e os cursos de jardim de infância e de escolas materiais; 3º - adotar livros em língua estrangeira, sem prévia licença do Departamento de Educação; 4º - tiver o professor em situação ilegal no corpo docente; 5º - houver reincidência na aplicação de castigos físicos aos alunos; 6º - não tomar parte das comemorações cívicas promovidas na localidade, ou deixar de comemorar os dias de festa nacional, recomendados pelo Departamento de Educação; 7º - não manter o prédio escolar em condições de salubridade, higiene, ou segurança; 8º - deixar de ter, por qualquer motivo responsável pelo seu funcionamento, ou o que fôr aceito não assinar o respectivo termo de responsabilidade.

Não resta dúvida sobre o caráter nacionalista desta legislação, que em seu artigo décimo nono previa o fechamento definitivo da instituição de ensino quando fosse detectada: fraude, ou simulação, no registro do colégio junto ao departamento; recebimento de subvenção estrangeira sem autorização do Estado; a intencionalidade de atrapalhar a nacionalização do ensino; a prática do ensino em língua estrangeira sem autorização prévia. Além das proibições e ameaças legais, o governo Vargas não poupou esforços para celebrar personalidades e acontecimentos, através de datas comemorativas que deveriam ser lembradas nas escolas. Homenagens, desfiles, festas, paradas, encontros, e outros protocolos eram enviados aos diretores escolares e inspetores. A observância era reverenciada e os esquecimentos, como prevê a lei, severamente punidos.

Da totalidade das correspondências enviadas por Elpídio Barbosa ao CCJ, há uma categoria que chamou a atenção, trata-se das correspondências administrativas que demandavam a observância das comemorações escolares e organização protocolar dos desfiles cívicos pelas ruas da cidade.

Dentre os documentos enviados ao colégio, os telegramas não são incomuns e foram fixados nas pastas de correspondências recebidas pelo CCJ. Este documento, como muitos outros do arquivo, aponta para a intenção de agregar às atividades pedagógicas, homenagens e comemorações destinadas aos escritores, heróis, políticos, e fatos relevantes escolhidos pelo Estado. As comemorações, desfiles cívicos e outros eventos acionados como dispositivo tornaram-se recorrentes nos documentos do arquivo, no avançar dos anos 1940. A rememoração de um episódio ou trajetória de uma personalidade, produzida por critérios arbitrários de escolhas políticas ou institucionais, Souza (1999), apresenta uma das facetas desses eventos. Ao problematizar os mecanismos que engendraram os atos privados e públicos materializados como eventos cívicos no ambiente escolar, a autora aponta para uma tendência estatal de institucionalizar práticas escolares que pudessem celebrar e perpetuar uma memória nacional, dessa maneira esses eventos escolares se estruturam como

uma construção social que manifesta, em seu espaço, significações e representações que favorecem a composição de certa cultura cívica inerente aos seus atores; nos facilita entender a identidade que é dada pela compreensão que esse grupo possuiu acerca do símbolo que justificou a realização do desfile e que registrou de modo duradouro na memória social um sentimento que se propunha ser coletivo pela união dos anseios de seus atores, delimitada em um tempo e um espaço históricos. (SOUZA 1999, p.134),

As memórias são construídas em um fluxo ininterrupto de trocas entre indivíduo e coletividade e a institucionalização de eventos prescritos visa reproduzir assimilações que serão agregadas à memória individual, através da validação do grupo social. Este movimento engendrado no ambiente escolar remete ainda para a configuração de uma cultura escolar incorporada e que tenderia a perpetuar-se através da repetição e reconhecimento. Para Viñao Frago (2000, p. 100), a cultura escolar é concebida como

como aquele conjunto de práticas, normas, ideias e procedimentos que se expressam em modos de fazer e pensar o cotidiano da escola e, esses modos de fazer e de pensar – mentalidades, atitudes, rituais, mitos, discursos, ações – amplamente compartilhados, assumidos, não postos em questão e interiorizados, servem a uns e a outros para desempenhar suas tarefas diárias, entender o mundo acadêmico-educativo e fazer frente tanto às mudanças ou reformas como às exigências de outros membros da instituição, de outros grupos e, em especial, dos reformadores, gestores e inspetores

Uma cultura escolar internalizada e coletivamente vivida, ressignificada e validada. Esta validação precisava ser comprovada ao inspetor escolar, que ao constatá-la – presencialmente ou não – atestava o acontecimento e o repassava aos seus superiores. Em 1940, o inspetor escolar, Octávio da Silveira Filho, registrou no Relatório de Inspeção⁶⁶, as suas impressões decorrentes da visita realizada durante o ano anterior no CCJ. O relato é extenso, mas parece querer apresentar um resumo dos principais acontecimentos do cotidiano da instituição. Sob o título “Exposição geral sobre os métodos de ensino empregados no estabelecimento e resultados obtidos no ano letivo anterior”, o inspetor descreve que

Os métodos empregados neste estabelecimento são os que garantam a maior eficiência nas respectivas matérias e anos de ensino. O indutivo-dedutivo é seguido na maioria das aulas de Geografia, História e Ciências Físicas e Naturais; procura-se no ensino das mencionadas disciplinas intensivar o interesse pelo uso dos quadros históricos, dados estatísticos, de cultura geral, experiências, amenizando ainda o aprendizado com projeções pelo epidoscópio, exibição de filmes naturais e culturais. Nas aulas de Português e de idiomas estrangeiros os métodos usados são os que como preconizam os bons autores, visam o ensino prático sempre tendo em vista dar às alunas firmeza na linguagem oral e estilo por meio de variados exercícios escritos. De quando em vez são organizados “Horas de arte” lítero-musicais com programas variadíssimos de declamação, conferência elaboradas pelas alunas, números de música clássica, etc. que têm por fim o cultivo do idioma pátrio conhecimento dos grandes escritores e suas obras mais célebres. Principalmente nas aulas de matemática usou-se o método indutivo-dedutivo sendo a cultura do raciocínio objeto de suma importância. Cumpre assinalar que o resultado obtido foi satisfatório, pois em todas as aulas até o fim do ano letivo, conseguiram as professoras das alunas constante vivacidade e verdadeiro interesse pelo estudo. Afim de estimular a frequência às aulas, foi elaborado mensalmente um quadro estatístico e proclamado no primeiro dia de cada mês, sendo

⁶⁶ Relatório de Inspeção. Arquivo do Colégio Bom Jesus/Coração de Jesus. Florianópolis, fevereiro de 1940.

entregue á classe vencedora uma taça de prata que, em homenagem a nossa pátria foi chamada “taça Brasil”.

O relato do inspetor revela um panorama apaziguador, livre de conflitos e de desvios. O documento apresenta um profissional aparentemente satisfeito com o desempenho da instituição fiscalizada e cumpridora de todas as exigências prescritas. O relatório descreve que, em 30 de março de 1940, o colégio contava com 923 alunas, sendo 190 matriculadas no Ginásio Feminino. O Decreto-Lei estadual n. 306⁶⁷ ordenava o ensino primário fundamental nos moldes do ginásio e destinado a preparar para o curso Normal. Dessa maneira o ginásio fundamental estadual se dividia em cinco anos ou séries, previstas para alunas que concluíssem o curso primário – que na época se organizava em quatro anos. O Decreto-Lei estadual n. 301⁶⁸ instalou e estabelecia o ensino primário obrigatório e objetivava ampliar o número de alunos na escola.

Art. 1º todas as crianças entre oito e quatorze anos estavam obrigadas a frequentar estabelecimento primário oficial. O artigo terceiro isenta desta obrigação, alínea a: as crianças doentes, ou acometidas de incapacidade física ou mental; b sofram de moléstia repugnante ou contagiosa; alínea c morem em residência distante, “mais de três quilômetros de estabelecimento oficial ou licenciado, salvo nos lugares em que lhes sejam proporcionados meios de transporte; d não tenham domicílio fixo; e sejam estrangeiras; e tenham completado o primário antes dos quatorze anos.

O arquivo guarda documentos que apontam para uma instituição que prima pela formação da normalista idealizada e sua massa documental parece sedimentar a crença na competência institucional e blindá-la em tempos de guerra e de paz. As irmãs e seu trabalho de formação de jovens moças estariam acima de qualquer suspeita. Uma situação segura para religiosas de origem germânica em tempos tempestuosos. A Guerra eminente na Europa, colocava as irmãs em uma situação delicada, pois os países membros do eixo e seus cidadãos espalhados pelo mundo passaram a ser vistos com desconfiança. A descrição positiva do inspetor aponta para uma adesão atestada e registrada no relatório de inspeção, resta saber, o que ficou de fora do texto e por que não foi incluído. Teria o CCJ conseguido incorporar as prescrições em seu cotidiano escolar, sem problemas ou tropeços, comuns em qualquer

⁶⁷ SANTA CATARINA, Decreto-Lei n. 306, de 2 de março de 1939, que reorganiza os Institutos de Educação do Estado.

⁶⁸ SANTA CATARINA. Decreto-lei n. 301 de 24 de fevereiro de 1939, que estabelece normas para a obrigatoriedade do ensino primário, institui a quitação escolar e cria o registro do censo escolar. Arquivo público do estado de Santa Catarina.

organização? Por que o relatório não menciona críticas? O conceito satisfatório utilizado pelo inspetor finalmente significa uma colaboração perante um Estado vigilante e pronto para punir severamente desvios e infrações?

Talvez as correspondências administrativas enviadas pelo Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina possam contribuir para solucionar parcialmente estas questões. Em 1944, Elpídio Barbosa envia uma circular⁶⁹ endereçada aos inspetores e a diretora do CCJ, Irmã Bernwarda Michele, em que salienta a importância da disciplina e da atuação do professor para o rendimento escolar dos alunos; Ensino; cadernos de tarefas diárias; livro de penas; cooperação social nos recreios; disciplina; campanha de arrecadação de instrumentos musicais para o desfile de 7 de setembro; Curso de Férias. Afirma ainda, que os relatórios são resumidos e não apresentam detalhes sobre estas atividades prescritas. Pode-se ver aqui uma falta de observância aos ditames da lei?

Em 1948, Elpídio Barbosa remete uma circular⁷⁰ prescrevendo as reuniões pedagógicas. O diretor reclama da carência de informações sobre os procedimentos nas reuniões no CCJ, onde não há clareza sobre “quais as circulares e decretos lidos”; o que ficou recomendado, com relação à ‘vinda de professores à cidade’; quais as medidas tomadas com referência a comemorações escolares’ e qual situação do ‘mastro de bandeiras’, etc. Estas reclamações são recorrentes e a insatisfação do gestor do Departamento de Educação expõe uma provável fragilidade no processo de prescrever, aderir e fiscalizar. As prescrições eram remetidas pelo Departamento de Educação, através das correspondências administrativas, que eram recebidas e arquivadas pelo CCJ, que comprovava a adesão por meio dos registros dos Relatórios de Inspeção.

O trabalho dos inspetores, segundo o Diretor do Departamento de Educação não aparentava estar ocorrendo conforme as especificações, e o seu diretor clamava por mais informações. As reclamações do Diretor do Departamento de Educação parecem auxiliar na compreensão dos questionamentos referentes aos relatos impecáveis sobre a instituição. Aparentemente, os inspetores, por sua condição itinerante, não acessavam integralmente ao cotidiano escolar. Deste cotidiano embaçado e parcialmente relatado pelos inspetores resta uma incompletude curiosa, mas que sugere algumas das táticas institucionais, capazes de reelaborar

⁶⁹ SANTA CATARINA, Secretaria do Interior e Justiça, Departamento de Educação, Circular s/n, Florianópolis, 03 de janeiro de 1944.

⁷⁰ SANTA CATARINA, Secretaria do Interior e Justiça, Departamento de Educação, Circular n. 23, Florianópolis, 13 de outubro de 1948.

as prescrições a seu modo e forjar um cotidiano aderido e pacificador. As “táticas”⁷¹ que a instituição realizava como a “operação de caça”, e encontrava frestas em meio aos cercos postos pelo Estado legislador. Não há nenhuma retaliação ou ação mais enérgica do Departamento de Educação em relação ao CCJ registrada nas correspondências do arquivo. Na maioria das vezes, as reclamações aparentam ser o final do processo de cobrança estatal. Esta descontinuidade das ações provoca questionamentos sobre o processo, pois não é possível desconsiderar, que essas correspondências, também faziam parte de um jogo de esconder e mostrar forjado em um protocolo de ilusões. O Departamento de Educação, estava sob a tutela de um ex-professor (também do CCJ) e ex-inspetor escolar, que tinha pleno conhecimento dos procedimentos do cotidiano das instituições de ensino e da inspeção escolar. Logo, as falhas provavelmente não eram nenhuma novidade para o Departamento de Educação, que parecia consciente das limitações nos procedimentos de implementação das prescrições, limitando-se – talvez por precaução contra possíveis sanções das instâncias superiores – a advertências circunstanciais.

No livro de inspeção provisória realizada em 1941 pelo inspetor escolar Octávio da Silveira Filho – que poderia, caso aprovada, promover o colégio para a condição de instituição sujeita a inspeção permanente – foram registradas algumas pendências, dentre elas, há uma fragilidade física, pois na instituição não

Existe um centro Cívico, de acordo com o decreto lei n. 2072 de março de 1940, de vez que ainda não foram expedidas as necessárias instruções para sua plena execução (art. 27 do citado decreto lei), porém independente de tal organização, muitas e repetidas são as festas e sessões cívicas realizadas neste educandário em homenagem aos grandes vultos brasileiros ou em comemoração às datas nacionais. As paradas e demonstrações cívicas realizadas nesta capital, o corpo de alunas tem comparecido sempre, perfeitamente uniformizado e bem disciplinado, sob a cadência, gentilmente posta de tambores do 14º Batalhão de Caçadores, gentilmente posta à sua disposição pelo comando daquela unidade do Exército Nacional. As crônicas do Colégio, separata da revista “PÉTALAS”, trazem a notícia das repetidas festas e cerimônias cívicas celebradas com exuberante prova do espírito de brasilidade que norteia a educação das alunas do estabelecimento. A direção deste ginásio aguarda, no entanto, as instruções que forem expedidas para a instalação do Centro Cívico, para o que deste já está tomando as necessárias providências.

⁷¹ Termo utilizado por Certeau (1994), que entende a tática como uma espécie de manobra na relação entre produtores e consumidores. A tática, segundo o autor, joga com as ocasiões, para escapar ou ludibriar as imposições do poder. Táticas são as “maneiras de fazer” do cotidiano. São os lances e astúcias do dia-dia, que fazendo uso de reapropriações, que se convertem em alterações provocadas pelas “mil maneiras de caça não autorizada.

O decreto lei⁷², ao qual o texto se refere dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira. De acordo com o texto da lei, a educação cívica, moral e física deve ser desenvolvida nas escolas para que seja internalizada para desenvolver o espírito patriótico dos estudantes. Aos estudantes do sexo masculino, este investimento visava despertar o desejo de servir a pátria e se sacrificar, caso necessário, na prestação do serviço militar. Às mulheres, a lei previa formação “da consciência dos deveres que as vinculam ao lar, assim como o gosto dos serviços domésticos, principalmente dos que se referem à criação e à educação dos filhos” (BRASIL, DECRETO LEI 2072, 1940). Nesta mesma lei, no capítulo 3º, os centros cívicos são descritos como espaços físicos obrigatórios nas localidades e estabelecimentos de ensino. Neles, a prioridade deveria ser dada às atividades da “Juventude Brasileira”, que se destinava a “promover, dentro ou fora das escolas, a educação cívica, moral e física da juventude, assim como da infância em idade escolar, com o objetivo de contribuir para que cada brasileiro possa, realizando superiormente o próprio destino bem cumprir os seus deveres para com a pátria” (BRASIL, DECRETO LEI 2072, 1940). A Juventude Brasileira estava sob vigilância direta do governo federal e deveria ser entendida como um complemento da educação formal escolar e prolongamento da educação familiar. Entre as atividades exigidas figuram o culto aos símbolos nacionais; a prática dos ensinamentos religiosos, caso seja um desejo das famílias; aplicação do método de educação ativa, que deverá ser demonstrada através de “formaturas, solenidades, demonstrações, trabalhos, exercícios, excursões. viagens e divertimentos”.

4.2 O CCJ E A JUVENTUDE BRASILEIRA

No que concerne a “Juventude Brasileira”, o CCJ, em abril de 1941, o diretor interino do Departamento de Educação, Elpídio Barbosa, enviou cópia do telegrama⁷³ enviado pelo Ministro Gustavo Capanema, recomendando que, no dia do aniversário do Presidente Getúlio Vargas, dia dezanove de abril fossem realizadas nas Escolas normais, profissionais, primárias, de todo o país, solenidades para comemorar do dia da “Juventude Brasileira”. O evento deveria

⁷² BRASIL, Decreto Lei n. nº 2.072, de 8 de março de 1940, que dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2072-8-marco-1940-412103-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 31 de outubro de 2017.

⁷³ Brasil Ministério da Educação e Saúde, Telegrama. Rio de Janeiro, 16 de abril de 1941.

contar com prelações cívicas em que fossem mostradas aos alunos, a vida e a obra do fundador da juventude brasileira. A Juventude Brasileira era uma instituição reformulada pela gestão do Ministro Gustavo Capanema, a partir da instituição do Estado Novo. Sua idealização original, manteve, na versão implementada de fato, a crença – pouco distante do que se acreditava nas décadas anteriores – na premissa de que a educação deveria ser priorizada, por sua relevância política e pela capacidade de reorganizar a sociedade, a partir da formação das mentes (MICELI: 2001; ROMANELLI, 1983; SCHWARTZAMAN: 1982).

A Juventude Brasileira emerge como resultado de uma disputa pelo poder, em que, o ministro Capanema sai vencedor, mas tendo que lidar com algumas heranças deixadas pelo antecessor, Francisco Campos, primeiro ocupante da pasta da educação. O ministro Francisco Campos, no período em que esteve à frente do Ministério da Educação, firmou alianças com grupos da direita católica e do integralismo. Em 1934, Campos viu seu posto ocupado por seu discípulo, Gustavo Capanema, ao mesmo tempo em que agia em outras frentes, tendo atuado como um dos principais articuladores do golpe do Estado Novo, em 1937. Como Ministro da Justiça redigiu a constituição centralizadora e pretendia indicar Plínio Salgado como Ministro da Educação. Também ambicionava assumir o comando de uma da Organização Nacional da Juventude, de cunho paramilitar – que não era vista com bons olhos, pela cúpula das forças armadas. Os projetos de Campos foram cancelados pela mudança de rumos nas ações de Getúlio Vargas, que reduziu poderes dos integralistas levando conseqüentemente, ao confronto, que aniquilou a organização, submetendo seus líderes ao exílio. Neste interim, Capanema foi mantido à frente da pasta da Educação e, a Organização Nacional da Juventude, vetada por Eurico Dutra, se desdobra em uma inofensiva Juventude Brasileira, submetida ao Ministério da Educação. O pacto com a Igreja também sofre perdas, bem como os ministérios, que se veem seus poderes marginalizados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP,

vinculado diretamente a Getúlio Vargas e dirigido por pessoa de sua confiança, Lourival Fontes, o DIP se torna muito mais do que um simples instrumento de censura. É ele que estabelece vínculos diretos com intelectuais, publica revistas de cultura e disputa, com o Ministério da Educação, o controle dos meios de comunicação. O Ministério da Educação consegue preservar algumas faixas de atuação, como por exemplo a do rádio e cinema educativos, mas não há dúvida de que é o DIP que se transforma no grande celeiro de ideias e ideologias para o novo regime. SCHWARTZAMAN (1985, p. 168)

Assim como em outros ministérios, o Ministério da Educação não possuía autonomia financeira e paulatinamente perde espaço de atuação. Para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio perde o controle do ensino técnico-industrial; o Exército interferia constantemente

marcando sua presença na instituição do ensino pré-militar, na educação moral e cívica e na educação física. Projetos ambiciosos e ideologicamente carregados, como o do Estatuto da Família, são barrados pela assessoria presidencial e adquirem muitas vezes conotação oposta à desejada. O Ministro perde até mesmo o controle das nomeações dos professores da Universidade, exatamente um dos fatores que leva Alceu Amoroso Lima a desistir da direção da Faculdade Nacional de Filosofia. SCHWARTZAMAN (1985, p. 170)

A Gestão Capanema foi, segundo os estudos de Miceli (2001); Schwartzaman (1985); Bomeny e Costa (2000) ideologicamente permeada de contradições, pois suas ações se davam em meio a um ideário de modernização, pautada na presença de intelectuais de esquerda e do movimento modernista que se aproximam do governo numa relação de ambiguidade, pois buscava conciliar, apesar de menos intensamente do que na gestão de Francisco Campos, a proximidade com o catolicismo e com os símbolos nacionalistas próximos do que era praticado nos regimes totalitários. Para os autores, o conservadorismo se manifestava na centralização, que mantinha as instituições educacionais e culturais sob a tutela do ministério, com reduzido espaço de autonomia ou liberdade de ação. Aos artistas fieis eram concedidas permissões para eventuais desvios em suas obras, desde que não se manifestassem intensamente em suas produções.

Em Santa Catarina, algumas reverberações desse período ficaram registradas nas trocas de correspondências oficiais entre o Diretor Interino do Departamento de Educação, Elpídio Barbosa e o CCJ. Em agosto de 1941, Barbosa enviou ao CCJ um telegrama⁷⁴ convidando a diretora, Irmã Bernwarda Michele, para uma reunião no Departamento de Educação. Diretores de outros estabelecimentos de ensino também foram convidados para a reunião, que tinha como meta expor os procedimentos que deveriam ser realizados, durante as comemorações do dia da Juventude Brasileira. Tudo indica que esta reunião tinha por finalidade de se certificar sobre a compreensão e adesão dos diretores escolares ao evento, que já vinha sendo planejado, como demonstram as correspondências arquivadas, desde o mês de julho. Inicialmente chamado de Dia da Pátria, o desfile cívico, que deveria ocorrer, no dia da independência, sofreu alterações e ganhou no final de agosto o título de “Parada da Juventude Brasileira”. No final de julho do

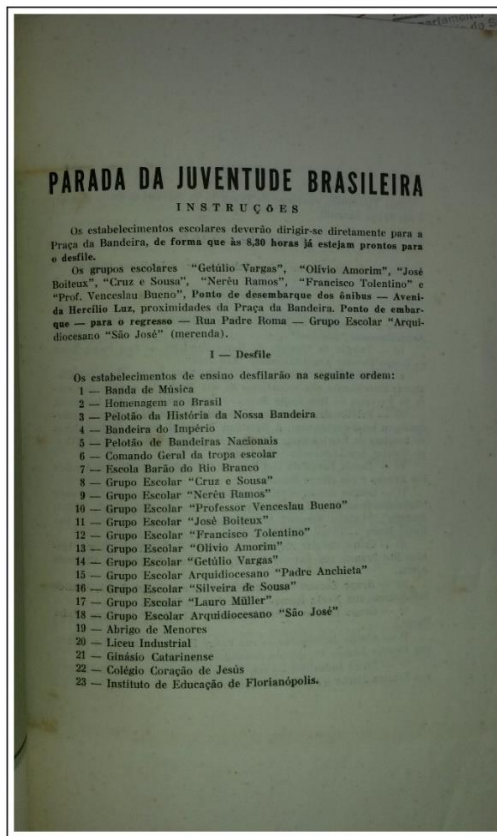
⁷⁴ SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça. Departamento de Educação, telegrama 11/38/27/11, de 27 de ago. 1941.

mesmo ano, o CCJ recebeu, através de circular⁷⁵, o programa do desfile cujo título “Dia da Pátria: Comemoração”, traçava os pormenores do evento dividido em três etapas: I – solenidade junto ao altar da Pátria; II – Desfile; III – Escoamento” (SANTA CATARINA, DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CIRCULAR S/N, 1941). Anexo a circular foi enviado um programa resumido (Figura 19) contendo instruções referentes ao horário, escolas participantes, ordem e disposições gerais. Todos os estabelecimentos deveriam se concentrar na Praça da Bandeira (atual Praça Tancredo Neves, no centro da cidade), às oito horas e trinta minutos e se posicionar em torno do altar da pátria conforme o croqui (Figura 20) pré-definido pelo Departamento de educação. A solenidade começaria, às nove horas, com o hasteamento da bandeira do Brasil, no “Altar da Pátria” acompanhado pelo Hino Nacional, ao som da banda da “Força Pública”. Após as homenagens, dezessete estabelecimentos deveriam desfilar obedecendo a seguinte ordem: 1 – Banda de Música; 2 – Pelotão de Bandeiras Nacionais; 3 – Comando geral da tropa escolar; 4 – Instituto de Educação de Florianópolis; 5 – Colégio Coração de Jesus; 6 – Ginásio Catarinense; 7 – Liceu Industrial; 8 – Abrigo de Menores; 9 – Grupo Escolar Arquidiocesano São José; 10 – Grupo Escolar Lauro Muller; 11 – Grupo Escolar Silveira de Souza; 12 - Grupo Escolar Arquidiocesano Padre Anchieta; 13 – Grupo Escolar Getúlio Vargas; 14 - Grupo Escolar Olívio Amorim; 15 - Grupo Escolar Francisco Tolentino; 16 - Grupo Escolar José Boiteux; 17 - Grupo Escolar Professor Venceslau Bueno; 18 - Grupo Escolar Nereu Ramos; 19 - Grupo Escolar Professor José Basílio; 20 – Escola Rio Branco. Entre a correspondência enviada, no final do mês de julho e o programa enviado no final de agosto, ocorreu uma inversão na ordem do desfile, ficando o Ginásio Catarinense, o CCJ e o Instituto de Educação nos pelotões de encerramento. Uma das escolas, inicialmente escalada, o Grupo Escolar Professor José Basílio, foi substituído pelo Grupo Escolar Cruz e Souza. A alteração da ordem não foi explicada no documento final, mas tudo indica, que o Departamento de Educação julgou melhor deixar os estabelecimentos mais pomposos para o final do desfile. O itinerário compreendia a Rua Tiradentes, contorno da Praça XV de Novembro e Rua Felipe Schmidt. Nesta última, mais exatamente na esquina com a Rua Jerônimo Coelho seria erigido o pavilhão das autoridades. O desfile contava ainda com o apoio de assistência médica e ambulância da Secretaria de Segurança Pública. Os estabelecimentos de ensino poderiam contar

⁷⁵ SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça. Departamento de Educação, circular s/n, de 24 de jul. de 1941.

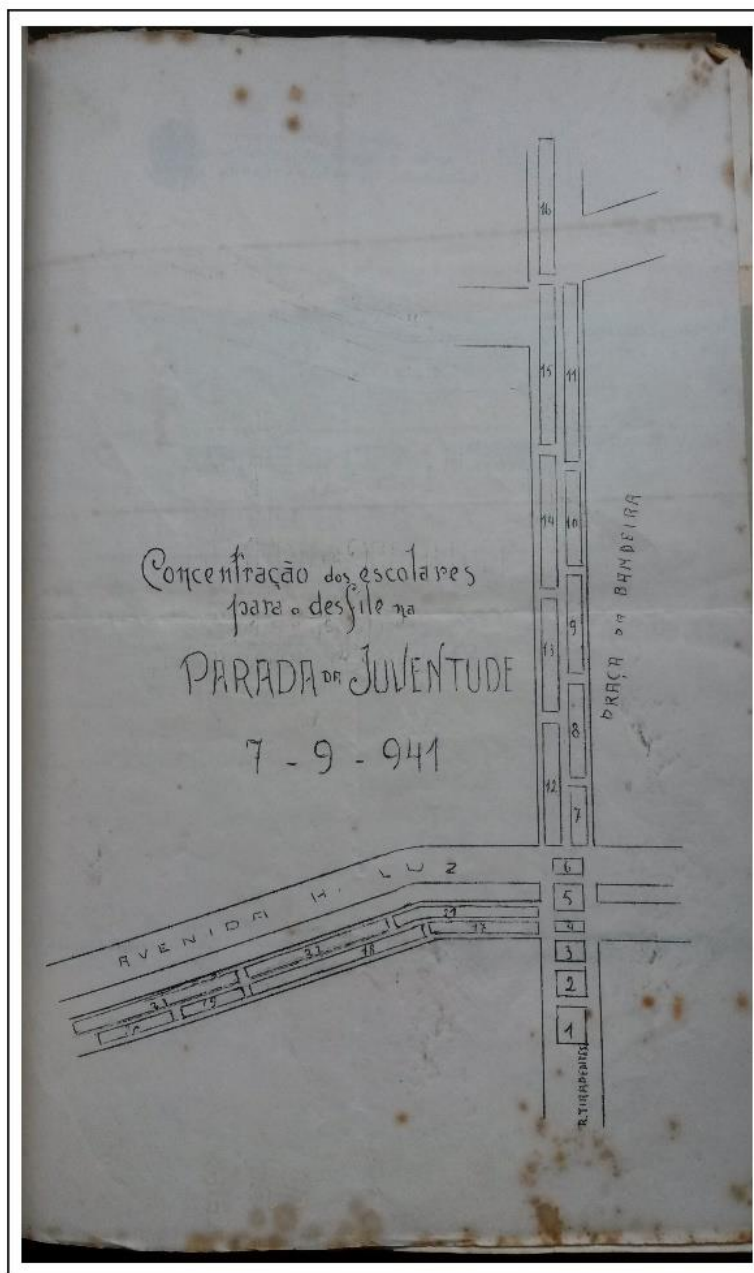
com transporte coletivo gratuito disponibilizado pelo governo do Estado. A merenda seria distribuída para os alunos residentes fora da capital.

Figura 18 - Programa resumido do desfile cívico: “Parada da Juventude Brasileira”, 1941



Fonte: Acervo do Colégio Bom Jesus Coração de Jesus

Programa resumido do desfile cívico: “Parada da Juventude Brasileira”, 1941



Fonte: Arquivo do Colégio Bom Jesus (antigo Colégio Coração de Jesus)

Em novembro de 1941 foi prescrito pelo Departamento de Educação⁷⁶ um desfile cívico para lembrar o Atentado Comunista de 1935. Em seguida, o Diretor do Departamento envia uma circular⁷⁷ endereçada à diretora do CCJ, irmã Bernwarda Michele⁷⁸. No corpo do

⁷⁶ SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça. Departamento de Educação, telegrama s/n, de 07 de nov. 1941.

⁷⁷ SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça. Departamento de Educação, circular s/n, de 28 de nov. 1941.

⁷⁸ Irmã Bernwarda Michels foi a terceira diretora geral do CCJ e administrou o colégio entre os anos de 1921 e 1946. O período estudado (1939-1949), também englobará a administração da Irmã Marilza (1947-1951).

documento o colégio recebe a congratulação estendida às Irmãs da Divina Providência, “pelos esforços em oferecer uma educação de qualidade e patriótica aos alunos”. Predominava, o discurso que concebe a educação como uma estratégia governamental para a erradicar dissidências ou desvios à esquerda comunista. A resistência ao autoritarismo era entendida como subversão e combatida pelos aparelhos repressores e pela imprensa. Ao estudar os desdobramentos da administração Capanema, no Estado de Pernambuco, Almeida (1998), conclui que, a educação era entendida como um dos pilares de “regeneração do Estado”, pois poderia ser mobilizada como instrumento de dominação e controle das massas. A construção do saber garantiria a segurança ao regime posto, de que a paz e a coesão social triunfariam, desde que observados os preceitos de obediência e nacionalismo. Esta estrutura visava um posicionamento explícito que rejeita a neutralidade da educação e sinaliza para um ensino partidário, reproduzindo o regime vigente.

Em agosto de 1942, o diretor do Departamento de Educação, enviou uma circular⁷⁹ intitulada “Parada da Juventude Brasileira”, que de maneira idêntica ao ano anterior repassa o protocolo do desfile. O documento conta com quatro páginas, que ampliam o número de pelotões e reduzem o número de estabelecimentos de ensino. A redução do número de estabelecimentos não é grande, apenas um deles – Grupo Escolar Dias Velho – não consta na lista. No que concerne ao número de pelotões – que iniciam a parada – o número saltou de dois para seis: Banda de Música; Bandeira Nacional; Homenagem ao Brasil (entrega de colete de metais); Pelotão da História da Nossa Bandeira; Comando Geral da Tropa Escolar; Escola de Educação Física; Samaritanas da Cruz Vermelha Brasileira; Pelotão da Saúde. Desses pelotões o Instituto de Educação de Florianópolis e o instituto de Educação, equiparado, Coração de Jesus deveriam providenciar cada um, dez alunas para o Pelotão de História da Nossa Bandeira e três alunas para a Bandeira Nacional. O Ginásio Catarinense ficaria responsável em providenciar cinco alunos para o Pelotão da História de Nossa Bandeira. No dia 22 de agosto, Getúlio Vargas havia declarado guerra ao Eixo e, talvez esse fato tenha colaborado para o incremento no número de pelotões na parada em Florianópolis. A presença da Cruz Vermelha é um outro indício que pode apontar para uma apresentação mais enfática nos desdobramentos beligerantes. A vitrine das ruas foi ampliada e o governo parecia buscar o aprimoramento do caráter didático do ato cívico.

⁷⁹ SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça, Departamento de Educação, circular s/n, de 4 de agosto de 1942.

Em agosto de 1943, o CCJ através de circular⁸⁰, remetida pelo Departamento de Educação recebeu o protocolo oficial das comemorações da Juventude Brasileira. O documento descreve detalhadamente os eventos, que aconteceriam, dia 21 de agosto, na Praça Dias Velho, em Florianópolis. Intitulado de Programa para a Dança da Terra, o evento público fora organizado pelos professores: João dos Santos Areão, Julieta Torres Gonçalves e Beatriz Vicência Bandeira Hyff. A direção do desfile cabia ao Capitão Américo Silveira d'Ávila, inspetor de Educação Física. As instituições de ensino convocadas⁸¹, interpretariam encenações representando os povos que foram o Brasil. No chão da praça, sobre os mapas do Brasil, África e Portugal, as crianças trajadas com indígenas entrariam

Dançando de maneira idêntica à indígena e manejando instrumentos também adequados. Em seguida, os que representam Portugal dançarão também à moda portuguesa, e o mesmo farão os que representam a terra africana. Todas essas danças serão acompanhadas pelo coro orfeônico do Instituto de Educação de Florianópolis, sob a regência da professora Beatriz Vicência Bandeira Hyff. Em cada grupo, haverá um chefe e os três, reunidos logo após a terminação das danças, tirarão do solo a terra, que será, pelos mesmos, depositada em um vaso e entregue ao senhor Interventor Federal. Durante este ato, será cantado o Hino Getúlio Vargas. Imediatamente, pelos representantes das três raças, será desfraldada a Bandeira Brasileira, que, até então, se achava enrolada e da qual cairão pétalas de rosas (Hino Nacional – cantado – acompanhamento pela Banda da Força Nacional).

O desfile foi construído sob a égide do Estado Novo e na organização e direção de sua realização em Florianópolis figuravam o diretor do Departamento de Educação, Elpídio Barbosa, professores, inspetores, músicos e militares. O planejamento do desfile sugere cuidados prescritos guiados por um padrão estético ufanista. A arte era utilizada sem parcimônia, quando o assunto era divulgar ideias e controlar desvios. Os desfiles cívicos atuavam como pontos altos da propaganda do regime, que na perspectiva de Unglaub (2005), era um dos pilares de sustentação do poder de Getúlio Vargas e replicado em Santa Catarina, pelo Interventor Nereu Ramos. Para a autora, a arte figurava como um dos veículos de

⁸⁰ SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça. Departamento de Educação, Circular s/n, de 6 de ago. de 1943.

⁸¹ De acordo com a circular participariam do evento festivo as seguintes instituições: Instituto de Educação de Florianópolis; Instituto de Educação, equiparado, Coração de Jesus; Colégio Catarinense; Liceu Industrial de Santa Catarina; Abrigo de Menores; Grupo Escolar Modelo Dias Velho; Grupo Escolar Lauro Muller; Grupo Escolar Silveira de Sousa; Grupo Escolar Arquidiocesano São José; Grupo Escolar Arquidiocesano Padre Anchieta.

comunicação e o canto orfeônico, por exemplo, atuava no esforço de animar os eventos públicos, de modo a encantar e colaborar para sobrepor a unidade da nação ao individualismo.

O cuidado do governo em conseguir a adesão dos intelectuais, evitando um confronto e praticamente anulando o efeito contrário aos seus interesses, denota um estudado e intencional movimento onde o poder direciona em seu benefício e no rumo que lhe convém, as forças que poderiam se lhe opor. Considerando que outras forças importantes nesse jogo eram os trabalhadores, embalados e seduzidos pelo ufanismo nacionalista, e os militares, encantados com a notoriedade conseguida nos desfiles magistras, onde o potencial militar era exaltado nas grandes comemorações cívicas, se percebe que o Estado Novo cuidadosamente manobrou suas ações em direção à autosustentação (UNGLAUB 2005, p. 2)

O desfile, nas ruas da cidade pode ser entendido como uma maneira de apaziguar ou dissimular o peso de uma ditadura instalada. O Interventor Nereu Ramos, seguindo as diretrizes do governo central governava por decreto e a festa encenada era sustentada por olhos vigilantes e ameaças explícitas em lei. O Decreto estadual n 88, de 1938⁸², orientava ações e não deixava dúvidas sobre a severidade com que seriam tratados os desvios de conduta. De acordo com o texto da lei, o estabelecimento, que não tomasse parte das comemorações cívicas promovidas na localidade, ou deixasse de comemorar os dias de festa nacional, recomendados pelo Departamento de Educação, provocaria o afastamento imediato do Diretor e professores, como também a interdição da instituição. Não há opção, a adesão, nesse caso, ao desfile em homenagem à “Juventude Brasileira” é obrigatória para quem deseja continuar atuando no campo pedagógico.

Todo o protocolo seguia um rigoroso traçado de ações, que deveriam ser realizadas pelas instituições de ensino. Aos alunos, do CCJ e de outros estabelecimentos de ensino cabia a tarefa de pôr em cena, nas ruas centrais da cidade, os temas selecionados pelo Estado Novo. A pedagogia urbana era utilizada sob a orientação de critérios pré-definidos, em que as escolas recebiam o roteiro e os croquis dos trajetos a serem percorridos. Pelotões de quatro por dez, de “rapazes e moças, sucessivos, obedecendo, rigorosamente, à altura (os mais altos na frente). Os alunos da linha de frente carregavam flâmulas, que funcionam como legendas explicativas destinadas ao leitor do evento imagético, que pode ser interpretado como um dispositivo de subjetivação. Tudo parece emanar de uma narrativa, em que é possível observar através da didática pictórica de sua elaboração e desenvolvimento, a ordem das posições políticas, culturais e sociais que se pretende apresentar e legitimar. O lugar de cada personagem fica

⁸² SANTA CATARINA, Decreto 88, de 31 de março de 1938. Estabelece normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares no Estado.

evidente na narrativa teatralizada, tanto na disposição dos personagens, quanto nas suas performances e textos. A composição dessa representação imagética determina o grau de importância de cada representado e seus idealizadores elaboraram um recorte composto de recortes da realidade social. Tudo o que é representado ali sinaliza para um ponto do tecido social e as crenças que moviam seu imaginário, uma vez que as representações são construídas a partir do que seus agentes entendem, por realidade social, pois tributam ao evento, a parcela de representação que têm e desejam perpetuar.

Cada estabelecimento de ensino, segundo o protocolo do desfile, levaria o “pavilhão nacional, guardado por dois alunos. Os alunos das séries iniciais foram vetados pelo governo. As escolas deveriam pôr em evidência, as associações auxiliares da escola, onde os grupos escolares levariam os pelotões da saúde devidamente uniformizados. O professor de Educação Física marcharia à frente dos alunos e tudo deveria ser movido pela cadência das fanfarras e outros aparatos musicais. O “Instituto de Educação, equiparado, “Coração de Jesus” levará o Pelotão

História da Nossa Bandeira; O Grupo Escolar Modelo “Dias Velho” dará os elementos para a Dança da Terra. Quaisquer dúvidas ou circunstâncias não previstas nestas instruções serão resolvidas por entendimento pessoal entre os diretores dos estabelecimentos e direção da formatura. (SANTA CATARINA, CIRCULAR S/N, 1943)

As escolas organizadas em pelotões armados de símbolos, que visavam fixar e reforçar crenças em um “Estado Novo” e moderno merecedor de crédito e respeito. O visível apresentado nas ruas servia de suporte para as trocas invisíveis que se consubstanciavam em laços, adesões, apoios, performances de retórica, aproximações, legitimações entre outros. O discurso lido de maneira direta ou indireta e reproduzido nas ruas, era um atestado de apoio político da autoridade máxima ao Estado. Na concepção de Foucault (1979, p. 12), “a verdade não existe fora do poder ou sem poder (...). A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder.” O colégio, ao receber e atender a convocação, através da circular atestava o reconhecimento ao poder estatal e seguia na caminhada para se firmar como instituição formadora, legitimada pelo poder político vigente. Estar no desfile era uma forma de ganhar visibilidade e legitimar-se politicamente. Seguir à risca o protocolo prescrito deveria tornar-se público celebrando a adesão de seus participantes ao Estado Novo. Quatro dias após o desfile, o diretor do Departamento de Educação enviou ao CCJ, um telegrama, congratulando a diretora da instituição pelo

“brilhantismo” do estabelecimento no evento. O que não está à vista também deve ser levado em consideração. A adesão do colégio fazia parte de uma engrenagem, onde cada peça devia funcionar dentro de um sincronismo premeditado. Ao participar do evento os estabelecimentos de ensino, seu corpo diretivo, alunos e familiares demonstravam compactuar com o regime. Da mesma maneira, o Departamento de Educação tornava público e notório sua observância dos anseios do governo federal, bem como sua capacidade de organizar e dar vida a movimentos de grande monta. Aderir ao desfile não significa necessariamente sucumbir a uma estratégia de controle do Estado, pois também pode ser lido como uma tática de encenar para não perecer. Uma adesão pode significar um pouco mais do que um consentimento, de modo que, o cumprimento de uma tarefa não implica em uma crença. Afinal, tudo indica que a encenação estava mais para a teatralização do que para a vida de fato. O que pensavam os diretores diante das convocações e atividades cívicas em homenagem à pátria, ao Estado Novo, a juventude brasileira, ao soldado, etc.? Como os alunos interpretavam tais eventos? Como agiam e reagiam familiares e espectadores diante desses espetáculos públicos? E as dissidências, as desobediências e os desvios? Nem tudo pode ser analisado, a maior parte dos acontecimentos escapam ao crivo da história. O que pode ser acionado pelo historiador suscita questionamentos, sobre os detalhes, que se perderam na cadência dos ponteiros do tempo. A visibilidade de algo ofusca o que foi obliterado do cenário, pois não se trata de contingência e sim de escolhas criteriosas do que deve ser mostrado ou escondido. O processo de análise deve transcender o que é visível, pois o visível se sustenta no que ficou de fora dos olhos do observador.

Em abril de abril de 1943, o CCJ recebeu uma circular⁸³, enviada por Elpídio Barbosa contendo os procedimentos para o evento intitulado como “Juventude Brasileira”, programado para ocorrer no dia 19 de abril, data de aniversário do presidente Getúlio Vargas. Em relação aos documentos enviados nos dois anos anteriores, este trazia alterações referentes ao local de concentração dos alunos, programa a ser desenvolvido, prelações e ensaios. Diferente dos documentos anteriores, este, sugere um maior investimento do governo e um planejamento mais detalhado. Entre as tarefas que os estabelecimentos de ensino deveriam cumprir destacam-se as prelações previstas para ocorrer dois dias antes do desfile abordando a “Juventude Brasileira” e “Getúlio Vargas”. Os ensaios foram programados para a semana que antecedia ao domingo do desfile, e todas as escolas convocados deveriam ensaiar no dia e horário agendados pelo Departamento de Educação. No sábado, véspera do desfile, todos os alunos deveriam ensaiar

⁸³ SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça, Departamento de Educação. Circular s/n., de 17 de mar. de 1943

no Estádio da Força Pública⁸⁴. O documento permite ainda ter uma ideia da quantidade de alunos mobilizados, 1.420, pois cada escola recebeu a descrição do número de alunos que deveria pôr em marca.

Instituto de Educação de Florianópolis – 150 alunos; Instituto de Educação Coração de Jesus – 250 alunos; Grupo Escolar Getúlio Vargas – 80 alunos; Grupo Escolar Olívio Amorim – 40 alunos; Ginásio Catarinense – 150 alunos; Grupo Escolar Arquidiocesano São José – 200 alunos; Grupo Escolar Silveira de Souza – 80 alunos; Grupo Escolar Lauro Muller – 100 alunos; Grupo Escolar Arquidiocesano Padre Anchieta – 40 alunos; Grupo Escolar Dias Velho – 60 alunos; Abrigo de Menores – 120 alunos; e Liceu Industrial – 150 alunos. (SANTA CATARINA, SECRETARIA DA JUSTIÇA, EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1943)

Não há no documento uma explicação para os números de alunos convocados, mas tudo leva a crer, que se baseia a uma porcentagem baseada em estimativas do número de estudantes matriculados subtraídas talvez, as matrículas dos alunos menores. Aos alunos da primeira série do primário e para os menores era vetada a participação nos desfiles cívicos. O número de alunos convocados deveria chamar a atenção dos espectadores e o investimento nos ensaios prévios, acenam para a prescrição de um evento memorável.

O Estado Novo também merecia homenagens públicas como demonstra a circular 635⁸⁵ encaminhada ao CCJ. Nela consta o protocolo a ser seguido, durante o desfile em homenagem ao Estado Novo, nas ruas de Florianópolis (Figura 20), no dia 10 de novembro de 1942. O desfile deveria iniciar às nove horas da manhã e percorrer as ruas Arcipreste Paiva (rua que margeia o lado esquerdo da Catedral Metropolitana), contornando a Praça XV de Novembro (descendo o palácio do governo do Estado em direção ao Miramar) e retornar pela rua Visconde do Ouro Preto (Rua da Câmara de Vereadores). Os estabelecimentos escalados para o desfile deveriam obedecer a seguinte ordem: 1) Banda de música; 2) Pelotão da História da Nossa Bandeira; 3) Grupo Escolar Padre Anchieta; 4) Grupo Escolar Silveira de Souza; 5) Grupo Escolar Lauro Muller; 6) Grupo Escolar Arquidiocesano São José; 7) Grupo Escolar Modelo Dias Velho; 8) Abrigo de Menores; 9) Liceu Industrial; 10) Ginásio Catarinense; 11) Instituto de Educação Coração de Jesus⁸⁶; 12) Instituto de Educação de Florianópolis.

⁸⁴ Refere-se ao Estádio Renato Tavares, localizado no centro de Florianópolis, onde está sediado o Quartel General do Comando Geral da Polícia Militar de Santa Catarina.

⁸⁵ SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça, Departamento de Educação. Circular n. 635, de 4 de nov. de 1942

⁸⁶ No dia 6 de maio de 1942, após pedidos formais, através da circular n. 495, a Inspeção Geral do Ensino Particular e Nacional, ordenou que o CCJ passasse a ser registrado como “Instituto Estadual Coração de Jesus”. Esta determinação visava atender os dispositivos do Decreto Lei Federal n. 4244, de 9 de abril de 1942 e do

Figura 19 – Vista parcial do centro de Florianópolis, década de 1940



Fonte: Montagem feita a partir de fotografia pertencente ao acervo da Casa da Memória – Florianópolis

Entre as prescrições do documento consta que os estabelecimentos formarão pelotões de quatro por dez alunos, obedecendo a ordem de altura (os mais altos na frente); A linha de frente de cada pelotão deveria portar flâmulas; à frente de cada pelotão, a quatro passos de distância marchará um chefe; cada pelotão deveria distar 4 passos (contado do chefe aos últimos elementos do pelotão antecedente). Cada estabelecimento deveria levar a Bandeira Nacional, com uma guarda de honra; deveriam participar somente os alunos da segunda série em diante; os grupos escolares deveriam levar o pelotão da saúde; os professores de Educação Física deveriam marchar à frente dos alunos; seriam convocados dez alunos do Instituto de Educação Coração de Jesus, dez alunos do Instituto de Educação de Florianópolis e cinco alunos do Ginásio Catarinense para compor o Pelotão da História de Nossa Bandeira; após o desfile, os alunos dos grupos escolares receberiam merenda.

Estes eventos públicos, não emanavam do público. Eram acontecimentos cívicos nacionais prescritos por um Estado autoritário, cuja centralização se replicava em outras esferas de poder. O Departamento de Educação não convidava ou deixava os estabelecimentos a vontade para escolher se participariam ou não. Tudo se dava por convocação e, se fosse

Decreto Lei Estadual n. 88, de 31 de março de 1938. De acordo com a lei vigente, as denominações “Ginásio” e “Colégio” eram vedadas a estabelecimentos de ensino não destinados ao ensino secundário.

necessário o governo disponibilizava transporte, socorro médico e alimentação. Aos participantes restava marchar e cumprir as prescrições uniformizadas, que aconteciam em nível nacional. Tudo parece indicar a intenção de apresentar um corpo de cidadãos marchando em consonância para uma mesma direção – no caso de Florianópolis, a rua Felipe Schmidt – guiados pela cabeça do Presidente Getúlio Vargas. Todos unidos contra os perigos exógenos e em prol do progresso. Uma marcha para o futuro idealizado e distante de qualquer sombra de desobediência. Convencer a população, fazendo uso de uma gramática pautada em artifícios públicos de impacto visual e emocional, estaria entre os objetivos de um governo que ansiava por coesão e reconhecimento. O convencimento se operava em várias frentes e não apenas, como afirma Gomes (2005), pelo jogo de interesses recíprocos, como acreditavam muitos historiadores, que depositavam nos benefícios estendidos pelas leis trabalhistas, como principal ponto de adesão das massas ao governo Vargas.

O Interventor do Estado de Santa Catarina, Nereu Ramos, deveria ser homenageado publicamente através de uma parada prescrita pelo Departamento de Educação. Através da circular⁸⁷ enviada em março de 1941, Elpídio Barbosa encaminhou ao CCJ e outros estabelecimentos de ensino os procedimentos sobre as festividades e desfiles públicos em “homenagem da Educação ao Exmo. Sr. Doutor Nereu Ramos, digníssimo Interventor Federal, pela passagem do sexto aniversário de seu governo”. De acordo com a missiva, o desfile escolar deveria ser realizado no dia 1º de maio às 09:00 pelas ruas de Florianópolis, tendo como ponto de partida o Palácio do Governo, na Praça XV de Novembro. Ao todo o documento é composto por quatro folhas, contendo os protocolos referentes ao número de escolas e pelotões; ordem; itinerário e escoamento dos alunos pelas ruas do centro da cidade. Nos mesmos moldes, dos procedimentos da Parada da Juventude Brasileira, a homenagem ao interventor estadual estava prevista para acontecer no dia primeiro de maio, data do sexto aniversário de governo. As diferenças desse desfile se concentram nas nomenclaturas dos pelotões e na descrição detalhada da encenação de cada um durante o desenvolvimento das atividades. O Pelotão de Honra, terceiro na ordem do desfile deveria ser composto por representantes de todos os quatorze estabelecimentos de ensino convocados. Na passagem pelo palácio do governo – localizado em frente ao Jardim Oliveira Belo – hoje Praça XV de Novembro –, onde estaria o interventor, os alunos deveriam lhe entregar uma mensagem. À sua esposa seria entregue um ramallete de

⁸⁷ SANTA CATARINA, Secretaria do Interior e Justiça, Departamento de Educação, circular n. 1182 de 25 de março de 1941.

flores juntamente com um capítulo da História Educacional Catarinense, organizado pelo Instituto de Educação de Florianópolis. Não há maiores detalhes sobre o conteúdo deste livro. Todas as escolas deveriam trazer cartazes de identificação e faixas contendo frases alusivas ao evento. Ainda em frente sede do governo do Estado, o Pelotão das bandeiras e o pelotão de honra deveriam seguir em direção a calçada do Palácio obedecendo a seguinte ordem: 1 - bandeiras à direita da porta principal do prédio; 2 – honra à esquerda da porta principal; ambos pelotões deveriam permanecer com a frente para o Jardim Oliveira Belo. Ainda de acordo com a circular

Os escolares, por seus pelotões, irão se colocar entre ‘A Soberana’⁸⁸ e a Secretaria da Viação e Obras Públicas (pode-se colocar quatro pelotões um ao lado do outro, de modo a ocupar todo o leito da rua). Farão em seguida direita volver. Depois, o Pelotão de Honra, com todos os diretores de estabelecimentos, subirá as escadas do Palácio, a-fim-de cumprimentar a S. Excia. E entregar-lhe a mensagem e o capítulo de História, e á sua exma. Esposa as flores. Essa cerimônia se fará na sacada do Palácio e será ovacionada no momento em que se realizar. Regressando ao Pelotão de Honra, os dois pelotões voltarão à sua posição primitiva. Fara toda a tropa escolar a esquerda volver e prosseguirá o desfile. (SANTA CATARINA, CIRCULAR N. 1.182, 1941)

Culto à autoridade máxima do Estado prestado pelos estabelecimentos do Estado obedecia a ideia de demonstração de reconhecimento e adesão. Assim como acontecia na esfera federal, o governo do Estado se dedicou em replicar essa ordem escalonada de poder. Controle, vigilância, obediência irrestrita e utilização dos atores ligados ao ensino para justificar uma prática antiga de governo alicerçada em um discurso de modernização. A prescrição estatal previa o encontro dos jovens estudantes – guiados por seus respectivos diretores – com o interventor apresenta a teatralização de um encontro entre o velho e o novo. O pelotão deveria ir ao encontro do interventor e lhe oferecer um texto sobre a História da Educação. A simbologia utilizada deliberadamente pelos organizadores do evento, sugere a encenação de uma narrativa nada dissimulada, de uma nova ordem, que não descarta antigas práticas para alcançar suas metas. Todos os caminhos deveriam levar ao palácio do governo, centro de operações do projeto que se desdobrava, no cotidiano escolar, através de inspeções, aprovações, reprovações, fechamentos de escola, exoneração de professores e diretores; entre outros. No final do documento, citado anteriormente, consta a seguinte recomendação:

⁸⁸ “A Soberana” era um estabelecimento comercial que se localizava na esquina da Praça XV com a Rua Conselheiro Mafra.

os diretores deverão providenciar junto aos seus professores que exerçam a máxima vigilância. E os professores deverão se postar para isso nos pelotões em ados alternados: um professor à direita, outro à esquerda, e assim por diante. (SANTA CATARINA, CIRCULAR N. 1.182, 1941)

Tudo sairia conforme o planejado, desde que não fosse dada liberdade suficiente para o contrário. Aos professores caberia a tarefa de vigiar e guiar a rebeldia ou quem sabe, falta de prática da juventude no que tange a organização e disciplina. Sem ordem não haveria progresso e o poder deveria se manifestar em vários níveis de atuação. Todo desvio deveria ser evitado ou dissimulado, pois afinal, o espetáculo tinha que continuar. Quatro dias após a data prevista para a realização da homenagem ao interventor, o Secretário do Interior e Justiça, Ivo de Aquino enviou uma circular⁸⁹ com elogios ao colégio pela participação no evento. A correspondência foi encaminhada a Irmã Bernwarda, diretora da instituição com os seguintes dizeres:

Tenho o prazer de enviar o agradecimento e o louvor pela brilhante colaboração do Colégio Coração de Jesus deus à parada escolar de 1º de maio, em comemoração ao 6º aniversário do Governo do sr. Interventor Nereu Ramos. Peço transmitir esse agradecimento a todas as dedicadas professoras desse modelar educandário. Cordiais saudações. (SANTA CATARINA, CIRCULAR S/N, 1941)

De acordo com a correspondência, o CCJ atendeu a convocação e mereceu elogios pela execução da tarefa de homenagear a autoridade estadual. A participação não passou em branco, assim como o contrário também não seria esquecido. No Relatório de Inspeção Escolar realizado pelo inspetor federal, Octávio da Silveira Filho, a participação no desfile também foi lembrada, pois o CCJ “comemorou condignamente a data natalícia do Presidente Getúlio Vargas, as alunas tomaram parte na parada escolar e realizaram uma sessão cívica-literária”. O lembrar a adesão, nesse caso, pode ser entendido como um aviso de que, os descolamentos também não seriam esquecidos. As correspondências administrativas enviadas pelos agentes governamentais apontam para uma vigília incessante, onde os espaços de manobra eram restritos ou quase nulos.

Os desfiles cívicos destinados a comemorar a data da independência do Brasil, também chamado de “dia pátria” são recorrentes no arquivo de correspondências do CCJ. Os indícios

⁸⁹ SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça, Departamento de Educação. Circular s/n., de 5 de mai. de 1941.

do arquivo apontam para uma vontade de aproximação entre o governo Vargas e os estabelecimentos de ensino. Relacionar a imagem do ideário de progresso com instituições de ensino parece mover vontades e prescrições, que mobilizaram estudantes e professores, em diversos momentos na escola e fora dela. Os dispositivos de controle das massas foram inúmeros, mas os desfiles e celebrações públicas envolvendo a temática do desenvolvimento, patriotismo, trabalho e culto ao regime foram valorizados pelo Estado.

Para Dutra (1997); Capelato (1998); Gomes (2005), parte do controle exercido pelo governo Vargas sobre as massas, vincula-se ao trabalho de convencimento que envolve a intensa propaganda e as manifestações públicas de adesão através de desfiles e celebrações. “se essa adesão, por um lado, pode ser explicada pela lógica material – os interesses nos benefícios trazidos pelo direito trabalhista –, por outro pode ser entendida segundo uma lógica simbólica de formação e mobilização de identidade” (GOMES, 2005, p. 185). Celebrar publicamente marca a projeção ritualística de uma idealização, que se pretende alcançar. Fugir do cotidiano, sonhar com uma país melhor, sem conflitos e contradições, onde tudo flui com disciplina e sincronia. O que mais se poderia esperar de um governo, se não o empenho para implantar uma sociedade harmônica e justa? Sobre as festividades e comemorações, os estudos de Capelato (1998, p. 59), descrevem que o ato de festejar funciona como um lembrete, sobre a possibilidade de confirmar uma evento idealizado, pois

a festa é um signo e faz parte de um ritual: não há sociedade sem ritual, e não há ritual sem festa. Neste sentido, a festa projeta um sonho, algo que está intrínseco ao desejo social de se exteriorizar, e a propaganda faz parte deste sonho, ao propor viver uma outra vida, transformando o real em espetáculo, mobilizando e superdimensionando a vida.

Para legitimar seu ideário, o governo do Estado Novo fazia uso dos mais variados dispositivos, como a legislação, a inspeção, os materiais didáticos, cartilhas de propaganda, entre outros. Os estudos de Silva (1980); Cunha (1981); Fonseca (2001); apontam para outras estratégias de difusão, como por exemplo, as festividades cívicas, pois exercem um papel educativo de formação, capaz de extrapolar os muros da escola. O poder de difundir crenças e práticas, através desses eventos públicos, já era bem conhecido foi utilizado sem parcimônia na época. A celebração, nas ruas e aparentemente conduzida por jovens estudantes parece buscar relacionar o momento político com o nascimento de algo novo, renovado. O antigo deveria ser esquecido pela grandiosidade da novidade, que era liturgicamente divulgada, através das orientações remetidas ao CCJ, através de circulares e outros documentos encaminhados pelo diretor do Departamento de Educação.

No final do mês de agosto de 1943, o Diretor do Departamento de Educação encaminhou ao CCJ uma circular⁹⁰ com os procedimentos do desfile do “dia da Pátria”. Ao todo são seis folhas contendo o protocolo referente a todas as escolas participantes, ordem, itinerário e atuação de cada pelotão de estudantes. As escolas escaladas foram divididas em dois grupos, sendo o Primeiro Grupo formado por estabelecimentos de ensino primário e o segundo grupo destinado aos estabelecimentos de ensino secundário e técnico-profissional.

1º grupo: 1) Banda de música; 2) Homenagem a Juventude Brasileira; 3) Bandeira Nacional; 4) Pelotão da História da Nossa Bandeira; 5) Comando geral da tropa escolar; 6) Grupo Escolar José Boiteux; 7) Grupo Escolar Getúlio Vargas; 8) Grupo Escolar Olívio Amorim; 9) Grupo Escolar Arquidiocesano Padre Anchieta; 10) Grupo Escolar Silveira de Souza; 11) Grupo Escolar Arquidiocesano São José; 12) Grupo Escolar Lauro Muller; 13) Grupo Escolar Coração de Jesus; e Grupo Escolar Dias Velho. 2º grupo: 1) Homenagem ao Brasil; 2) Abrigo de Menores; 3) Escolar Industrial; 4) Colégio Catarinense; 5) Instituto de Educação, equiparado, Coração de Jesus; Homenagem ao Estado e Instituto de Educação de Florianópolis. (SANTA CATARINA, SECRETARIA DA JUSTIÇA, EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1943, P. 3)

Neste desfile os alunos deveriam seguir pela Rua Tiradentes e contornar a Praça XV de Novembro “beirando o mar” e finalizar atravessando a Rua Felipe Schimidt. A direção geral do desfile estava sob a responsabilidade do Inspetor de Educação Física, Capitão Américo Silveira d’Ávila e a coordenação sob a batuta dos inspetores escolares, diretores e representantes dos estabelecimentos de ensino. Os pelotões ganharam corpo, se for considerado os anos anteriores, pois seriam formados por agrupamentos de seis por doze de “rapazes e moças, sucessivos, obedecendo, rigorosamente, à altura (os mais altos na frente)” (SANTA CATARINA, SECRETARIA DA JUSTIÇA, EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1943, P. 4). Outras prescrições detalhavam o que se esperava ver durante o evento, como a presença de flâmulas a frente de cada pelotão; a não aceitação de alunos dos primeiros anos e menores do segundo; os grupos escolares deveriam levar seus pelotões da saúde devidamente uniformizados; os alunos do primeiro grupo deveriam marchar ao som da banda de música; e o segundo grupo deveria dispor de seus próprios recursos musicais (bandas, tambores e fanfarras).

Além disso, o governo informa que fornecerá ambulâncias e assistência médica; policiamento ostensivo; o Instituto de Educação de Florianópolis e o Instituto de Educação, equiparado, Coração de Jesus deveriam providenciar cada um, uma aluna de segundo ano do

⁹⁰ SANTA CATARINA, Secretaria da Justiça, Educação e Saúde. Departamento de Educação, Circular s/n, de 26 de agosto de 1943.

curso normal para a homenagem à Juventude Brasileira; ao Colégio Catarinense e o Liceu Industrial caberiam a seleção de quatro alunos cada, para a Homenagem ao Brasil. o Instituto de Educação de Florianópolis e o Abrigo de Menores disponibilizariam três alunos cada, para a Homenagem ao Estado. Os cursos complementares anexos aos grupos escolares Lauro Muller, Arquidiocesano São José; José Boiteux, Silveira de Souza e Getúlio Vargas ficariam responsáveis por cinco alunos cada, para o Pelotão de História de Nossa Bandeira.

A frente do desfile o professor de Educação Física, geralmente um militar, que orientava o corpo de estudantes detentores de corpos jovens e saudáveis, com disposição de morrer pela pátria se necessário fosse. O modelo paramilitar da “Juventude Brasileira” sofreu algumas alterações, mas não se distanciou da ideia original de inculcar nos jovens, as ideias do regime. A homogeneização dos corpos estudantis pertencentes a diferentes segmentos da educação pública e privada formando uma massa aparentemente harmônica e coesa.

No relatório de inspeção elaborado em 1943, pelo inspetor federal Octávio Silveira Filho descreve a participação do CCJ, no desfile em homenagem ao Dia da Pátria. De acordo com o texto do inspetor, “a gloriosa data de 7 de setembro foi condignamente celebrada pelo estabelecimento, e o seu corpo de alunas teve parte saliente na parada e desfile de escolares, oficialmente organizados”.

As correspondências administrativas contendo protocolos semelhantes se repetem nos anos seguintes, de modo que é possível observar, que a cada ano, novos detalhes são acrescentados no que tange aos símbolos e homenagens, e o número de alunos se amplia. Em 1944, a circular com os procedimentos do desfile do “Dia da Pátria” sofreu alterações somente no que diz respeito ao número de alunos do ano anterior que passou de 1.420 para 5.200 alunos, assim distribuídos:

Instituto de Educação de Florianópolis – 750 alunos; Instituto de Educação Coração de Jesus – 700 alunos; Grupo Escolar Getúlio Vargas – 200 alunos; Grupo Escolar Olívio Amorim – 200 alunos; Ginásio Catarinense – 275 alunos; Grupo Escolar Arquidiocesano São José – 775 alunos; Grupo Escolar Silveira de Souza – 345 alunos; Grupo Escolar Lauro Muller – 365 alunos; Grupo Escolar Arquidiocesano Padre Anchieta – 195 alunos; Grupo Escolar Dias Velho – 255 alunos; Abrigo de Menores – 175 alunos; e Liceu Industrial – 205 alunos. (SANTA CATARINA, SECRETARIA DA JUSTIÇA, EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1944)

Todos os alunos das escolas públicas e particulares, que desfilariam este ano receberiam lanches doados pelo governo do Estado. A ampliação do número de alunos assinala um investimento maior nesse evento público, que entre outras funções pretende informar, formar e fomentar o apoio ideológico ao regime autoritário e as conquistas do exército brasileiro, nos

confrontos relacionados a Segunda Guerra Mundial. Alguns documentos⁹¹ do arquivo contribuem para reforçar a hipótese de que as irmãs da Congregação da Divina Providência aderem as prescrições, numa provável tentativa de apaziguar possíveis desconfianças ou qualquer dúvida, que possa colocar em risco a crença em sua adesão ao ideário nacionalista da época. As homenagens aos símbolos nacionais também sofreram ampliação e a presença marcante dos estabelecimentos de ensino, não deixa muitas dúvidas, sobre a aposta governamental em aderir a imagem de Getúlio Vargas, aos jovens estudantes e ao campo educacional.

4.3 AS FOTOGRAFIAS CRISTALIZAM O DESFILE CIVICO

No ano de 1946, o relatório de inspeção do Curso Ginásial, do CCJ, foi elaborado por três inspetores federais, Antenor Moraes, Rafael G. Cruz Lima e Octavio da Silveira Filho, que avaliavam a possibilidade da instituição abrir o curso científico. Por ser um relatório mais detalhado, a inspeção anexou em suas páginas, registros do desfile cívico realizado pelo CCJ, no ano anterior. Não é um fato corriqueiro e em todos os outros não foram encontradas fotografias dos desfiles ou qualquer outra celebração oficial. As fotografias, geralmente eram utilizadas como elemento de prova, testemunhas de uma descrição. Reforçavam a veracidade do que era relatado e eram usadas para registros de elementos físicos como salas de aula, laboratórios, entre outros.

As fotografias do relatório de 1946, se encontram em bom estado de conservação e apresentam enquadramentos distintos registrando a passagem das alunas do Instituto de Educação Coração de Jesus, nas ruas centrais da cidade durante o desfile cívico em comemoração ao dia da Pátria. As fotografias, naquele momento eram vistas como testemunhos

⁹¹ A Segunda Guerra Mundial deixava a congregação de origem alemã em uma situação delicada, obrigando uma certa porosidade por parte das irmãs, que provavelmente eram alvo de especulações da comunidade e do próprio governo. O arquivo escolar reservou alguns documentos portando conteúdos, que parecem indiciar uma flexibilidade da instituição diante dos pedidos do governo do Estado. Entre os documentos figuram: agradecimentos por colaborações em eventos públicos; pedidos de vagas no internato (despachadas pelo interventor federal) subsidiadas para filhas de amigos; telegramas parabenizando o colégio por homenagens cívicas realizadas; agradecimentos pela participação nos desfiles cívicos e homenagens ao Governador Nereu Ramos; pedidos do interventor para a matricular filhas de militares; telegramas agradecendo ao colégio pela contribuição financeira para os “Lazaros e filhos de lazarus”; entre outros.

incontestáveis da realidade, pois podiam cristalizá-la em um enquadramento. Novidade da sociedade de consumo, na fotografia estavam acumulados séculos de expectativas que a modernidade depositou sobre as imagens. A sensação de eternidade, oferecida pelas artes plásticas lançaram o homem moderno na busca por técnicas e materiais capazes de congelar o tempo e imortalizar o instante. Essa dança cromática conduzida pelas mãos de artistas obstinados, foi repentinamente interrompida, pela emergência da fotografia, transformada em *espelho da realidade social*, que se popularizou a partir das últimas décadas do século XIX. Neste ambiente de inovação, a fotografia emergia como suporte testemunhal não apenas das atividades pedagógicas, como também de outros eventos que também compunham o cotidiano escolar. Como dimensão da Cultura Escolar, parte-se da compreensão do conceito de Cultura Empírica, entendida por Escolano Benito (2012, p. 1) como "uma cultura prática do ensino", haja vista, enfatize a "dimensão pragmática dos educadores de educação formal".

Por muito tempo, os historiadores dedicaram-se a explorar a fotografia como mera ilustração dos temas abordados em seus trabalhos. Em uma perspectiva mais detida, a fotografia como uma fonte de análise nos permite visualizar uma cultura escolar, dotada de ausências, permanências e transcendências por meio da cristalização de uma representação, por vezes forjada, de algo que se pretende materializar e imortalizar. Todavia, na concepção Burke (2004), Barthes (1984), Bencosta (2011), Kossoy (1998), Prates e Teive (2015), Pozo Andres e Romero (2012) e Velasco Maillo (2011), autores tomados como fundamento para a reflexão aqui proposta, a análise iconográfica não pode ser desprezada, mas precisa ser complementada através do cruzamento de fontes para enriquecer o contexto histórico que resultou na produção da imagem, os textos que apoiaram sua leitura, o imaginário vigente na época de sua produção, ou seja, os mecanismos que regeram sua confecção.

As fotografias podem ser interpretadas como vestígios visíveis do passado, nos quais ficaram registrados elementos que devem ser acionados pelo jogo entre lembrança e esquecimento capazes de construir memórias individuais e profissionais, legitimar trajetórias e consagrar instituições. Desse modo, as fotografias escolares, a priori, permitem análises diretas dos componentes de um circuito de produção que pretendeu dar visibilidade a uma ação ou imagem educacional, em que se deve atentar para os mecanismos que envolveram sua produção, circulação e consumo.

Mas como utilizar as fotografias como documento? Como ler sua narrativa imagética? Trata-se de um desafio que ainda desperta receios e muitos questionamentos entre historiadores, que habituados com a tradição dos textos escritos, consideram que a fotografia raramente ultrapassa a função de evidência histórica para reforçar algum argumento ou fato apresentado.

Burke (2004) discute o uso das imagens na pesquisa histórica e conclui que, poucos trabalhos arriscam a interrogar as imagens mais profundamente e

quando utilizam imagens, os historiadores tendem a tratá-las como meras ilustrações, reproduzindo-as nos livros sem comentários. Nos casos em que as imagens, são discutidas no texto, essa evidência é frequentemente utilizada para ilustrar conclusões a que o autor já havia chegado por outros meios, em vez de oferecer novas respostas ou suscitar novas questões (BURKE, 2004, p. 12).

Porém, é na trama: fotógrafo (e produção), e receptores que a fotografia como imagem se constrói, representa-se e se ressignifica – deixando para o historiador da educação, o desafio de tornar ‘*visível*’, tudo aquilo que foi ocultado e, por vezes, idealizado no tempo e espaço congelado da imagem. Cabe, portanto, ao historiador problematizar a materialidade do registro, trazendo à tona – em cruzamento com outras fontes – aspectos para além de sua mera descrição/apresentação.

Os estudos de Bencostta (2011) identificam as fotografias escolares como “objetos culturais” portadores de fortes vínculos entre a memória individual e coletiva dos atores da escola e a memória da própria instituição. São suportes imagéticos que revelam os modos de ver, fazer e conceber a escola. Para o autor, as fotografias escolares podem contribuir para os estudos sobre a cultura material da escola, a arquitetura, profissionalização docente, comportamentos, representações, entre outros elementos pertencentes ao universo da escolarização. Na mesma linha de raciocínio, Velasco Maillo (2011) defende um estudo etnográfico da escola e trata a fotografia escolar como um “produto cultural” difundido na sociedade em que a escola emergiu. As fotografias produzidas na escola, como portadoras de uma história social, dão a ver, mobilizam vontades, acionam memórias individuais e familiares. O ambiente escolar, figura como um dos espaços de difusão e uso da imagem popularizada em outros meios como álbuns de família, por exemplo. Para o autor, as fotografias escolares são ferramentas para compreender melhor os processos de socialização e de institucionalização. Por serem objetos culturais, estes suportes imagéticos podem ser entendidos como patrimônio, de uma sociedade de consumo fetichista da imagem fixa e espetacularizada.

Figura 20 – Desfile Cívico das Alunas do CCJ, 1945



Fonte: Relatório de Inspeção, de 1946 do Colégio Bom Jesus Colégio Coração de Jesus
Dimensão: 8,5 cm. X 11,5 cm

Ao estudar a profusão da fotografia na virada do século XIX para o XX, Delory-Momberger (2010) verificou que, a fotografia se consolidou como item de consumo sob a promessa de cristalizar a realidade, comunicar, revelar, expor, mostrar, reproduzir, perenizar o sucesso pessoal e social. Através das imagens fotográficas apresentadas aqui (Figuras 20 e 21), é possível, por exemplo, observar os uniformes utilizados pelas alunas. São majoritariamente compostos por uma saia longa (abaixo do joelho) plissada escura presa por suspensórios também escuros (algumas alunas desfilam sem suspensório); blusa branca de gola esporte com mangas longas (aparentemente de algodão) presas sob a cintura da saia; sapatos escuros fechados, estilo mocassim sem meias aparentes; luvas brancas e boinas brancas levemente caídas para trás. Em todas as fotografias formam fileiras que lembram os desfiles militares e portam bandeiras, cartazes, faixas estandartes com os símbolos nacionais, estaduais, municipais e do colégio.

Figura 21 – Desfile Cívico das Alunas do CCJ, 1945



Fonte: Relatório de Inspeção, de 1946 do Colégio Bom Jesus Colégio Coração de Jesus
Dimensão: 8,5 cm. X 11,5 cm

Os uniformes utilizados no desfile, não fogem muito, das prescrições expedidas pelo Departamento de Educação através de uma circular⁹² trazendo o Decreto n. 3016⁹³. Nele o interventor federal dispõe sobre o uniforme escolar, cujas permanências podem ser verificadas através da imagem perenizada pelo fotógrafo em 1945. Essas permanências foram detectadas e estudadas por Souza (2009, p. 17), que percebe na cultura material escolar a propriedade de perenizar “tradições, sedimentação de práticas, ideias, modos de fazer e pensar que governam o ensino, que perduram ao longo do tempo sobrevivendo às reformas e inovações”. No entanto, como é possível observar no registro fotográfico, a perenização é um processo que sofre

⁹² SANTA CATARINA. Secretaria da Justiça, Educação e Saúde – Departamento de Educação. Circular n° 52 expedida no dia vinte e seis de julho de 1944.

⁹³ SANTA CATARINA Decreto n. 3016, de 18 de julho de 1944, que normatiza os uniformes escolares.

perturbações e alterações, pois a cultura não é estática e está em constante movimento e transformação na passagem do tempo.

A primeira fotografia (Figura 21) perenizou-se por meio da imagem a passagem das alunas do Curso Ginásial, do Instituto de Educação Coração de Jesus, nas imediações da Praça XV de Novembro, (mais exatamente no cruzamento das Ruas Arcipreste Paiva e Tenente Silveira), em frente ao Palácio do Governo, na região central da cidade de Florianópolis. Na imagem, as alunas desfilam formando uma fileira extensa cortada pelo enquadramento. O dia estava ensolarado os espectadores se aglomeraram nas calçadas ao lado da catedral, na Praça XV de Novembro, em frente ao Palácio do Governo e na esquina da Rua Tenente Silveira. No centro da fotografia há um pelotão formado por oito alunas que carrega em seus braços símbolos das forças armadas: avião, navio e armas miniaturizadas. Também carregam bandeiras e faixas, que por causa da pouca definição da imagem (a fotografia sugere a intenção de uma tomada mais panorâmica do desfile, possivelmente do fotógrafo posicionado no adro da Catedral Metropolitana, no centro da cidade) e da limitação das variações do preto e branco, não permitem a extração de mais detalhes sobre cores e inscrições.

As ruas do desfile registradas nas fotografias são ruas centrais, marcadas pelas atividades comerciais e administração pública. A Praça XV de Novembro se encontrava circundada pela Catedral Metropolitana, Palácio do Governo, Câmara de Vereadores, Delegacia Fiscal, Edifício dos Correios, entre outros. No arquivo do Colégio, o documento intitulado de “As Comemorações do Dia da Pátria”⁹⁴ traz as prescrições detalhadas do itinerário das comemorações de sete de setembro. Nele, o diretor do Departamento de Educação, Elpídio Barbosa, determina os detalhes do desfile cívico constando horários de começo e fim; itinerários; ordenamento das escolas e cursos; localização da concentração e do pavilhão das autoridades; locais de escoamento dos alunos após o desfile; Organização dos pelotões com as distâncias entre os alunos e líderes de pelotão; informações sobre atendimento médico; policiamento entre outros.

A segunda fotografia (Figura 22) apresenta as alunas do Curso Ginásial, do CCJ marchando enfileiradas sobre faixas brancas pintadas na Rua Felipe Schmidt. A mão direita das alunas bate continência, enquanto a esquerda aponta para baixo e inclina para frente como se estivessem portando fuzis invisíveis. Esta saudação indica que o pelotão se aproximava do

⁹⁴ SANTA CATARINA – Secretaria da Justiça, Educação e Saúde – Departamento de Educação. Programa detalhado das comemorações do dia sete de setembro expedido 4 de agosto de 1947.

“*Pavilhão das Autoridades*” no cruzamento com a rua Jerônimo Coelho. O fotógrafo registrou o momento da passagem diante das autoridades reforçando para o observador da fotografia a ideia de instituição cumpridora dos deveres formadora de cidadãs com rígida formação cívica e dispostas ao sacrifício. A rigidez do pelotão de normalistas na fotografia sinaliza para uma intenção de eternizar e tornar público o cumprimento da prescrição estatal, através de um intenso esforço de codificação e controle institucional dos impulsos físicos e comportamentais. Equiparada a Escola Normal, o colégio tinha que obedecer a base curricular prescrita pelo governo do Estado, mas não era impedido de acrescentar disciplinas complementares. Desta feita, o colégio desenvolvia um currículo próprio alicerçado na moral católica e no controle rígido das condutas. A vigilância era constante e as alunas eram submetidas a um processo de formação que visava uniformizar suas atitudes de acordo com as expectativas sociais, normatizações estatais e institucionais.

Resta saber como o CCJ lidou como esses intercâmbios e de que maneira assimilou, obedeceu e/ou subverteu as prescrições impostas pelo Estado. As pesquisas de Martin (2006) consideram a escola como um micro espaço social construído como uma cultura própria. Esta cultura própria, segundo o autor, composta de uma trama de normas, saberes teóricos e práticas pedagógicas inter-relacionadas entre si, pode ser entendida como cultura escolar. Compreender esta trama contribui para conhecer a “*escuela por dentro*”, assim como suas resistências, aspirações, trocas com o mundo exterior, apresentam-se como desafios aos historiadores da educação. Dentro desta perspectiva de investigação, elementos materiais como os arquivos escolares têm despertado profundo interesse de pesquisa.

A presença do documento de prescrição do desfile cívico no arquivo do CCJ contribui para problematizar sobre a presença destas fotografias no Relatório de Inspeção. As fotografias foram coladas nas últimas páginas do Relatório, sem legendas ou qualquer outro texto explicativo. Estão lá como guardiãs do tempo preservadas nas últimas páginas assinadas pelo inspetor. A ausência de legendas, nas últimas páginas encerra as fotografias em um calabouço repleto de armadilhas para o investigador. Não seriam as fotografias uma tática da instituição para reforçar a ideia de adesão estatal? Por que colocar estas imagens do desfile cívico no Relatório de Inspeção? O que a instituição pretendia testemunhar como este ato?

Este ato da escrituração escolar parece reforçar o poder de prova que pairava sob o ato fotográfico imerso em um imaginário social que o legitimava com ação testemunhal dotada de poder e sentido. Sobre o imaginário que envolvia a fotografia nas primeiras décadas do século

XX, os estudos de Borges (2003), descrevem que alguns a percebiam como o triunfo da humanidade sobre a natureza, pois poderia aprisioná-la apenas com o movimento de um dedo e torná-la eterna finalmente. Outros viam a fotografia como uma inovação técnica que causaria mudanças inevitáveis no universo artístico alterando a forma de expressar a realidade em volta. Segundo a autora, “desde cedo o retrato fotográfico se coloca como uma prova material da existência humana, além de alimentar a memória individual e coletiva de homens públicos e de grupos sociais” (BORGES, 2003, p.41).

As fotografias sugerem que a representação desejada no desfile, não se limitava somente ao ato de celebrar uma data solene. Nas ruas da cidade o CCJ, bem como os outros nove colégios que participaram do desfile, pretendia representar a imagem de uma instituição eficaz no trabalho pedagógico. No caso do CCJ, a formação de meninas normalistas e de mulheres castas, puras, inocentes, segundo os padrões de pudor estabelecidos na sociedade da época. As fotografias revelam a primazia pela boa postura corporal e adequada. Os estudos de (CUNHA, 1991, p.66) apontam para a disciplina dos corpos como fruto

de vigilância constante das freiras, que exigiam, por exemplo, que, sentadas durante as aulas, as alunas jamais cruzassem as pernas, mantivessem as mãos corretamente sobre as carteiras e as costas perfeitamente eretas. Ao descer uma escada, nunca apoiassem a mão sobre o corrimão; se isso acontecesse, a aluna deveria voltar a subir a escada para descê-la novamente de modo correto.

De acordo com a autora o colégio exercia sobre as alunas um rigoroso controle comportamental e corporal derivado do modelo de internato e de convento. A sexualidade era colocada em segundo plano e a fiscalização das prescrições era realizada com tanta rigidez que condicionava o surgimento de uma espécie de disciplina corporal que acompanhava essas alunas por toda a vida. Não é demais enfatizar que a análise, das imagens fotográficas permitem considerar que, além da formação para o trabalho como normalista, o colégio, também formava mulheres, esposas e futuras mães de família dentro de uma sólida orientação cívica e católica. Os trabalhos com agulha seguiam em paralelo aos estudos científicos e religiosos. O colégio recebia moças provenientes de todo o estado e por isso também funcionava no regime de internato. As futuras professoras que aparecem nas fotografias do desfile foram educadas para ter uma aparência fina e delicada.

A autora ainda pontua que existia um grande olho vigilante sobre as mulheres, o mesmo olho que apreciaria as fotografias e conferiria a observância dos regulamentos socialmente tolerados. Fica evidente em um primeiro olhar, que as fotografias congelaram rostos de adolescentes do Curso Normal, que encenavam a mulher idealizada e encerrada no peso das

exigências e expectativas sociais. Seus corpos foram transformados em bustos pelo recorte fotográfico e perenizados como monumentos nos quadros de formatura que ainda hoje enfeitam as paredes do colégio.

O desfile cívico buscava tornar público e notório, o empenho da instituição em formar a mulher idealizada pelo imaginário social da época. As normalistas eram educadas para serem jovens profissionais, vinculadas ao ideal de mulher puritana e religiosa. As freiras tinham por objetivo formar alunas habilidosas na arte de dissimular qualquer expressão de sensualidade ou devassidão. As evidências apontam para uma encenação que mostra e esconde. A ausência de desvios ou conflitos ficou indiretamente registrada na representação. Em um panorama de continuidades e rupturas, as fotografias figuram como fontes para a compreensão de uma determinada cultura escolar e permitem ao historiador dar visibilidade aos costumes, comportamentos, saberes e práticas, entre outros movimentos e materialidades que, tem constituído tramas culturais consistentes e persistentes ao longo do tempo das instituições escolares. As fotografias podem ser interpretadas, enfim, como monumentos do passado, nos quais ficaram registrados detalhes materiais ou não, frutos de um jogo de lembrança e esquecimento, capaz de construir memórias individuais e profissionais, legitimar trajetórias e consagrar instituições.

Tudo indica, que o arquivo de correspondências administrativas, onde se encontram as circulares e os Relatórios de Inspeção, guardados pelo CCJ reservaram em suas estruturas a intenção de afirmar uma adesão política. As fotografias do desfile testemunham que o mesmo fora realizado, conforme as orientações estatais. São sombras fragmentárias de um imaginário balizado por determinadas demandas sociais. Na análise do tempo presente tornam-se um suporte de registro e posicionamento hierárquico individual e coletivo através da crônica das imagens

O pesquisador também é um leitor das imagens, e sua leitura estará sujeita às armadilhas impostas por sua imersão em um tempo e lugar impregnados de conhecimentos, representações sociais, estéticas, convicções, interesses, que colocam em risco a leitura e interpretação. A leitura texto imagético não difere das outras fontes de investigação e os desafios são idênticos, pois o pesquisador também faz parte de um tempo histórico e está preso a lógica de seus mecanismos. Para Barthes (1984), estes perigos habitam a própria essência física da fotografia, pois está sujeita aos limites de seu corte e tudo que pode dizer ao espectador é que “isso é isso, e tal! mas não diz nada mais; uma foto não pode ser transformada filosoficamente, ela está

inteiramente lastreada com a contingência de que ela é o envoltório transparente e leve” (BARTHES, 1984, p. 14). Logo, a dita *realidade* jamais retornará e o historiador deve contentar-se com os vestígios ou intenções de verdade que delas puder extrair.

As fotografias oferecem também, pistas de uma rede de intenções e interesses sociais e políticos, pois estar no desfile, no centro da capital do Estado, em 1945 pode ser entendido como uma oportunidade do Estado, do CCJ, das famílias materializar e dar a ver o seu sucesso social, seu investimento em educação e na formação docente. Para as alunas, pertencer a um grupo seletivo e, de certa maneira, privilegiado pelo acesso à formação escolar transferia às famílias o reconhecimento público de seus esforços e capacidade de proporcionar uma formação distintiva. Mulheres de bem, casadas com a missão de formar, educar e preparar os futuros cidadãos para a vida no estado republicano em crise. Dessas mulheres era exigido o sacrifício de uma vida pessoal em prol da missão de ensinar. É provável que muitas delas não seguissem a carreira do magistério, mas das que se dedicaram ao ensino esperava-se uma vida de doação e sacrifício em um percurso forrado, não raro, de espinhos e dificuldades.

O relatório foi elaborado no final de 1946, logo após o final da Segunda Guerra Mundial e a renúncia de Getúlio Vargas. No campo educacional entrava em vigor a Lei Orgânica do Ensino Normal, em 1946, fato que é descrito como “o início dos anos de ouro da formação de professores” (MARTINS, 2000, p. 56), marcado em todo país, pelos debates em torno dos novos rumos políticos, culturais e educacionais. Para colocá-la em prática, em Santa Catarina, foram elaborados pelo Departamento de Educação o “Regulamento para os Estabelecimentos do Ensino Primário” - Decreto nº 3.735, de 17 de dezembro de 1946 - um detalhado documento composto de 761 artigos, que dispôs sobre as bases de organização, a estrutura e os tipos de estabelecimento de ensino, período letivo, férias, regime de aula, critérios para promoção de alunos, atribuições do corpo docente, administração, disciplina e escrituração escolar, instituições complementares da escola, entre diversos outros; “Regulamento para o serviço de Inspeção Escolar” - Decreto nº 3.733, de 12 de dezembro de 1946, os quais o CCJ também deveria cumprir. (TEIVE e CUNHA, 2015, p.36)

No ano seguinte, em 1947, de acordo com o relatório apresentado pela Imprensa Oficial em todo o território catarinense podiam ser encontradas 3.073 unidades escolares, sendo 1.756 estaduais; 1.214 municipais e 103 particulares. Deste total, as escolas públicas que ofereciam o Curso Normal somavam três unidades que efetivaram 139 matrículas no referido ano. Fundado em 1898 pelas irmãs da Congregação da Divina Providência, provenientes da Alemanha (Munique), o CCJ, em 1947 contava com 7 unidades escolares espalhadas pelo Estado, que matricularam 226 normalistas. No contexto das matrículas do ensino privado, observa-se que

44% eram provenientes do CCJ. Do total de 365 normalistas matriculadas, 38% eram do ensino público e 62% do ensino privado.

4.4 OS DESAFIOS IMAGÉTICOS NO ARQUIVO

Ao cruzar as imagens do desfile com a publicação do jornal *A Gazeta*, de 9 de setembro de 1945 é possível examinar como o desfile cívico foi registrado pela imprensa local. De acordo com o periódico, o desfile iniciou pontualmente as nove horas da manhã, na Praça Olívio Amorim, onde foi inaugurado o busto de Olavo Bilac. Estudantes hastearam a bandeira nacional e depositaram flores no monumento do escritor. Em seguida ocorreu a leitura de um discurso pela “aluna da Escola Normal Coração de Jesus, senhorinha Dalva Machado, que foi eloquente e brilhante”. O desfile aconteceu logo após a celebração de uma missa pelo padre Alfredo Rohr S. J., diretor do Colégio Catarinense. As bandeiras e os pelotões do desfile estavam organizados em um semicírculo e o evento conforme as prescrições enviadas no dia 4 de agosto ao CCJ, por Elpídio Barbosa, diretor do Departamento de Educação. O jornal descreve autoridades militares e o governador do Estado no início das atividades.

De acordo com o jornal, o centro da cidade estava tomado por espectadores ansiosos que se posicionavam nas calçadas das principais ruas e praças. No palanque oficial estavam o Governador Aderbal Ramos da Silva e esposa, acompanhados dos secretários da Casa Civil e Militar, o Arcebispo Metropolitano, o presidente do Tribunal de Justiça, o comandante do 5º Distrito Naval, comandante da Polícia Militar, além de outras autoridades municipais e federais. No jornal *A Gazeta*, um anúncio de dimensões médias oferece pistas sobre a importância do evento cívico. Nele, o Tenente Coronel Nilo Chaves Teixeira informa que

O Comando do 14º Batalhão de Caçadores e Guarnição militar de Florianópolis convida as autoridades civis, militares, eclesiásticas e o povo em geral, para assistirem as solenidades assim programadas em comemoração á semana da pátria: Dia 6 – ás 20,30 horas – Sessão solene promovida pela Associação Cívico Militar ‘Marechal Guilherme’, no Teatro Álvaro de Carvalho. Dia 7 – ás 10 horas – Desfile do Batalhão. – As autoridades poderão assisti-lo do palanque armado na esquina da rua Jerônimo Coelho com Felipe Shimidt. (A GAZETA, 04 de setembro de 1945).

O desfile do dia 7 de setembro era o fechamento de uma série de solenidades oficiais organizadas pelas forças armadas e classe política. No jornal *A Gazeta* (1945), o desfile cívico é descrito como uma marcha de estudantes de várias instituições, precedidas pelos batalhões que finalizaram o evento. Ainda de acordo com o jornal, os grupos escolares foram os primeiros

a passar pelo palanque das autoridades, seguidos pelo grupamento dos alunos do ensino profissional e secundário, entre eles estavam as alunas do Curso Normal do CCJ, que “portavam numerosas bandeiras e flâmulas, destacando-se do conjunto as suas equipes esportivas” (A GAZETA, 09 DE SETEMBRO DE 1945). Após o desfile das escolas os militares encerraram o evento. O jornal noticiou que o vencedor da “Taça Semana da Pátria” foi o CCJ, pois realizou a “melhor apresentação em todos os aspectos requeridos, fez jus à primeira conquista do prêmio. Corresponderam melhor à disciplina, conjunto, uniforme, saudação, originalidade, etc.” (A GAZETA, 09 DE SETEMBRO DE 1945)

As notícias veiculadas pelo jornal propiciam a ampliação do horizonte de análise das fotografias, ao enriquecerem com detalhes excluídos pelo suporte imagético recortado na operação fotográfica. O desfile pelas ruas da cidade ganha cores e relevância. A fotografia omite mais que emite, pois faz parte de um jogo de mostrar e esconder. As outras escolas, a população ansiosa, os repórteres, as autoridades, as falhas, as alunas que faltaram, desistiram, morreram, reprovaram, casaram, entre tantos outros detalhes que não contribuiriam para dar visibilidade ao sucesso institucional e individual forjado e perenizado no arquivo.

Sobre o potencial da fotografia na pesquisa da história da educação, Velasco Maillo (2011), afirma que as fotografias escolares oferecem pistas de como as sociedades do passado se representavam e davam sentido às suas existências através de elementos que elucidam as técnicas utilizadas em sua produção e registro; a necessidade de identidade e reconhecimento, pois muitas vezes é possível verificar a hierarquização dos fotografados; as diferentes maneiras de registrar os contextos escolares e seus mecanismos de controle; as presenças, ausências, ocupações, hierarquias, seleções e vazios; a presença de profissionais contratados pelas instituições para registrar seus feitos memoráveis e legitimar sua existência.

Ao problematizar o potencial da fotografia como documento Kossoy (2001), adverte que a fotografia é um dispositivo material capaz de despertar sentimentos, emoções, lembranças. O visível destacado da vida que continua oferece uma visão fragmentária de um fato cristalizado e sujeito a diferentes manipulações e interpretações. Nessa perspectiva, a fotografia sem o cruzamento de outros documentos é um registro incompleto, falseado, ideologizado, dissimulado, manipulado, omitido, exagerado, desejado, consumido, e limitado de análise. Faz-se necessário o levantamento de outras informações sobre o contexto de produção, circulação e consumo da imagem para que a seja lida e problematizada, criticada interrogativa e especulativamente. A análise iconográfica é apenas o primeiro passo de uma longa caminhada do pesquisador que deve investigar o que foi silenciado pela câmara fotográfica: o contexto histórico que resultou na produção da imagem, os textos que apoiaram

sua leitura, o imaginário vigente na época de sua produção, ou seja, os mecanismos que regeram sua fabricação. Por conseguinte, a interpretação das fotografias envolve uma série de perigos, sendo que a neutralidade no processo de análise das imagens se torna uma tentativa quase que fracassada, já que o pesquisador também faz parte de um tempo histórico e, igualmente, está vinculado a lógica de seus mecanismos.

Assim, como cristalização de um dado momento, as imagens escolares não podem ser estudadas descoladas da *realidade* que as produziu, devendo ser entendidas a partir de sua intertextualidade com outras imagens e textos, levando-se em conta seu código (o que ela transmite), sua identificação, bem como o contexto de sua produção, tentando problematizá-la, em um “jogo de escalas”⁹⁵ entre as convicções do presente e as proposições indicativas do mundo do fotógrafo e dos sujeitos fotografados em determinado momento histórico.

Por mais espetaculares que sejam as fotografias escolares, por muito tempo não foram interrogadas por seu valor cultural. Elas ficaram estranhas a toda reflexão sobre pedagogia, o meio escolar e sua evolução. Geralmente considerado como objeto superficial, seu uso desencorajava qualquer abordagem conceitual: um traço formal artificial, espetáculo sem interesse senão pela nostalgia de seus próprios atores. Paradoxalmente, é a partir desta aridez de pesquisa que Deusalt (1992) lança a reflexão sobre o tema. As fotografias não poderiam ser lidas como o registro cristalizado da cultura educativa? Não traduzem elas as indicações das atitudes, das maneiras de ser, com sua encenação individual ou coletiva, suas referências indumentárias ou tudo simplesmente espacial? Especialmente desde que essas “imagens” mudam com o tempo? Elas são mesmo objeto de rupturas notáveis. São essas alterações, mais que todas as outras sem dúvida, que motivam trabalhar com estes documentos.

Na concepção de Pozo Andres e Romero (2012), a investigação a partir das imagens escolares requer do pesquisador a disciplina de manter certa distância do objeto de estudo para evitar as armadilhas da paixão. Uma distância, que deve levar em conta a necessidade de se fazer constantes críticas externas das fontes e da procedência do arquivo visual, haja vista, este esteja permeado de intenções – em busca dos códigos explícitos e implícitos que recobrem as fotografias individuais, coletivas e institucionais. Deve, igualmente, organizar as imagens por categorias que expressam determinados elementos visuais que proporcionem estudos

⁹⁵ Referência a Jacques Revel (org.). Jogos de Escala: a experiência da microanálise. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, 262 páginas.

estatísticos bastante apurados, atentando-se para o elemento “híbrido” representado nas fotografias escolares, que demonstram docentes convivendo em uma fronteira entre o arcaico e a inovação, bem como, explorar categorias além do observável, considerando-se os significados culturais impressos nos arquivos fotográficos escolares. Além disso, as autoras verificaram poucos trabalhos que exploram o papel do professor como fotógrafo ou fotografias produzidas por *outsiders*, que eternizaram recortes de uma escola vista de fora e informal.

As fotografias do desfile cívico quando cruzadas com correspondências recebidas pelo colégio e os outros documentos pertencentes ou não ao arquivo, se mostram como um caleidoscópio em um jogo de combinações infinitas. Resta um cenário parcelário e ficcional, os universos assim figurados se constituem na ruptura do processo de inclusão e exclusão. O historiador deve mergulhar no passado investido de alteridade, pois é necessário investigar o momento em que as documentos foram produzidos, a materialidade das páginas, as intervenções de terceiros, as marcas deixadas pelo uso, a triagem e a classificação (cortes, desgastes, anotações, numerações). As condições de arquivamento também devem ser observadas, pois as fotografias podem ser realocadas, repertoriadas nos seus registros, conservadas em pastas ou e em outros suportes. As fotografias do desfile de sete de setembro, analisadas desse modo contribuem para clarear uma parte das condições de sua travessia no tempo, as razões de sua conservação e o valor “agregado” que suportam. No seu encontro com o arquivo, em construção, o historiador, assim como os autores, arquivistas, redistribui e redefine as unidades de saber. Ele inaugura um lugar de reconhecimento. Os conteúdos tornam-se acessíveis através da intersecção de três mundos materializados nos suportes fotográficos, na cultura escolar e na operação historiográfica, que os problematiza e os coloca em cena a partir de um determinado tempo e lugar. Logo, longe de serem conclusivos, os documentos analisados são desafios percebidos pelo historiador e apenas apontam para o prosseguimento de seu espaço de experiência.

Pelo imperativo de testemunhar tais fotografias registram aspectos da vida escolar e, embora estivessem sendo feitos para “agradar ao inspetor e às autoridades” permitem um mergulho no tempo cujos vestígios encontram-se fragmentados entre acervos pessoais, institucionais, compõem um mosaico que requer paciência e determinação. São, enfim, testemunhos de um mundo desfeito cujas evidências deixadas pelos documentos do arquivo contribuíram e contribuirão para reconhecer parte de nossa estrutura educativa.

Nem todas as festividades, homenagens e celebrações cívicas ou não, eram realizadas fora do CCJ. A maior parte dos eventos ocorria no colégio e algumas delas foram relatadas nos relatórios de inspeção. Em 1941, o inspetor escolar relatou que

semanalmente se efetuou uma sessão cívica em que foram homenageados, após o culto à Bandeira, homens célebres de nossa História ou de nossas letras, tais foram: Rui Barbosa, Osvaldo Cruz, Cel. Fernando Machado, Conselheiro Mafra, Virgílio Várzea, Luiz Delfino, Delmira Silveira, Joaquim Nabuco, Olavo Bilac, Castro Alves, Campos Salles, Floriano Peixoto, Vitor Meirelles, Marechal Deodoro da Fonseca, Carlos Lacerda, Jackson de Figueiredo, Dom Silvério Pimenta, D. Pedro II, Carlos Gomes, etc. (SANTA CATARINA, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1941, p. 49)

Todo desvio poderia ser castigado e tudo aponta para uma inspeção motivada pela adesão, pois o contrário poderia implicar em alguma falha nos procedimentos do inspetor. Neste mesmo relatório, o inspetor informa que fez dezesseis visitas em seis meses ao CCJ e fica a dúvida se ele presenciou estas homenagens ou acatou os relatos feitos pela instituição. Outra questão que não pode ser ignorada diz respeito, a permanência do mesmo inspetor durante todo o período recortado neste trabalho. Até que ponto, a inspeção relatada pode ser encarada como fidedigna e imparcial? Os anos de convivência, quase semanal, não poderiam criar laços afetivos, emocionais, políticos entre o inspetor e a instituição? A interação era inevitável, e quais eram as garantias de que, os relatos descreviam a realização de uma atividade de fato? Estas questões colocam sob suspeita, os relatos quase sempre lisonjeiros dos inspetores, que dificilmente conseguem esconder seu apreço pelo CCJ. Em 1941, ao finalizar a descrição referente às celebrações realizadas no colégio, o inspetor Octávio da Silveira Filho, registra que

Sendo o entusiasmo pelo estudo do aluno condição proeminente para um feliz êxito e bom aproveitamento, envida o Colégio todos os esforços, afim de incentivar o interesse e a dedicação à vida estudantil mantendo clubes, Bibliotecas, que incitam à atividade escolar e fomentam a vida socializada. (SANTA CATARINA, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1941, p.73)

No relatório de inspeção de 1941⁹⁶, o inspetor registrou, que as alunas do CCJ “comemoraram condignamente a data natalícia do Presidente Getúlio Vargas, as alunas tomaram parte na parada escolar e realizaram uma sessão cívico-literária”. (SANTA CATARINA, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1941, P.73). Em 1943, a inspeção descreve

Este estabelecimento fez timbre em cumprir à risca as sábias determinações da nossa Lei Orgânica e as esclarecidas instruções, emanadas dessa Divisão de Ensino Secundário, como tenho podido observar em constantes visitas e inspeções. Ao assistir aulas e provas, pude verificar a competência e zelo da direção e do corpo docente,

⁹⁶ SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça, Departamento de Educação, Relatório de Inspeção Anual, 1941.

pois sempre procuraram dar fiel observância aos programas regulamentares, como bem se pode aquilatar dos auspiciosos resultados dos exames. Do grau de aproveitamento, falam bem claro os primeiros lugares em que se classificam as alunas, quando submetidas a concursos públicos. A perfeita organização da secretaria torna fácil a consulta aos livros e documentos recolhidos às pastas individuais das alunas, e as cadernetas escolares, diariamente anotadas, trazem os pais convenientemente avisados das alterações da vida curricular de suas filhas. Sadia e substancial é a alimentação ministrada às alunas pensionistas, como falam os relatórios enviados mensalmente à comissão de Alimentação, e são rigorosas as condições de higiene e asseio observadas em todo o prédio e dependências. (SANTA CATARINA, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1943, P.333)

De acordo com o inspetor, não há desvios ou erros. O CCJ atende a todas as exigências e o bom desempenho das alunas nos concursos públicos, não deixa dúvidas sobre o brilhantismo da instituição inspecionada. O inspetor não consegue esconder sua satisfação com a organização do material administrativo, fato que atende às exigências legais e facilita seu trabalho. O relatório apresenta uma instituição perfeita, sem erros ou qualquer deslize, que possa comprometer-la ou depor contra seu funcionamento talvez aponte para uma inspeção impecável e capaz de prever, remediar, reverter, redirecionar ou quem sabe, tangenciar detalhes inconvenientes. As observações positivas relativas às condições sanitárias da instituição se repetem em todos os relatórios seguintes, como também os comentários referentes aos métodos e atividades curriculares extracurriculares desenvolvidas. Em 1946, a troca de diretora no CCJ repercutiu no relatório de inspeção como uma explicação sobre a excelência da instituição aos olhos do inspetor. Os olhos do inspetor somados ao poder delegado à sua caneta passavam a imagem de uma instituição em ascensão e estável. A confiança na nova administração é repassada aos órgãos superiores da seguinte maneira:

Devido ao afastamento da Reverenda Irmã Bernwarda Michele, ilustrada educadora, que há muitos anos vinha dirigindo o estabelecimento com invulgar competência e dedicação, e que foi designada para dirigir outro estabelecimento congênera da Ordem, assumiu a direção do Colégio Coração de Jesus a Reverenda Irmã Marilza, antiga professora do estabelecimento. Certamente não há solução, digo não haverá solução de continuidade na boa ordem e eficiência do ensino deste educandário, pois essa nova diretora, pela sua alta cultura e aprimoradas virtudes, garantirá seu sempre crescente e seguro desenvolvimento. (SANTA CATARINA, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1946, p.178)

A despedida da diretora e a posse da sua sucessora se deu em uma comemoração descrita no relatório de inspeção e nas revistas *Pétalas* infantil e juvenil. Nada poderia abalar os andamentos do trabalho e o CCJ segue em frente esquecendo os fracassos e comemorando as conquistas.

4.5 PERTURBAÇÕES NA ADESÃO DO COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS

Algumas comemorações eram planejadas com antecedência pelo Departamento de Educação. Em 1941, O diretor do Departamento enviou um telegrama⁹⁷ com a seguinte mensagem: “Apraz-me convidar V. Revma tomar parte da reunião neste Departamento dia trintacorrente, as nove horas, com o objetivo ultimar preparativos Parada da Juventude Brasileira”. O Dia da Juventude Brasileira, segundo telegrama enviado anteriormente por Elpídio Barbosa, informa, que no dia do aniversário do Presidente Getúlio Vargas - dia 19 de abril - sejam realizadas nas Escolas Normais, Profissionais, Primárias, solenidades para comemorar do dia da juventude brasileira. O evento deve contar com predicacões cívicas e que sejam mostradas aos alunos a vida e a obra do fundador da juventude brasileira.

Em correspondência endereçada a diretora do CCJ, irmã Bernwarda Michele⁹⁸, em julho de 1942⁹⁹, Elpídio Barbosa, Diretor Interino do Departamento de Educação envia um telegrama congratulando o CCJ e, respectivamente as Irmãs da Divina Providência “pelos esforços em oferecer uma educação de qualidade e patriótica aos alunos”. As correspondências, a priori de caráter administrativo, apontam para trocas de mensagens que indicam reconhecimento estatal a uma tarefa cumprida com excelência. Porém, neste, como também em outros documentos arquivados, paira uma curiosa informalidade. Na medida em que o tempo avança nos intervalos das correspondências, os telegramas de congratulações, votos de feliz aniversário, e aparentes mensagens sem função prática se tornam mais recorrentes. Entre 1939 e 1944, a média de telegramas com este conteúdo é de dois por ano; entre os anos de 1945 e 1949, o número aumenta para seis por ano. Parece que o departamento de Educação faz uso de um dispositivo moderno para reforçar a imagem de vanguarda e avanço tecnológico. Ao contrário dos documentos oficiais, como circulares, decretos e avisos, os telegramas se destacam por seu caráter informal, e por causa disso merecem menção aqui.

Talvez neste ponto, a análise permita acionar os conceitos de “interação” e “círculos sociais” apresentados por Simmel (2006) no início do século XX e, neste sentido, são relacionados aos conceitos que delineiam as redes de dois modos ou de afiliação. Para Simmel

⁹⁷SANTA CATARINA. Secretaria do Interior e Justiça, Departamento de Educação, Circular n. 23, Florianópolis, 27 de ago. de 1941.

⁹⁸ Irmã Bernwarda Michele foi a terceira diretora geral do CCJ e administrou o colégio entre os anos de 1921 e 1946. O período estudado (1939-1949), também englobará a administração da Irmã Marilza (1947-1951).

⁹⁹ SANTA CATARINA, Secretaria do Interior e Justiça, Departamento de Educação. telegrama s/n, de 19 de julho, de 1942.

(1983), a interação inerente à sociedade, decorre de ações de reciprocidade entre indivíduos que compõem e constituem uma unidade, tendo como perspectiva sempre determinados fins. Para o autor a interação requer ações de cooperação e colaboração em que os indivíduos movidos por um impulso se influenciam mutuamente para alcançar determinado propósito. Como estas ações cooperativas envolvem interesses variados, a “sociação” se constitui como uma unidade em torno de uma meta ou empreendimento dando forma aos círculos sociais e é por meio da interação que permite observar os círculos sociais, interligações entre indivíduos de grupos distintos e dentro de um mesmo grupo. A interação, para o autor também é uma forma de sociação e não de associação, pois se constitui na

forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros ou teleologicamente determinados – se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam (SIMMEL, 2006, p. 60)

A família, segundo Simmel (2004, p. 574) é o primeiro círculo social do qual o indivíduo interage, e é neste círculo que descreve as ligações como profundas e estreitadas. No círculo familiar, o indivíduo desenvolve, aprimora e fortalece os laços necessários à sua formação, os quais abrangem múltiplas individualidades baseadas em interesses comuns. A associação através da convivência exterior paulatinamente vai se conformando em torno das “relações de conteúdo”. Com o passar do tempo, os círculos sociais se cruzam nos mais diversos ângulos dando corpo ao que o autor descreve como rede de contatos sociais. A quantidade de grupos amplia o campo de ação individual.

Em suas trocas, o CCJ estabelecia uma rede de trocas recíprocas – sociações –, como a observada com o Diretor do Departamento de Educação. As sociações se estreitam e ao mesmo tempo expandem os círculos sociais dos envolvidos, que passam a um processo de interação, onde, se percebe a colaboração mútua, para alcançar objetivos comuns. No relatório de 1941, o inspetor escolar descreve as atividades cívicas do ano anterior. De acordo com o documento, o CCJ homenageou diversos personagens destacados nos campos da política, literatura, arte e ciência. Muitos deles eram catarinenses como o artista plástico Vitor Meirelles e escritores como Virgílio Várzea e Cruz e Souza. As homenagens e celebrações serão analisadas mais afrente, mas cabe lembrar, que estes eventos cívicos eram prescritos e observados pela inspeção escolar.

Em uma relação de trocas constantes, os atritos deveriam aparecer eventualmente, mas estranhamente, o que mais povoa os relatórios e correspondências, são missivas contendo

mensagens de enaltecimento e comentários apologéticos. Eventualmente surgem documentos curiosos, como o ofício¹⁰⁰ enviado pelo Departamento de Educação em agosto de 1940. Nele, Elpídio Barbosa convida o CCJ, para

levar a efeito uma demonstração de educação física dos cursos primários e Instituto de Educação desta capital, que, provavelmente, deverá realizar-se por ocasião do Congresso de Geografia, convido a participar dessa demonstração, o Colégio ‘Sagrado Coração de Jesús’, que se acha sob vossa competente orientação. Aguardando uma breve resposta, apresento-vos protestos de alto apreço e elevada consideração. (SANTA CATARINA, SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR E JUSTIÇA, 1940)

O convite abre uma vitrine¹⁰¹ de oportunidades para a instituição, pois o evento realizado, entre os dias 7 e 16 de setembro, buscava reintroduzir encontros promovidos pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ), e que foram idealizados pelo catarinense José Boiteux¹⁰², um dos sócios, em 1908. A apresentação de Educação Física aponta para a observação do Decreto Lei 2012 citado anteriormente. Nele, o Art. 4º define que a prática da Educação Física deveria

ser ministrada de acordo com as condições de cada sexo, por meio da ginástica e dos desportos, terá por objetivo não somente fortalecer a saúde das crianças e dos jovens, tornando-os resistentes a qualquer espécie de invasão mórbida e aptos para os esforços continuados, mas também dar-lhes ao corpo solidez, agilidade e harmonia. Parágrafo único. Buscará ainda a educação física dar às crianças e aos jovens os hábitos e as práticas higiênicas que tenham por finalidade a prevenção de toda a sorte de doenças, a conservação do bem-estar e o prolongamento da vida. Será, neste particular, objeto de especial atenção o esclarecimento do papel que, na manutenção da saúde, desempenha a alimentação, e bem assim dos preceitos que sobre ela devam ser continuamente observados.

¹⁰⁰ SANTA CATARINA, Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, Departamento de Educação, Ofício 0843, Florianópolis, 1 de agosto de 1940.

¹⁰¹ Recorre-se a este sentido figurado para aludir a importância desses eventos, no que tange a exposição da instituição e promoção da mesma, através das atividades realizadas fora da escola. O colégio podia contar com um momento para apresentar seus trabalhos e estreitar relações com autoridades e outros convidados.

¹⁰² De acordo com Dantas (s/d), José Artur Boiteux (1865-1934), foi um catarinense, que após concluir seus estudos em humanidades, na cidade de Florianópolis, capital de Santa Catarina, seguiu para o Rio de Janeiro, onde cursou a Faculdade de Medicina. Na capital federal participou das campanhas abolicionista e republicana. Após a proclamação da República retornou ao estado natal para exercer cargos públicos (Secretário Geral do governo Lauro Müller, entre 1894-1896). Também exerceu mandatos como deputado estadual por Santa Catarina em sucessivas legislaturas. Entre 1900 e 1902 atuou como Deputado Federal, o que exigiu seu retorno ao Rio de Janeiro. Em 1911, se formou em Direito, no Rio de Janeiro. Foi nomeado secretário do Interior e Justiça do Estado, pelo Governador Hercílio Luz (1918 e 1922). Em 1922 recebeu nomeação para exercer os cargos de juiz de direito e desembargador do Tribunal de Justiça. Atuou como fundador do Instituto Politécnico de Santa Catarina (1917), da Academia Catarinense de Letras (1920) e da Faculdade de Direito de Santa Catarina (1932). Concomitante as atividades que desenvolveu como político e jurista, também se dedicou aos trabalhos pedagógicos e a literatura.

A prática da Educação Física era prescrita por lei e primava pelo bem-estar físico e mental. Jovens saudáveis e capazes de enfrentar os desafios dos tempos de guerra. O convite da autoridade estadual sugere, que o CCJ estava cumprindo as prescrições e as habilidades de ginástica das alunas eram merecedoras de serem apresentadas diante de outras autoridades. A apresentação também parece atender à necessidade do Departamento de Educação, de demonstrar o cumprimento de suas funções prescritoras e fiscalizadoras.

Ao que tudo indica, o primeiro Congresso tinha como objetivos, comemorar o 87º aniversário da independência do Brasil e fomentar os estudos geográficos. Por tradição, os eventos ocorriam preferencialmente na semana das comemorações da Independência do Brasil e contavam com estudiosos – majoritariamente ligados aos estudos geográficos –, políticos, militares, entre outros. Os congressos de Geografia, segundo os estudos de Evangelista e Cardoso (2011) sofreram uma interrupção em 1926 e foram retomados, em um segundo momento, no ano de 1940. Os encontros ofereciam visibilidade aos participantes e pouco rigor científico nos trabalhos apresentados. Na maioria dos eventos analisados pelos autores, observou-se um caráter informal e pouco criterioso, no que diz respeito a organização e publicação dos trabalhos. Os temas debatidos, na maioria das vezes atendiam a demandas políticas do momento. O encontro de 1940, por exemplo se tratava de um recomeço estimulado pelo governo Vargas, no intuito de promover uma geografia nacional.

A opção pelo estado de Santa Catarina como sede do evento não foi aleatória. A escolha respondia a demandas bastante específicas, fruto da instabilidade política internacional, já que naquele estado se concentravam numerosos núcleos de imigrantes europeus, com predominância expressiva de indivíduos de origem alemã, alvos da propaganda nazista no exterior. Além disso, pretendia-se também homenagear o idealizador desses encontros, o citado José Arthur Boiteux, em sua terra natal. (EVANGELISTA e CARDOSO, 2011, p. 93)

Segundo as autoras, o objetivo era promover um reencontro em uma região de intensa colonização estrangeira, e portanto, perigosa do ponto de vista nacionalista. À frente do Congresso estava o próprio Getúlio Vargas que procurava mobilizar o maior número possível de pensadores e autoridades diversas, a fim de estender ao evento magnitude de visibilidade. Durante a vigência do Estado Novo foram realizadas duas jornadas científicas, em Florianópolis (1940) e no Distrito Federal (1944). Como Florianópolis reintroduzia o evento no cenário nacional, a propaganda foi intensa e a pressão sobre o governo do Estado de Santa Catarina deve ter sido significativa. Qualquer falha colocaria em evidência dos organizadores e

participantes, e o momento político não se configurava para tolerar desastres e possíveis sabotagens.

O empenho do governo federal aponta para a tendência de ampliar o leque de justificativas, que pudessem ancorar o ideário nacionalista. Entre as várias áreas do conhecimento no período, a geografia de cunho nacionalista requeria, o retorno ao passado, para nele encontrar as concordâncias dos pontos em comum de uma suposta homogeneidade. Gomes (2007), ao estudar o período do Estado Novo, se dedica a analisar algumas políticas públicas implementadas pela administração Vargas. A opção pelo recorte proporcionou a problematização das políticas culturais, que pretendiam recobrir um pretense passado nacional brasileiro. Para a autora, as políticas públicas da época agiam na esfera cultural, ao propagar e fomentar princípios e condutas, que deveriam ser assimiladas pelo público, como pertencentes a todos, e dessa maneira, aceitos com uma identidade nacional. Para por estas políticas em cena, o governo fez uso de seu aparato burocrático, mobilizando mentes e interesses. Estas ações remetem, segundo a autora ao conceito de “cultura histórica” elaborado por Le Goff, que auxilia na compreensão, de como as sociedades se (re)apropriam da ideia de um passado comum e conciliador. O trabalho dos intelectuais em conjunção com o espaço político corrobora para a implementação do projeto nacionalista. Em troca, os atores se nutrem da visibilidade, reconhecimento e quem sabe, oportunidades financeiras que possam aparecer.

Contrariando as expectativas, o CCJ não demonstrou interesse em participar do evento, ao menos é o que os indícios apontam, através de um segundo ofício¹⁰³ enviado doze dias após o primeiro, o diretor do Departamento de Educação questiona a Irmã Bernwarda, diretora do colégio, sobre um silêncio inesperado. Na missiva, Elpídio Barbosa manifesta seu espanto

Senhora Diretora: apesar de meu convite, constante do ofício nr... 0843, de 1º do corrente, no qual solicitava uma resposta urgente, da participação ou não desse colégio na demonstração de educação física, até a presente data não obtive resposta. Em se tratando de uma festa cívica, estranho e lamento que não tenha em mãos uma solução, e venho pelo presente solicitar uma pronta resposta, lembrando-vos que o assunto... deverá ser diretamente tratado como este departamento. Saudações. (SANTA CATARINA, SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR E JUSTIÇA, OFÍCIO 1021)

¹⁰³ SANTA CATARINA, Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, Departamento de Educação, Ofício 1021, Florianópolis, 12 de agosto de 1940.

No arquivo escolar, as duas caixas, que algum dia guardaram as correspondências enviadas pelo CCJ estão vazias. Não se trata de um fato isolado, muitas caixas e pastas foram esvaziadas e o destino desses documentos é incerto. Os vazios do arquivo fazem parte da rotina de qualquer pesquisador. Exigir coerência ou seriação perfeita seria uma contradição, pois o arquivo não foi construído para contar uma trajetória linear e infalível. Não se deve esquecer, que os arquivos escolares construídos na época fazem parte de uma prescrição, que lhes conferiu uma materialidade pautada na escrituração. São antes de tudo documentos administrativos ordenados e guardados para serem conferidos e aferidos. Exigir dos arquivos escolares, uma narrativa histórica sem falhas, lhes despiria parcialmente de sua finalidade.

O arquivo escolar está alojado em uma sala permeada de sombras e vazios. Mostrar, esconder, retirar, apagar, destruir, transferir, vigiar, povoar de interrogações o que mereceu permanecer. As permanências acionadas na construção desta tese podem, por que não, fazer parte de uma narrativa esvaziada pela ação irresponsável de pesquisadores ou pela intenção de obliterar dos mantenedores do arquivo escolar. Os vazios e as sombras, que extrapolam os fenômenos físicos da propagação da luz, sugerem um arquivo interrompido e habitado por ações pedagógicas e administrativas, que não puderam ou mereceram visibilidade. Alguns ensaios de possíveis respostas enviadas aos órgãos estatais podem ser encontradas, em forma de rascunho, no verso alguns documentos examinados nesta investigação. No verso do segundo ofício, citado anteriormente e enviado à direção do CCJ ficou registrado um esboço da resposta enviada pela secretaria ao diretor do Departamento de Educação. Como se trata de um rascunho escrito a lápis, não foi possível comprovar se o colégio remeteu o documento, mas como também não foram encontrados mais ofícios questionando, nem congratulando a instituição, os indícios apontam, para uma provável adesão do colégio ao convite. A descrição rascunhada expõe que

Em resposta a vosso prezado ofício nº 0843, datado de 1º de agosto de 1940, venho comunicar-vos que o Colégio tomará parte na demonstração da Educação Física a ser realizada provavelmente por ocasião do Congresso de Geografia. Aproveito o ensejo para apresentar-vos os protestos de mui alta estima e distinta consideração.

O Jornal *O Estado* publicou no dia 06 de setembro de 1940, uma nota intitulada de IX Congresso de Geografia. O texto descreve que a abertura do evento acontecerá às nove horas, no edifício do Instituto de Educação¹⁰⁴, onde será constituída “a Mesa Diretora do Congresso, o credenciamento e distribuição do programa”. Para o período vespertino a programação previa

¹⁰⁴ Este edifício está localizado no centro de Florianópolis, na Rua Saldanha Marinho. Para quem não conhece a cidade, dista aproximadamente 200 metros da Catedral Metropolitana e a 600 metros do CCJ.

homenagens à José Boiteux, idealizador do evento¹⁰⁵. Infelizmente há um vazão de tiragens desse jornal o que talvez possa dificultar rastrear o andamento do Congresso. Não há como saber mais detalhes sobre a participação das alunas, pois em todas as outras tiragens do periódico são apresentadas informações resumidas sobre o evento. Também não foram encontradas informações pontuais sobre a participação do CCJ mas, a falta de documentos que demonstrem o contrário permite inferir que o colégio participou do Congresso de Geografia. Este fato não anula algumas questões sobre a demora da resposta da instituição ao Departamento de Educação. O acontecimento levanta algumas problematizações ligadas a possíveis falhas de comunicação da secretaria do colégio; falta de preparo de uma apresentação em um tempo reduzido; desconhecimento sobre o Congresso, que desde 1926 estava suspenso, ou quem sabe, problemas relativos aos organizadores, ou conteúdo dos temas debatidos. Abre-se dessa maneira, uma possibilidade para pesquisas futuras.

No arquivo há um encontro de desencontros, nem todos os documentos habitam nele, mas as ausências, aludem para um arquivo silenciado. O arquivo escolar visível é a amostra parcelar de uma totalidade. As sombras perpetradas ou acidentais, insinuam para uma ilusão desfeita em um espelho estilhaçado. Ao historiador cabe a tarefa de problematizar e buscar explicações possíveis para as forças que moveram este jogo de luz e sombras, que constitui o arquivo. Como sustentar uma trajetória sem desvios ou perturbações? Seria plausível uma instituição de ensino totalmente aderida? Os documentos analisados aqui, colaboram para desfazer qualquer ilusão de perfeição. As irmãs se esforçaram para acatar e colocar em prática as prescrições, mas, como era de se esperar, vez por outra, desenvolveram seu modo de operar e dissimular, pois o parecer não podia se desvincular do estar aderido a prescrição.

¹⁰⁵ Falecido em 1934.

5 O ARQUIVO QUADRO A QUADRO: A PRESENÇA DO ENSINO CONFSSIONAL NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS

A reunião de documentos analisados aqui suscita, em decorrência de seu manuseio a necessidade de analisá-los de maneira quantitativa. Os relatórios de inspeção, confeccionados sob o imperativo da lei, perenizaram em suas páginas amareladas pela passagem do tempo, dados estatísticos variados. As condições materiais desses papéis parecem mostrar uma intenção classificatória de seus idealizadores, construtores e arquivadores. Entretanto, mesmo previamente forjado, ou parcialmente prescrito por seus idealizadores que detêm o poder de arquivar, é possível, a partir desse arranjo documental, elaborar questões que permitam extrapolá-lo e buscar explicações além da tessitura aparente, que pretende produzir uma memória testemunhal. Os estudos de Farge (2009, p. 14), já citada anteriormente, oferecem caminhos de análise alternativos e que permitem ver o arquivo como “uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado”. Para a autora, os documentos oficiais, preferidos pelos historiadores, que os utilizam na maioria das vezes como testemunhas de uma tese que se pretende comprovar são tratados de maneira superficial. É preciso manter-se longe do “arquivo-reflexo” onde se colhem apenas informações e analisar os documentos com mais profundidade. A “Operação Historiográfica” exige um olhar do passado, a partir de um olhar datado no presente para desmembrá-lo, no intuito de afastar qualquer sombra totalizante e afirmar-se no particular ou diferença.

A partir da documentação acionada emergiram quadros e tabelas, que pretendem expor as informações de modo, que se torne possível ponderar sobre os dados. Longe de pretender reviver o passado com tal, a confecção desses instrumentos de análise visa oferecer quadros que possam quem sabe, colaborar para clarear algumas explicações sobre a escolarização catarinense entre as décadas de 1930 e 1940. Os critérios utilizados para efetuar a estatística de aproveitamento do curso ginásio feminino do CCJ sofreram alterações ao longo do tempo. Dessa maneira, para fins de análise, este estudo agrupou períodos cujos critérios adotados pela inspeção foram semelhantes, o que resultou em três períodos distintos: de 1939 a 1942, o segundo de 1943 a 1944, e o terceiro de 1945 a 1949.

5.1 PRIMEIRO QUADRO: PERÍODO: 1939 A 1942

Ao analisar os dados da Tabela 1, que apresenta o período entre 1939 e 1942, pode-se deduzir que o percentual de alunos promovidos foi de 93,2%, destes a maioria (55,6%) obtiveram média entre 61 e 80, os demais com médias 40 a 60 (21,6%) e 81 a 100 (22,8%).

Tabela 1 – Estatística de aproveitamento ginásio feminino CCJ de 1939 a 1942

GINÁSIO FEMINIO DO CCJ – FLORIANÓPOLIS ESTATÍSTICA DE APROVEITAMENTO ANO LETIVO	TOTAL 1939	TOTAL 1940	TOTAL 1941	TOTAL 1942	Total geral	Média período	Desempe- nho
Nº de alunas	186	180	195	200	761	190,25	
Nº de alunas promovidos	178	178	172	181	709	177,25	93,2%
Promovidas, média 40 a 60	42	38	45	28	153	38,25	21,6%
Promovidas, média 61 a 80	93	94	82	125	394	98,5	55,6%
Promovidas, média 81 a 100	43	46	45	28	162	40,5	22,8%
Prestaram provas finais	183	186	194	188	751	187,75	
Prestaram exame em 2ª época	5	2	7	11	25	6,25	
Habilitadas em 2ª época	5	1	6	11	23	5,75	
Promovidas com dependência	0	0	0	0	0	0	
Porcentagem de promovidas (1ª e 2ª épocas)	96%	96%	91,4%	95,7%		94,8%	
Porcentagem de inabilitadas (1ª e 2ª épocas)	4%	4%	8,6%	4,3%		5,2%	
Reprovadas	7	7	17	8	39	9,75	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados registrados nos relatórios de inspeção

Na Tabela 1, o crescimento do número de alunos matriculados no CCJ fica evidente, como também os 21,6%, que não conseguiram ultrapassar a média 60. Vale destacar a média de reprovação do período que ficou em torno dos 5,2%. As limitações impostas pelo arquivo, não permitem uma abordagem, que possa esclarecer os motivos das reprovações. Algumas correspondências administrativas sinalizam para possíveis fatores que levavam, as alunas a desistirem do curso, nos diferentes períodos analisados. No período, o CCJ recebeu correspondências cujo conteúdo tratava da reserva de vagas para o governo do Estado. Em 1940, por exemplo, um despacho¹⁰⁶ enviado pelo Departamento de Educação reservava três vagas para alunas no curso fundamental. Em 1941, através de uma transcrição de despacho¹⁰⁷, Elpídio Barbosa, ocupando o cargo de Superintendente Geral Interino do Ensino, encaminha para a diretora do colégio a seguinte mensagem:

¹⁰⁶ SANTA CATARINA, Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça. Departamento de Educação, Despacho n. 0409, de 12 de abril de 1940, que trata de reserva de vaga para aluna.

¹⁰⁷ SANTA CATARINA, Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça. Departamento de Educação, Despacho n. 00224, de 15 de janeiro de 1941, que trata de reserva de vaga para aluna.

para vosso conhecimento e para que sejam cumpridas as determinações nele contidas, abaixo transcrevo o despacho exarado pelo Exmo. Snr. Dr. Interventor Federal no Requerimento do snr. Aristeu Avila, funcionário estadual, solicitando uma vaga no Internato desse educandário para sua filha Gelda, que terminou o curso primário num dos grupos escolares desta capital: 'Ao Departamento de Educação para oficiar ao Instituto para reservar o lugar pedido. Em 15-1-41. Ass. NERÊU RAMOS'. A vaga a ser reservada correrá, em havendo lugar, pelas que são concedidas, conforme lei, ao Governo; estando estas já preenchidas, as despesas correrão por conta do Estado. (SANTA CATARINA, SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR E JUSTIÇA. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, DESPACHO N. 00224, 1941)

Este pedido de vaga foi atendido pelo colégio, pois um ofício¹⁰⁸ enviado ao colégio em 1942, agradece a acolhida a aluna, que na época frequentava o terceiro ano do ginásio. Como já foi dito anteriormente, não é possível precisar os motivos das reprovações, mas o CCJ recebia com frequência, alunas transferidas de outras escolas – públicas e privadas – cidades e Estados. Algumas dessas alunas provinham de escolas públicas, e talvez apresentassem alguma dificuldade de acompanhar as exigências disciplinares e curriculares. Nos relatórios de inspeção, alguns indícios parecem sinalizar para os possíveis motivos do fracasso escolar. Entre 1939 e 1942, o colégio emitiu 112 advertências decorrentes de comportamentos inadequados. São relatos de atrasos, comportamentos considerados reprováveis¹⁰⁹, geralmente provocados por ausências sem avisos ao colégio, saídas antecipadas, atritos com colegas, falta de uniforme, entre outros. As advertências, geralmente acompanhadas de punições – na maioria dos casos suspensões – foram enviadas aos pais das alunas. No relatório de inspeção, de 1940, o inspetor anexou um aviso sobre as questões disciplinares e alertou sobre a rigidez da instituição na observância do que estava estabelecido no regulamento. A disciplina era um dos critérios de avaliação e os inspetores, ao avaliarem a Diretora do CCJ, Irmã Bernwarda Michele, a descrevem da seguinte maneira:

Pouco temos a dizer da competência da Revma. Irmã Bernwarda Michele, Diretora do estabelecimento, depois dos honrosos documentos anexos. Diplomada por uma conhecida e afamada escola europeia, distinguida pelo Governo do Estado que a nomeou Professora de Literatura da Língua, da Escola Normal, com larga prática do magistério e exercendo a direção do 'Colégio Coração de Jesus', há mais de 20 anos, sua atuação tem elevado cada vez mais, o alto conceito em que é tido este educandário em todo o Sul do país. Sua elevada cultura, espírito disciplinador e apurados

¹⁰⁸ SANTA CATARINA, Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça. Departamento de Educação, Ofício n. 77, de 25 de fevereiro de 1942.

¹⁰⁹ Nos avisos enviados ao pais, não há detalhes que possam especificar ou tipificar os delitos cometidos pelas alunas

conhecimentos pedagógicos, fazem-na justamente acatada como figura de relevo entre os mais competentes e destacados educadores da mocidade patrícia. (SANTA CATARINA, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1940, P. 87)

A descrição do inspetor aponta para um texto, que ateste aos seus superiores, que a instituição fiscalizada está em consonância com a Reforma Francisco Campos. A reforma realizada no início do governo Vargas, como já foi anunciado anteriormente, estabeleceu oficialmente alterações no funcionamento do ensino secundário dividindo-o em dois ciclos e ampliou a seriação para cinco anos de duração. Além disso, a frequência se tornou obrigatória e um dos critérios para aprovação, que também passou a depender de um sistema avaliativo prescrito e detalhado. Tudo indica que a reforma, que reestruturou o trabalho dos inspetores escolares, pretendia dar mais organicidade ao ensino secundário e gerar estudantes preparados para responder as demandas do modelo econômico que se estabelecia na época. A necessidade era suprir as demandas profissionais no serviço burocrático e comercial, além dos novos eleitores alfabetizados como determinava a constituição republicana direcionou as ações políticas para a “produção, via instituição escolar, do novo homem, para a nova era, do progresso e da ordem, não qualquer homem, mas uma espécie muito particular: o cidadão republicano” (TEIVE, 2003, p.228). Desde a proclamação da República, as atividades comerciais se expandiram na cidade e as melhorias urbanas tornaram-se a pauta de muitos políticos. Durante a década de 1930, ocorreu a criação de novos postos de trabalho e a expansão de vagas, nos postos já existentes. As exigências, frente a um Estado que se pretendia moderno, exigia por outro lado, a formação de profissionais capazes de exercer as tarefas técnicas impostas pela burocracia estatal. Em Florianópolis, capital do Estado e predominantemente ligadas às atividades comerciais e ao funcionalismo público, ocorreu a expansão de uma classe média abastada e dotada de novas perspectivas de consumo. A ampliação do funcionalismo público e a expansão dos negócios expuseram as fragilidades do jovem estado republicano. Os estudos de Leal e Cunha (1991), já citadas anteriormente, demonstram que o estado republicano não estava preparado para suprir as exigências que sua instalação criava. Segundo as autoras,

a incapacidade ou má vontade do Estado em relação à educação pública, que se evidencia tanto na precariedade das escolas como na improvisação de professores, tornava quase ‘natural’ a busca, por parte das classes mais privilegiadas, de caminhos como os da escola conduzida por ordens religiosas, para a educação de seus filhos e filhas (LEAL E CUNHA, 1991, p.37).

A existência de escolas de confissão católica, reconhecidas pelo Estado autoritário e centralizador aponta para uma reciprocidade entre estado e catolicismo. Os colégios

concessionais representam a permanência da religião oficial do Império, nas entrelinhas da República, que constitucionalmente era laica. A Igreja Católica perdeu o posto de religião oficial e, os colégios particulares continuavam seus trabalhos com respaldo das famílias capazes de pagar pela educação religiosa, feminina e distintiva. O ensino secundário, preparatório para o curso superior continuou monopolizado pelos padres jesuítas do Colégio Catarinense, fruto de um acordo nada discreto, consolidado por Decreto Lei durante a década de 1920. Ao se deparar com as permanências religiosas, no governo Vargas, os estudos de Palma Filho (2005) descrevem um governo, que procurava apoio do catolicismo. A presença do CCJ, como também do Ginásio Catarinense¹¹⁰, entre as escolas particulares de referência na época sendo este último, o único de formação contínua e seriada no estado, simbolizava o adiamento do ensino laico idealizado por algumas vertentes políticas. Configurava-se dessa forma a presença de um monopólio privado sobre o ensino médio e a permanência do catolicismo em uma posição privilegiada e com forte adesão das famílias abastadas.

Nos jornais escolares também é recorrente o aviso de falecimento ou de convalescença das alunas. As ondas de gripe e paralisia infantil eram recorrentemente anotadas nos relatórios de inspeção. No relatório de Inspeção de 1939, o inspetor registrou a necessidade de remarcar as sabatinas regulamentares, que ocorreram durante o mês de setembro “Durante o mês de setembro do corrente ano, devido a gripe, pela forma que foram acometidas na época das sabatinas regulamentares, nove alunas foram impossibilitadas de fazê-las necessitando o colégio refazê-las em data posterior”. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1939, P. 43). É necessário frisar, que tais motivos não foram especificados com precisão. A partir dos relatórios de inspeção de períodos posteriores, nota-se o apontamento da quantidade de alunas que cancelavam a matrícula. Os motivos dos cancelamentos não foram encontrados e resta saber, se havia algum interesse de inventaria-los ou registrá-los no arquivo.

No período de 1939 a 1942, o Colégio buscava se adequar às alterações da legislação em vigor¹¹¹. O Decreto Federal estabelecido durante a administração do Ministro Francisco Campos, definiu os princípios de funcionamento do Curso Fundamental ou Ginásial. O curso abrangia, além do Curso Ginásial de cinco anos¹¹², o de admissão (pré-ginásial) no Curso

¹¹⁰ Atual Colégio Catarinense

¹¹¹ As legislações de referência materializadas no Decreto Federal n. 21241, de 4 de abril de 1932 (Reforma Francisco Campos); e do Decreto estadual 713 (Reforma Trindade), de 5 de janeiro de 1935, que foi alterado posteriormente, através do Decreto Lei Estadual de 2 de março de 1939.

¹¹² Equivalente aos cinco anos ou séries do segundo ciclo do curso fundamental atual estabelecido pela Lei Ordinária 11274/2006.

Normal. Parte do processo de concessão foi registrado no relatório do exercício de 1934, nele os registros permitem constatar, que todo o processo de reconhecimento dependia dos pareceres e registros elaborados pelos inspetores de educação. Para facilitar a compreensão da dinâmica da instituição, vale destacar a descrição, elaborada pelos inspetores durante a verificação de 1941:

Em 1935 criou o Colégio ‘Coração de Jesus’ a secção: ginásio feminino à qual foi concedida a inspeção preliminar por despacho do sr. Ministro da Educação e Saúde pública, datado de 24 de dezembro do mesmo ano, desde quando vem funcionando regularmente sob o mesmo regime. Junto ao relatório de abril do ano de 1938, enviado pelo inspetor: Octavio da Silveira Filho, foi apresentada à Divisão de Ensino Secundário – a ficha de revisão de classificação e que julgada foi APROVADA – classificando-se o estabelecimento com nota BOM, obtendo 8.896 pontos. Tivemos oportunidade de verificar e podemos atesta que o Colégio ‘Coração de Jesus’, durante o regime de inspeção preliminar, observou fielmente e satisfez todos os itens do art. 53 do decreto 21.241, de 4 de abril de 1932. (SANTA CATARINA, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1941, P. 8)

O Decreto Federal de 1932, através do Art. 50. Reconhecia o CCJ como estabelecimento de ensino oficial – capaz de expedir certificados de habilitação, válidos para os fins legais, aos alunos neles regularmente matriculados – se observasse as seguintes condições:

Art. 51. A concessão de que trata o artigo anterior será requerida ao Ministério da Educação e Saúde Pública, que fará examinar em verificação prévia pelo Departamento Nacional do Ensino, as condições do estabelecimento, o qual deverá satisfazer os seguintes requisitos essenciais:

- I. Dispor de edifício, instalações e material, didático em acordo com as normas estabelecidas pelo Departamento Nacional do Ensino e aprovadas pelo Ministro da Educação e Saúde Pública.
- II. Ter corpo docente inscrito no registo de professores.
- III. Manter na sua direção, em exercício efetivo, pessoa de notória competência e irrepreensível conduta moral.
- IV. Oferecer garantias financeiras bastantes para o funcionamento durante o período mínimo de dois anos.
- V. Obedecer à organização didática e ao regime escolar estabelecidos neste decreto.

Nos relatórios, o edifício escolar é descrito nos seus pormenores, juntamente com fotografias, que tendem a atuar como instrumento de prova ou testemunha. O uso da fotografia, tanto pelo estabelecimento de ensino, quanto pelos inspetores sugere, que cumpriam concomitantemente as funções de atestar o cumprimento das determinações legais por parte do colégio e a comprovação de que a inspeção foi feita. Numa dessas fotografias, o próprio inspetor Otavio da Silveira Filho foi registrado (Figura 22), em atividade de verificação.

Figura 22 - Inspetor Otavio da Silveira Filho na Secretaria do CCJ, em 1940



Fonte: Foto anexada ao relatório de Inspeção de 1940
Arquivo do Colégio Bom Jesus/Coração de Jesus (2016)

O corpo docente também foi detalhado nos relatórios, que revelam um quadro profissional constituído majoritariamente por mulheres (Quadro 4). Nos relatórios de inspeção eram registrados os nomes dos professores, as séries em que lecionavam e quais as suas disciplinas. No relatório de 1941, por exemplo a lista foi descrita da seguinte maneira:

Quadro 4 – Relação professor-disciplina em 1941

Primeira Série		
Matérias	Nome do Professor	Nº de Registro
Português	Irmã Célia Leal	5550
Francês	Irmã Eduviges Weissen	5806
História	Irmã Célia Leal	5550
Geografia	Irmã Célia Leal	5550
Matemática	Dorotea Voss	12210
Ciências	Dorotea Voss	12210
Desenho	Irmã Edeltrud Dendhoff	Auxiliar
Música	Irmã Eduviges Weissen	5549

Educação Física	Sarg. João Francisco Rosa	381
-----------------	---------------------------	-----

Segunda Série		
Matérias	Nome do Professor	Nº de Registro
Português	Irmã Constança Francisconi	13906
Francês	Elisabete Moellmann	4269
Inglês	Elisabete Moellmann	4269
História da Civilização	Irmã Constança Francisconi	13906
Geografia	Dorothea Voss	12210
Matemática	Dorothea Voss	12210
Ciências	Dorothea Voss	12210
Desenho	Irmã Edeltrud Dendhoff	Auxiliar
Música	Irmã Eduviges Weissen	5549
Educação Física	Sarg. João Francisco Rosa	381

Terceira Série		
Matérias	Nome do Professor	Nº de Registro
Português	Irmã Célia Leal	5550
Francês	Irmã Eduviges Weissen	5806
Inglês	Irmã Eduviges Weissen	5806
História da Civilização	Irmã Constança Francisconi	13906
Geografia	Irmã Constança Francisconi	13906
Matemática	Paula Fleige	4268
Física	Paula Fleige	4268
Química	Paula Fleige	4268
História Natural	Ignes Kock	5431
Desenho	Irmã Antonieta Zimmermann	Auxiliar
Música	Irmã Eduviges Weissen	5806
Educação Física	Sarg. João Francisco Rosa	381

Quarta Série		
Matérias	Nome do Professor	Nº de Registro
Português	Irmã Célia Leal	5550
Francês	Irmã Eduviges Weissen	5806
Inglês	Irmã Eduviges Weissen	5806
Latim	Elisabete Moellmann	4269
História da Civilização	Irmã Constança Francisconi	13906
História do Brasil	Irmã Constança Francisconi	13906
Geografia	Irmã Constança Francisconi	13906

Matemática	Irmã Eduviges Weissen	5806
Física	Irmã Eduviges Weissen	5806
Química	Irmã Eduviges Weissen	5806
História Natural	Ignes Kock	5431
Canto Orfeônico	Cantora Ondina S. Gheur	Auxiliar
Música	Irmã Eduviges Weissen	5806
Educação Física	Sarg. João Francisco Rosa	381
Deseenho	Irmã Antonieta Zimmermann	Auxiliar

Quinta Série		
Matérias	Nome do Professor	Nº de Registro
Português	Irmã Célia Leal	5550
Latim	Elisabete Moellmann	4269
História da Civilização	Irmã Constança Francisconi	13906
História do Brasil	Irmã Constança Francisconi	13906
Geografia	Irmã Constança Francisconi	13906
Matemática	Paula Fleige	4268
Física	Paula Fleige	4268
Química	Paula Fleige	4268
História Natural	Ignes Kock	5431
Desenho	Irmã Antonieta Zimmermann	Auxiliar
Música	Cantora Ondina S. Gheur	Auxiliar
Música	Irmã Eduviges Weissen	5806
Canto Orfeônico	Cantora Ondina S. Gheur	Auxiliar
Educação Física	Sarg. João Francisco Rosa	381

Fonte: Arquivo do Colégio Bom Jesus Coração de Jesus

O currículo pode ser entendido como um dispositivo de subjetivação e emerge, em um determinado contexto social e cultural. Buscar compreender a sua história consiste em um exercício de interpretação e entendimento do processo pelo qual setores sociais, em determinado tempo e lugar, selecionam, organizam e distribuem conhecimentos através das instituições educativas. O currículo obrigatório traçado pela referida reforma deixa claro, que o ensino secundário não era para pessoas, sem refinamento intelectual e a quantidade de disciplinas exigidas parece, em um primeiro olhar, atender a uma parcela mais abastada da população. Os estudos de Nascimento (2007, p. 81) descrevem uma reforma necessária e pouco eficaz, no tocante a escolarização mais ampla da população, pois

apesar do aspecto positivo de ter organizado o ensino secundário, esteve aquém das expectativas para o período pós- 1930, que experimentou um crescimento vertiginoso da população nas cidades e das indústrias. O caráter enciclopédico de seus programas e os níveis de exigências para a aprovação tornava o ensino secundário uma educação para a elite

No caso do CCJ, este ensino era majoritariamente ministrado por professoras freiras, pertencentes a Congregação da Divina Providência. Um ensino destinado às mulheres das classes mais abastadas, ministrado por religiosas católicas. Desde sua fundação, a prioridade era a educação de mulheres e, durante a década de 1930, a instituição deu mais alguns passos para se consolidar no campo educacional catarinense. O funcionamento do Ginásio Feminino decorria de uma prescrição estatal. Conforme previsto na Lei “Francisco Campos”, no seu Art. 1º determina que o ensino secundário, oficialmente reconhecido, será ministrado no Colégio Pedro II e em estabelecimentos sob o regime de inspeção oficial. O Colégio Pedro II, servia como modelo para que o Estado ancorasse o funcionamento das demais instituições espalhadas pelo país. O Art. 2º, da referida lei explana que o ensino secundário compreenderá dois cursos seriados: fundamental e complementar. O fundamental se divide em cinco anos e o complementar (que seria o equivalente ao ensino médio atual), que se dividia em dois anos preparatórios para o ensino superior. Aos professores cabia a função de instruir o cidadão novo, de acordo com a perspectiva política nacional, cultivando nos alunos a preocupação com a disciplina, com a saúde física e com o cultivo de sentimentos cívicos e morais dignos de louvor. Não se trata de uma inovação no que se refere ao controle estatal, pois algumas destas exigências já eram praticadas durante a década de 1920. A alteração parece estar na ênfase dada à observância das prescrições estatais. De acordo com os estudos de Palma Filho (2005) as novas propostas educacionais primavam pela qualidade do ensino secundário (atual ensino médio) e acabaram por acirrar posições distintas em um contexto de polarização econômica e social. A pauta dos debates fomentados por intelectuais de diferentes vertentes ideológicas girava em torno de assuntos educacionais que necessitavam de aprofundamento.

Ao analisar o CCJ, durante o início do século XX, Dallabrida (2005) conclui que, a instituição católica era a única a praticar a educação exclusivamente voltada para o público feminino. Outras sete instituições também ministravam o ensino secundário – quatro exclusivamente masculinos e três praticantes da co-educação. De acordo com o autor,

na primeira metade do século XX, o Colégio Coração de Jesus consolidou-se como um educandário feminino de referência em Florianópolis e no Estado de Santa Catarina. Ele se voltou especialmente para as filhas das elites e partes das classes médias catarinenses, que procuravam letramento e disciplinamento distintivos. As moças de famílias do interior do Estado de Santa Catarina eram matriculadas no

internato do colégio, que se notabilizou pela rigidez e polimento germânicos e pelo estímulo ao aprendizado de afazeres artísticos, particularmente a música clássica. DALLABRIDA (2005, P. 107)

O CCJ fazia parte dos estabelecimentos de ensino secundários, que de acordo com a lei poderia ser mantido por Governo estadual, municipalidade, associação ou particular, observadas as condições abaixo prescritas. Ao mesmo tempo que ministrava as disciplinas previstas pela legislação, o colégio buscava transmitir e pôr em ação um conjunto de procedimentos de ação, que visavam disciplinar corpos, organizar o tempo, vigiar atitudes e comportamentos. Tudo se organizava em torno de cronogramas, que propendiam a imprimir um ritmo disciplinar de obediência e distante de comportamentos lascivos. Este ritmo autoritário imprimia um modo de trabalho escolar burguês nas alunas, o qual, era mais intenso no regime de internato. Ao estudar as ações da Igreja Católica durante o governo Vargas, durante a década de 1930, Azzi (2007) afirma que o a adesão ao fortalecimento do conceito de autoridade foi uma das estratégias do episcopado nacional, pois via nesse modelo de ação, uma maneira de garantir seus interesses.

Dentro dessa perspectiva, quanto mais forte fosse o governo, maiores possibilidades de êxito teria a hierarquia católica em suas aspirações. Por essa razão, uma das preocupações do episcopado nessa época era auxiliar o fortalecimento do conceito de autoridade. Para uma Igreja declaradamente autoritária, nada melhor do que o apoio de um governo que se apresentasse do mesmo estilo. E esse apoio político era indispensável para que a Igreja pudesse obter as metas desejadas. 4. Nesse contexto, a harmonia entre Igreja e Estado era não apenas um ponto aceitável, mas até muito desejado. Mediante a conjugação dos dois poderes, civil e eclesiástico, mais facilmente as diretrizes cristãs poderiam ser propostas, e de certo modo até impostos à sociedade brasileira. Na mente do episcopado, o apoio dos dirigentes do país facilitaria introduzir na legislação as reivindicações católicas. (AZZI, 2007, p. 84)

Os colégios católicos eram na sua maioria restritos ao público pagante e ministravam um ensino de inclinação conservadora e capaz de formar novos quadros profissionais, como também cidadãos e cidadãs distintos. Na concepção de Dallabrida (2005), em Florianópolis,

os colégios católicos converteram-se em instituições formais das elites, que tinham uma nítida divisão de gênero, pois as meninas/moças formavam-se no curso normal e/ou secundário do Colégio Coração de Jesus, enquanto os meninos/rapazes cursavam o ensino secundário no Ginásio Catarinense. Esses colégios internos, dirigidos por congregações católicas de ascendência alemã, consolidaram-se nas primeiras décadas do século XX e se converteram em educandários de referência não somente em Florianópolis, mas no Estado de Santa Catarina. (DALLABRIDA, 2005, P. 110)

Além do curso ginásial, o CCJ possuía outras modalidades de ensino: Jardim de Infância (dividido em 1ª, 2ª e 3ª séries), para crianças de 4 a 7 anos e de ambos os sexos; o Curso Primário

(dividido em 1^a, 2^a e 3^a e 4^a séries); o Curso de Letras, e o Normal (dividido em 1^a e 2^a séries). Toda a organização desses cursos estava regulamentada pelo Decreto-Lei n. 306, de 2 de março de 1939, que reorganiza os Institutos de Educação do Estado. O ensino primário fundamental, organizado nos moldes do ginásio e destinado a preparar para o curso Normal. De acordo com o texto do Decreto, no seu art. 45, a concessão para funcionamento das escolas era emitida pelo Ministro da Educação e Saúde Pública, que por meio da verificação efetuada pelo Departamento Nacional do Ensino se o estabelecimento satisfaz as condições essenciais de: instalações físicas conforme as determinações legais, corpo docente registrado, possuir regulamento aprovado pelo Departamento Nacional do Ensino e oferecer garantias de funcionamento adequado pelo prazo de dois anos. Nos dois anos após o pedido de reconhecimento estatal, a instituição, deveria pagar a taxa de inspeção, para poder funcionar em “regime de inspeção preliminar”.

Tabela 2 – Número de alunas por série no ginásio feminino CCJ de 1939 a 1942

ESTATÍSTICA DO CCJ					
Cursos	Ano	1939	1940	1941	1942
Curso Fundamental (Ginasial)	1 ^o	47	45	46	48
Curso Fundamental (Ginasial)	2 ^o	36	40	45	46
Curso Fundamental (Ginasial)	3 ^o	40	35	43	44
Curso Fundamental (Ginasial)	4 ^o	32	31	26	28
Curso Fundamental (Ginasial)	5 ^o	31	29	33	34

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados registrados nos relatórios de inspeção

A Tabela 2 demonstra a distribuição das alunas no curso ginásial, de acordo com a série. Os dados permitem inferir que, durante os primeiros anos da Segunda Guerra Mundial, a variação do número de alunas não foi expressiva e indica uma provável estabilidade da instituição. Mesmo em um contexto de crise, que colocava em cheque a presença das comunidades estrangeiras, o colégio continuou em atividade com ligações europeias – nesse caso, as irmãs pertencentes a Congregação da Divina Providência, cuja sede se localizava na Alemanha. O colégio conseguiu atravessar o período da guerra sem registros que demonstrem sinais de represália ou punição severas. Tudo aponta para uma instituição reconhecida e legitimada pelo Estado e pelas famílias que podiam pagar pelo ensino. Desde 1935, data da criação do curso ginásial, ao qual foi concedida a inspeção preliminar, o CCJ buscava atender às exigências legais, para receber a inspeção permanente. A conquista foi registrada no relatório de inspeção de 1941, onde os inspetores descreveram que tiveram

a oportunidade de verificar e podemos atestar que o colégio ‘Coração de Jesus’, durante o regime de inspeção preliminar, observou fielmente e satisfaz todos os itens do art. 53 do decreto 21.241, de 4 de abril de 1932. Pelo aferido verificamos que a

situação do colégio foi de 'progressivos melhoramentos' (SANTA CATARINA, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1941, P. 8)

5.2 SEGUNDO QUADRO: PERÍODO: 1943 A 1944

O próximo período analisado foi de 1943 a 1944 (Tabela 3). O aproveitamento foi de 81,3%, inferior ao período anterior. Isso pode ter sido influenciado pela alteração da média mínima exigida para aprovação que passou de 4,0 para 5,0, o que gerou aumento no índice de reprovação o que pode ser comprovado no Gráfico 3. O percentual promovido com média entre 6,0 e 8,9 foi de 80,1%, de 5,0 a 5,9 foi de 11,6%, com média máxima entre 9,0 e 10,0 o valor ficou em 8,2%.

Tabela 3– Estatística de aproveitamento ginásio feminino CCJ de 1943 a 1944

GINÁSIO FEMINIO DO CCJ – FLORIANÓPOLIS ESTATÍSTICA DE APROVEITAMENTO ANO LETIVO	TOTAL 1943	TOTAL 1944	Total geral	Média período	Desempe nho
Nº de alunas	167	192	359	180	
Nº de alunas promovidas	148	144	292	146	81,3%
Promovidas, média 5,0 a 5,9	17	17	34	17	11,6%
Promovidas, média 6,0 a 8,9	120	114	234	117	80,1%
Promovidas, média 9,0 a 10,0	11	13	24	12	8,2%
Prestaram provas finais	157	167	324	162	
Prestaram exame em 2ª época	7	10	17	8,5	
Habilitadas em 2ª época	5	9	14	7	
Promovidas com dependência	4		4	2	
Porcentagem de promovidas (1ª e 2ª épocas)	89,4%	80,9%		85,2%	
Porcentagem de inabilitadas (1ª e 2ª épocas)	31,7%	19,2%		25,4%	
Reprovadas	50	32	82	41	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados registrados nos relatórios de inspeção

Se faz necessário analisar os dados do quadro acima sob as exigências do Decreto-lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942, também conhecido como Lei Orgânica do Ensino Secundário. De acordo com essa lei, o ensino secundário pretendia dar continuidade ao primário, e preparar o educando para os cursos universitários, promovendo a formação espiritual, a consciência patriótica e a consciência humanística. O secundário deveria ser ministrado em dois ciclos compostos pelo curso ginásial e por um segundo, que compreendia dois cursos paralelos: o

curso clássico e o curso científico. O curso ginásial ficou um ano mais curto englobando quatro séries. Os dois cursos do segundo ciclo se organizavam em três anos cada, sendo o curso clássico, ganhou um caráter mais humanístico, voltado para a formação em filosofia e letras antigas; e o curso científico, marcado por um estudo mais direcionado para as ciências. As instituições de ensino que ministrarem o ginásial ganhariam a nomenclatura de Ginásio e as que conseguissem ministrar também, os dois cursos do segundo ciclo passariam a ser chamadas de Colégio. O CCJ permaneceu com o ginásial, pois os cursos do segundo ciclo eram monopolizados, por decreto estadual, pelo Ginásio Catarinense, que, a partir de 1943 passou a se chamar Colégio Catarinense.

O Colégio Coração de Jesus, ministrava o curso ginásial, fato que estava previsto na lei:

Art. 25. Serão observadas, no ensino secundário feminino, as seguintes prescrições especiais: 1. é recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina. 2. Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, será a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério de Educação. 3. Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginásial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a disciplina de economia doméstica. 4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar. (BRASIL, DECRETO N° 4.244, de 9 de abril de 1942)

As diversas correspondências enviadas ao colégio e os pareceres dos inspetores oferecem pistas de uma rede de intenções sociais e políticas. Estudar no CCJ, no centro da capital do Estado, em 1942 pode ser entendido como um privilégio, das famílias ao materializar e dar a ver o seu sucesso social, seu investimento em educação. Para as alunas, pertencer a um grupo “distinto” capaz de pagar pelo acesso a formação escolar. Mulheres de bem, imbuídas da missão de formar, educar e preparar os futuros cidadãos, para a vida no Estado republicano. Assim como os heróis que deveriam se doar pela pátria, às normalistas era delegada a missão de se dedicar ao ensino. O decreto prescreve que as instituições de ensino com ensino misto eram aceitáveis, mas sugere que as instituições exclusivamente femininas eram preferíveis e recomendadas. O decreto, no corpo do Artigo 21 também previa o ensino religioso descrito e a vinculação do governo Vargas ao catolicismo, que insistia em permanecer no campo educacional. A legislação reafirma o caráter patriarcal da sociedade do Estado Novo e coloca em evidência, a força do catolicismo no cenário nacional. Ao estudar o impacto desta legislação no cotidiano do CCJ, na década de 1940, Garcia (2008, p. 213)

O modelo educativo adotado pelo Ginásio Feminino fazia com que essas moças em geral acatassem a representação da mulher que lhes impunha a sociedade. Os

princípios religiosos e morais que lhes eram inculcados – fundados no sentimento de culpa – as faziam se sentir responsáveis não só pelo patrimônio econômico e cultural da família, mas também pela salvação das almas de seus familiares. Elas deviam influenciar seus maridos nas suas atividades, eram responsáveis pela educação de seus filhos e até mesmo pela conduta moral de suas empregadas.

A legislação continua a prescrever a formação da mulher obediente, temente a Deus e distante dos desvios, que poderiam colocar em cheque sua reputação de mulher casta e disciplinada. No relatório de inspeção de 1941, o inspetor descreve, conforme previsto em lei, a “competência da Diretora do Estabelecimento”. Segundo o documento, a Irmã Bernwarda, não requer muita descrição, pois suas competências já haviam sido descritas nas inspeções anteriores. A diretora, segundo a inspeção possuía formação superior em uma “afamada e conhecida escola europeia”¹¹³ e lecionava a disciplina de Literatura da Língua (Escola Normal). Possuía experiência no campo educacional e lecionava na instituição há mais de vinte anos. Não resta dúvida aos inspetores sobre sua capacidade administrativa, “elevada cultura e espírito disciplinador”. O relatório descreve a religiosa como uma “figura de relevo entre os mais competentes e destacados educadores da mocidade patricia” (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1941, P. 87). O relatório faz menção a formação da Irmã Bernwarda Michele, que possuía um diploma expedido pelo Konigliches Katholisches Schullehrerinnen Seminar, Xatem, Alemanha. Segundo documentação do arquivo, a diretora do CCJ também possuía formação em Pedagogia e Didática.

5.3 TERCEIRO QUADRO: PERÍODO: 1945 A 1949

No último período analisado de 1945 a 1949 (Tabela 4), houve novamente alterações nas médias exigidas as quais foram ampliadas para cinco faixas ao invés de três como nos períodos anteriores aqui apresentados. Outro elemento incluído na estatística deste período foram os cancelamentos de matrícula, além de maior detalhamento de alunas que prestaram exames de primeira e segunda época. Houve incremento na promoção das alunas (88,7%) em relação ao período anterior, contudo ficou abaixo do primeiro período analisado.

Com relação às médias nesse período, verifica-se a maior concentração (30,4%) na faixa de 6,0 a 6,9, seguida da 29,1% na faixa subsequente 7,0 a 7,9, o que denota que 59,5% das

alunas obtiveram média entre 6,0 e 7,9. O menor percentual (7%) ficou na média entre 9,0 e 10,0, seguido de 12,4% entre 5,0 e 5,9 e 21,1% entre 8,0 e 9,0 (Tabela 4).

Tabela 4 – Estatística de aproveitamento ginásio feminino CCJ de 1945 a 1949

GINÁSIO FEMINIO DO CCJ – FLORIANÓPOLIS ESTATÍSTICA DE APROVEITAMENTO ANO LETIVO	TOTAL 1945	TOTAL 1946	TOTAL 1947	TOTAL 1948	TOTAL 1949	Total geral	Média período	Desemp enho
Nº de alunas	266	334	388	347	393	1728	345,6	
Nº de alunas promovidas de séries	240	277	333	332	350	1532	306,4	88,7%
Nº de alunas reprovadas em exames	14	56	23	38	11	142	28,4	
Nº de alunas não prestaram exames	2	4	1	4	0	11	2,2	
Nº de alunas cancelaram matrícula	10	0	9	5	9	33	6,6	1,9%
Promovidas, média 5,0 a 5,9	37	37	39	51	26	190	38	12,4%
Promovidas média, 6,0 a 6,9	56	86	101	121	101	465	93	30,4%
Promovidas média, 7,0 a 7,9	70	81	100	79	116	446	89,2	29,1%
Promovidas, média 8,0 a 8,9	56	52	67	65	84	324	64,8	21,1%
Promovidas, média 9,0 a 10,0	21	21	26	16	23	107	21,4	7,0%
Prestaram exames 1ª época	254	333	379	385	382	1733	346,6	
Aprovadas exames 1ª época	230	249	306	299	326	1410	282	
Reprovadas exames 1ª época	24	84	73	86	16	283	56,6	
Porcentagem promovidas 1ª época	91,2%	76,2%	82,6%	78,6%	85,3%		82,8%	
Porcentagem reprovadas 1ª época	8,9%	23,8%	17,4%	21,4%	4,2%		15,1%	
Prestaram exames 2ª época	12	31	54	62	35	194	38,8	
Aprovadas exames 2ª época	11	28	49	48	24	160	32	
Reprovadas exames 2ª época	1	3	5	14	11	34	6,8	
Porcentagem promovidas 2ª época	93,8%	93,6%	93,1%	82,5%	68,6%		86,3%	
Porcentagem reprovadas 2ª época	6,3%	6,5%	6,9%	17,6%	31,4%		13,7%	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados registrados nos relatórios de inspeção

Com o intuito de comparar a promoção e a média das alunas em dois períodos estudados (1943 a 1944 e 1945 a 1949), reagruparam-se as médias a fim de padronizar as faixas nesses anos. Tendo em vista que o primeiro período apresentava média mínima 40, optou-se por excluí-lo. Tal procedimento resultou na Tabela 5, a qual demonstra que a promoção das alunas atingiu 87,4%. Destaca-se a média de 6,0 a 8,9 com 80,5% das alunas.

Tabela 5 – Promoção de alunas e médias ginásio feminino CCJ de 1943 a 1949

GINÁSIO FEMINIO DO CCJ – FLORIANÓPOLIS ESTATÍSTICA DE APROVEITAMENTO ANO LETIVO	TOTAL 1943	TOTAL 1944	TOTAL 1945	TOTAL 1946	TOTAL 1947	TOTAL 1948	TOTAL 1949	Total geral	Média período	Desemp enho
Nº de alunas	167	192	266	334	388	347	393	2087	298,14	
Nº de alunas promovidas	148	144	240	277	333	332	350	1824	260,57	87,4%
Promovidas, média 5,0 a 5,9	17	17	37	37	39	51	26	224	32	12,3%
Promovidas, média 6,0 a 8,9	120	114	182	219	268	265	301	1469	209,86	80,5%
Promovidas, média 9,0 a 10,0	11	13	21	21	26	16	23	131	18,71	7,2%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados primários

A partir de 1947 o CCJ passa a oferecer o curso científico. A Tabela 6 apresenta a estatística de aproveitamento desse curso no período de 1947 a 1949.

Tabela 6 – Estatística de aproveitamento científico CCJ de 1947 a 1949

CURSO CIENTÍFICO FEMININO DO CCJ – FLORIANÓPOLIS ESTATÍSTICA DE APROVEITAMENTO ANO LETIVO	TOTAL 1947	TOTAL 1948	TOTAL 1949	Total geral	Média período	Desempe nho
Nº de alunas	9	24	46	79	26,3	
Nº de alunas promovidas de séries	9	22	37	68	22,7	86,1%
Nº de alunas reprovadas em exames		1	1	2	0,7	
Nº de alunas não prestaram exames		1	7	8	2,7	
Nº de alunas cancelaram matrícula		1	7	8	2,7	10%
Promovidas, média 5,0 a 5,9	2	4	5	11	3,7	16,2%
Promovidas média, 6,0 a 6,9	3	2	10	15	5,0	22,1%
Promovidas média, 7,0 a 7,9		3	9	12	4,0	17,6%
Promovidas, média 8,0 a 8,9	3	10	10	23	7,7	33,8%
Promovidas, média 9,0 a 10,0	1	3	3	7	2,3	10,3%
Prestaram exames 1ª época		24	39	63	21,0	
Aprovadas exames 1ª época		21	34	55	18,3	
Reprovadas exames 1ª época		3	1	4	1,3	
Porcentagem promovidas 1ª época	88,9%	90,0%	87,2%		88,7%	
Porcentagem reprovadas 1ª época	11,1%	10,0%	2,6%		7,9%	
Prestaram exames 2ª época	1	2	4	7	2,3	
Aprovadas exames 2ª época	1	1	3	5	1,7	
Reprovadas exames 2ª época		1	1	2	0,7	
Porcentagem promovidas 2ª época	100,0%	50,0%	75,0%		75,0%	
Porcentagem reprovadas 2ª época		50,0%	25,0%		25,0%	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados registrados nos relatórios de inspeção

Conforme os dados organizados na Tabela 6, a promoção das alunas foi de 86,1%. Vale destacar o cancelamento de matrícula efetuado por 10% das alunas, o que é bem superior ao índice medido no ginásio (1,9%) no período de 1945 a 1949. O maior percentual das alunas (33,8%) obteve média entre 8,0 e 8,9. Em comparação com o ginásio, mais alunas ficaram na faixa de 5,0 a 5,9 (16,2%), por outro lado as médias do científico a partir de 9,0 foram superiores (10,3%).

Outro elemento analisado nas estatísticas apresentadas pela inspeção diz respeito à evolução do número de alunas ao longo dos anos (1939 a 1949). Os dados referentes a próxima Tabela 7 e o Gráfico 1 demonstram tal evolução no curso ginásio. No referido período, três anos (1940, 1943 e 1948) não apontaram crescimento na quantidade de alunas ingressantes. Os demais anos denotam crescimento, sendo o mínimo de 102,6% e o máximo de 138,5%. A maior queda ocorreu em 1943, isso pode ser explicado pelo fato do ano de 1942 apresentar o maior

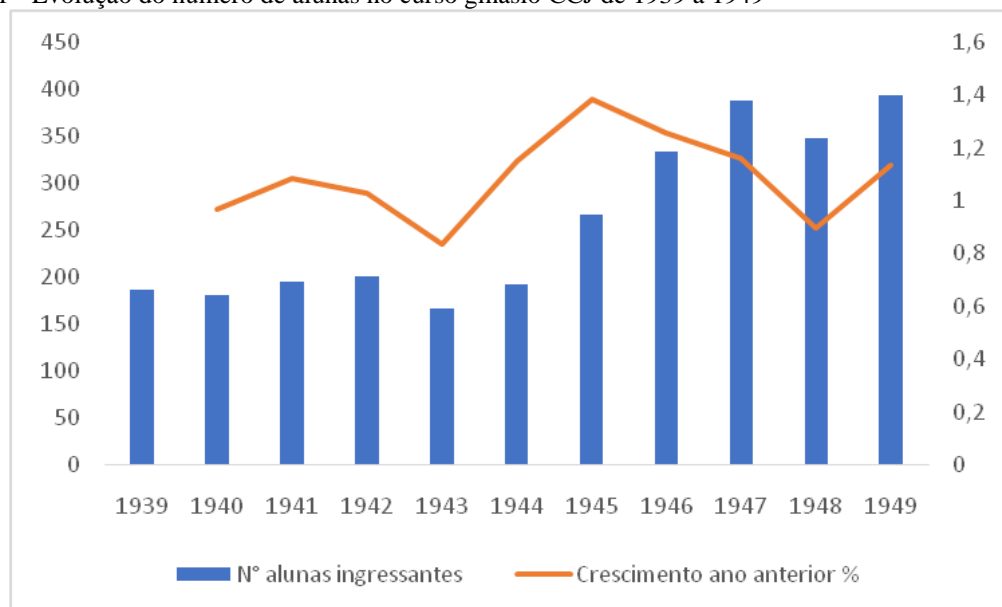
índice de reprovação (29,9%) do período estudado (Gráfico 1), haja vista a elevação da nota mínima para aprovação de 40 para 5,0.

Tabela 7 – Evolução do número de alunas no curso ginásio CCJ de 1939 a 1949

Ano	Nº alunas ingressantes	Crescimento ano anterior %
1939	186	
1940	180	96,8%
1941	195	108,3%
1942	200	102,6%
1943	167	83,5%
1944	192	115,0%
1945	266	138,5%
1946	334	125,6%
1947	388	116,2%
1948	347	89,4%
1949	393	113,3%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados primários

Gráfico 1 - Evolução do número de alunas no curso ginásio CCJ de 1939 a 1949



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados primários

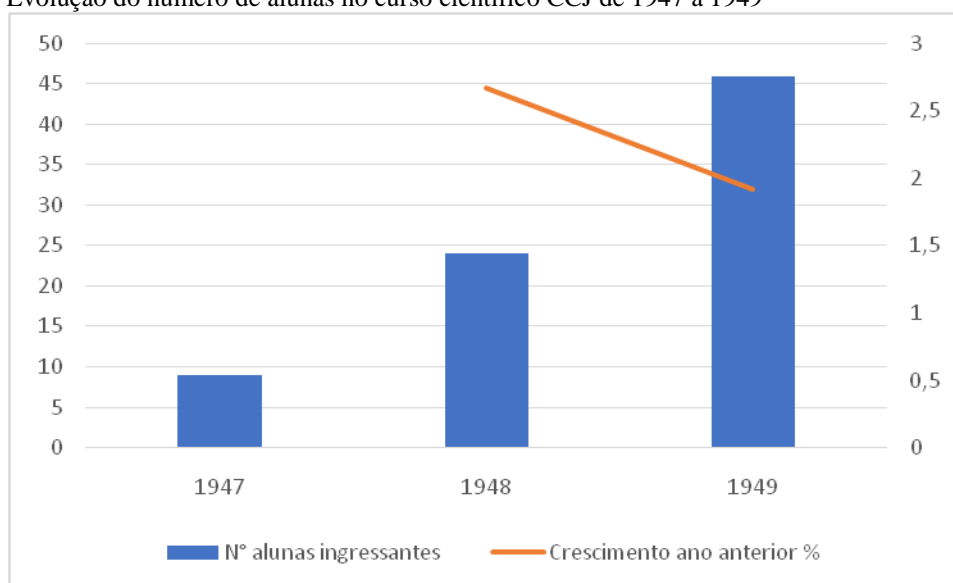
No curso científico o crescimento do número de alunas, como mostram a Tabela 8 e o Gráfico 2.

Tabela 8 - Evolução do número de alunas no curso científico CCJ de 1947 a 1949

Ano	Nº alunas ingressantes	Crescimento ano anterior %
1947	9	
1948	24	266,7%
1949	46	191,7%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados primários

Gráfico 2 - Evolução do número de alunas no curso científico CCJ de 1947 a 1949



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados registrados nos relatórios de inspeção

A reunião dos dados presentes nos relatórios de inspeção em tabelas e gráficos permite visualizar a ampliação das matrículas no CCJ durante a década de 1940. Dentro de uma perspectiva de estudos, que procura reverter a ideia corrente que minimiza as reformas educacionais, entre os anos de 1920 e 1940, Azevedo e Ferreira (2006), verificam a ampliação dos quadros femininos em atuação no ensino superior, durante a década de 1920. Segundo este estudo, as mudanças ocorrem lentamente, pois as mulheres ainda são maioria nos quadros do magistério fundamental e médio, fato também explicado pelas reformas educacionais das décadas anteriores. As reformas beneficiaram majoritariamente, as mulheres das classes médias urbanas e visavam a formação moral, física, cultural, capaz de civilizar, mas não transformar. As mulheres, ao que mostram os estudos citados, recebiam formação para conformação de sua condição de coadjuvantes em uma sociedade patriarcal e autoritária. Os autores insistem, que a

educação feminina, apesar de não proporcionar uma alteração significativa, no momento em que foi implementada possibilita

supor que as oportunidades educacionais e profissionais, quaisquer que fossem, representaram naquele período uma brecha para a emergência de um papel público para as mulheres, sinalizando não para uma “ilusão” ou farsa, mas para a mudança efetiva de seus papéis sociais. Isso porque entendemos a escolarização feminina como uma instância de mediação central entre a família e as transformações culturais, políticas e econômicas que desde o início do século XX marcaram a transição do patriarcalismo rural para a sociedade urbana e industrial no Brasil. (AZEVEDO E FERREIRA, 2006, P. 218)

A urbanização, a imigração, a aceleração da economia industrial e da expansão da produção de bens de consumo, o alargamento das oportunidades de trabalho ligadas a administração pública, abalou, mesmo que discretamente, as estruturas sociais, que paulatinamente oportunizaram a abertura de brechas, para que as mulheres transitassem da esfera privada de isolamento, para o exercício de novas funções sociais públicas. O CCJ, aparentemente atuava como uma instituição mediadora entre a tradição patriarcal católica, que insistia em permanecer ante os ventos de modernidade, que sopravam através das narrativas da moda, do cinema, do rádio, jornais, revistas e outros bens de consumo que aportavam na capital do Estado.

Ao mesmo tempo, que formava mulheres que, em tese atuariam na esfera pública, o colégio primava pelos valores ligados à pureza, recato, domesticidade, maternidade, civilidade, que poderiam conter espíritos mais audazes e rebeldes. Nas páginas da Revista Pétalas de 1945 (Figura 23), as alunas internas são apresentadas como modelos de mulheres disciplinadas, asseadas e dignas de serem homenageadas no periódico. A representação da cena fotográfica enquadrava um grupo homogêneo de adolescentes, em trajes escolares em sintonia com as prescrições expedidas pelo Departamento de Educação através de uma circular trazendo o Decreto n. 3016 de 18 de julho de 1944¹¹⁴. Nele o interventor federal dispõe sobre o uniforme escolar cujas permanências podem ser verificadas através da imagem perenizada pelo fotógrafo em 1945.

¹¹⁴Estado de Santa Catarina – Secretaria da Justiça, Educação e Saúde – Departamento de Educação. Circular nº 52 expedida no dia vinte e seis de julho de 1944 – Arquivo CBJ.

Figura 23 – Foto das alunas do curso ginásial de 1945



Fonte: Revista Pétalas, 1945

A fotografia foi utilizada sem parcimônia nas primeiras décadas do século XX, que depositou nelas a expectativa do registro verídico dos fatos. Ao estudar a profusão da fotografia na virada do século XIX para o XX. O recorte fotográfico apresentado no periódico escolar dá visibilidade a um grupo de meninas estudantes trajando uniformes compostos por uma saia longa (abaixo do joelho) plissada escura presa por suspensórios também escuros; blusa branca de gola esporte com mangas longas (aparentemente de algodão) presas sob a cintura da saia; sapatos escuros fechados, estilo mocassim com meias brancas; cabelos arrumados e não muito distantes das imagens, que povoavam as revistas, cinemas e jornais da época. Há uma suposta harmonia, que dificulta ao observador a indagação sobre conflitos, dissidências ou fracasso escolar.

A fotografia apresenta uma vontade de permanência frente aos discursos de modernização que emergiam naquele momento. Apresentavam um trabalho pedagógico em execução, aderido às expectativas sociais e políticas que circulavam. A primeira vista, tudo funciona em harmonia, sem desvios ou inovações, que possam perturbar a ordem e os bons costumes. Uma modernização adiada ou aplicada com parcimônia? Essa questão permeia os estudiosos do tema, pois o confronto entre o tradição e inovação, nem sempre é percebido com

facilidade. Seus discretos lances, muitas vezes estão fossilizados nos acervos da cultura material preservados pelas instituições de ensino. No caso do CCJ, alguns objetos escaparam do descarte ao longo das décadas e insistem em permanecer. São fragmentos materiais de tempos, que os gestores consideraram dignos de guarda e tudo leva a crer, que sua presença nos dias atuais, possa, entre outras explicações apontar para a capacidade de sustentar as crenças, que salvaram a própria instituição do desaparecimento. Esta faculdade de sustentação e legitimação intrínseca, na interação dos usuários com os objetos da escola, foi detectada e estudada por vários estudiosos, da cultura material da escola. Entre eles destacam-se os estudos.

De acordo com a perspectiva de (SOUZA, 2009, p. 17), os objetos do cotidiano escolar suportam “tradições, sedimentação de práticas, ideias, modos de fazer e pensar que governam o ensino, que perduram ao longo do tempo sobrevivendo às reformas e inovações”. No entanto, a comparação da fotografia da década de 1940 com as fixadas nos quadros de formatura das décadas anteriores é possível detectar discretas alterações. Portanto, é salutar lembrar que o desejo de perenizar, que motivou a utilização da fotografia como testemunha revela, através do trabalho do historiador, alterações perceptíveis pela passagem do tempo. Trata-se de um processo que sofre perturbações, novas conformações e modificações, pois a cultura não é estática e, mesmo que fleumática está em constante movimento e transformação na passagem do tempo.

O CCJ parece atuar com um esteio frente às mudanças que outrora poderiam emergir. A adesão das famílias mais abastadas ao projeto do colégio aparentemente sinaliza para uma insegurança social diante de um mundo imprevisível, que pode escapar ao controle. O governo Vargas e seus representantes estaduais procuravam amenizar esta inquietude, através de medidas centralizadoras e compactuadas com o catolicismo. Uma modernização mais ou menos conservadora pairava no meio educacional privado e confessional, que atuava como guardião de valores e crenças interessados e propagados, por grupos sociais temerosos de perderem privilégios. As primeiras décadas do século XX são permeadas por discursos de uma modernização anuída e inevitável. As fotografias das alunas, apresentam fisionomias comportadas distantes de comportamentos lascivos e censuráveis.

A expansão e os investimentos no aprimoramento do corpo profissional feminino para a educação repercutiram em desdobramentos que colaboraram para a emergência dos Institutos de Educação, que de certa maneira, atuavam como instâncias de ensino superior. O olhar retrospectivo da operação historiográfica permite perceber, que estes investimentos na formação feminina para o magistério seguiram acompanhados do desmonte da profissão, que sofreu perdas salariais, precarização do trabalho no magistério, e conseqüentemente o

rebaixamento social da carreira. Para Azevedo e Ferreira (2006), algumas ações neste período seguiram sem intencionalidades apriorísticas, mas foram pontuadas por uma troca constante entre tradição e novidade.

Mesmo quando não tinham explicitamente a intenção de mobilizar as mulheres na direção de uma participação ativa na vida pública, ou até mesmo quando o objetivo explícito de tais políticas era o de mantê-las na esfera doméstica, a dinâmica contraditória da modernização, alterando padrões de sociabilidade, gerando novas expectativas individuais e familiares e impondo novas demandas profissionais, criou condições para que as novas experiências de escolarização fossem sendo apropriadas e resignificadas pelas mulheres. (AZEVEDO E FERREIRA, 2006, p. 249)

Analisando o Censo demográfico de 1950¹¹⁵ – que engloba o recorte cronológico deste constructo –, é possível observar, que os catarinenses, na faixa etária de 5 a 14 anos correspondia a 27,13% da população e que deste total, 53,45% frequentavam algum estabelecimento de ensino. Na comparação com a década anterior¹¹⁶, o percentual de crianças frequentando o ambiente escolar cresceu 19,22%. No entanto, o número de crianças de 5 a 14 anos fora da escola correspondia a 46,55%. Do número total de alunos frequentando a escola, o Curso Ginásial representava 9,71% dos alunos. Estes percentuais revelam uma expansão dos números relativos ao número de alunos na escola, mas ainda distante do ideal, pois quase metade das crianças ainda estavam excluídas do direito a educação. A expansão do número de crianças na escola também refletiu na diminuição do número de analfabetos de 59,5% para 37,4%.

Com o objetivo de explorar a reprovação no curso ginásio, foram construídos a Tabela 9 e o Gráfico 3. Constata-se que o índice varia de 0,4% a 29,9%. Os anos de 1943 e 1944 atingiram os maiores percentuais, 29,9% e 16,7%, respectivamente. É possível verificar ainda que a partir do período com alta reprovação houve queda brusca do índice (0,04%), atingindo o menor valor de todo o período analisado. A reprovação voltou a crescer, todavia não voltou a atingir valores elevados, chegando ao máximo em 4,0%. Vale lembrar que em 1943 houve aumento da nota mínima para aprovação, isso pode elucidar o motivo pelo qual o índice de

¹¹⁵ BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1950). Censos Demográficos. Brasília: IBGE. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=767> > Acesso em: 25 de outubro de 2017.

¹¹⁶ BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1940). Censos Demográficos. Brasília: IBGE. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=767> > Acesso em: 25 de outubro de 2017.

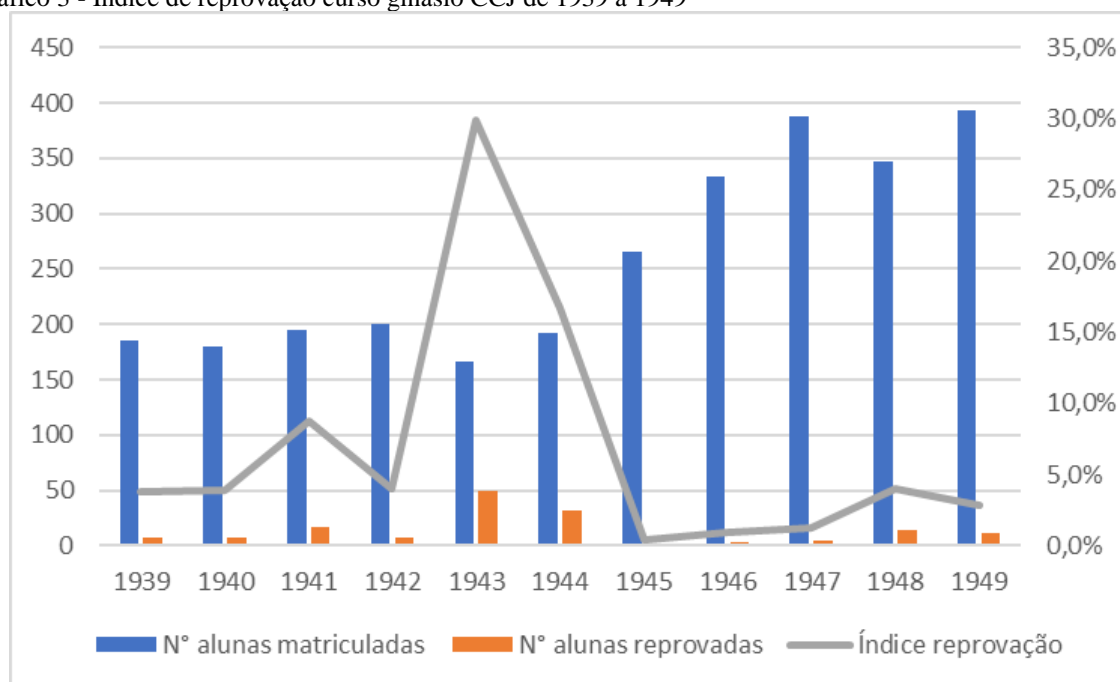
reprovação obteve tamanho incremento, considerando-se que 1943 e 1944 foram anos de adaptação das alunas a essa nova meta.

Tabela 9 – Índice de reprovação curso ginásio CCJ de 1939 a 1949

Ano	Nº alunas matriculadas	Nº alunas reprovadas	Índice reprovação
1939	186	7	3,8%
1940	180	7	3,9%
1941	195	17	8,7%
1942	200	8	4,0%
1943	167	50	29,9%
1944	192	32	16,7%
1945	266	1	0,4%
1946	334	3	0,9%
1947	388	5	1,3%
1948	347	14	4,0%
1949	393	11	2,8%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados registrados nos relatórios de inspeção

Gráfico 3 - Índice de reprovação curso ginásio CCJ de 1939 a 1949



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados registrados nos relatórios de inspeção

O índice de reprovação do curso científico (Tabela 10) ficou similar aos índices do curso ginásio no mesmo período (1948 e 1949).

Tabela 10 – Índice de reprovação curso científico CCJ de 1947 a 1949

Ano	Nº alunas matriculadas	Nº alunas reprovadas	Índice reprovação
1947	9		
1948	23	1	4,3%
1949	39	1	2,6%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados registrados nos relatórios de inspeção

A análise dos relatórios demonstrou evolução dos dados nesses documentos. Os relatórios do período de 1945 a 1949 continham mais dados se comparados aos dos anos 1939 a 1944, tais como, nº de alunas reprovadas em exames, nº de alunas não prestaram exames, nº de alunas que cancelaram matrícula, quantidade e percentuais de alunas que foram aprovados e reprovados nos exames de primeira e segunda época, bem como ampliação para cinco intervalos de notas para aprovação das alunas. Em linhas gerais, os relatórios evidenciavam informações sobre o desempenho dos estudantes.

No gráfico analisado, entre os anos de 1942 e 1945, que sucedem a Reforma Capanema, apontam para uma elevação dos índices de reprovação. Os motivos das reprovações não estão postos às claras nos relatórios de inspeção, muito menos nas correspondências trocadas com o Departamento de Educação. Como já foi mencionado anteriormente, as reprovações não foram esmiuçadas e muito menos divulgadas abertamente pela instituição. Problemas relacionados a aprendizagem, defasagem de alunas transferidos de outras cidades e escolas; insubordinação e indisciplina; doenças, como a paralisia infantil, tifo, gripe, entre outras, podem ser apontadas como prováveis causadoras das reprovações, mas o arquivo não revela muito sobre esses desfechos que remetem ao fracasso. Ao fracasso foi devotado o esquecimento e o vácuo nas páginas das correspondências e dos relatórios de inspeção. Não passam de números e estatísticas, que aparentemente, não eram questionadas ou compartilhadas pela instituição ou órgãos estatais. As reprovações eram fruto da incapacidade individual e, jamais relacionadas a falhas no sistema educacional posto. Ao Estado e instituições de ensino era transferido o mérito da aprovação, que era celebrada, divulgada e tornada digna de ser memorável.

6 UM OLHAR GUIADO PELAS NOTÍCIAS NA REVISTA PÉTALAS

O arquivo do CCJ permite, através do esforço de problematização norteado pelo olhar do historiador, que prioriza compreender aspectos de como se davam as ações da inspeção escolar. Para este feito se faz necessário centrar a análise das escritas escolares presentes na Revista Pétalas, no Jornal Infantil Pétalas feitos e publicizados pelo CCJ. De posse de exemplares destes impressos escolares em diálogo com a História da Educação busca-se apreender, as possíveis maneiras de escrita desenvolvidas no colégio e como, por exemplo, se noticiavam as iniciativas propostas pela legislação e cobradas pela inspeção escolar. De igual maneira, intenta-se analisar como se organizava o suporte, seus aspectos gráficos com seus conteúdos escolhidos e divulgados considerando-se que tais escritas certamente estavam supervisionadas pela Direção do CCJ. É evidente a impossibilidade de retornar ao passado, pois o trabalho historiográfico permite observar alguns lances do jogo social e das memórias registradas, preservadas e reificadas. Os documentos administrativos, analisados nos capítulos anteriores dizem pouco sobre a inspeção escolar, a partir da perspectiva das alunas. Diante desta questão procurou-se por registros escolares elaborados pelo corpo discente no período estudado, que pudessem colaborar para a análise de como as alunas interpretavam e descreviam, o trabalho dos inspetores escolares, relativizados pela vigilância da própria Direção do CCJ. Dentre os diversos registros escolares disponíveis, optou-se aqui, por acionar a revista *Pétalas* e o jornal *Pétalas* (suplemento infantil), dois periódicos escolares, que foram produzidos e colocados em circulação durante a década de 1940. A escolha se pautou na possibilidade de acesso a uma parcela destas publicações e na variável de fazerem parte das associações escolares incentivadas pelos governos federal e estadual.

A revista *Pétalas* (Quadro 5) foi o impresso educacional oficial do Colégio Coração de Jesus, em Florianópolis/SC, criado em 1933 e publicado semestralmente até 1964, mantido pelas alunas dos cursos ginásial e normal. Em um ofício¹¹⁷ datado de 1937 e assinado pelo Diretor do Departamento de Educação, Luiz Sanches de Bezerra Trindade, o CCJ recebe elogios pelo bom andamento dos trabalhos no colégio e pelo envio da Revista Pétalas, “a revista que me deu momentos de intensa satisfação”. A legislação previa o desenvolvimento de

¹¹⁷ SANTA CATARINA, Secretaria do Interior e Justiça, Departamento de Educação. Ofício nº 8584, de 7 de dezembro de 1937.

trabalhos escolares e fomentava o zelo pela língua pátria. No Decreto Lei 88¹¹⁸ é possível verificar a preocupação do Estado com o ensino da língua portuguesa, motivado pelas prescrições federais e pela presença da imigração nas áreas de colonização, como já foi tratado anteriormente. Nesta legislação o governo de Santa Catarina prescreve total observância das escolas particulares às leis e o desenvolvimento de trabalhos escolares, que devem ser enviados ao Departamento de Educação. De acordo com a lei, as escolas particulares deveriam “apresentar, anualmente, ao Diretor do Departamento de Educação, o relatório dos trabalhos escolares” (SANTA CATARINA, 1938, cap. XII, art.7).

Quadro 5 - Exemplares do periódico semestral *Pétalas* localizados

	Mês	Ano	Nº	nº de Exemplares	nº de páginas
1940	Julho	VIII	15	1	41
1941	Julho	IX	17	1	47
1941	Dezembro	IX	18	1	44
1943	Dezembro	XI	21	1	68
1944	Dezembro	XII	23	1	59
1945	Dezembro	XIII	24	1	75

Fonte: Relatórios de inspeção 1940 a 1945 – Arquivo do Colégio Bom Jesus Coração de Jesus

Os seis exemplares da revista *Pétalas* (Figura 26), analisadas aqui apresentam em média 59 páginas datilografadas e, de acordo com a contracapa era editado “sob a responsabilidade de diretora”. No corpo do texto é possível encontrar editoriais produzidos pela diretora do CCJ, Irmã Bernwarda; contos, crônicas, poemas e artigos sobre educação; fotografias de eventos que aconteciam na escola; noticiário sobre noivados, núpcias e nascimentos; cronograma contendo alguns acontecimentos do cotidiano escolar; informações sobre as formaturas; e desempenho escolar medido pela pontuação de cada aluna. A revista colocava em evidência as alunas do colégio, como também, as egressas, que figuravam nos periódicos como modelos de êxito. As alunas deveriam se espelhar nas professoras egressas, que deixavam no periódico o testemunho, de como o colégio contribuiu para que alcançassem o sucesso tanto como profissionais da educação, quanto como mulheres, mães, católicas, patriotas e modernas. As visitas dos inspetores são eventualmente referenciadas de maneira resumida e formal. Para se obter um panorama mais abrangente das visitas, se faz necessário complementar a análise com as descrições elaboradas pelas editoras do jornal *Pétalas* (suplemento infantil).

¹¹⁸ SANTA CATARINA, Decreto Lei nº 88, que estabelece normas para o Ensino Primário do Estado. Florianópolis, 31 de março de 1938. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Figura 24 - Exemplos da Revista *Pétalas* (1940 – 1945)



Fonte: Acervo da Biblioteca da Província da Congregação da Divina Providência

Com um período de duração menor, que a revista *Pétalas*, as publicações do jornal *Pétalas* (Quadro 6) tiveram circulação mais restrita e atendiam aos propósitos legislativos para o então Curso Primário, circulando entre 1943 e 1952. Neste capítulo, a análise também se concentrará sobre este material manuscrito composto por vinte encartes e publicados entre os anos de 1945 e 1948. Não se trata especificamente de produções do curso ginásial, mas oferece em seus registros, algumas nuances do serviço de inspeção, a partir da perspectiva das alunas menores.

Quadro 6 – Exemplares do periódico mensal Pétalas (suplemento infantil) 1945-1948

Ano	Mês	n°	Pgs.	Ano	Mês	n°	Pgs.	Ano	Mês	n°	Pgs.
1945	Março	1	10	1946	Junho	1	4	1947	Agosto	1	9
1945	Maio	1	6	1946	Julho	1	4	1947	Setembro	1	8
1945	Julho	1	4	1946	Agosto	1	4	1947	Outubro	1	11
1945	Agosto	1	4	1946	Setembro	1	4	1948	Março	1	8
1945	Setembro	1	6	1946	Outubro	1	4	1948	Abril	1	10
1945	Outubro	1	4	1946	Novembro	1	4	1948	Junho	1	10
1945	Novembro	1	4	1947	Março	1	6	1948	Agosto	1	10
1946	Março	1	4	1947	Abril	1	5	1948	Setembro	1	10
1946	Abril	1	4	1947	Maio	1	6	1948	Outubro	1	10
1946	Maio	1	4	1947	Junho	1	8	1948	Novembro	1	12

Fonte: Acervo da Biblioteca da Província da Congregação da Divina Providência

Os periódicos escolares (Figura 27) supostamente desenvolvido pelas alunas e para as alunas do curso primário, descrevia o cotidiano escolar fazendo uso de contos, crônicas, poemas, textos sobre personagens ilustres, descrição da biblioteca escolar, informações sobre ações das associações auxiliares da escola e desenhos supostamente feitos pelas alunas. O jornal artesanalmente desenvolvido pelo corpo discente, com supervisão do corpo docente, dá visibilidade às alunas, que, em tenra idade aparentam dominar os códigos de língua pátria, necessários para construir o jornal. A edição do jornal presumia uma escola viva e funcionando de acordo com as prescrições da época. Um corpo editorial com domínio sobre a escrita produzindo o periódico para o público leitor, predominantemente da comunidade escolar.

Figura 25 – Montagem, a partir de amostras do jornal Pétalas (suplemento infantil)



Fonte: Arquivo da Província da Divina Providência, Florianópolis

Aos pais dessas alunas se transfere o mérito do investimento na educação, assim como a crença no ensino confessional ministrado na instituição. O CCJ apresenta ao mundo social, que lhe possibilitou a existência e continuidade das atividades educativas, a materialização de uma meta cumprida, em parceria com o Estado prescritor e fiscalizador das atividades pedagógicas. Vale lembrar, que o CCJ, não era a única instituição de ensino da cidade a publicar jornais escolares. Ao analisar a produção dos jornais escolares no mesmo período, no Estado de São Paulo, Pinheiro (2008) conclui que estes dispositivos também foram produzidos em outras regiões do Brasil, como também na América Latina, pois várias evidências corroboram para a presença de

encontros e concursos nacionais e latino-americanos, cuja temática central era o periodismo escolar, foram promovidos por países latino-americanos. Uruguai e Argentina lideravam as correspondências endereçadas à escola solicitando números do Nosso Esforço para compor exposições ou, simplesmente, para realizar intercâmbio entre as escolas primárias destes países. Em Montevidéu, por exemplo, havia 169 órgãos responsáveis por incentivar e fornecer orientações gerais para o bom uso desta atividade. Era o 'Centro orientador del periodismo escolar', órgão vinculado ao 'Conselho nacional de enseñanza primaria y normal'. Foram

localizados, no acervo, mais de 50 títulos diferentes de jornais escolares latino-americanos. (PINHEIRO, 2008, p.168-169)

Tudo leva a crer, que o incentivo aos jornais escolares era difundido em outras regiões, e que, no mesmo período. Ao analisar uma publicação italiana, que problematiza as diversas interfaces dos periódicos infantis e juvenis, na Itália, Bastos, (2017), descreve que o interesse dos pesquisadores europeus, por estes documentos ainda é tímido e que, o leque de possibilidades de estudo é bastante amplo. Segundo a autora a imprensa periódica possibilita problematizar algumas questões:

o modelo de infância que inspira os impressos; quem eram seus leitores: perfil real ou ideal; a composição social e ideológica do público infantil: infância proletária, da pequena e média burguesia urbana; o destinatário: meninos/rapazes ou meninas/moças; o contexto histórico dos partidos que tiveram a iniciativa editorial; os objetivos da publicação: periódico educativo e moralizante ou periódico de propaganda e politização; em uma abordagem interdisciplinar, com categorias interpretativas heterogêneas, mas que permitem um arcabouço de pesquisa inovador e complexo. Em síntese, os estudos com a imprensa periódica socialista e comunista para a infância se inserem no debate internacional sobre o processo de politização da infância no curso do século 20. (BASTOS, 2017, p. 449),

Para a autora, desde o século XIX, quando o Estado assume o dever de educar houve uma diversidade de dispositivos de controle social, que entendiam a escola como instituição de formação e disciplina. A formação cidadã objetivada capaz de adequar condutas e crenças em prol da estabilidade e harmonia. Ao explorar as possibilidades de análise de um jornal escolar, publicado durante a década de 1930, no Rio Grande do Sul, Bastos e Ermel (2013) descrevem como o Estado educador fazia uso da imprensa escolar para propagar seus ideais morais, cívicos e nacionalistas. Valores eram exaltados em torno da harmonia social, estética, higiene, bons costumes, patriotismo, entre outros. As possibilidades de entradas de pesquisa são variadas e para as autoras

os impressos escolares ou impressos estudantis são documentos preciosos para olhar a escola. Dentre eles, em diferentes momentos históricos da escola brasileira, o jornal escolar foi estimulado pelas autoridades governamentais ou pelos professores, como produto das atividades de sala de aula de uma disciplina específica ou como uma instituição escolar (atividade extracurricular). O estímulo aos jornais escolares permaneceu nas décadas de 1950 e 1960. (BASTOS E ERMEL, 2013, p. 168)

Florianópolis não estava isolada no projeto da constituição dos jornais escolares, que foram usados em outras regiões do Brasil e do mundo. Em um olhar menos atento, os periódicos poderiam ser considerados como uma expressão espontânea dos alunos, que o elaboravam em atividades extras para aprimorar a escrita e a leitura. Também pode se pensar nestes documentos

como “a expressão natural, a base, da vida infantil em seu meio normal” (Freinet, 1957, p. 5). O autor foi um dos fomentadores da ideia, que se expandiu, a partir de suas experiências em meados da década de 1920. Para ele, os periódicos desenvolvidos na escola, eram ferramentas capazes de ampliar a gama de procedimentos pedagógicos dispostos a preparação para a vida. As atividades escolares se tornariam menos enfadonhas e, por meio de uma expressão natural os alunos adentrariam, no universo da linguagem escrita, da leitura, da estética, da cooperação e da iniciação cívica.

Quando problematizados sob a lupa do método histórico, a emergência dos jornais escolares, aponta para finalidades mais amplas, oriundas do Estado e da instituição que os editava. Aos professores cabia o papel de mediadores, incentivadores, quando não construtores desses dispositivos. Trata-se de uma escrita autorizada e permeada de intenções prescritas e fiscalizadas pelos inspetores escolares. Em Florianópolis, outras instituições de ensino também possuíam seus periódicos. O Grupo Escolar Lauro Müller¹¹⁹, como atesta os estudos de SILVA (2013, p.190), também possuía um jornal escolar de tiragem mensal. Intitulado de A Criança Brasileira, este periódico, lançado em 1942, se inseria no contexto da nacionalização do ensino e

precisa ser lido como produto da forte influência das propostas defendidas pelo movimento escolanovista e que se difundiam em diferentes regiões do Brasil. Isso porque o jornal era uma prática escolar integrante de um movimento político e educacional que estimulava a implantação das associações auxiliares nas escolas.

Em 1943, o arquivo escolar registrou a circular n. 32¹²⁰, encaminhada aos inspetores e diretores de estabelecimentos particulares de ensino. Trata-se, segundo o Diretor do Departamento de Educação, de uma cópia que foi enviada aos inspetores de grupos escolares e cursos complementares. De acordo como o documento, no item b)

Devem funcionar nos grupos escolares e cursos complementares particulares as seguintes associações auxiliares da escola (funcionamento gradativo) 1 Biblioteca; 2 Liga Pró-Língua Nacional; 3 Pelotão de Saúde; 4 Clube de leitura; 5 Círculo de pais e professores; 6 Jornal; 7 Liga de Bondade; 8 Orfeão (Quando possível); 9 Museu; 10 Clube Agrícola (Quando possível) (SANTA CATARINA, 1945, p.18).

¹¹⁹ Fundado em 1912, a instituição de caráter público foi o primeiro Grupo Escolar fundado em Florianópolis e segundo no Estado de Santa Catarina.

¹²⁰ SANTA CATARINA. Secretaria da Justiça, Educação e Saúde, Departamento de Educação, Circular n. 32 de 2 de abril de 1943, que sanava dúvidas dos diretores escolares a respeito da “escrituração escolar, associações auxiliares da escola e reuniões pedagógicas.

A partir do ano de 1943, o CCJ lançou o jornal *Pétalas*, suplemento infantil do colégio, elaborado pelas alunas do Curso Primário. O jornal escolar foi lançado como finalidade da associação complementar da escola e procurava atender a demanda estatal, que já se encontrava pautada desde o início da década de 1940. Não se trata de uma novidade, pois as políticas educacionais em Santa Catarina, no início da década de 1940 evidenciam, como já foi tratado em capítulos anteriores, a adesão do Estado aos movimentos nacionais em voga. A adesão ao projeto varguista se expressou na chamada reforma Trindade, que em 1935 abraça o projeto nacionalista, presente no Estado de Santa Catarina, desde a reforma da instrução pública no Estado, em 1911, idealizada e implementada pelo professor paulista Orestes Guimarães, no governo de Vidal Ramos. Paralelo ao que já acontecia nos cursos Ginásial e Normal, entre os anos de 1943 e 1952, meninas de sete a dez anos do então curso primário do CCJ redigiram manualmente o jornal escolar *Pétalas* Infantil. O periódico mensal orientado e organizado pelo Colégio destinava-se ao público escolar e aos familiares. De posse desse material – sessenta e seis exemplares do jornal, dos quais alguns serão utilizados, a partir de exemplos e de análises pontuais, que correspondem ao recorte temporal proposto aqui – considerado ordinário e com descrições do cotidiano escolar, pretende-se destacar, pela perspectiva da História da Educação e da Cultura Escrita, a relevância desse acervo manuscrito, analisando-o como um dos integrantes da cultura material escolar e, como tal, pertencentes ao elenco de documentos, que possibilitam apreender indícios de saberes e práticas da escola.

Trata-se de uma massa documental construída em folhas de papel almaço pautado, manuscrito com letras cautelosas, quase desenhadas artisticamente. O *corpus* documental utilizado para este fim comportou a análise de uma coleção do Jornal Infantil *Pétalas* abrangendo os anos de 1945 a 1948. Não se trata da totalidade dos jornais produzidos pela escola, mas de um conjunto de parcelas destes que foram fotocopiados e preservados junto ao acervo do LABPAC/UDESC. Em cada ano, publicavam-se nove exemplares, abrangendo os meses de março a novembro e cada tiragem tinha entre seis e oito páginas. A maioria das páginas não apresentavam numeração visível e, em cada exemplar foram feitas algumas ilustrações que pretendiam apoiar, por meio de recursos imagéticos, os textos escritos. A capa trazia em letras maiúsculas o nome do periódico, sempre em formato manuscrito em letras de imprensa milimetricamente iguais, ilustradas com desenhos aparentemente feitos pelas próprias alunas. Estas representações imagéticas recorrentemente trazem meninas e flores – fazendo referência ao nome do jornal escolar – em várias situações, uma forma provável de naturalização do feminino.

6.1 OS JORNAIS ESCOLARES COMO ALVOS DAS ASSOCIAÇÕES AUXILIARES

Problematizados como documentos históricos, estes testemunhos das escritas escolares infantis e juvenis, que se integram à cultura material escolar do período e proporcionam ao historiador, a possibilidade de encontrar em suas páginas, descrições variadas sobre aspectos do cotidiano da escola; concepções de ensino; práticas escolares cotidianas, abordadas como formas de representação de uma época estudantil, entre outras. Esse fato sinaliza para a emergência dos jornais escolares como frutos de uma construção social dinâmica que envolvia o reconhecimento do público consumidor dos serviços educativos capazes de formar escritores e leitores. São suportes de leituras, portanto elaborados por um trabalho de construção e esse trabalho, segundo Chartier (1991), remete ao conceito de representações sob a ótica de que são frutos de um processo de construção da realidade social por um determinado grupo, obedecendo a critérios de classificações, divisões e delimitações. Esses critérios estão ligados a esquemas intelectuais que através de suas criações e composições dotam o presente de sentido.

O objeto fundamental de uma história que se propõe reconhecer a maneira como os atores sociais dão sentido a suas práticas e a seus enunciados se situa, portanto, na tensão entre, por um lado, as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e, por outro, as restrições e as convenções que limitam - de maneira mais ou menos clara conforme a posição que ocupam nas relações de dominação - o que lhes é possível pensar, dizer, fazer. [...] essa noção [a de representação] permite vincular estreitamente as posições e as relações sociais com a maneira como os indivíduos e os grupos se percebem e percebem os demais. (CHARTIER, 1991, p.49)

Longe da ilusão de reconstituir o passado como tal, o acesso aos documentos exige um olhar atento e desencantado capaz de, a partir de uma perspectiva histórica, acionar o jornal escolar como componente da imprensa escolar, onde alunos escrevem, a partir de um processo que envolve estruturação e direcionamento de uma leitura guiada, recortada e escolhida entre tantas outras possibilidades. Tudo indica que essa escrita assentida, estruturante e estruturada, busca atender expectativas federais, estatais, institucionais e individuais sobrepostas. Os periódicos, aparentemente construídos de maneira artesanal, pelas alunas do colégio dão a ver práticas e representações do mundo social sob o ponto de vista de um determinado grupo. Logo, o jornal escolar, bem como, outros documentos, não podem ser interpretados como fiéis depositários das práticas e representações divulgadas, pois emergem em meio as reverberações do mundo social que as tornou dignas de serem escritas, lidas e publicadas. Acionar historicamente estes documentos, como afirma Ramos (2004, p.21) exige o exercício constante

de acessar o passado, de modo crítico atentando sempre para, “antes de tudo, viver o tempo presente como mudança, como algo que não era, que está sendo e que pode ser diferente”. Trata-se de um material considerado ordinário, que propicia buscar vestígios, que possam iluminar pormenores, de um passado investigado pela análise dos elementos gráficos, para entender os diferentes níveis de alfabetização, a forma como ocorria a apropriação da tecnologia gráfica na infância e as diversas maneiras de representar, aprender, conhecer e experimentar o cotidiano escolar. A cultura material escolar amplia o horizonte das fontes de análise da História da Educação, e abre oportunidades de perquirir e inquirir os documentos como dotados de uma propriedade de perenizar de maneira parcelar o cotidiano escolar. Na mesma clave, Bastos (2015) destaca a importância da pesquisa da imprensa escolar para se ter acesso aos processos de escolarização e seus mecanismos de controle e funcionamento. Para a autora os

Jornais, boletins, revistas, magazines – feitas por professores para professores, feitas para alunos por seus pares ou professores, feitas pelo Estado ou outras instituições como sindicatos, partidos políticos, associações de classe, Igrejas – contêm e oferecem muitas perspectivas para a compreensão da história da educação e do ensino. Sua análise possibilita avaliar a política das organizações, as preocupações sociais, os antagonismos e as filiações ideológicas, além das práticas educativas e escolares. (BASTOS, 2015, p. 22)

Trata-se de um processo pontuado por perturbações e alterações, imerso em uma cultura, que não é estática e está em constante movimento e transformação na passagem do tempo. O investimento no trabalho de interpretação, pelas “lentes da História da Educação” em diálogo com a História da Cultura Escrita, constitui-se em uma tentativa de apreender, através de um conjunto de textos veiculados no Jornal Escolar, as formas de escrita, seu suporte, seus aspectos gráficos e os conteúdos veiculados para encontrar modos de como a inspeção escolar era representada pelas alunas através das notícias publicadas mensalmente nos jornais. Ao estudar o mesmo jornal, Cunha (2013) detectou que a produção deste material de leitura em sala de aula não era despropositada, por isso centrou sua atenção nos artigos, comentários e sugestões de leitura que expressavam protocolos de civilidade através de mensagens de orientação e regras de conduta pessoal, escolar e cívica que caracterizavam uma cultura escolar do período. Segundo a autora,

As primeiras aproximações ao suporte material evidenciam tratar-se de uma publicação simples, assinada pelas próprias alunas, e é importante considerar que, ao que tudo indica, a montagem do jornal escolar contava com o auxílio e a supervisão das professoras e, possivelmente, da própria Direção do Colégio, que se utilizava desse meio para propagandear a excelência da escola ao mostrar aos pais, aos órgãos de controle e à comunidade em geral suas atividades e suas formas de ensinar. Tal

possibilidade pode ser assegurada pela perfeita simetria das letras copiadas e pela ausência de erros gramaticais e ortográficos. (CUNHA, 2013, p. 139)

As notícias veiculadas passavam por um processo intencional de apresentar aos familiares, órgãos estatais e ao público em geral, os resultados do trabalho pedagógico desempenhado pelo CCJ. Logo, os jornais escolares aqui analisados podem ser interpretados e problematizados como portadores de enunciados que, antes de tudo noticiam e narram o empenho da instituição escolar na formação de alunas versadas na cultura escrita. Ao construir esses enunciados, através dos jornais, seus idealizadores/promotores e construtores buscaram registrar o empenho e investimento político, institucional e pessoal engendrados pela efervescência da construção social de necessidades e crenças na formação através da educação.

Ao manusear a Revista pétalas e o Jornal infantil, uma questão se apresenta: foram as alunas que fizeram estes periódicos? Por que os originais, alguns com mais de oitenta anos, apresentam-se tão preservados? Será que eram manipulados pelos alunos como determinavam as circulares e ofícios enviados ao colégio? A observação mais atenta aos detalhes levanta dúvidas sobre os usos desses documentos. Não se propõe aqui desmerecer a capacidade das crianças e adolescentes, mas alguns detalhes chamam a atenção. Os erros ortográficos não são comuns e o trabalho artístico – principalmente nos exemplares pertencentes ao jornal infantil – chamam a atenção pela perfeição técnica e riqueza de detalhes.

O Departamento de Educação, em 1942, por meio da circular n. 2¹²¹ apresenta alguns problemas detectados pelos inspetores escolares, no que compete a execução das associações auxiliares da escola. Na avaliação do professor Germano Wangenführ, inspetor dos grupos escolares e grupos complementares

em certo número de grupos se deu perfeito funcionamento às mesmas, mas grande número não tinha compreendido a finalidade da maioria destas instituições, por isso fiz ver a exigência capital: que os alunos é que deviam realizar todos esses serviços e que os professores só deviam ser os orientadores ou animadores, e só em caso de desconhecimento de um ou outro ato deviam auxiliá-los. Além disso nessas instituições o maior número possível de alunos tomasse parte das diretorias, a fim de que esses aprendessem, para a vida futura, com se dirige uma sociedade; quais os deveres e trabalhos dos diretores; como se faz uma ata, como se preside uma reunião etc., e que tudo isso seja afinal, a vida social em miniatura. A outra finalidade seria a de fazer os educandos compreenderem a necessidade do espírito de cooperação, de amor ao próximo, assistência mútua, do desenvolvimento intelectual, e finalmente a

¹²¹ SANTA CATARINA, Secretaria da Justiça, Educação e Saúde, Departamento de Educação. Circular n. 2, de 2 de janeiro de 1942.

cooperação dos alunos na nacionalização de si próprios, seus colegas, e em sua própria família

A circular explicita as dificuldades enfrentadas pelos inspetores para conferir, se os trabalhos apresentados eram confeccionados pelos alunos. Tudo indica, que a vigilância e as insistentes cobranças efetuadas pelo Departamento de Educação e seus agentes, induziam aos estabelecimentos de ensino a maquiarem estes suportes. A manipulação dos procedimentos parece indicar um clima de insegurança e apreensão que pairava sob a direção e professores. Apesar das recomendações de autonomia para os alunos, resta saber, como o departamento reagiu ou reagiria diante de um panorama de trabalhos mais próximo das recomendações. A instituição estatal que reclama da manipulação dos trabalhos é a mesma que tece, em várias mensagens e telegramas, comentários apologéticos referentes aos “trabalhos impecáveis enviados”.

A Inspeção Geral do Ensino, por meio da circular 220¹²² remetida pelo inspetor geral, Luiz Sanchez Bezerra Trindade alerta para o clima de intranquilidade mundial e afirma que

só os povos organizados e compenetrados dos seus deveres para com a pátria, são capazes de sem manterem livres, se atacados, poderão se defender, mantendo intacto o patrimônio nacional, patrimônio este que representa o sacrifício das gerações que antecederam. Só um sistema de educação, devidamente organizado, é capaz de formar caracteres, de plasmar nas gerações novas, sentimentos tais que as preparem para o futuro. Assim pensando é que devemos iniciar este novo período escolar. Recomendamos o máximo de interesse no desenvolvimento da Liga Pró-Liga Nacional, cujo fito é formar o espírito de brasilidade de nossos escolares. Deve a Liga cumprir fielmente as finalidades para as quais foi organizada. Não basta ter fundado um núcleo da Liga. Tenho verificado, com pesar, que em diversos educandários não têm os diretores e professores se compenetrado da finalidade desta associação. É doloroso o que descrevo: afirmar que uma associação está em atividade, quando, porém observada IN LOCO, se verifica que não representa a verdade a informação presta às autoridades superiores de educação. Esta INSPETORIA agirá energicamente, no corrente ano, em relação a estes fatos.

A ameaça de ação enérgica descrita pelo inspetor geral não deixa dúvidas sobre a vontade e a capacidade coercitiva dos órgãos de inspeção, dentro do Departamento de Educação. O problema descrito parecia ser recorrente e a instituição verificadora detém poderes de exonerar diretores, professores e fechar estabelecimentos. Tempos nebulosos de guerra e instabilidade parecem mover os ânimos das autoridades de ensino, que lutavam para escapar das táticas desenvolvidas frente as suas estratégias. Tudo leva a crer, que os desvios

¹²² SANTA CATARINA, Secretaria do Interior e Justiça, Departamento de Educação. Circular n. 220, de 30 de janeiro de 1942.

continuaram, pois as ameaças e recomendações a este respeito continuam a chegar ao CCJ, através de circulares, portarias, decretos e outras missivas.

Outros documentos podem oferecer caminhos de explicação para que os trabalhos das associações não estivessem nos conformes da prescrição. No início de 1943, O diretor do Departamento de Educação, Elpídio Barbosa encaminhou ao CCJ, através da circular n. 29¹²³, o Decreto-Lei n. 751¹²⁴, que cria, no Quadro Único do Estado, um cargo isolado, de provimento efetivo, de Inspetor de Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino. O Art. 2º, determina que, o ocupante do cargo deveria ser indicado pelo ocupante do poder executivo e estava submetido a orientação do Departamento de Educação. De acordo com a alínea b) de verificar com os estabelecimentos desenvolviam o “serviço das associações auxiliares da escola”. Na mesma circular a Portaria n. 126¹²⁵ determina no seu:

Art. 1º - O serviço das associações auxiliares da escola tem por fim a reorganização da escola em bases de comunidade social de trabalho em cooperação e sua articulação com o meio social por todas as medidas que tendem a estender seu raio de ação educativa e a formar estreita colaboração entre a escola, a família e as outras instituições sociais.

Art. 2º - Ao inspetor compete:

- 1) propor ao Departamento de Educação um plano de conjunto para a orientação dos trabalhos;
- 2) estudar condições de cada associação auxiliar da Escola, dar parecer sobre as consultas que lhe forem apresentadas e decidir os casos que lhe forem de alçada;
- 3) promover reuniões, conferências e festas de caráter popular, a fim de reavivar o entusiasmo por essas instituições;
- 4) propor a aquisição de livros, revistas, monografias e outras publicações que interessam o Serviço;
- 5) pôr-se em contato com a direção de associações congêneres dentro e fora do país, a fim de colher dados e informações sobre as diversas organizações existentes;
- 6) organizar um sistema de fichário. De maneira a estar o Serviço em condições de conhecer do movimento e das particularidades de cada obra social escolar;
- 7) entregar relatório anual ao Diretor do Departamento de Educação, em que figurem dados precisos sobre a ação das obras sociais e mantidas.

Art. 3º - Os serviços das associações auxiliares da Escola terá em vista as obras sociais de maior importância, tais como círculos de pais e professores, caixas e cooperativas escolares de consumo, bibliotecas escolares e pelotão da saúde.

Parágrafo único – Para orientar e generalizar a organização dessas obras, o Serviço elaborará estatutos-padrões, para cada categoria social, estimulando o desenvolvimento das existentes e a criação de outras, de maneira que cada escola seja um ponto de aplicação de todas as forças sociais necessárias à obra de educação.

¹²³ SANTA CATARINA, Secretaria da Justiça, Educação e Saúde, Departamento de Educação. Circular n. 29, de 18 de março de 1943.

¹²⁴ SANTA CATARINA. Decreto-Lei n. 751, de 12 de março de 1943, que cria, no Quadro Único do Estado, um cargo isolado, de provimento efetivo, de Inspetor de Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino.

¹²⁵ SANTA CATARINA, Secretaria da Justiça, Educação e Saúde, Departamento de Educação. Portaria n. 126, de 12 de março de 1943.

Tanto o Decreto, quanto a Portaria não deixam muitas dúvidas sobre o grau de importância das associações auxiliares, aos olhos do Departamento. A legislação buscava colocar em funcionamento as resoluções anteriores. Aos inspetores cabia a verificação do cumprimento da lei e ao Colégio apresentar resultados. O dever institucional de apresentar resultados, talvez possa auxiliar na explicação para o arquivamento dos álbuns e outros documentos elaborados pelas associações escolares. A manipulação e circulação dos mesmos, pelos ambientes da escola, nas mãos de crianças e adolescentes poderia colocar em risco a sua integridade física. Longe das mãos da comunidade escolar e disponível para a inspeção parece ser a regra. O CCJ recebe a prescrição, desenvolve suas consignações e apresenta suas materializações, em perfeito estado aos agentes do Estado. Ao colégio restava decidir entre conceder total liberdade de criação, confecção e manipulação dos documentos às alunas ou apresentá-los sem máculas aos inspetores escolares. Parece que a segunda opção predominou e não era uma ação exclusiva do colégio aqui estudado. O Diretor do Departamento de Ensino, Elpídio Barbosa, através da circular n. 76¹²⁶ descreve algumas observações pontuadas na reunião de inspetores escolares em 1943, dentre elas destacam-se:

1) que as associações auxiliares da escola vêm, na sua maior parte, sendo dirigidas e executadas, em tudo e por tudo, pelo professor; 2) que a colaboração dos alunos tem sido nula; 3) que o professor executa todo o serviço, aparecendo somente o aluno, “in nomine”; 4) que há jornal escolar feito exclusivamente pelo professor, e assim por diante. 5) Que os recortes para os álbuns são feitos pelo professor; 6) Que o colar dos recortes nos álbuns também é feito pelo professor, e assim por diante. Tudo é feito pelo professor e o aluno assina, como se fosse seu trabalho. O Departamento de Educação conhece os seguintes argumentos de professores, para justificarem esse modo de ação: 1) que os alunos podem não recortar bem as gravuras; que o jornal pode ficar deficientemente redigido; que ao passar, as notícias e artigos para o jornal, o aluno pode copiar mal, má letra e mau desenho, e além da diversidade de letra (três ou quatro alunos, em escrevendo no jornal, prejudica-se a estética do jornal). Os argumentos são nesse tom. O professor quer apresentar trabalho perfeito para impressionar. Daí, açambarcar todo o serviço da associação auxiliar da Escola: - o professor faz o que dez, quinze ou vinte alunos deveriam fazer. E deseja dizer que o trabalho foi executado por eles. Isso é doloroso e funesto: ensino pelo exemplo, a mentira na sua mais plena acepção. Desejamos o trabalho da criança; - com seus maus traçados primeiros passos (maus recortes, álbum, às vezes, lambusado de goma, artigos e notícias feitos com graça de quem está ainda engatinhando, etc. Não se pode haver professor sacrificado, em virtude das associações auxiliares da Escola. (SANTA CATARINA, SECRETARIA DA JUSTIÇA, EDUCAÇÃO E SAÚDE, DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO. CIRCULAR N. 76, 1943)

¹²⁶ SANTA CATARINA, Secretaria da Justiça, Educação e Saúde, Departamento de Educação. Circular n. 76, de 16 de agosto de 1943, que trata sobre as associações auxiliares da escola.

As correspondências recebidas pelo CCJ, não fazem menção especificamente ao colégio. São generalistas e não descrevem os casos especificamente. Também não foram encontrados documentos, que demonstrem algum desvio praticado pela instituição, mas isso não anula a possibilidade de desvios cometidos. Talvez, a análise histórica esteja ignorando algum detalhe, o que pode ter sido provocado pela pouca documentação, que possa amplificar o entendimento sobre o tema. De qualquer maneira, as escolas, de um modo geral atuavam nas entrelinhas da lei, mesmo que isto fosse a altos custos, pois implicava em sobrecarga de trabalho dos professores. Os documentos são manifestações datadas e localizadas de uma instituição e de um grupo social, que considerou importante narrar de maneira seletiva o que era digno de ser visto, rememorado, reconhecido e aceito sobre o esforço e o sucesso da trajetória de todos os participantes do processo educativa implementado pela instituição. Assim como na memória, narram uma história construída em um fluxo de lembrança, esquecimento e reconhecimento. Ao historiador cabe o trabalho de reapropriar as intenções de verdade de um passado, que desejava ser memorável e que foi preservado por um agrupamento social, que considerou esses documentos como dignos de exercerem o papel de pontes com o passado. Os documentos, ao serem observados pelos olhos imersos no hoje conservam parte das funções que lhes foram delegadas no momento de sua materialização. A passagem do tempo lhes drena a estrutura física, mas preserva as forças e vontades que lhes são próprias.

6.2 EM PÉTALAS: UMA EXPOSIÇÃO ESCOLAR DIGNA DE VISITA

O Primeiro exemplar do Jornal *Pétalas* infantil foi lançado em 1943, como finalidade da associação complementar/ auxiliar da escola, procurava atender a demanda estatal, que já se encontrava pautada anteriormente. Em 1944, um novo Decreto-Lei estadual¹²⁷, assinado pelo diretor do Departamento de Educação, professor Elpídio Barbosa, chama a atenção de inspetores, diretores e professores para as associações auxiliares da Escola. O Decreto pretendia difundir as associações nas escolas, como parte de um projeto educativo mais amplo que, em síntese, contribuísse para a formação de uma infância, que reverberasse em futuros cidadãos saudáveis e úteis à nação brasileira. O Diretor do Departamento de Educação, segundo registros

¹²⁷ SANTA CATARINA, Decreto Lei n° 2.991, de 28 de abril de 1944, que traça determinações sobre a difusão das associações da escola.

tanto na Revista *Pétalas*, quanto no jornal *Pétalas Infantil*, visitou o CCJ, no início de novembro de 1945. No primeiro periódico, a cronista divulgou a presença do diretor do Departamento de Educação e do inspetor federal, com os seguintes dizeres: “Abertura da exposição dos trabalhos. Saúda as dignas autoridades, pelo curso secundário, a aluna mestra Maria de Lourdes Valente. No curso primário, fala a primeiranista Glorinha Cunha”. (Revista *Pétalas*, n. 24. Ano XIII, novembro de 1945, p. 38).

No sábado, dia 3 do corrente, abriu-se exposição, das alunas do Instituto Coração de Jesus. Quem cortou a fita do curso secundário foi o Dr. Elpídio Barbosa, D. D. Diretor do Departamento de Educação. Os visitantes gostaram muito. A exposição foi aberta às 10 horas da manhã. Foi cantado, quando as visitas vinham chegando, a canção “Obrigado América”, pelo curso secundário. (JORNAL PÉTALAS – SUPLEMENTO INFANTIL, DO COLÉGIO CORAÇÃO DE JESUS, NOVEMBRO DE 1945)

A exposição se organizava em três partes que apresentavam aos visitantes os trabalhos manuais realizados durante o ano, como material de costura, bordados, toalhas, colchas, almofadas, entre outros. Os trabalhos manuais faziam parte do decreto 967¹²⁸, enviado pelo então Diretor Interino do Departamento de Educação. Na circular 4.393¹²⁹, Elpídio Barbosa chama a atenção dos diretores e inspetores para a observância da legislação, que determina os principais pontos que devem ser registrados no relatórios de visita de inspeção: livros de escrituração escolar (livros de matrícula e frequência); disciplina reinante na escola “baseada no respeito mútuo entre mestre e discípulos”; ensino “eficiente intuitivo e objetivo, prático e aplicando, revelando-se nos trabalhos realizados pelos escolares”; aulas assistidas e encaminhamentos do inspetor; provas mensais; provas gráficas, trabalhos manuais; higiene escolar; e outras instruções burocráticas. No que tange os trabalhos manuais, o decreto determina que,

As exposições escolares de fim de ano sempre foram, em quase toda a parte do nosso Estado, a grande atração das famílias às escolas. Pode-se mesmo dizer que constituem elas, entre nós, o único acontecimento escolar que interessa aos pais e consegue arrastá-los, uma vez por ano, até o estabelecimento, onde estudam os filhos. Fora disso, dificilmente se consegue a presença dos pais em nossas casas de ensino. Tal a indiferença do meio pelas coisas referentes à educação e à infância. Não se deve, pois, desprezar essa rara ocasião de propaganda na escola e cumpre aos inspetores estimulá-la, ampará-la por todos os meios ao seu alcance. (SANTA CATARINA, SANTA CATARINA, SECRETARIA DA JUSTIÇA, EDUCAÇÃO E SAÚDE, DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO. CIRCULAR 4.393, 1943)

¹²⁸ SANTA CATARINA, Decreto 967, Florianópolis, 12 de março de 1941, que prescreve instruções para a inspeção escolar.

¹²⁹ SANTA CATARINA, Secretaria do Interior e Justiça, Departamento de Educação, circular n. 4393, de 02 de março de 1943, que envia ao CCJ o Decreto 967 e recomenda atenção da direção da instituição no que concerne as demandas dos inspetores e da legislação.

Por se tratar de uma instituição voltada para a formação de normalistas, o CCJ, constituiu um arquivo com documentação voltada para atender, com já discutido anteriormente, as prescrições estatais e as visitas de inspeção. O arquivo está povoado por elementos que representam uma visão de mundo socialmente aceitáveis e pertencentes a um tempo e lugar. Os documentos poderiam e podem ser acessados por inspetores e outros agentes, a qualquer momento e em suas pastas, livros e caixas estão guardados, documentos julgados pela instituição e pelos órgãos fiscalizadores, como capazes de atestar uma ação pedagógica adequada às prescrições e anseios do imaginário da época. Dentre as preocupações estatais, uma circular¹³⁰ enviada, pelo diretor do Departamento de Educação, Elpídio Barbosa, em janeiro de 1943 chama a atenção dos diretores e inspetores escolares, para o zelo com os trabalhos expostos pelos alunos. De acordo com a circular enviada pelo diretor do Departamento de Educação

Nas exposições escolares dos educandários estaduais só figuram trabalhos dos alunos matriculados nos cursos primários e complementar, confeccionados, de acordo com os programas em vigor. Acontece, porém, que nos estabelecimentos particulares de ensino, há recursos especiais de trabalhos, frequentados por adultos. Ora, uma exposição de um educandário particular tem, de fato, melhor aspecto. Impressionam ao visitante a beleza e o capricho dos trabalhos expostos. Não indaga se foram confeccionados por menores do curso primário, ou por adultos, de curso especializado de trabalhos manuais e pintura. Um leigo julga superior a exposição do educandário particular em comparação com o estabelecimento estadual. Nós, professores, selecionamos os trabalhos; e, terminada a visita julgamos muitas vezes superior os nossos escolares (estaduais). Para evitar este contraste chocante lembraria, salvo melhor juízo, que nas exposições escolares do fim de cada ano letivo, os educandários particulares separassem em salas os trabalhos dos alunos do curso primário e dos adultos matriculados em curso especializado, de modo que o visitante tivesse visão nítida de que são cursos diferentes, com finalidades também diferentes. (SANTA CATARINA, SECRETARIA DA JUSTIÇA, EDUCAÇÃO E SAÚDE, DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CIRCULAR Nº 14, 1943)

Este tipo de mensagem não raro pode ser encontrado, pois em vários outros documentos, o diretor do Departamento de Educação, bem como, os inspetores escolares, criticam a intervenção de adultos, nos trabalhos escolares. A recorrência destas missivas, aponta para uma possível vontade de apresentar resultados impecáveis e dignos de aprovação estatal. É possível supor, que seja uma reação voluntária ao modelo vigilante, prescritor e fiscalizador. Apresentar

¹³⁰ SANTA CATARINA, Secretaria do Interior e Justiça, Departamento de Educação, circular n. 14, contendo sugestões relativas as exposições escolares. Florianópolis, 25 de janeiro de 1943.

os melhores resultados para afastar, qualquer suspeita sobre a obediência e cumprimento das exigências legais. A mensagem do diretor, parece apontar para uma brecha na aparente conformidade com o prescrito, que a instituição de ensino procurava transparecer. Talvez este fato, também se repetisse em outros estabelecimentos de ensino, mas é bom lembrar, que outras explicações possam responder este questionamento. O fato é que o arquivo, assim como o jornal escolar parecem ter sido tecidos, de maneira a não levantar nenhuma desconfiança sobre possíveis desvios ou conflitos. Tanto o primeiro, quanto o segundo registraram a adesão incondicional e a observância de uma ação prescrita e fidedignamente praticada. O distanciamento provocado pela passagem do tempo afastou qualquer comprovação definitiva, relegando ao historiador do presente, não mais do que fragmentos de intenções, a partir de uma análise localizada e datada. O texto do jornal escolar infantil pode ser entendido como uma construção movida pela vontade de testemunhar ou atestar às famílias e ao Estado, uma atividade praticada de modo a apaziguar qualquer questionamento suspeita.

Um colégio dedicado ao público feminino administrado por uma ordem religiosa feminina parece imprimir a si e às alunas elementos constitutivos de um processo de “feminização”. Este processo é abordado nos estudos de Carvalho (2008 p. 12), onde a cultura material é analisada para além de sua funcionalidade ou como representação de classes dominantes. A ideia de masculino e o feminino se constitui a partir de sua relação com os objetos e se diferenciam em “ações centrípedas” para as mulheres que diluem sua individualidade nas atividades restritas a alguns espaços reservados no ambiente doméstico e “ações centrífugas” para os homens que se individualizam nos objetos que reforçam sua personalidade de gênero. Alguns espaços do CCJ reproduziam em sua organização, os espaços domésticos de modo que as alunas, familiares e visitantes pudessem vislumbrar um ambiente feminizado e católico, em que as mulheres pudessem desempenhar suas atividades de formação profissional sem perder a perspectiva das funções domésticas. Ao desempenhar as tarefas domésticas, a relação com os objetos dilui a personalidade feminina, ficando esta última restrita à família que ela representa. Esta seria uma então,

(...) os artefatos também nos moldam; não apenas nos expressam, mas, igualmente, de formas e em graus variados, nos constituem. O artefato, desse modo, é, ao mesmo tempo, produto e vetor das relações que seus fabricantes e usuários estabelecem em sociedade e, ainda, produtor de seres sociais. (CARVALHO, 2008, p. 12)

O jornal escolar do CCJ demonstrou, mesmo que parcialmente, a observância da lei, pois a exposição demonstra a disponibilização de um espaço dedicado às tarefas domésticas, bem como objetos destinados ao desenvolvimento dos trabalhos, que moldam gestos e ações

vinculados ao ambiente privado do lar. Ao estudar como se dava a relação entre a disciplina de trabalhos manuais e a educação feminina durante as primeiras décadas do século XX, no que diz respeito à formação proporcionada às mulheres e as representações sociais desse grupo, os estudos de Oliveira (2012) analisam as fotografias de exposições de trabalhos manuais e de pintura publicadas em jornais e revistas, na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, como uma representação social que visava reforçar

o caráter de formação da mulher para o lar ou a formação da jovem culta para a sociedade. Nesse sentido, os trabalhos manuais não se inseriam no currículo escolar como uma oportunidade de profissionalização, embora algumas jovens possam tê-lo utilizado para isso, mas como uma formação que objetivava a preparação da esposa, que atuaria em âmbito doméstico. (OLIVEIRA 2012, p. 707)

Para a autora, os trabalhos manuais registrados em fotografias e apresentados em periódicos da época procuram demonstrar para os leitores, o cumprimento de uma prática social, pelas instituições de ensino públicas e privadas. Os trabalhos manuais são descritos no decreto anteriormente citado, na alínea I, do Artigo 3º, como uma necessidade fundamental e que, durante as suas

visitas às escolas não deixarão os inspetores de acompanhar, com todo o desvelo, o que vem sendo feito nas aulas de trabalhos manuais. É indispensável que essas aulas mereçam o mesmo carinho que as demais, que a classe toda tome parte nelas e que não fique uma criança, seja sob que pretexto for, impedida de exercitar a habilidade de suas mãos e de seus dedos. No curso primário, o ensino é tão importante como o ensino mental. Ambos se completam e são inseparáveis. (...) Os trabalhos terão uma finalidade prática e educativa e visam a destreza e a firmeza das mãos, criação de valores e utilidades. (SANTA CATARINA, DECRETO 967, 1941).

Vale lembrar que no acervo de objetos¹³¹, que o colégio mantém no sótão, é possível encontrar manuais dos trabalhos com agulha, editados em língua portuguesa ou alemã, junto aos manuais. Junto aos manuais, a administração do CCJ anexou amostras de trabalhos em tricô, bordado e outras técnicas. Além disso o relatório de 1941 agregou em suas descrições

¹³¹ Este espaço guarda alguns objetos que fizeram parte da trajetória da instituição, e que permanecem sob a guarda da atual administração. Trata-se de uma parcela da cultura material escolar que se expressa na forma de coleções de rochas, ferramentas, insetos, madeiras, tecidos, discos, peles de répteis, esqueletos humanos e animais, madeiras, artesanato indígena, ossos de baleia, peixes, animais taxidermizados, máquinas de escrever, aparelhos de som, além de instrumentos de laboratório, mobiliário escolar, mobiliário de enfermaria e odontologia, mobiliário religioso, armários antigos, livros antigos, manuais diversos, discos, quadros formatura, projetores cinematográficos, projetores de slides, entre outros.

físicas e pedagógicas da instituição algumas fotos dos ambientes oferecidos no CCJ. A sala de trabalhos manuais (Figura 28) anexada por meio de suporte fotográfico, ao Relatório de Inspeção aponta para uma prova do que era feito na escola. O jornal dessa maneira pode ser interpretado como veículo mediador, que poderia funcionar como um facilitador para a Inspeção escolar já que dava notícias do que era feito, publicizava para mostrar cumprimento ao disposto pela lei.

As portas abertas do armário e a aparente desordem sobre a mesa sugere um espaço utilizado pelas alunas. A fotografia foi utilizada pela instituição como testemunha de uma ação pedagógica valorizada na época, a formação da mulher, mãe e normalista. Caso as normalistas formadas no CCJ não quisessem ou pudessem se dedicar a carreira profissional, para a qual foram preparadas, estavam aptas para assumir os afazeres domésticos. Na cena, no primeiro plano estão expostos trabalhos manuais confeccionados técnicas diversas. No segundo plano da imagem, um armário de madeira envidraçado e decorado com cortinas internas, que abriga em seu interior novelos de linha, pastas com moldes, agulhas e revistas - a maior parte deles ainda presentes no arquivo – (Figura 29). No plano superior e centralizado na imagem um crucifixo, símbolo católico, que não deixa muitas dúvidas sobre os valores morais que norteiam os trabalhos no colégio e tais situações apareciam descritas nos jornais escolares, por exemplo, como se verá em Pétalas.

Figura 26 – Fotografia da sala de trabalhos manuais do CCJ, em 1941



Fonte: Relatório de Inspeção de 1941

Arquivo do Colégio Bom Jesus/Coração de Jesus (2016)

Os relatórios de inspeção trazem registros das exposições escolares e apontam para uma prática corriqueira e valorizada pelo Estado. Os jornais testemunham o cumprimento da legislação sobre as associações Auxiliares da Escola (Jornal, Pelotão de Saúde, Bibliotecas, Liga da Bondade) divulgando a execução de atividades previstas em lei e dando visibilidade ao que era feito no CCJ. No relatório de 1940, o inspetor escolar descreve que o colégio realizou uma exposição pública de trabalhos manuais, na qual as alunas puderam apresentar aos visitantes suas habilidades em “trabalhos de costura, bordados, etc., como também desenhos e pinturas, constituindo pleno êxito pelo seu verdadeiro valor artístico”. (SANTA CATARINA, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1941, P. 197). No relatório de 1945, o inspetor relata que “as exposições escolares foram entregues à visitação pública e os trabalhos manuais engradeceram

a imagem das alunas do estabelecimento” (SANTA CATARINA, RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1943, p.456).

Figura 27 - Manuais de trabalho com agulha



Fonte: Acervo de objetos do Colégio Bom Jesus/Coração de Jesus

Os diversos documentos acionados para tentar responder algumas indagações sobre o que escreviam o *Jornal Pétalas*, buscam dar sentido a uma narrativa institucional balizada em um fluxo de interações entre forças que se chocam e complementam. De um lado o *ethos* pautado na experiência cotidiana de um grupo de religiosas pertencentes a Congregação da Divina Providência, sediada na Alemanha, e orientadas por uma visão de mundo fundamentada nos valores do catolicismo. Do outro, as prescrições do Estado Republicano, que se esforça para se afirmar e legitimar em uma sociedade que anseia por modernidade. O jornal escolar era uma das associações auxiliares da escola em vigor naquele momento e cumpria concomitantemente várias funções: apresentava ao Estado e aos familiares os investimentos da instituição na formação e aprimoramento do ensino da língua portuguesa, divulgava a observância das prescrições, estimulava as práticas de escrita e leitura, criava um veículo de comunicação entre escola e familiares.

De acordo com Cunha (2013), as associações auxiliares da escola eram “dispositivos legais e considerados científicos”, que deveriam proporcionar a prática dos ensinamentos teóricos no cotidiano escolar, a fim de promover

os pressupostos dos princípios escolanovistas, notadamente ao legislar sobre a organização escolar, como a obrigatoriedade do funcionamento das instituições complementares da escola que eram, seguindo a ordem expressa na legislação, a liga pró-língua nacional, biblioteca, o jornal escolar, o clube agrícola, o círculo de pais e professores, os museus escolares, os centros de interesses, a liga da bondade, o clube de leitura e o pelotão de saúde. Estas iniciativas ecoaram em políticas geradas sob a insígnia de um Brasil moderno e laico, bem como reforçaram investimentos escolares em atividades práticas sobre a importância da higiene e dos bons costumes no cotidiano. (CUNHA, 2013, p. 256)

Dentre as associações auxiliares da escola a Liga Pró-Língua Nacional (SANTA CATARINA, 1947, tít. IV cap. I) instruía, entre suas finalidades, a criação de um jornal escolar, que deveria ser elaborado pelas alunas, tanto como atividade em sala de aula quanto extraclasse. A Liga Pró-Língua Nacional visava estimular o espírito de cooperação, bem como promover entre os estudantes e as famílias a integração, cooperação, trabalho em equipe, prática do civismo e da nacionalidade. Ainda de acordo com o texto da lei, o auxílio dos alunos, embora modesto,

nem por isso deixa de ser ponderável o seu trabalho. Se de um lado vamos encontrar o aluno agindo junto a outro aluno, de outro vemos acentuar-se, profundamente o seu espírito nacionalista, fazendo brotar de sua alma brasileiramente preparada ações que, de uma forma objetiva reflatam a sua grandeza. E, se porventura o seu sentimento patriótico estiver, por qualquer circunstância, embotado, a Liga faz acordar aqueles sentimentos diante da realidade dos fatos que temos a expandir. (SANTA CATARINA,

A constituição do Jornal Escolar fica determinada no mesmo decreto em um capítulo à parte (SANTA CATARINA, 1947, tít. IV cap. III), com especificações dos procedimentos de implantação do periódico institucional.

Art. 544 – o jornal representa uma coleção de trabalhos que se concentra em um só todo, e assim para, no futuro, poderem os novos alunos conhecer as realizações do passado.

Art 545 – Muitos alunos que têm queda pela narração, descrição, contos, poesias, crônicas, desenho, caligrafia, terão oportunidade de expandirem a sua inclinação, podendo ser o jornalzinho uma fonte, onde fará brotar tendências latentes da alma juvenil.

Art 546 – Possuindo as diversas secções adiante descritas, servirá ainda, o jornal, documentar certos pormenores íntimos da vida local que, mais tarde, constituirão elemento valiosos de consulta, quando tivermos de escrever a historia da região.

Art. 547 – Os pais, por meio do jornalzinho, ficarão ao par, não só do progresso de seus filhos, como terão a oportunidade de verificar as vantagens que outras crianças estão realizando, pois no jornal, teremos várias manifestações da vida escolar.

Art. 548 – o jornal deve ter um nome escolhido pelos alunos, bem como de seus dirigentes, em número de quatro (4) para as escolas isoladas.

Como tais elementos o professor incute no ânimo dos seus discípulos a vontade ser fundado o jornalzinho da escola.

Seria de conveniência que essa propaganda provocasse uma manifestação espontânea dos alunos, naturalmente de maneira positiva.

A Escolha dos Nomes

Art. 549 – Num dia e hora previamente designados, os alunos se reúnem na escola, e, primeira coisa a fazer, é a escolha do nome do jornal. Para facilitar esse trabalho, o professor apresentará uma lista de dez nomes em elaboração com as crianças e, dentre esses, será votado um. Para isso, o professor distribui um pedacinho de papel a cada aluno presente e fará a apuração.

Escolhido o nome do jornal, segue-se a votação dos dirigentes, que deverá recair em quatro alunos mais capazes da escola.

A votação deverá resultar na eleição de um diretor, de um gerente e dois repórteres, os quais, ato contínuo à sua proclamação, serão empossados, nos cargos, lavrando-se uma ata.

Nos grupos escolares o número de repórteres poderá ser aumentado tendo-se em vista o número de classes e a perfeição do trabalho que lhes compete.

Os repórteres acrescidos serão auxiliares, e escolhidos por designação. Por isso, não aparecem no cabeçalho do jornal. Essa designação será proposta em sessão, constando, da ata respectiva, os sus nomes.

Apesar de fazerem parte de Associações auxiliares distintas, o jornal escolar e a Liga Pró-Língua Nacional estão muito próximos em suas metas, pois ambos participavam do projeto estatal de fomentar o aprendizado e refinamento da língua pátria através da prática da “narração, descrição, contos, poesias, crônicas, desenho, caligrafia”. O estímulo aos trabalhos desenvolvidos nesta associação auxiliar da escola, indica o empenho do Estado para o aprimoramento de atividades de fomento a língua portuguesa.

O CCJ também fez investimentos nesta associação, que contava com diversos eventos ao longo do ano letivo. A criação dos jornais escolares podem ser entendidos como um dos desdobramentos das atividades da Pró-Língua Nacional, que fazia uso desse suporte de leitura para divulgar suas realizações. Os jornais davam visibilidade aos projetos desenvolvidos pela instituição e as habilidades apreendidas pelas alunas. Aos familiares se estendia a distinção de suas filhas capazes de demonstrar o domínio da língua vernácula e da técnica editorial. No jornal escolar datado de dezembro de 1945, as alunas elaboraram uma carta de encerramento, onde é possível ler a descrição dos principais eventos acontecidos durante o ano. A inspeção escolar foi referendada com a seguinte descrição:

Também, ao Sr. Inspetor queremos manifestar a nossa gratidão. Foram tanta dedicação que acompanhastes nossa vida escolar, velando por nossos trabalhos,

dirigindo as nossas tarefas. Por tudo muito obrigado. (JORNAL PÉTALAS, DEZEMBRO, 1945)

O arquivo do CCJ é composto por elementos, que representam uma visão de mundo socialmente aceitáveis e pertencentes a um tempo e lugar. Os documentos poderiam ser acessados por inspetores e outros agentes a qualquer momento e em suas pastas, livros e caixas repousavam documentos capazes de atestar uma ação pedagógica adequada às prescrições e anseios do imaginário da época. Ao leitor, a imagem de um acontecimento teoricamente praticado e capaz de apaziguar qualquer questionamento ou desconfiança de um Estado autoritário e interventor. Ao historiador a dúvida que habita entre o que foi praticado de fato e o que foi apenas registrado como demonstração de adesão as prescrições estatais. As alunas, que teoricamente redigiram o texto no jornal escolar fazem menção ao inspetor escolar, de modo que não restam dúvidas para a comunidade escolar, agentes públicos, familiares e outros possíveis leitores, sobre a importância do trabalho do inspetor escolar.

O jornal escolar reafirma o que era previsto em lei e a transcrição artesanal demonstra uma intenção institucional de apresentar uma adesão. O CCJ, conforme as prescrições legais, incutiu nas alunas o desejo de constituir o periódico, de maneira que pudessem aprimorar o domínio da língua pátria, refinar a habilidade da observação e do registro gráfico do cotidiano escolar, divulgar para as famílias o trabalho pedagógico e brindar o Estado com a materialização de um projeto, que refletisse sua eficácia no implemento de uma sociedade escolarizada e ativa. O agradecimento das alunas dissimula momentaneamente qualquer desvio ou negligência institucional em relação as determinações das instâncias superiores.

A interação cristalizada no registro do jornal traz a perspectiva da inspeção escolar pelo registro do jornal pétalas. O leitor é guiado por um olhar previamente prescrito, que legislava no intuito de promover seus ideais por meio das associações escolares. Estes dispositivos deveriam atuar como lugares de interação social de modo que governo, familiares, instituição de ensino, alunas, visitantes pudessem interagir e agir a seu modo. Na concepção de Simmel (2006, p. 60), estas ações cooperativas envolviam interesses variados, que se inter cruzavam por “sociação” e se constituíam como uma unidade em torno de uma meta ou empreendimento, dando forma aos círculos sociais. É por meio da interação que pode-se observar os círculos sociais, interligações entre indivíduos de grupos distintos e dentro de um mesmo grupo. A interação, para o autor também é uma forma de “sociação” e não de associação, pois se constitui na

forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros ou teleologicamente determinados – se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realiza.

Não é possível medir com precisão o que é espontâneo e o que foi ditado no registro do periódico. Trata-se de um olhar cristalizado no texto, teoricamente redigido por um grupo de alunas em formação escolar. Tudo parece estar em ordem e dentro de uma prescrição de códigos normativos idealizados por um determinado grupo social, que fomentou a descrição. As aparências podem enganar, pois na perspectiva de Simmel (2011, p. 570), esta suposta harmonia flui em meio a conflitos nem sempre parentes, pois na maioria das vezes os acontecimentos se apresentam como uma unidade “positiva”, em que

o indivíduo não atinge a unidade de sua personalidade exclusivamente por uma harmonização exaustiva, de acordo com as normas da lógica, objetivas, religiosas ou éticas, do conteúdo de sua personalidade. Ao contrário, contradição e o conflito não apenas precedem esta unidade, mas são nele operativos a cada momento de sua existência. Da mesma forma, não existe provavelmente nenhuma unidade social onde as correntes convergentes e divergentes entre os seus membros não estejam inseparavelmente entrelaçadas. Um grupo absolutamente centrípeto e harmonioso, uma pura ‘unificação’ (*Vereinigung*), não só se apresenta como empiricamente irreal, como não representa nenhum processo concreto da vida

Alunas produtivas trabalhando em prol de um país escolarizado e moderno. Futuras mães professoras símbolos de uma conduta satisfatória aceitável e desejável. O jornal abriga um olhar composto, por um processo de construção e imerso em significados que produzem significados. Ao analisar as realizações divulgadas pelo Colégio Catarinense e o CCJ, durante a década de 1940, DALLABRIDA (2010, p. 73) descreve a intensão institucional de divulgar um sentimento de sucesso, que priorizava a reafirmação da instituição como

o melhor colégio feminino de Santa Catarina. Em razão disso, suas alunas e ex-alunas teriam que se situar nas posições mais elevadas do meio social, escolar, esportivo, profissional e cultural. Os exemplos na revista Pétalas são emblemáticos e funcionam como estratégia para reafirmar um estilo de vida marcado pelo êxito.

A existência da revista escolar sinaliza o êxito. Nesta época e atualmente, escrever, editar e publicar as revistas escolares implica em dominar conhecimentos escolarizados específicos e não acessível a todos. Em um país com altos índices de analfabetismo, a habilidade

de publicar um jornal¹³² parece indicar, uma vontade institucional de apresentar à sociedade florianopolitana, uma escola eficaz no trabalho de formar mulheres dotadas de capacidades distintivas¹³³. As revistas escolares, não podem ser entendidas como entes aleatórios e meramente espontâneos, pois emergem nos estabelecimentos de ensino como produtos das tensões no campo social. São dispositivos, e com tais produzem e reproduzem subjetivação, nos sujeitos, que exercitam uma liberdade obediente. Estes dispositivos visam simbolizar o sucesso escolar tanto da instituição, quanto das alunas e suas famílias. São instrumentos de controle e de distinção social, construídos para serem admirados pela sociedade que os consubstanciou. Símbolos de excelência social, esses suportes textuais, sugerem a observância de uma prescrição. Publicam e dão a ver a adesão do colégio, das alunas e dos familiares destas, às práticas, saberes e discursos propagados pelo Estado. Estar na escola e publicar a revista era uma honra conferida à poucos privilegiados.

Na perspectiva da cultura material escolar, as revistas escolares, aqui analisadas celebram o sucesso das alunas do CCJ. Sua materialidade apresenta de maneira fragmentária, alguns vestígios ou intenções sociais, que norteavam as vivências e práticas cotidianas da educação escolarizada do período. A partir da perspectiva do alargamento da concepção de documento e das perspectivas de pesquisa vinculadas à História Cultural, a análise das revistas escolares pode colaborar para a problematização dos códigos forjados socialmente e legitimados, num duradouro fluxo de trocas entre o meio social e o interior da instituição escolar. As revistas, sob a guarda da Congregação da Divina Providência, constituem parte da coleção de objetos do acervo que compõem a cultura material do CCJ. Sua materialidade transcende a presença física, pois fizeram e fazem parte da subjetivação derivada das trocas – nem sempre – pacíficas entre prescritores, produtores e consumidores. Estas trocas se deram em meio a produção de sentidos, que demarcam um período determinado de tempo, dentro de

¹³² Segundo mostra estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1940, a população brasileira correspondia a 41. 236.315 habitantes e a taxa de analfabetismo de pessoas com mais de dez anos de idade, era de 56,8%, que em números absolutos correspondia a 16,4 milhões de habitantes. Disponível em:< https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII_Brasil.pdf> Acesso em: 10 de out. de 2017.

¹³³ Este termo faz referência ao conceito de consumo cultural distinto, cunhado por Bordieu (2007), que o define como um consumo, que confere ao consumidor a distinção social de consumir algo raro. O consumo cultural distinto se distingue do consumo cultura vulgar, pautado na banalidade e o fácil acesso ao produto, bem ou prática. Dessa maneira, o autor descreve que o consumo distinto pressupõe um acúmulo razoável de capital econômico e cultural, ao passo que o consumo vulgar, geralmente, não conta com o volume expressivo desses capitais.

um espaço que constituiu o universo da escolar. A presença desses periódicos no acervo pode ser entendida como fruto de uma intenção de guardar e comprovar. A guarda do patrimônio alude a um testemunho para o tempo presente de um passado memorável. As revistas registraram e perenizaram em sua materialidade, momentos de celebração, reconhecimento e consolidação de uma escola pulsante e imersa em saberes e práticas vividos, sentidos e reproduzidos. Compartilham essa condição com outras centenas de objetos arquivados ou preservados no acervo e prontos para serem problematizados e despertados do silêncio e do esquecimento.

Ao serem acionados, através da análise histórica construída a partir do tempo presente estes suportes não oferecem mais do que possibilidades parcelarias de um todo, que não pode ser vivido com tal. Ao historiador restam fissuras na tessitura do tempo e imagens distorcidas, que são lidas, digeridas e devolvidas através das representações que lhe são próprias. A cultura material da escola é afetada pela passagem do tempo, que lhe desfigura e drena parcialmente a estrutura física, as forças e vontades que lhes são próprias. O exílio na biblioteca da Província das Divina Providência, cristaliza momentaneamente, os motivos de sua construção e proporcionaram desempenhar novas funções de uso. Tudo leva a crer, que estes suportes faziam parte de um universo mais amplo de periódicos, que também representavam suas adesões em um contexto de subjetivação. O êxito era celebrado e divulgado na revista, na interação com outros estabelecimentos de ensino, pois é bom lembrar, que o CCJ se constituiu na interação com o meio social, no qual estava inserido.

No Jornal Pétalas, de março de 1945, também há indícios de outros elementos das várias interações, que vigoravam na instituição. O “Grêmio Rui Barbosa” foi mencionado no suplemento de 1945¹³⁴, onde foi descrito uma reunião organizada pela “Irmã Diretora” e todas as sócias do referido grêmio, também conhecido como “Liga Pró-Língua Nacional, onde apresentamos nosso 1º programzinho, a cargo do 4º ano A. Como de costume fizemos a Saudação à Bandeira, sendo homenageado, além do querido símbolo da nossa Pátria, o patrono do 4º ano, Olavo Bilac” (JORNAL PÉTALAS, 1945). A “Liga da Bondade” também se reuniu para a tomada de posse da diretoria. No primeiro encontro as alunas associadas definiram metas de ação: “praticar a bondade no falar, não dirigindo palavras indelicadas a ninguém e tratando a todas afavelmente. Todas com muito entusiasmo vão reiniciar os trabalhos da Liga da Bondade, esforçando-se, cada uma em ser boa, e irradiar bondade. O “Clube Osvaldo Cruz”

¹³⁴ JORNAL PÉTALAS. Suplemento infantil do Colégio Coração de Jesus, março de 1945.

também foi descrito na mesma publicação, como uma organização que “visa despertar o interesse pela saúde, higiene e estética.

A partir dessas evidências, pode-se considerar que o associativismo escolar foi amplamente divulgado no jornal escolar, em suas páginas é possível encontrar referências as ações filantrópicas desenvolvidas pelas alunas, que se organizavam para levar aos bairros carentes da cidade um pouco mais de conforto material e espiritual. Entre eles destaca-se as “Filhas de Maria”, o Clube de Sociologia “Tristão de Ataíde”, a JEC (Juventude Escolar), o “Grêmio Escolar Joaquim Nabuco”, que entre outras funções fomentavam as interações sociais entre as alunas do Colégio, outras instituições e a cidade. Apesar de constituírem associações auxiliares distintas, o jornal escolar apresenta indícios da proximidade entre as atividades da Liga Pró-Língua Nacional e os jornais escolares no CCJ. Ao estudar o jornal escolar editado no mesmo período no Grupo Escolar Lauro Müller, Silva (2013, p.15) trata do tema e destaca a atenção dada pela instituição para a Liga Pró-Língua Nacional. Segundo a autora, a pesquisa revelou

o empenho da escola em se adequar a essa política da língua. Evidenciam também o quanto ela se distinguiu das demais ligas e produzia distinções ao travar competições entre escolas, entre alunos, afinal tais competições davam visibilidade à escola e aos seus estudantes e professores. Essas práticas escolares, nas quais se inclui o jornal, mantinham o Grupo Escolar Lauro Müller em evidência na década de 1940.

Durante o ano letivo, diversos eventos culturais eram desenvolvidos dentro e fora da instituição. Ambos os periódicos (revista Pétalas e Pétalas Infantil) registram publicações das alunas e oferecem algumas frestas do cotidiano escolar. A Revista Pétalas de julho de 1941¹³⁵ registrou uma visita, ocorrida em abril, onde “uma turma de internas assiste a uma demonstração de educação física no Abrigo de Menores; outra turma busca à tarde, a linda praia de Coqueiros”. No dia 4 de setembro, durante os preparativos para o desfile cívico, quando foi comemorado o dia da “Juventude brasileira, uma comissão de alunas assiste a competição de atletismo entre o Instituto de Educação desta capital e o de Lages¹³⁶. A tarde realizam-se diversos jogos em nosso campo”. Também são registradas publicações relativas a competições esportivas entre o colégio e outros estabelecimentos de ensino. Alguns destes eventos

¹³⁵ REVISTA PÉTALAS, Colégio Coração de Jesus, Florianópolis, n. 17, ano IX, dezembro de 1941.

¹³⁶ Lages, cidade natal do interventor federal Nereu Ramos, localiza-se no centro do Planalto Serrano e é o maior município do estado de Santa Catarina em extensão territorial.

desportivos foram realizados na Base Aérea e nos campos da Força Pública. As derrotas não são registradas, quando muito são mencionadas participações do colégio nesses eventos.

Cabe frisar, que em 23 de março de 1941, a Revista Pétalas destacou um acontecimento, que poderia alterar os rumos da instituição, pois nesta data “Efetua-se a primeira reunião dos inspetores para a concessão da inspeção permanente ao nosso ginásio” (REVISTA PÉTALAS, N. 18, ANO IX, DEZEMBRO DE 1941, P. 37). Como já foi descrito anteriormente, o “regime de inspeção permanente” ocorria, após dois anos de inspeção preliminar. Uma comissão faria, quando solicitada pela instituição de ensino, uma inspeção verificadora, para comprovar a observância das exigências do Decreto Federal¹³⁷. De acordo com o Art. 53, a inspeção preliminar deveria verificar a:

- I. Eficiência do ensino ministrado nos termos deste decreto.
- II. Idoneidade dos professores no exercício do magistério.
- III. Admissão progressiva de professores por concurso ou mediante contrato com remuneração adequada.
- IV. Aperfeiçoamento das condições exigidas para os efeitos da classificação.
- V. Observância dos preceitos de estrita moralidade por parte dos corpos docente, administrativo e discente.
- VI. Execução dos dispositivos do regulamento apresentado à aprovação do Departamento Nacional do Ensino.
- VII. Limitação das matrículas, de acordo com as condições e a capacidade do edifício e das instalações, verificadas pelo Departamento Nacional do Ensino.
- VIII. Sub-divisão dos alunos por turmas que não compreendam mais de 50 alunos para o ensino de qualquer disciplina.

Findado o processo de inspeção preliminar, a concessão da equiparação ao Colégio Pedro II era concedida por decreto do Governo Federal e segundo o Decreto, no parágrafo 2º os estabelecimentos de ensino secundário mantidos por municipalidades, associações ou particulares, que obtiverem as mesmas prerrogativas, serão designados estabelecimentos livres de ensino secundário. O relatório do inspetor federal, Octavio da Silveira Filho informa em seu relatório mensal sobre a inspeção de verificação da seguinte maneira:

Exposição geral sobre os métodos de ensino empregados no estabelecimento e resultados obtidos no ano letivo anterior: tendo sido submetido este Ginásio nos últimos meses do ano p. f. a prolongada inspeção, pelos três ilustres Srs. Nomeados por esse Departamento a-fim-de ser concedido aos estabelecimentos inspeção permanente, foi remetido para aí minuciosíssimo relatório sobre a atividade educacional aqui exercida e seus resultados. Apenas me resta juntar ao presente

¹³⁷ BRASIL. Decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932 - Publicação Original: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21241-4-abril-1932-503517-publicacaooriginal-81464-pe.html>

relatório um exemplar do periódico semestral, que contem trabalhos literários de nossas alunas e alguns dados estatísticos sobre o ano letivo de 1941. (RELATÓRIO DE INSPEÇÃO, 1942, p. 76)

De acordo com os registros do Relatório de Inspeção (1943, p. 45), os resultados da inspeção, relatados na Revista *Pétalas* e pelo inspetor federal foram positivos para o estabelecimento de ensino, já que, “pelo decreto n. 11.910, de 17 de março de 1943, foi concedido o reconhecimento sob regime de inspeção permanente a este ginásio”. Em março de 1944, a Revista *Pétalas*¹³⁸ registrou que no dia 21 de março, as alunas do ginásio foram visitadas pelo “digno Inspetor Federal, sr. Otávio Silveira Filho” (REVISTA PÉTALAS, JULHO DE 1944, P. 30). O mesmo fato se repete no mês de julho, quando a visita do inspetor do curso primário, Adriano Mosimann foi registrada nas páginas da revista¹³⁹. De acordo com o periódico, o inspetor “procede à inspeção do curso primário, é a primeira, desde a fundação do nosso educandário” (REVISTA PÉTALAS, DEZEMBRO DE 1944, P. 34). Outra visita de inspeção realizada por este mesmo inspetor foi descrita pela revista *Pétalas*, de dezembro de 1945¹⁴⁰, que descreve a “chegada do Inspetor Mosimann para suas confortadoras visitas ao curso primário (REVISTA PÉTALAS, DEZEMBRO DE 1945, P. 37). Entre os eventos do cotidiano escolar, os editores da revista descrevem as visitas dos inspetores, como eventos merecedores de registros e a notícia geralmente segue acompanhada de comentários apologéticos e enaltecendores do inspetor e do seu trabalho.

6.3 “MÚSICA... FLORES... POESIA”: SAUDAÇÕES AOS INSPETORES

Em outubro de 1945, ambos os jornais do CCJ registraram a visita do inspetor escolar. Na revista *Pétalas*, de outubro de 1945, a visita do inspetor foi noticiada como um evento corriqueiro, mas não passível de esquecimento. Segundo a descrição do jornal, “o Sr. Inspetor Mosimann chega para suas confortadoras visitas ao curso primário”. No dia 13, o inspetor escolar oferece uma “conferência às segundanistas no Normal e ao Corpo Docente. Sessão cinematográfica no Ritz por todas as alunas”. Não há mais detalhes sobre a conferência ou sobre o evento no cinema. O inspetor cumpria suas obrigações pois permanecia, como prescrito pela lei, quatro dias na instituição de ensino e fazia intervenções para aprimorar os trabalhos

¹³⁸ REVISTA PÉTALAS, Colégio Coração de Jesus, Florianópolis, julho de 1944.

¹³⁹ REVISTA PÉTALAS, Colégio Coração de Jesus, Florianópolis, dezembro de 1944.

¹⁴⁰ REVISTA PÉTALAS, Colégio Coração de Jesus, Florianópolis, dezembro de 1945.

pedagógicos. No jornal infantil¹⁴¹, a visita do inspetor Adriano Mosiman foi registrada em um artigo intitulado de “Música... Flores... Poesia...” Ao lado do título a colagem da imagem de uma menina segurando um cachorro em um dos braços e um ramalhete de flores no outro. O texto descreve o acontecimento da seguinte maneira:

Estando em visita ao nosso querido Instituto o Sr. Inspetor, o “Grêmio Rui Barbosa” resolveu oferecer-lhe uma festinha, em sinal de gratidão pelos serviços prestados. A festa foi reaberta pela menina Lígia Alcântara, presidente do Grêmio. Em seguida, diversas meninas declamaram e a gerente do nosso jornal saudou o Sr. Inspetora com um belíssimo discurso. Duas meninas do 2º ano B. depositaram aos pés do Sr. Inspetor uma linda *corbeille* de flores brancas, que ele muito apreciou. Quando íamos terminar a nossa linda festinha, o Sr. Adriano pediu a palavra à presidente, subiu ao palco e começou sua agradável palestra. Ele disse que nós o oferecemos as três coisas que ele mais aprecia: música, poesia e flores. Ficou encantado com a nossa festinha e ensinou-nos ainda muitas coisas bonitas e interessantes! (JORNAL PÉTALAS – SUPLEMENTO INFANTIL, 1945))

A visita do inspetor foi celebrada com festa, música e poesia. O agente do Estado foi recebido, segundo o periódico com honras e muita formalidade. O jornal perenizou um ato de reconhecimento estatal, que se deu durante uma festa escolar oferecida ao professor Adriano Mosiman, que dois anos antes havia sido nomeado inspetor escolar¹⁴². O jornal descreve um momento de cooperação entre as partes, para colocar em cena interesses, que se inter cruzam por “sociação” e se constituem como um círculo social empenhado em uma meta comum: colocar em cena, através da interação entre CCJ e inspetoria, realização de uma determinação legal em prol da educação nacional. Esta interação entre grupos distintos, mas com metas comuns marca a visita do inspetor.

A elaboração do jornal e o registro em suas páginas pelas alunas do CCJ podem ser entendidas como uma demonstração de adesão. Uma adesão que se manifesta através de um “lugar praticado”¹⁴³, espaço onde o colégio proporcionava o encontro ou a aproximação entre de diferentes agentes sociais. As formaturas parecem ter favorecido a interação entre membros da associação auxiliar da escola, convidados e público leitor. A presença do inspetor escolar pode ser entendida como uma tentativa de demonstração de aprovação e manifestar que,

¹⁴¹ JORNAL PÉTALAS. Suplemento infantil do Colégio Coração de Jesus, outubro de 1945.

¹⁴² SANTA CATARINA, Secretaria do Interior e Justiça, Departamento de Educação, Inspeção Geral de Escolas Particulares e Nacionalização, Ofício n. 14, de 8 de janeiro de 1943. Trata da nomeação do professor Adriano Mosiman, como inspetor de ensino. O documento registra as escolas que deveriam ser fiscalizadas por ele, entre elas encontra-se o CCJ.

¹⁴³ Termo referente ao conceito de “espaço” cunhado por De Certeau (1994, p. 202), que entende o espaço no sentido absoluto, onde ocorrem as interações históricas com o meio – lugar – ou as relações com o mundo. Espaço é movimento da ação humana no lugar geográfico, e como ação vive, luta, pulsa, “em suma o espaço é o lugar praticado” (CERTEAU, 1994, p. 202).

compartilham dos mesmos valores, crenças interesses, projetos, metas, etc... Por tratar-se de uma capital de Estado em processo visível de urbanização e expansão, o favorecimento dos encontros também é valorizado, devido as dificuldades impostas pelo anonimato imposto pelos ambientes urbanos. A interação, nesses espaços de trocas podia trazer ganhos duradouros para os participantes já que reforça laços entre os participantes e a instituição de ensino, sugerindo a presença de uma conexão momentânea, capaz de unir todos os participantes e projetar futuras alianças. Essa sociação amalgamada pelas trocas ocorridas por meio da interação pode contribuir para a formação de círculos sociais, que podem ser duradouros e determinantes na trajetória dos envolvidos. Esse fluxo contínuo de contatos e trocas pode sofrer alterações com o passar do tempo podendo diminuir ou expandir conforme a trajetória de cada participante. Por ser fruto de uma interação social, os círculos sociais são dinâmicos, racionais e passionais, envolvendo relações amistosas e outras nem tanto. As interações que os consubstanciam provocam breves encontros de desconhecidos na cidade. Nesses encontros, nem sempre casuais, membros de diferentes círculos sociais interagem e podem firmar amizades, alianças, cumplicidades, rejeições, antagonismos, contendas e competições. Estes espaços são marcantes e podem deixar cicatrizes, pois concretizam relações de adesão ou dissidência e um breve encontro movido por interesses e metas.

Música, poesia e flores demarcam uma instituição feminina e atenta para as habilidades culturais, principalmente no que concerne ao refinamento em torno do idioma pátrio. Aos leitores do jornal escolar cabia a ação de testemunhar a adesão do CCJ, divulgada pelo periódico teoricamente elaborado pelas alunas. O relato da visita não deixa dúvida sobre a seriedade da instituição na formação de futuras mulheres, mães e educadoras. Aos inspetores, o registro do jornal apresentava a prova/testemunho de uma atividade realizada e reconhecida pela comunidade escolar e seus familiares. O jornal representa o ápice do processo de formação docente, legitimando e coroando as aptidões e talentos da instituição, das alunas, das famílias e do Estado. O cotidiano escolar foi legado à posteridade, de maneira parcelar, através dos registros escritos, que cristalizaram em sua superfície o fluxo de tensões que ocorriam no campo educacional no momento de sua emergência. A formação de normalistas era apresentada como um sopro de esperança e ratificava o investimento na formação de quadros para o magistério. A visita do inspetor escolar recebida com festa tornava-se valiosa pela sua raridade e, por isso, era aguardado com expectativa e anunciado no jornal como uma festa dedicada ao mérito, que deveria ser vivida, lembrada, admirada e divulgada.

No início de novembro de 1946, o CCJ recebeu o telegrama n. 1.494¹⁴⁴, encaminhado pelo Diretor do Departamento de Educação, Elpídio Barbosa, a “Diretora do Instituto de Educação ‘Coração de Jesus’. No corpo do texto do telegrama, os seguintes dizeres: Prazer comunicar-lhe que esse Instituto foi transformado em Escola Normal, por Decreto 3.647, de 11 de novembro de 1946”. Esta conquista simboliza a consolidação do CCJ, como instituição de referência na formação feminina em Santa Catarina. O reconhecimento estatal, por meio de decreto sinaliza para uma consonância entre a instituição e o Estado. Ao oferecer os dois ciclos do ensino secundário o antes ginásio, agora poderia ser chamado de Colégio, como aconteceu em 1943 com o Colégio Catarinense¹⁴⁵ e posteriormente, com o Instituto de Educação, em 1950, quando passou a se chamar Colégio Estadual Dias Velho¹⁴⁶. A promoção concedida criava novas demandas e de acordo com os estudos de Dallabrida (2012, p. 178) esta mudança,

representou uma mudança significativa no colégio, especialmente no tocante à constituição do corpo docente, pois a grande maioria das freiras era preparada para atuar no ensino primário e normal, e o curso científico exigia professores especializados. Para a implantação do curso científico, foi imprescindível a contratação de professores/as leigos/as, isto é, docentes que não pertenciam à Congregação das Irmãs da Divina Providência, alguns deles do sexo masculino, mas afinados com o propósito católico do educandário.

De acordo com Decreto-Lei nº 4.244, também conhecido como Lei Orgânica do Ensino Secundário¹⁴⁷ estabeleceu que esta modalidade de ensino, se dividiria em dois ciclos distintos: o primeiro compreendia o curso ginasial, com duração de quatro anos, destinado ao ensino dos elementos básicos do secundário; e o segundo que funcionava em dois cursos paralelos: o curso clássico e o curso científico. Estes dois últimos tinham três anos de duração cada e tinham como finalidade aprofundar e consolidar os ensinamentos do curso ginasial. No primeiro, a prioridade era um currículo mais voltado para as humanidades, com destaque para a filosofia e letras, já no segundo a atenção se voltava para o aprofundamento maior de ciências. A lei recomendava que o secundário feminino fosse ministrado, em estabelecimentos exclusivamente para este público. A lei previa ainda a disciplina de economia doméstica devia ser incluída na terceira e

¹⁴⁴ SANTA CATARINA, Secretaria do Interior e Justiça, Departamento de Educação. Telegrama n. 1.494, de 23 de novembro de 1946.

¹⁴⁵ Colégio confessional católico, de caráter privado e exclusivamente dedicado ao público masculino. Localizado também na área central da capital de Santa Catarina, foi fundado pela Ordem da Companhia de Jesus, no final do século XIX e até 1947 ostentava o monopólio do ensino secundário científico.

¹⁴⁶ Colégio de caráter público, coeducativo, gratuito, também localizado na cidade de Florianópolis.

¹⁴⁷ BRASIL. Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942, intitulado de Lei Orgânica do Ensino Secundário. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em 12 de set. de 2016.

quarta série do curso ginásial e em todas as séries do ensino secundário clássico e científico, pois a lei previa, no item 2 do Art. 25º, a “orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar”. O CCJ, bem como outras instituições já citadas receberam, como determinava o capítulo II da lei, o reconhecimento como estabelecimentos equiparados ou reconhecidos. Os equiparados eram mantidos pelas esferas federal ou estadual e os reconhecidos eram mantidos pelos municípios, ou pessoas jurídicas. A conquista do reconhecimento, se dava através de inspeção e poderia ser cassada ou suspensa sempre que o “estabelecimento de ensino secundário, por deficiência de organização ou quebra de regime, não assegurar as condições de eficiência indispensáveis”. A inspeção seria efetuada por funcionários do Ministério da Educação e manteria as funções de averiguação dos procedimentos administrativos e orientação do fazer pedagógico.

O jornal *Pétalas* infantil, registrou, pela caneta da aluna Rute Amélia Lobo, do 4º ano, a visita do inspetor escolar, professor Américo Vespúcio Prates. Segundo a cronista, entre os dias 3 e 14 de junho, o inspetor do curso primário iniciou sua verificação

pelo Jardim de Infância, foi até os cursos mais adiantados, fazendo em cada sala perguntas sobre os pontos do programa que já haviam sido dados e em seguida passou visto em nossos cadernos e no material escolar das nossas bondosas professoras. Para nos divertir, contou-nos histórias bonitas e engraçadas. Desta maneira, soube ele conquistar a simpatia de todas as alunas, que o acharam muito bom e muito culto. A sua estadia aqui foram dias de verdadeira alegria e bem estar. Para testemunhar a nossa amizade ao Inspetor, a Liga-Pró Língua Nacional organizou uma festinha, com o concurso das outras classes do curso primário. Houve diversos recitativos, números de canto, e dois discursos sendo um dedicado ao Senhor Inspetor e outro sobre Pestalozzi, o fundador da ‘Escola Nova’ feito pela gentil quartanista Maria de Lourdes Araújo Dominoni. Houve também um bonito bailado executado admiravelmente por oito graciosas colegas da nossa classe, ao som da Valsa: Noites Brasileiras tocada pela exímia colega Iolanda Grilo. Ah! Ainda me recordo muito bem das bonitas posições que as meninas tomavam durante a dança! Ao terminarem o bailado desceram o palco e ofereceram ramalhetes de flores ao Senhor Inspetor, que comovido, recebeu-as carinhosamente. Ao som do Hino Nacional foi encerrada a nossa festinha de gratidão, realizada no dia 14. O Senhor Inspetor agradeceu muito a nossa homenagem, dizendo que estava satisfeito com o nosso adiantamento, a nossa disciplina, o asseio dos nossos cadernos, e que só lamentava não ter uma filha para educa-la neste modelar estabelecimento de ensino cuja fama já tinha ultrapassado as fronteiras do Brasil. Ao Senhor Inspetor, os nossos agradecimentos, com votos de breve regresso. (JORNAL PÉTALAS – SUPLEMENTO INFANTIL, JUNHO DE 1947).

No mesmo periódico uma outra crônica intitulada de “A Visita” descreve a visita do referido inspetor e oferece mais detalhes sobre seu trabalho junto as alunas. De acordo com a cronista Maria de Lourdes R. de Aguiar, do 3º ano,

no sábado, dia 7, estivemos muito satisfeitas porque recebemos a visita do sr. Inspetor. Ele ficou 2 horas conosco. Fez-nos muitas perguntas e nós ficamos tão contentes porque sabíamos responder a todas. Contou-nos coisas interessantes. Ele viu também todos os nossos cadernos e ficou muito satisfeito. Muitas meninas receberam elogio por causa da ordem da letra bonita. Batemos palmas de contentes. O senhor Inspetor queria ouvir tudo o que nós sabemos e cada uma queria ser a primeira em contar histórias da nossa pátria, analisar palavras, fazer cálculos orais e no quadro negro, dizer e mostrar no mapa o que já sabemos do nosso lindo estado. No fim da aula cantamos e a Helena Kesten disse uma bela poesia para o nosso presado sr. Inspetor. Ficamos com pena quando tocou a sineta para ir par casa. O sr. Inspetor é um homem distinto e muito bom. (JORNAL PÉTLAS – SUPLEMENTO INFANTIL, JUNHO DE 1947).

Vale frisar que as revistas teoricamente construídas pelas alunas, trazem em suas estruturas textuais vestígios de ações de reciprocidade entre o estabelecimento de ensino, alunas e seus famílias, inspetor escolar e seus superiores. Estas ações individuais se dão no coletivo e constituem uma unidade no campo educacional. O CCJ, seria fiscalizado de uma maneira ou de outra, mas, ao promover o encontro entre a comunidade escolar e o inspetor, no pátio do colégio, embalado por um clima festivo, alterou o ar de formalidade da inspeção. O inspetor foi gentilmente recebido e homenageado e o encontro foi divulgado nas páginas da revista. Em um lance aparentemente inocente, a instituição, demonstrou às alunas, aos familiares das mesmas, autoridades e outros leitores do texto, o empenho institucional em formar quadros, conforme as prescrições estatais e os desígnios do catolicismo. Às famílias cabia a distinção, de poder manter sua prole em uma instituição de referência, na formação feminina. Ao inspetor, a revista torna público e notório, o reconhecimento institucional pela sua pessoa e competência profissional.

Um evento e muitas trocas recíprocas em torno do objetivo de escolarizar a sociedade pretendente à modernização. Estas ações cooperativas envolvem diferentes interesses, em que todos ganham. Formam-se círculos sociais interligados entre si e a outros ciclos distintos. O evento celebrado aproximou indivíduos e os enlaçou em torno de um objetivo comum. Esta sociação fortalecia os seus integrantes, pois agregava à cada um, alguma distinção, no campo e fora dele. A celebração e a interação entre os diversos atores, que estavam envolvidos na sua realização e divulgação, aponta para uma provável adesão, um enlaçamento entre o colégio, alunas, famílias, inspetores e Estado. Um engajamento que a instituição fez questão de expressar através do jornal escolar. Como espaço de interação, o encontro festivo, no pátio do CCJ, acionou elementos do jogo social que contribuíram para o reconhecimento e consolidação do CCJ como instituição formadora de mulheres, que podiam seguir ou não, a carreira de professoras.

A participação do inspetor e o registro perenizado, propõem uma distinção compartilhada por todos os envolvidos, pois a formação de professores era uma urgência

Nacional e bastante valorizada na época. Qualquer movimento que sinalizasse nessa direção era digno de valor e de reconhecimento político e social. A notícia da visita de inspeção extrapolou a formalidade recomendada pela lei e legou, ao tempo presente um recorte da interação entre personagens que faziam do ensino uma atividade digna de ser vista, celebrada, divulgada, registrada e tornada memorável. A celebração do sucesso da inspeção era transferida automaticamente aos envolvidos na sua realização. Aos participantes foi acrescida a imagem pública de uma adesão celebrada. Um evento distinto e como tal registrado, divulgado e perenizado no jornal *Pétalas*. Uma homenagem ao sucesso escolar que omitiu qualquer desvio ou contradição que pudesse macular essa conquista.

7 EM BUSCA DE TESTEMUNHOS DE UM MUNDO DESFEITO: (IN)CONCLUSÕES

O arquivo do CCJ preservou documentos, na sua grande maioria administrativos e foi forjado como prescrição estatal, a fim de possibilitar o processo de inspeção escolar. A problematização da escrituração escolar criou condições para investigar as formas de produção de hierarquias, instituição de funções que foram responsáveis pela produção de lugares de poder e de autoridade, estruturação de espaços administrativos que homogeneizaram, não raro, práticas, pois esta produção não foi feita para ser obliterada como nos outros documentos da escrita escolar. No trabalho do historiador da educação, os documentos dos arquivos assumem a condição de irradiadores de testemunhos repletos de significação, podendo ser investigados como relíquias dotadas de singularidade e força. Estes aspectos são decisivos para que sejam estudados não apenas como produtos de efeitos de significação dentro dos sistemas, mas também como propriedade daqueles que detêm o poder para produzir e conservar esses sistemas.

As correspondências oficiais e os relatórios de visita de inspeção, focos desse constructo, fazem parte de uma escolha de análise, que preteriu outros documentos da totalidade do arquivo. Partiu-se nesse estudo, da premissa, de que estes suportes fazem parte do sistema de exigências estatais, que necessitavam de arquivamento passível de fiscalização. Restava saber como o CCJ lidou com esses intercâmbios e de que maneira assimilou, obedeceu/aderiu e/ou subverteu as prescrições impostas pelo Estado.

Ao longo das primeiras décadas do século XX, o CCJ colecionou vários reconhecimentos estatais e, em 1947 recebeu a autorização para a abertura do Curso Secundário Científico. Este ato governamental parece sinalizar para o reconhecimento estatal, que aferiu a concordância do CCJ às prescrições estatais. O sucesso da instituição de ensino estendia-se aos membros da cúpula do campo educacional catarinense, movidos pelas convicções e ações pedagógicas nacionalistas. Elpídio Barbosa, emerge nesse contexto de reafirmação nacionalista, e algumas nuances de sua ação profissional, como um dos funcionários públicos responsáveis, pela prescrição e aferição do cumprimento da legislação vigente, ficou perenizada no arquivo do CCJ.

Não se deve ignorar, o fato de que, o arquivo analisado aqui, bem como, os arquivos escolares de outras instituições, foram organizados em torno de um conjunto de normatizações estatais, que tonaram e tornam estes acervos, produtos de uma esfera mais ampla de prescrição

e controle. A forma de organizar e guardar é que, provavelmente sofreu ingerências das normas da congregação. Além disso, o arquivo do CCJ é um espaço de guarda, um arranjo documental ordenado conforme os imperativos da época e, portanto, livre de qualquer pressuposto de coerência ou infalibilidade de séries históricas. Exigir uma narrativa ordenada e sem hiatos seria uma incongruência, pois o arquivo seria despido das forças que amalgamaram seu caráter. O arquivo escolar, assim como outros arquivos é, via de regra, um espaço forjado sob a égide prescritiva, que lhe conferiu uma materialidade constituída de vazios e preenchimentos. São salas ou espaços reservados as falhas, caixas vazias, documentos deteriorados, ausências, que invadem frequentemente a rotina de qualquer pesquisador.

Essa proposta de investigação se pautou em um recorre de tempo e em escolhas por opções de entrada e análise histórica. A utilização dos relatórios de inspeção e correspondências administrativas, como documentos de análise, para o estudo da história da educação, levou em conta que, sozinhos esses documentos, são insuficientes para a reconstituição histórica da escolarização. Cotejados com outras fontes documentais tornam-se mais precisos, por trazerem em sua materialidade vestígios de parte do processo de formação de professores. A escola deve ser entendida como produto das tensões no campo social e o arquivo, em sua materialidade, oferece um panorama dessas tensões, pois expressa na composição de suas vitrines e prateleiras, o mapeamento de uma parte do campo, registrando hierarquias, estratégias e táticas do cotidiano escolar. Os registros visavam comprovar a adesão institucional aos projetos e leis educacionais elaborados pelo Estado. As vitrines do arquivo e seus documentos sistematicamente agrupados e disponibilizados, podem ser interpretados como dispositivos de confirmação, conformação, orientação e distinção social, construídos para serem perenizados. Símbolos de excelência institucional e pessoal, os documentos do arquivo podem ser entendidos como uma obra de adesão que deveria ser vista e admirada.

As regras do colégio eram explícitas e as alunas, assim como as famílias deveriam se adequar às prescrições e exigências legais, sociais e materiais. Os documentos aqui analisados revelam uma adesão ao prescrito, que se estendia às famílias, em um programa de ensino alicerçado nas prescrições estatais, nos princípios que regiam a moral católica e nos valores sociais, que circulavam no período e moviam expectativas de um modelo feminino idealizado. O cruzamento de informações registradas, nos relatórios de inspeção permitem a elaboração de explicações prováveis para um cenário desfeito. Estar no colégio fazia parte de uma possibilidade remota para a maioria das meninas da época, pois os custos eram proibitivos, para as famílias menos abastadas. O Estado reconhecia a importância do colégio na formação de novos quadros profissionais, apesar de ser acessível a uma pequena parcela da população. É

salutar lembrar que, nem todas as normalistas que saiam da instituição se dedicarem ao magistério. Os pais encontravam na proposta de ensino do colégio a garantia de que suas filhas sairiam preparadas para serem normalistas ou mães recatadas, femininas e católicas. As alunas reconheciam-se como corpo homogeneizado e formado em uma instituição, que lhes conferia distinção social e profissional.

Os relatórios de inspeção, elaborados por inspetores designados pelo governo revelam atos de adesão do CCJ às prescrições mediadas, especialmente, por Elpídio Barbosa. Revelam ainda a constituição de uma memória construída em um jogo de lembrar e esquecer, pois os fracassos, desobediências, desvios e distorções foram obliterados nas páginas dos relatórios de inspeção. A adesão irrestrita foi perenizada e guiada por dispositivos, que também contribuíram para obscurecer os desvios do CCJ. Em alguns documentos ficaram registrados vestígios de táticas utilizadas pela instituição de ensino, a fim de burlar as imposições legais. Não responder a um convite para participar de um evento público, pode ser interpretado como um ato falho, um esquecimento ou um erro de interpretação. Porém, a indignação do remetente, ligado ao Departamento de Educação induz a interpretar como uma rejeição ou declinação por parte do colégio. Os hiatos presentes nas correspondências revelam uma das faces da cultura escolar, que se desdobra nas interações sociais, que nem sempre são aleatórias. Emerge na dinâmica das escolhas deliberadamente prescritas por um corpo dirigente e docente, que nem tudo mostra e nem tudo pode esconder. Ao cruzar as descrições presentes nos relatórios de inspeção com a mediação das prescrições enviadas como correspondências administrativas ao CCJ, é possível demonstrar como as resistências podem se manifestar no que deixou de ser registrado.

As memórias são construídas em um fluxo ininterrupto de trocas entre indivíduo e coletividade e a institucionalização de eventos prescritos visa reproduzir assimilações que serão agregadas à memória individual, através da validação do grupo social. O arquivo de documentos sustenta a instituição do agora, através da testemunha documental de uma trajetória de sucesso, no que tange a formação discente e docente. Os documentos guardados no arquivo, reservam a possibilidade de serem acionados a qualquer momento, como memória capaz de auxiliar a lembrança, esquecimento, reconhecimento e justificação para os tempos atuais. Nas páginas amareladas dos relatórios de inspeção ou nas circulares corroídas pela passagem do tempo, o colégio Bom Jesus, se fundamenta sob os alicerces de décadas de formação docente registrados pela escrituração do CCJ. Trata-se de um trabalho incessante, que paulatinamente vem sendo substituído pelos arquivos digitais armazenados em “nuvens”. Assim como o

esquecimento, a decisão de não descartar também merece ser problematizada. Apesar de um presente, que tende ao digital, o arquivo analógico continua lá. Esquecido, ignorado pela comunidade escolar e visto como relíquia de um tempo distante, o arquivo institucional permanece como fiel testemunha de uma trajetória de tempos memoráveis. Além de serem manifestações físicas pertencem à memória imaterial individual, coletiva e institucional. Sua existência desdobra-se a partir da conjunção de forças que interagem entre si e que levam os indivíduos a crerem nas crenças e valores que os conduzem.

Nas trocas constantes entre o Departamento de Educação, CCJ e inspetores escolares, o que predomina são relatos que revelam um panorama apaziguador, livre de conflitos e de desvios. Os documentos analisados, majoritariamente apresentam interlocutores aparentemente satisfeitos com o desempenho da instituição fiscalizada e cumpridora de todas as exigências prescritas. O empenho do CCJ em participar das festividades e desfiles cívicos ficou registrado no arquivo escolar, e oferece indicativos de que esses eventos funcionavam como estratégias de difusão, além de exerceram funções pedagógicas de adesão ao projeto político em vigor. A descrição positiva do inspetor aponta para uma adesão atestada e registrada no relatório de inspeção, resta saber, o que ficou de fora do texto e por que não foi incluído, porém, em algumas circulares enviadas por Elpídio Barbosa foi possível perceber algumas perturbações no cenário de tranquilidade. Nem sempre os relatórios de inspeção deixavam claro o cumprimento da lei, o que gerava reclamações e demonstrações de insatisfação do gestor do Departamento de Educação. São pequenas brechas de descompasso, que foram perenizadas no arquivo do CCJ, mas que expõem uma provável fragilidade no processo de prescrever, aderir e fiscalizar. As prescrições eram remetidas pelo Departamento de Educação, através das correspondências administrativas, que eram recebidas e arquivadas pelo CCJ, que comprovava a adesão por meio dos registros dos Relatórios de Inspeção. Porém, alguns documentos registram a imprecisão dos relatórios, pois a implementação das recomendações previstas pela lei, não pareciam claras o suficiente.

As trocas de circulares entre o Departamento de Educação e o CCJ revelaram desvios, que foram prontamente questionados e reprimidos pelos órgãos reguladores do Estado. No caso do convite enviado por Elpídio Barbosa, ao colégio para participar do Congresso de Geografia em 1940 ficou evidente a tentativa da instituição de ensino ignorar o mesmo. Este ato suscitou reação imediata do Diretor, que exigiu explicações sobre a falta de adesão ao evento. Não é possível saber como a direção do CCJ respondeu, pois faltam documentos no arquivo e o pouco que resta não passa de um esboço da resposta enviada pela secretaria. Como se trata apenas de um rascunho escrito a lápis, não foi possível comprovar o envio, mas como também não foram

encontrados mais ofícios questionando, nem congratulando a instituição, os indícios levam a crer que o colégio aderiu ao convite e participou do evento.

Os jornais escolares como documentos de análise para a história da educação oferecem oportunidades de investigação para o historiador do presente. Nesses manuscritos do cotidiano escolar foi registrada parte da memória institucional, que os forjou e tornou público, obedecendo, quase sempre as prescrições estatais vigentes no período estudado. Uma memória da escola construída conforme a lei, onde os jornais dão a ver a intervenção de professoras, professores, diretores e inspetores atentos para apresentar, provar e perenizar a ação de adesão aos preceitos do Estado. Estes atos de intervenção também sugerem, que as prescrições podiam ser ultrapassadas, e que as estratégias da “operação de caça”, podiam sofrer perturbações e pequenos desvios. O espaço de escrita destinado, em princípio, às alunas, apesar da vigilância estatal parece ter oferecido pouca liberdade de ação para estas últimas, pois os possíveis erros gramaticais ou desenhos imperfeitos foram sublimados das publicações. A escrita dos jornais permitiu ao CCJ um exercício de reinvenção institucional guiada por prescrições estatais. Os jornais ecoam reverberações da adesão irrestrita do colégio ao Estado. Através de desenhos e caligrafias seguras as ações de investimento na educação perpetrada pelas alunas, pais, colégio, professores, inspetores e governo. A descrição direta de práticas e saberes ligados a cultura letrada em um contexto de analfabetismo e exclusão social. Crianças capazes de produzir um jornal escolar num país de poucos leitores.

É difícil marcar se há um começo ou um fim, pois o *corpus* documental foi erodido pelos efeitos da passagem do tempo e pelo fato do arquivo ainda estar em plena atividade. Os mediadores foram interpostos entre os missivistas, ao historiador cabe o trabalho de problematizar e buscar explicações nos contrafortes da memória. As correspondências se mostram como um caleidoscópio forjado no jogo de combinações infinitas.

O arquivo escolar guarda documentos, que oferecem brechas de um tempo que não retorna, apenas ecoa entre as paredes do prédio centenário. Seu silêncio guarda um cenário de lutas, tramas, crenças, valores, sonhos, interesses e intensões nas caixas, pastas e relatórios que o compõe. Fazê-los falar é impossível, resta apenas a problematização de sua existência e das forças geradoras que os legaram voluntariamente ou não ao tempo presente. Exumar essas insígnias de comprovação de adesão, reabre uma série de debates sobre o contexto social e educacional que os materializou. O imaginário construído sobre a figura do inspetor escolar rigoroso e autoritário não se confirmou na pesquisa. A documentação consultada permite

considerar um trabalho de inspeção mais preocupado com o CCJ e menos com aptidões fiscais ou punitivas. As recomendações feitas pela prescrição e aferição realizada pelos inspetores eram, na maior parte das vezes, harmonicamente aceitas pelas irmãs, porque faziam parte daquela proposta educacional em que elas estavam inseridas; dessa forma, faziam o possível para adequar-se a elas e legitimar sua função diante do serviço de inspeção e, assim, atribuir credibilidade à instituição.

Alguns documentos analisados registraram momentos de tensões entremeadas de lembranças e esquecimentos, pois nem todas as ações pedagógicas foram cumpridas e registradas. Os registros documentais são frutos de um jogo de mostrar e esconder construído, a partir de escolhas, que visavam sustentar e dar visibilidades aos prescritores, fiscalizadores, alunos, familiares e instituição de ensino. Esse recorte arbitrário pretendia construir uma composição convincente, de modo a merecer o arquivamento e a perenização. Trata-se de um conjunto de documentos expostos em uma vitrine, que poderiam ser acessados, fiscalizados, consultados, visualizados, atestados, comprovados, na passagem do tempo. A interpretação desses documentos, na condição dispositivos, exigiu diálogos teórico-metodológicos atinentes ao campo da História da Educação, da arquivologia, sociologia, em consonância com a própria História de Santa Catarina. O ato de perquirir foi pautado na perspectiva de que o historiador está preso entre o passado, que se abre em frestas estreitadas pela penumbra da passagem do tempo. Ao historiador é necessário escolher e descartar, pois o arquivo pode soterrar quem tentar abraçar a totalidade dos documentos. Da dinâmica de interpretar o passado, restam ao historiador da educação, fragmentos de um tempo que se desfaz, nas possíveis intenções de verdade que deles puder extrair.

No arquivo do CCJ há um encontro de desencontros, nem todos os documentos habitam nele, mas as ausências, aludem para o desaparecimento de possíveis arquivos silenciados. O arquivo escolar visível é o cume de um montanha submersa de perdas e descartes. As sombras perpetradas ou acidentais, insinuam para um mundo desfeito. Ao historiador cabe a tarefa de problematizar e buscar explicações possíveis, para explicar a dinâmica de forças, que moveram este jogo de luz e sombras constituintes do arquivo. Ao construir esta vitrine parcelar, a instituição de ensino aponta para a intenção de cristalizar uma trajetória forjada no campo educacional. Aos inspetores escolares, funcionários, e outros visitantes resta ler as representações remanescentes, e que de alguma maneira testemunham e sustentam a existência do colégio nos dias atuais.

Os documentos do arquivo se apresentam como parte de um cenário construído, a partir de escolhas tecidas entre verídico e o ficcional. O historiador deve mergulhar no passado

investido de alteridade, pois é necessário investigar o momento em que as correspondências administrativas e relatórios de inspeção foram produzidos, a materialidade das páginas, as intervenções de terceiros, as marcas deixadas pelo uso, a triagem e a classificação (cortes, desgastes, anotações, numerações, possíveis descartes). As condições de arquivamento também devem ser observadas, pois os documentos podem ser recopiados nos seus cadernos, repertoriadas nos seus registros, conservados em pastas ou e em outros suportes. As correspondências administrativas recebidas pelo CCJ, analisadas desse modo, falam das condições de sua travessia no tempo, as razões de sua conservação e o valor “agregado” que suportam. No seu encontro com o arquivo em construção, o historiador, assim como os autores, herdeiros, arquivistas, redistribui e redefine as unidades de saber. Ele inaugura um lugar de reconhecimento. O conteúdo torna-se acessível através da operação historiográfica que transforma natureza em cultura. Um trabalho incompleto e permeado de questões formuladas na distância entre o teclado do historiador, a caneta do legislador e a vigilância do inspetor.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, Elcio. O conceito de tempo, do misticismo aos dias modernos. **Revista USP**, São Paulo, n.81, p. 50-57, março/maio 2009. Disponível em: <www.usp.br/revistausp/81/04-elcio.pdf> Acesso em: 25 de agosto de 2012.

AGAMBEM, Giorgio. O que é dispositivo? Revista Outra Travessia. Trad. de Nilcéia Valdati. **Revista de Literatura**, PPGL/UFSC, Florianópolis, n.5, p. 9-16, 2005. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743> > Acesso em 6 de set. 2011.

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. Estado Novo: projeto político pedagógico e a construção do saber. **Revista brasileira de História**, 1998, vol.18, n.36, pp.137-160. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200008&lng=en&nrm=iso> Acesso em; 02 de nov. 2017.

ANDRADE, Ana Luíza Mello Santiago de. **O centenário do Colégio Coração de Jesus (Florianópolis, 1988 – 1998)**. Tese (Doutorado em História da Educação) – Programa de Pós Graduação em História – PPGH, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2013, 111p. Disponível em: < http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/784/ana_luiza_mello_santiago_de_andrade.pdf> Acesso em 20 de out. 2017.

ARRUDA, Ângelo Marcos. Edifícios escolares em Campo Grande no século XX. **Vitruvius**, v 8, n. 6, ago. de 2008. Disponível em < <http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.096/140>> Acesso em 11 de set. 2017.

AURAS, Gladys Mary Teive. **Reforma dos mestres pela reforma do método**: a presença do método de ensino intuitivo e do ideário republicano na reforma curricular da Escola Normal Catarinense (1911/1935). 30ª reunião anual da ANPED: Caxambu, 2007, p. 1 – 14.

AZEVEDO Nara; FERREIRA Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. **Cadernos Pagu** n. 27, jul-dez de 2006, pp.213-254. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/%0D/cpa/n27/32143.pdf>> Acesso em: 25 de out. 2016.

AZZI, Riolando. O Fortalecimento da Restauração Católica no Brasil (1930-1940). **Revista Síntese**, v. 6, n. 17, 1979, p. 69-85. Disponível em< <http://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/2291/2570>> Acesso em 16 de out. 2017

BARTHES, Roland. **A Câmara clara**: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

BENCOSTA, Marcus A. L. Memória e cultura escolar: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba. **Revista História**. São Paulo, SP: v 30, n., jan./jun. de 2011 p. 397-411.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BRASIL, Vanderlei. O cinema em Florianópolis: a construção de um imaginário. **Revista Esboços**, Florianópolis, v. 5, n. 5, p. 71-78, jun. - dez. 1997. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/search/authors/view?firstName=Vanderlei&middleName=&lastName=Brasil&affiliation=Universidade%20Federal%20de%20Santa%20Catarina&country=BR>> Acesso em: 06/07/2015.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1950). **Censos Demográficos**. Brasília: IBGE. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=767>> Acesso em: 25 de outubro de 2017.

BALASSIANO, Ana Luiza Grillo. **Liceu Francês do Rio de Janeiro (1915-1965): instituições escolares e difusão da cultura francesa no exterior**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-17072012-104129/>> Acesso em: 03 de fev. 2016.

BARTHES, Roland. **A Câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

BASTOS, Maria Helena Camara. **Impressos e cultura escolar: percursos da pesquisa sobre a imprensa estudantil no Brasil**. In: HERNANDEZ DIAS, J. M. (org.). *La prensa pedagógica de los escolares y estudiantes: su contribución al patrimonio histórico educativo*. Salamanca: Universidad Salamanca, 2015, v. 1, p. 21-43.

_____. A HISTÓRIA DA IMPRENSA PERIÓDICA PARA A INFÂNCIA E A JUVENTUDE ITALIANA. **Revista História da Educação**. Santa Maria, v. 21, n. 51, p. 449-452, abr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-34592017000100449&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 13 out. 2017.

_____; ERMEL, Tatiane de Freitas. O jornal A Voz da Escola: escritas dos alunos do Colégio Elementar Souza Lobo (Porto Alegre/RS, 1934-1940). **Revista História da Educação**, Santa Maria, v. 17, n. 40, p. 143-173, ago. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-34592013000200008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 13 out. 2017.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

BENCOSTA, Marcus A. L. Memória e cultura escolar: a imagem fotográfica no estudo da escola primária de Curitiba. **Revista História**. São Paulo, SP: v 30, n., jan./jun. de 2011 p. 397-411.

SILVA, Cristiane Bereta da. Liga pró-língua nacional e a construção da nacionalidade no jornal escolar A Criança Brasileira (Santa Catarina 1942-1950). **História da Educação**, v. 17, n. 40, mai/ago. de 2013, p. 175-195. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3216/321627379009/>> Acesso em: 02 de outubro de 2017

BICUDO, Joaquim de Campos. **O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação (de 1931 a 1941)**. São Paulo: Associação dos Inspectores Federais de Ensino Secundário de São Paulo, 1942.

BOMBASSARO, T. Santa Catarina na IV Conferência Nacional de Educação: por uma Escola Nova barriga-verde. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 7, n. 3 (15), set/dez. de 2007, p. 137-173. Disponível em:< <http://rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/issue/view/12/showToc>> Acesso em 15 de agosto de 2017.

_____. O movimento pela Escola Nova em Santa Catarina: Formação docente e modernização do ensino (1930). **Caderno de História de Educação**, v. 8, n. 1, p. 221-232, 2009. Disponível em:< <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/viewFile/2286/1874>> Acesso em: 29 de agosto de 2017.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. **Arquivos escolares: limites e possibilidades para a pesquisa**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25, 2002, Caxambu - MG. Anais... Educação: manifestos, lutas e utopias. Rio de Janeiro: Anped, 2002. p. 97-109. v. 1. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000154&pid=S1413-9936200900010000900003&lng=pt> Acesso em 20 de maio de 2017.

BOPPRÉ, Maria Regina. **O Colégio Coração de Jesus na educação catarinense (1898-1988)**. Florianópolis : Lunardelli, 1989.

BORGES, Maria Eliza Linhares. História e fotografia. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BRASIL, Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931.

BRASIL. Decreto nº 21.241, de 4 de abril de 1932

BRASIL, Decreto Lei n. nº 2.072, de 8 de março de 1940

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Disponível em:< <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em 12 de set. de 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1950). Censos Demográficos. Brasília: IBGE. Disponível em:< <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=767>> Acesso em: 25 de outubro de 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1940). Censos Demográficos. Brasília: IBGE. Disponível em:< <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=767>> Acesso em: 25 de outubro de 2017.

BURKE, Peter. **O testemunho das imagens**. In:_____. Testemunha Ocular: História e imagem. Baruru, SP: EDUSC, 2004.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Revista de estudos avançados**. São Paulo, v. 5, n. 11, jan. / abr. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci_arttext> Acesso em: 19 de fev. 2012.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida & BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Secretaria da Cultura, 1996.

CAMPOS, Cyntia Machado. **As intervenções do estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na era Vargas**. In: BRANGER, Ana (org.) História de Santa Catarina: estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras contemporâneas, 1999.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em Cena**. Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

CARUCCI, Paola. **La genesis del documento: redacción, clasificación y valor jurídico**. In: _____ Documento y archivo de gestión: diplomática de ahora mismo. Carmona: Universidad Internacional Menéndez Pelayo, 1994.

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. Os congressos brasileiros de geografia entre 1909 e 1944. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18, n.1, jan. - mar. 2011, p.85-103. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/3861/386138054006/>> Acesso em: 20 de set. 2017.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material – São Paulo, 1870-1920**. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2008. 368 p.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Modernidade pedagógica e modelos de formação docente. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, 14, (1), p. 111-120, jan./mar., pp.111-120, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000100013> Acesso em 10 de julho de 2017.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Difel, 1990.

_____. **A história ou a leitura do tempo**. BH. Autêntica, 2009.

_____. O mundo como representação. **Revista de estudos avançados**. São Paulo, v. 5, n. 11, jan. / abr. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci_arttext> Acesso em: 19 de fev. 2012.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **Diálogo com Clio: ensaios de história política e cultural**. Florianópolis: Insular, 2003.

COSTA, Davi Antônio da. A escola ativa nos grupos escolares catarinenses: o programa de aritmética de 1946. **Revista de História da Educação Matemática - HISTEMAT** -, v. 2, n. 2, 2016 Disponível em: <<http://histemat.com.br/index.php/HISTEMAT/article/view/35>> Acesso em 28 de agosto de 2017.

_____.; SOUZA, Thuysa Schlichting de. **Os Programas de Ensino dos Grupos Escolares Catarinenses**: um estudo sobre a aritmética escolar, 1910-1946. In: Costa, David Antonio da Costa & Valente, Wagner Rodrigues (Orgs.). Saberes matemáticos no curso primário: o que, como e por que ensinar? Estudos comparativos a partir da documentação oficial escolar. São Paulo: Editora Livraria da Física. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/133058>> Acesso em 27 de outubro de 2016.

COELHO JUNIOR, Nelson Maurilio. **Relicários de um tempo**: os quadros de formatura do Colégio Coração de Jesus 1922 -1929 (contribuições para o estudo da História da Educação em Santa Catarina). Dissertação (Mestrado). Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/151/nelson_maurilio_coelho_junior.pdf>. Acesso em: 02 de fev. 2013.

CUNHA, Maria Teresa Santos. **Armadilhas da sedução**. Os romances de M. Delly. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1999.

_____. Tenha modos! Manuais de civilidade e etiqueta na Escola Normal (anos 1920-1960). **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 350-361, maio/ago. 2009. Disponível em: <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/29MariaTeresaSantosCunha.pdf>> Acesso em: 4 de setembro de 2017.

_____. **Rezas, ginástica e letras**: normalistas do Colégio Coração de Jesus. Florianópolis décadas de 1920 e 1930. In: DALLABRIDA, Norberto (org.) Mosaico de escolas: Modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

_____. Das mãos para as mentes. Protocolos de civilidade em um jornal escolar/SC (1945-1952). **Educar em Revista**, Curitiba, nº 49, p. 139-159, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/33298>> Acesso em: 31 jul. 2017.

_____. Folhas voláteis, papéis manuscritos: o pelotão de saúde no jornal infantil Pétalas (Colégio Coração de Jesus – Florianópolis/SC, 1945-1952). **História da Educação**, v. 17, p. 251-266, 2013. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/html/3216/321627379012/>> Acesso em: 02 ago. 2017.

_____.; LEAL, Elisabeht Juchem Machado. **A Educação da Mulher**: uma visão do cotidiano de um colégio religioso feminino. Relatório de pesquisa. Florianópolis: INEP, 1991. CUNHA, Célio da. Educação e Autoritarismo no Estado Novo. São Paulo: Autores Associados; Cortez Editora, 1981. 176p.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009. Disponível em:< <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/5520/4015>> Acesso em: 3 de setembro de 2017.

_____. Modos de educação católica em Florianópolis: final do século XIX e meados do século XX. **Revista Educação em Questão**, v. 23, n. 9, p. 102-118, maio/ago. 2005.

Disponível em: < <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/8345/6001> >
Acesso em: 16 de out. 2017.

_____. Usos sociais da cultura escolar prescrita no ensino secundário. **Revista Brasileira de História da Educação**, Caminas – SP, v. 12, n. 1 (28), p. 167-192, jan./abr. 2012. Disponível em: <
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1984-8951.2011v12n101p199>> Acesso em 12 de out. 2017.

_____; MARTINI, Estela Maris. Colégio de elite distintos em gênero. **Educação Unisinos**, p.66-75, jan./abril 2010. Disponível em:
<[file:///C:/Users/nelsonmacjr/Downloads/163-481-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/nelsonmacjr/Downloads/163-481-1-PB%20(1).pdf)> Acesso em 30 de set. 2017.

_____; SOARES, Luana Bergmann; TRIDAPALLI, Ana Laura. Ensino secundário em Santa Catarina: redes e culturais escolares (1932-1945). **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação** – COLUHBE. Universidade Federal de Uberlândia, 2006. Disponível em: <
http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/376Norberto_e_Luana_e_Analaura.pdf>
Acesso em 28 de agosto de 2017.

DANTAS, Carolina Vianna. **José Boiteux**. CPDOC – FGV. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/BOITEUX,%20Jos%C3%A9%20Artur.pdf>> Acesso em: 20 de setembro de 2017.

DAUPHIN, Cécile. Les correspondances comme objet historique um travail sur les limites. **Sociétés & Representations**, n° 13, p. 43-50, 2002/1. Disponível em:
<<http://www.cairn.info/publications-de-Orgiazzi/revue-societes-et-representations-2002-1-page-43.htm>> Acesso em 04 de abr. 2016

DE CERTEAU, Michel. **A Operação Historiográfica**. In: CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

_____. **A invenção do cotidiano**: 1. As artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 97-102.

DE GROUWE, Anton. Les réformes des services d'inspection. Modèles et idéologies. **Revue Française de pédagogie**, v. 145, oct./nov./dec. de 2003. pp. 5-20 Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/rfp_0556-7807_2003_num_145_1_2981> Acesso em 29 de agosto de 2017.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **Álbuns de fotos de família, trabalho de memória e formação de si**. In: VICENTINI, Paula Perin; ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Orgs). *Sentidos e potencialidades e usos da (auto) biografia*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p.p 95-111.

DELSAUT, Yvette. Cahiers de socio-analyse 2: une photo de classe. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 75, p. 83-96, nov. 1988.

DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2005.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **O ardil totalitário**. Imaginário político no Brasil nos anos 30. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

ESCOLANO BENITO, A. **La cultura empírica de la escuela**. Aproximación etnohistórica y hermenéutica. Universidad de Valladolid, CEINCE, 2012.

EVANGELISTA, Helio de Araujo. Congressos Brasileiros de Geografia. **Revista Geo-Paisagem**, Ano 2, nº 3, Janeiro/Junho de 2003. Disponível em:<
<http://www.feth.ggf.br/congresso.htm>> Acesso em 19 de set. de 2017.

FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 10ª. Ed. São Paulo: Edusp, 2002.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina – períodos Imperial e Republicano. 2ª ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História e Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.21.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **Da Infâmia ao Altar da Pátria**. Memória e representações da Inconfidência Mineira e de Tiradentes. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001. (Tese de Doutorado).

FREINET, Celestin. **Le Journal scolaire**. Vienne: Rossignol, 1957.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**, Rio de Janeiro, Edições Graal, 8ª edição, 1979.

GARCIA, Leticia Cortellazzi. A educação secundária feminina: uma história catarina (1935-1947). **História da Educação**, Pelotas, v. 12, n. 26 p. 191-217, Set/Dez 2008. Disponível em:< <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29217/pdf>> Acesso em: 30 de outubro de 2017.

GEERTZ, Clifford. **A Religião como Sistema Cultural**. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2008.

GERTZ, René. Cidadania e nacionalidade: história e conceitos de uma época. In: MÜLLER, Telmo Lauro. (Org.). Nacionalização e imigração alemã. São Leopoldo: UNISINOS, 1994.

GOMES, Ângela de Castro. “**Cultura Política e Cultura histórica no Estado Novo**”, In: ABREU, Martha.; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. Cultura política e leituras do passado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Faperj, 2007.

_____. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

GONÇALVES, Rosemari Conti. Inspeção, civilidade e progresso. In: **Anais da 27ª Reunião Anual da ANPED**, 2004. Disponível em <<http://27reuniao.anped.org.br/gt02/t0211.pdf>> Acesso em: 8 de set. 2017.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 11, nº 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

_____. **A magia dos objetos: museus, memória e patrimônio**. In: PRIORI, Angelo. (org): História, memória e patrimônio. Maringá: Eduem, 2009, p. 65 -75.

GREENBLATT, Stephen. **O novo historicismo: ressonância e encantamento**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, n.8. 1991.p.244-261.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

Jornal **O Estado**. 06 de setembro, de 1941. Arquivo de Periódicos da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

KNAUSS, Paulo. **Entre normas e conflitos – o cotidiano escolar na documentação do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro**. In: Educação no Brasil: História e Historiografia. Sociedade Brasileira de História da Educação (Org.) Campinas, SP: Autores associados: SP: SBHE, 2011. p. 205-216.

KOSSOY, Boris. **Iconologia: caminhos da interpretação**. In: _____. Fotografia e história. 2ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, p. 97-121, 1998.

_____. **Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia**. In: SAMAIN, Etienne. (Org.). O fotográfico. São Paulo, Editora Hucitec, 2001, pp. 41-47.

LEAL, Elizabeth Juchem Machado; CUNHA, Maria Teresa Santos. **A educação da mulher: uma visão do cotidiano de um colégio religioso feminino**. Santa Catarina, 1991. Relatório de pesquisa UFSC, 91 p.

LEAL, Elisabeth Juchen Machado e CUNHA, Maria Teresa Santos. **Pesquisando o cotidiano de um colégio religioso feminino**. Relatório de Pesquisa. INEP, mimeo. 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

LE GOFF, Jacques. **Documento/monumento**, In, História e memória. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed., Campinas, SP: UNICAMP, 2003. p. 525-539.

MALIN, Mauro. **Nereu de Oliveira Ramos (biografia)**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FGV. Disponível em:< <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/nereu-de-oliveira-ramos>> Acesso em: 11 de set. de 2017.

MARCÍLIO, Elaine Cristina. **A ação da Inspeção Geral da Instrução na Província de Santa Catarina no período de 1874 a 1888: a precariedade da inspeção escolar como instrumento para a uniformização do ensino.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/88218/234245.pdf?sequence=1>> Acesso em: 20 de maio de 2017.

MARTIN, Ramón Lopes. **El utilaje escolar e la segunda metade del siglo XX.** In.: Escolano Benito, Augustin (Dir.). In: História ilustrada de la escuela en España: Dos siglos de perspectiva histórica. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2006.

MARTINI, Stela Maris Sartori. **Mulheres destinadas ao êxito: trajetórias escolares e profissionais de ex-alunas do Curso Científico do Colégio Coração de Jesus de Florianópolis (1949-196).** Dissertação (Mestrado em História da Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, Florianópolis, 2011, 161p.

MARTINS, Ângela Maria de Souza. Os anos dourados e a formação do professor primário no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1945 - 1960). **Teias.** Revista da Faculdade de Educação. Rio de Janeiro/UERJ. Nº1, 2000.

MENEZES, Maria Cristina; SILVA, Eva Cristina Leite da.; TEIXEIRA JUNIOR, Oscar. **O arquivo escolar: lugar da memória, lugar da história.** Horizontes, v. 23, n. 1, p. 67-76, 2005.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira.** São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

MIGNOT, Ana Cristina Venâncio. **Bau de memórias, bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armanda Alvaro Alberto.** 1ª. ed. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2002. v. 1. 356 p.

MONTEIRO, Jaecyr. **Nacionalização do Ensino.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1984.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Educação e política nos anos 30: a presença de Francisco Campos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,** Brasília, v. 73, n. 174, p. 291-321, maio/ago. 1992. Disponível em: <<http://rbep.inep.gov.br/index.php/rbep/article/view/1257/1231>> Acesso em 3 de outubro de 2017.

MORAIS, Jaqueline de Fátima dos Santos. Centro de memória: possibilidades de pesquisa e extensão na escola. **Revista Conexão UEPG,** vol. 8, n. 1, jan. / jun. 2012 pp. 52-59. Disponível em: < <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/3919/2762>> Acesso em 20 de jan. 2015.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República.** Rio de Janeiro, DPA, 1991.

_____. **A Educação na Primeira República.** In: FAUSTO, Boris (direção). O Brasil Republicano. Volume 2: sociedade e instituições (1889 – 1930). 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 261 – 291.

NASCIMENTO, Dorval. Inspeção escolar, patriotismo e escola: organização da inspeção escolar e cultura nas escolas primárias de Santa Catarina (1900-1930). **Roteiro**, n 35, v. 2, 2010.

_____. Nacionalização do ensino catarinense na Primeira República (1911-1920). **RBHE - Revista Brasileira de História da Educação**. v. 9, n. 3 p. 1-21, 2009. Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/search/results>> Acesso em: 25 de outubro de 2012.

_____. Escola, nação, patriotismo: inspeção escolar e promoção da cultura cívica nas escolas primárias de Santa Catarina (1900 – 1930). **Roteiro**. Joaçaba, n. 2, v. 35, jul./dez. 2010, p. 362 – 380. Disponível em: < <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/roteiro/article/download/252/307> > Acesso em: 15 de julho de 2017.

NASCIMENTO, Manoel Nelito M. Ensino médio no Brasil: determinações históricas. Publicações UEPG Ciências Humanas Aplicadas Soc. Apl., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, v. 15 (1) p.77-87, jun. 2007. Disponível em: < <http://177.101.17.124/index.php/sociais/article/view/2812/2097>> Acesso em 16 de out. 2017.

NECKEL, Roselane. **A república em Santa Catarina**: modernidade e exclusão (1889-1920). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993

PALMA FILHO, João Cardoso. (organizador). **Pedagogia Cidadã**. Cadernos de Formação. História da Educação. 3. ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP- Santa Clara Editora, 2005 – p.61-74.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição, Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 132p.

PÉTALAS. Suplemento Infantil do Colégio Coração de Jesus. Florianópolis: Colégio Coração de Jesus, mar. 1945 – nov. 1946. Quadrimestral.

PINHEIRO, Ana Regina. **Escola Caetano de Campos**: escola paulista, escola vanguardeira. Campinas: Unicamp, 2008. 219f. Tese (doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de Campinas. Disponível em:< http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/251864/1/Pinheiro_AnaRegina_D.pdf> Acesso em: 02 de outubro de 2017.

POZO ANDRÉS, Maria del Mar.; ROMERO, Teresa Rabazas. **Las imágenes fotográficas como fuente para el estudio de la cultura escolar**: precisiones conceptuales y metodológicas. Revista de Ciencias de la Educación. n. 231-232. Jul./dec. 2012, p. 401-414.

PRATES, Fernanda Oliveira; TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. **Práticas escolanovistas no ensino primário**: uma análise a partir de imagens fotográficas (Grupo Escolar Lauro Muller 1946-1947). Uberlândia: Cadernos de História da Educação, 2015.

PROCHNOW, Denise de Paulo Matias. Cultura escolar dos primeiros grupos escolares catarinenses sob a reforma Orestes Guimarães (1911-1935). **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 10, n. 2 p. 169-180, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1402>> Acesso em 10 de nov. 2015.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. (Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira), 2ª Edição, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

RANUM, Orest. “**Os refúgios da intimidade**”, in Áries, P. & Chartier, R. História da vida privada, VOL 3: da Renascença o Século das Luzes (traduzido por Hildegard Feist). São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A Danação do Objeto: o museu no ensino de História**. Chapecó, Argos, 2004.

REVEL, Jacques (Org). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVISTA PÉTALAS. Colégio Coração de Jesus. n. 15, Ano VIII, Florianópolis: Tipografia dos Artífices, julho de 1940.

_____. Colégio Coração de Jesus. n. 17, Ano IX, Florianópolis: Tipografia dos Artífices, julho de 1941.

_____. Colégio Coração de Jesus. n. 18, Ano IX, Florianópolis: Tipografia dos Artífices, dezembro de 1941.

_____. Colégio Coração de Jesus. n. 21, Ano XI, Florianópolis: Tipografia dos Artífices, dezembro de 1943.

_____. Colégio Coração de Jesus. n. 23, Ano XII, Florianópolis: Tipografia dos Artífices, dezembro de 1944.

_____. Colégio Coração de Jesus. n. 24, Ano XIII, Florianópolis: Tipografia dos Artífices, dezembro de 1945.

RIBEIRO, Ester Rosa. **Políticas públicas nacionais em educação entre 1930-1945: A inspetoria municipal de educação de Rio Grande – RS**. Dissertação (Mestrado em Educação). UNISINOS: São Leopoldo, 2012. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3227/politicas_publicas.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 28/08/2017.

RICOEUR, Paul. **Memory, history, oblivion**. In: Haunted Memories? History in Europe after authoritarianism, Budapest, 2003. Disponível em <<http://www.fondsriceur.fr>>. Acesso em: 08 de nov. 2012.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis, ed. Vozes, 1983.

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 26 de julho de 1903 pelo vice-governador Vidal José de Oliveira Ramos Junior.

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 30 de julho de 1905 pelo vice-governador Vidal José de Oliveira Ramos Junior.

SANTA CATARINA. Mensagem lida pelo Coronel Gustavo Richard, Governador do Estado, na 2ª Sessão da 7ª Legislatura do Congresso Representativo em 2 de agosto de 1908.

SANTA CATARINA. Mensagem lida pelo Coronel Gustavo Richard, Governador do Estado, na 3ª Sessão da 7ª Legislatura do Congresso Representativo em 16 de agosto de 1909.

SANTA CATARINA. Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1911 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos.

SANTA CATARINA, Decreto n. 640/11, de 1911.

SANTA CATARINA. Regulamento da Instrução Pública. Decreto 585, de 10 de 04 de 1911. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Relatório apresentado ao Dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado, pelo Dr. Fulvio Aducci, Secretário Geral dos Negócios do Estado, em 01 de julho de 1915. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Decreto-Lei n. 2.991, de 28 de abril de 1944.

SANTA CATARINA. Decreto-Lei n. 3.735, de 17 de dezembro de 1946.

SANTA CATARINA. Inspeção de Grupos Escolares e Cursos Complementares de Porto União. Relatório Geral do Ano Letivo de 1946. Florianópolis, 1947.

SANTA CATARINA. Decreto n. 3.735, de 17 de dezembro de 1946.

SANTA CATARINA. Decreto Legislativo nº 604, de 11 de julho de 1912

SANTA CATARINA. Decreto nº 713, 1935.

SANTA CATARINA. Decreto-Lei n. 35, de 13 de janeiro de 1938

SANTA CATARINA. Decreto-Lei n. 406, de 4 de maio de 1938

SANTA CATARINA. Decreto 967, Florianópolis, 12 de março de 1941.

SANTA CATARINA. Decreto Lei nº 88.

SANTA CATARINA. Decreto Lei nº 2.991, de 28 de abril de 1944.

SANTA CATARINA. Decreto-Lei n. 751, de 12 de março de 1943.

SANTA CATARINA, Decreto Lei n. 125, de 18 de junho de 1938.

SANTA CATARINA Decreto n. 3016, de 18 de julho de 1944.

SANTA CATARINA. Plano de Trabalho para 1948. Secretaria da Justiça, Educação e Saúde. Departamento de Educação. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis, 1947. (Coleção Elpídio Barbosa).

SANTOS, Adriano Marins. **O arquivo da Escola Normal "Carlos Gomes": perfis e trajetórias dos alunos durante o Estado Novo.** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Disponível em<: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000422930>> Acesso em: 03 de fev. 2016.

SANTOS, Vinicius Teixeira. **O olho e a mão da autoridade.** A inspeção da instrução na Província do Rio de Janeiro (1850-1889). Gramma, Rio de Janeiro, 1ª ed., 2017.

SALOMON, Marlon. **Arquivologia das correspondências.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. 56p.

SCHADEN, Egon. **Aspectos Histórico e Sociológicos da Escola Rural Teuto-Brasileira.** In: Colóquio de estudos teuto-brasileiros, 1, 1963, Porto Alegre. Anais, Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1963.

SCHWARTZMAN, Simon. **Estado novo, um auto-retrato** (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

_____. (Org.). **Estado Novo, um auto-retrato.** Brasília: CPDOC/FGV, Editora da Universidade de Brasília, 1983.

_____; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema.** São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra/EDUSP, 1984.

_____. **Gustavo Capanema e a educação brasileira:** uma interpretação. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 66, mai/ago. 1985, pp 165-172.

_____, **As avaliações de nova geração.** In: MELLO E SOUZA (org.) Dimensões da avaliação educacional. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011 p.15-3

_____. **Os desafios na educação no Brasil.** In: BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. (Org.). Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

SCHEIBE, Leda e DAROS, Maria das Dores (organizadoras). **Formação de Professores em Santa Catarina.** Florianópolis: NUP/CED, 2002.

SEYFERTH, Giralda. **Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo.** In:

PANDOLFI, Dulce. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999

SILVA, Cristiani Bereta da. Liga Pró-Língua Nacional e a construção da nacionalidade no jornal escolar *A Criança Brasileira* (Santa Catarina, 1942-1950). **História da Educação**, v. 17, n. 40, maio/ago., 2013

SILVA, Ana Paula da. O embate entre a pedagogia tradicional e a educação nova: políticas e práticas educacionais na escola primária catarinense (1911-1945). **IX AMPED SUL**, 2012. Disponível em: <
<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1259/13>>
Acesso em: 5 de setembro de 2017.

SILVA, Vera Lucia Gaspar da. **Vitrines da República: Os grupos escolares em Santa Catarina (1889-1930)**. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). *Grupos Escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas; São Paulo: Mercado de letras, 2006. p. 341-376

_____; TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. Grupos Escolares: criação mais feliz da República? Mapeamento da produção em Santa Catarina. **Revista Linhas**, Florianópolis, v.10, n.1, p. 31-53, jan./jun., 2009.

SILVA, Marinete dos Santos Silva. **A Educação Brasileira no Estado Novo (1937/1945)**. São Paulo: Editorial Livramento, 1980. 61 p.

SIMMEL, Georg. **Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal**. In: MORAES FILHO, E. (Org.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p.165-181.

_____. **O cruzamento de círculos sociais**. In: CRUZ, M.B. (Org.). *Teorias sociológicas: os fundadores e os clássicos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. p.573-578.

_____. O conflito como sociação. (Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury). **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 10, n. 30, pp. 568-573. Disponível em:<
<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Index.html>> Acesso em 02 de outubro de 2017.

SIMMEL, George. **Questões fundamentais da sociologia**. RJ, Jorge Zahar, 2006

SI MOUSSA, Azzedine. Les rapports d'inspection du 1^{er} degré, contenus et finalités : un exemple à La Réunion. In: **Revue française de pédagogie**, v. 133, oct./nov./déc. de 2000. pp. 75-86. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/AsPDF/rfp_0556-7807_2000_num_133_1_1022.pdf> Acesso em 28 de agosto de 2017.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Tempos de Civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. Ed. UNESP: São Paulo, 1998.

_____. **Alicerces da pátria: história da escola primária no estado de São Paulo (1890-1976)**. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

_____. Tempos da infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). **Educação e Pesquisa**, v.25, n.2, jul./dez. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v25n2/v25n2a10.pdf>> Acesso em 18 de setembro de 2017.

_____. **História da cultura material escolar: um balanço inicial**. In: BENCOSTA, Marcus Levy (Org.). Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.

SÓLIS, Sidney Sergio Fernandes. Documentos, fontes e arquivos. In: INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Memória e educação**. Rio de Janeiro: IBPC, Departamento de Promoção, Paço Imperial, 1992. p. 53-63. (Caderno de ensaios; 1).

STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Câmara. **História, memória e História da Educação**. In.: STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.) Histórias e memórias da educação no Brasil. Vol. III: Século XX. Petrópolis/RJ: Vozes.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. “**Uma vez normalista, sempre normalista**”: cultura escolar e produção de um habitus pedagógico (Escola Normal Catarinense – 1911/1935). Florianópolis: Insular, 2008.

_____. Sugestões sobre a educação popular no Brasil: proposta do Professor Orestes Guimarães. **Currículo sem Fronteiras**, v. 10, n. 2, 2010, p. 228-243. Disponível em:<<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol10iss2articles/teive.pdf>> Acesso em: 29 de junho de 2017.

_____; CUNHA, Maria Teresa Santos. **Circulação de princípios da Escola nova no ensino de leitura e nos livros escolares de Santa Catarina (1930 a 1960)**. In: SOUZA, Rosa Fátima de; PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. História da Escola Primária no Brasil. Investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional (orgs.). Aracaju: Edise, 2015, p.359-386.

TEIXEIRA, Gloria Maria. **Ação da Diretoria da Instrução na Província de Santa Catarina no Período de 1858 a 1874**: inspeção escolar na afirmação da educação como força civilizatória. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/101642/221453.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 29 de maio de 2016.

UNGLAUB, Tânia Regina da Rocha. O canto que embalou o projeto nacionalista de Vargas. In: XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina. **XXIII Simpósio Nacional História: Guerra e Paz. Londrina**. Disponível em:<<http://www.anpuh.uepg.br/Xxiii-simposio/anais/menu.htm>> Acesso em: 03 de nov. de 2017.

_____. Pensamento político pedagógico nacionalista em Santa Catarina disseminado por cantos de brasilidade e a ação do inspetor federal do ensino João dos Santos Areão. V **Congresso Brasileiro de História da Educação**, Aracaju, 5, nov. de 2008. disponível em:<<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/953.pdf>> Acesso em: 20 de agosto de 2017

VAGO, Tarcísio Mauro. *Cultura Escolar, Cultivo de Corpos: educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906 – 1920)*. Bragança Paulista: Edusf, 2002.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **História dos métodos e dos materiais de ensino: a escola nova e seus modos de uso**. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira. v. 6).

VANZELLA, Lila Cristina Guimarães. *O jogo da vida: uso e significações*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-02092009-160733/pt-br.php>>. Acesso em: 04 de fev. 2016.

VASCONCELLOS, F. de. **Lições de pedagogia experimental**. Lisboa: Antiga Casa: Bertrand, 1999.

VELASCO MAILLO, Honorio M. **Fotografías escolares, imágenes institucionales**. Miradas retrospectivas a la fotografía em la escuela (1900-1970). In: GARCIA-VERA, Antônio Bautista; VELASCO MAILLO, Honorio M. (Eds.). *Antropologia audiovisual: medios e investigación em educación*. Madrid: Trotta, 2011, pp. 15-34.

VIDAL, D. G. **Fim do mundo do fim: avaliação, preservação e descarte documental**. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000. p.31-43. (Coleção memória da educação).

VIEIRA, Alexandre Sardá. **Sessão das moças: história, cinema, educação (Florianópolis: 1943-1962)**. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina/Programa de Pós-Graduação em História, 2010, Tese de doutorado. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103298/286951.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 de abr. 2016.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **El espacio y el tiempo escolares como objecto histórico**. Contemporaneidade e Educação (Temas de História da Educação), Rio de Janeiro, Instituto de Estudos da Cultura Escolar, ano 5, n. 7, 2000.

_____ ; ESCOLANO, Augustin. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ZAIA, Iomar Barbosa; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Escrituração Escolar: produção, organização e movimentação de papéis nas escolas públicas paulistas**. 2011.[s.n.], São Paulo, 2011.

ZOTTI, Solange Aparecida. *O ensino secundário nas reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema: um olhar sobre a organização do currículo escolar*. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**, 4., *Anais...* Goiânia, 2006. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo01/Solange%20Aparecida%20Zotti%20-%20Texto.pdf>> Acesso em: 3 de out. de 2017.